



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Lara Sartorio Gonçalves

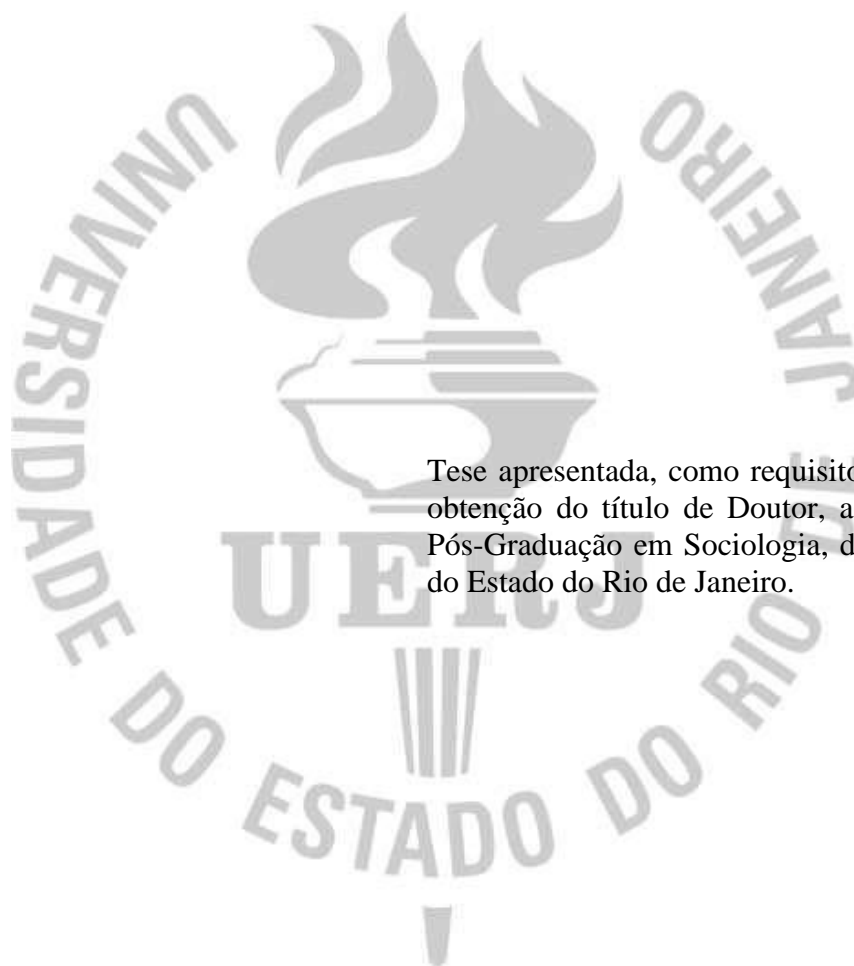
**“Não sorria. Estamos em guerra”:  
política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2023

Lara Sartorio Gonçalves

**“Não sorria. Estamos em guerra”:  
política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2023

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

G635 Gonçalves, Lara Sartorio.  
“Não sorria. Estamos em guerra”: política do medo, imaginário autoritária e  
bolsonarismo no Rio de Janeiro / Lara Sartorio Gonçalves – 2023.  
352p.: il.

Orientador: Breno Marques Bringel.  
Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Extrema direita – Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Autoritarismo – Teses.  
3. Bolsonaro, Jair, 1955- 4. Brasil - Política e governo – 2019-2022 – Teses. 5.  
Medo – Aspectos políticos – Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 329.055.1(815.3)

Thaís Louzada CRB-7 6809 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese de doutorado, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Lara Sartorio Gonçalves

**“Não sorria. Estamos em guerra”:  
política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 10 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eugenia de Souza Mello Guimarães Motta  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Esther Solano Gallego  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes  
Universidade Federal de Pelotas

---

Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves  
Faculdade de Direito – UERJ

Rio de Janeiro

2023

## **DEDICATÓRIA**

Às vítimas fatais do ódio e do negacionismo, em especial as mortes por Covid-19, o povo yanomami e as mulheres assassinadas no ataque neonazista de Aracruz-ES. Por vocês e para quem fica, em luta.

## AGRADECIMENTOS

A parte de agradecimentos é a tarefa mais fácil e menos simples desta tese. Foram necessárias muitas pausas, lágrimas e um contínuo respirar fundo para terminá-la. Por uma linda razão: tenho a sorte dos vínculos de amor. E escrever uma tese ao longo de cinco anos, quatro deles sob o governo Bolsonaro, dois deles sob a pandemia de Covid-19 e um deles com meu pai internado, demanda muito mais que os apoios técnicos necessários. Foi preciso respirar.

Agradeço, primeiramente, ao Dudu Magaldi, por tudo que crescemos e cultivamos juntos, por ser a relação na qual não há desencontros, mas fonte de fôlego e aprendizado. Por ser quem não dispõe de tudo que tem, porque afirma o amor também pelos limites. Por ser, há mais de doze anos – como se a medida do tempo explicasse –, quem me ensina sobre comunicar com abertura, dedicar à escuta e a ser antes acolhimento que julgamento. Por ser com quem compartilho mais memórias e fez da possível vergonha a leveza do riso. Mesmo do outro lado do mundo, foi sempre minha companhia cotidiana e ponto de partida para todo destino. Te agradeço, Dudu, porque desde que nos conectamos na vida eu sei sempre mais sobre o amor.

Agradeço à minha mãe, Maria José, pelo cuidado, afeto e companheirismo determinantes para atravessar os desafios impostos pela tese e todas as difíceis tormentas que a vida colocou no caminho dos últimos anos. A liberdade e conexão que cultivamos até aqui é das coisas mais bonitas que o tempo poderia permitir. Obrigada por ter sido apoio e referência para tudo: das conversas sobre o tema da tese e as esperas no hospital às risadas de fazer chorar e os melhores cafés da tarde. Te amo cada dia mais.

Sou profundamente grata à Natasha Helsinger, por ser uma profissional que além de brilhante, é sensível, cuidadosa e acolhedora. Nunca me senti tão vulnerável e encorajada a uma só vez – somente possível pela confiança que você inspira. Agradeço por me mostrar que ir até onde consigo basta – que descansem os superlativos. Não seria possível sem o seu trabalho, sua sensibilidade e sua dedicação como psicanalista encerrar este ciclo da tese, atravessado por tantos lutos e lutas. Você é incrível.

Sou grata ao meu pai, Helder Maestri, vítima da Covid-19 e do governo negacionista de Bolsonaro. Foi muito mais difícil escrever esta tese quando meu próprio pai foi uma vítima tão direta da política de morte na pandemia. Assim como você não desistiu de viver, não me permiti desistir de um trabalho que me parecia ainda mais necessário. Sua alegria e força são minhas maiores inspirações. Te amo, pai!

Ao meu irmão, Felipe Sartorio, que nunca entendeu o porquê de tanta demora para terminar “esse negócio” e que diabos eu vou fazer “com tanto conhecimento”. Ainda assim, talvez sem saber, tem sido das pessoas mais fundamentais da vida para eu acreditar em mim. Te amo, irmão! Agora acabou!

Se é possível crer e lutar por um mundo melhor que este, é porque tem gente que manifesta aqui mesmo traços de nossos sonhos somente possíveis com profundas transformações. Então eu agradeço à Simone Gomes por ser a presença da utopia em noites demasiado longas. Você é a força da travessia, de uma beleza tão impressionante que trouxe ao mundo a TT. Grata demais por essa amizade linda, pelas leituras atentas, áudios atenciosos e cuidadosos, textos continuamente enviados ao longo dos últimos seis anos que poderiam me ajudar com a tese, por todos os textos que escrevemos juntas, por acreditar em mim e no meu trabalho e me incluir em todos os espaços possíveis. Eu amo você.

À Vitoria Gonzalez, porque existem poucas pessoas no mundo que são a prática e dedicação do afeto como ela e eu tive a imensa sorte na vida de ser tocada por tanto. Sem você, não teria sido possível. Te amo muito, amiga!

Ao Breno Bringel, que sempre foi muito além de um orientador. Sou grata por todo o apoio para que eu vivesse experiências que mudaram a minha vida e ter me oportunizado trabalhos engrandecedores. Sou grata pela amizade e pelo afeto, que abre portas e acolhe em abraço. Esta tese só poderia existir com o encorajamento de alguém com quem compartilho os sonhos de transformação do mundo. Sou especialmente agradecida por essa reta final, que demandou tempo e sensibilidade. Foram sete anos de aprendizado, construção de autonomia e companheirismo que redefiniram meus caminhos. Seguimos juntos e em frente, querido! Aproveito e estendo o agradecimento à Enara Echart e à Gaia. Enara por ser uma inspiração de vida, integradora de potências múltiplas e a própria imagem de força. Obrigada por me acolher tantas vezes. À Gaia, por ter compartilhado comigo a experiência íntima do ninar e me permitir a bonita viagem na contação de histórias.

Ao Lucas Goes, em memória, meu amigo, minha história. Sigo sem acreditar que quando comecei a escrever o seu agradecimento, você ainda estava aqui. Nossos passos juntos desenham o mapa do Rio, para mim. Como já disse antes: você é a força da presença em uma cidade de abismos. É a experiência inesquecível do amor. E, agora, minha eterna saudade.

Ao Alê, também em memória, que não suportou as dores deste mundo e com quem compartilhei todos os sonhos de transformação da realidade e uma rotina perseverante de lutas e compromisso para realizá-los.

Ao Felipe Albuquerque e Daniel de Sá Freire (carpicha), meus alicerces e com quem compartilho as memórias mais gostosas com Luquinhas. Vocês são minha certeza, o cuidado e o carinho que não faltam nunca. Obrigada por terem sido apoio para tudo nesses anos.

Ao Vitor Taveira, que de Violeta Parra ao canto Tupinikim, tornou-se companheiro de vida. Amo saber que tenho você ao lado para desbravar o mundo e provar seus sabores. Sua sensibilidade me faz crer.

À Fernanda Carletti, apoio diário nos meus momentos mais difíceis, quem sempre provoca as melhores risadas e me incentiva desde os tempos de colégio. É a certeza de que eu posso contar para o que for. Eu te amo muito, amiga.

À Laurinha, amor da vida e das conversas cotidianas, apoio (e chineladas) contínuas, meu time. À Beli Santos, mulher inspiradora com quem eu sempre me sinto um pouco mais em casa. E à Xella Machado, amiga para todas as horas e colega de profissão que, desde a graduação, guarda meus certificados e acolhe minhas urgências. Obrigada às três por esse apoio carinhoso na reta final. Sou grata à Paola, Mazza e Luane, pela motivação e suporte de sempre. Eu amo vocês, mulheres!

Aos amores da vila mágica de Manguinhos, meu lugar de cura e de pertença. Pedro Baqui, o amigo que pelas sete cordas e enorme ternura torna o mundo mais possível. Sem você, não teria sido possível. Paulo Vitor Teixeira, que é das pessoas mais incríveis, talentosas e generosas que eu já conheci. Jorgin, congueiro do coração mais bonito e gentil e companheiro de surf. Antônio, quem esticou segundos em horas – das mais bonitas. Obrigada! Seu Clinaldo e Edmundo, pescadores históricos de nossa vila, guardiões de saberes ancestrais, vocês são a riqueza desse mundo! Sou grata por me cederem a casa, o barco e um espaço para me sentir parte da família. Cabeça, por ter proporcionado tantos amanheceres de surf e cuidando para que eu chegasse em casa no horário para iniciar minhas tarefas. Wynny, com quem a vida se faz em parceria. Carol, a maior aglutinadora da Vila, faz da cozinha um caldeirão geracional de alquimias, afetos, batalha e muita festa. Cada um ao seu modo, agradeço também à Lorena, por ser mulher luz na minha vida. Ao Mestre Manguinhos, por ter aceitado acompanhar profissionalmente minha inquietude esportiva e ter me permitido renascer de um período muito difícil. Ao JP, pelo carinho de priorizar acertar minha prancha no meu tempo, possibilitando a continuidade. Aos sorrisos de Manguinhonésia: o chão de areia da nossa vila já guarda pegadas nossas, partilhas que gravam os grãos – mesmo que, com o sopro do vento e tantas presenças, formem outros desenhos, se mantém estrada encantada. Gratidão!

Aos meus alunos na UFES, que me tornaram professora e me permitiram conhecer a maior das minhas paixões. Foi graças ao afeto, generosidade e dedicação de vocês que eu



percebi que o amargor e dificuldades do processo valiam a pena – e eram inclusive pequenos, perto da grandeza do sonho de ser professora. São tantas e tantos, que certamente seria injusto listar e deixar a memória falhar: mas agradeço a cada um/a de vocês que confiou na minha escuta para elaborações intelectuais, confissões emocionais e apoios de toda sorte; que respeitou o amor e a entrega com que eu chegava na sala de aula todos os dias, dedicando-se aos cursos com assiduidade e participação e que me permitiram o riso solto junto a tantos que se tornaram também amigos. A estes, aliás, um agradecimento especial pelo que seguimos construindo: Eliani, Edinho, André, Jack, Elízio, Jhenefer, Thalita.

Sou grata aos funcionários (da limpeza, segurança, informática e administrativo), aos que foram colegas de departamento da UFES e muito especialmente ao Edson Rufino, que deu asas (e tinta) para que a criação com as estudantes transbordasse. Vocês que acreditam na Universidade pública, popular, gratuita e a tornam de enorme qualidade: muito obrigada!

Aos meus colegas do doutorado no Iesp: eu tive a enorme sorte de contar com turmas excepcionais. Vocês dão outro sentido à academia e tornaram esses anos mais alegres e proveitosos. Aprendo demais com o trabalho e dedicação de vocês, mas especialmente com o carinho, cuidado e generosidade que foram a prática de nossas trocas diárias. Gostaria de enfatizar a iniciativa integradora e sempre disposta a ajudar do meu amigo querido Hugo Bras; o companheirismo e compartilhar de sonhos com a Laís, Blanche, Wescrey, Clara e Gio (virginiana responsável inclusive pela versão final desta tese, inspiração para tudo e com quem partilho o sonho do veleiro); as contribuições diretas e generosas do Murilo a esta tese, uma referência na academia; as trocas, amizade e enorme generosidade acadêmica do Marcos Campos; a afetividade da Madalena, do Hélio e do Pedretti, com quem partilho também o sentido transformador da vida. Vocês são o que se leva de melhor dos anos iespianos!

Agradeço enormemente ao nosso grupinho de amigos do Iesp, o Bom Churrasco & Cia, que tem sido, ao longo dos anos, o suporte fundamental para atravessar os dias, compartilhar angústias e risadas, pagode e festa ruim, comilanças e carinho. Esse grupo concentra algumas das pessoas mais bonitas e generosas que pude conviver ao longo da existência. Muito grata por tanto!! Angelo, Felipe, Milico, Gabi, Gio, Ingrid, Borel, Mari, Pato, Broz, Pedrão, Si, Talita, Tamy e Piaia.

Ao grupo de pesquisa Netsal/Iesp, agradeço as reflexões, as contribuições ao meu trabalho e as trocas que, ao longo da pandemia, funcionaram como alento. Sou profundamente grata especialmente ao OMSAL, por todas/os as/os integrantes que ali passaram e as/os que permaneceram, que mostraram o quão poderosa é uma iniciativa de pesquisa engajada politicamente, autogestionada e comprometida. Mesmo em tempos de muita angústia,

sofrimento e dificuldades pessoais, nos acolhemos em afeto e conseguimos, heroicamente, manter as publicações trimestrais. Tenho muito orgulho do que aprendemos nesse processo e do que nos dispomos a compartilhar com o mundo!

Às funcionárias e funcionários do Iesp, sem os quais nada seria possível. Obrigada por garantirem todos esses anos com uma atenção tão generosa. Em especial à Alê, que se tornou também amiga e ao Léo Magalhães, que foi especialmente presente nesse percurso e um dos emails que eu mais usei para solicitar uma série de documentos, sempre na urgência. Peço desculpas e te agradeço enormemente, querido! rs

À Carolzita, da FASE, que, como boa mineira que é, me acolheu em casa, com comida, café e muitas risadas. Um dos melhores encontros da vida e a quem eu sempre agradeço poder ouvir e aprender junto. Que bom que você existe nesse mundo!

Ao Geoffrey Pleyers, quem eu tive o privilégio de conhecer no contexto do Isa Lab, na Tunísia, e a quem eu nunca vou agradecer o suficiente. Em um momento de bloqueio com a tese, foi quem me fez reacreditar na potência desta pesquisa e a ver com um olhar mais generoso o que estava feito. Geoffrey teceu as críticas mais difíceis e necessárias e os elogios mais gratificantes dessa difícil jornada final do doutorado.

À ISA (International Sociological Association) que me oportunizou uma das experiências mais enriquecedoras da vida acadêmica, com a intensa troca com colegas e professores super qualificados e atentos, além de poder conhecer um país tão incrível quanto a Tunísia, em 2022. Ao IJURR, que também financiou um marco na minha trajetória acadêmica, a 6th Doctoral School in Urban Studies, em 2019, em Déli, Índia, onde conectamos um grupo de estudantes internacionais que levarei para a vida, como amigos e colegas de trabalho.

Ao Pablo Ornelas, pela rara generosidade acadêmica, compartilhamento de materiais, bibliografia e dados, disponibilidade de troca e escuta e incentivos determinantes para a conclusão desta tese. Você é incrível!

À Camila Galetti, que constrói relações de companheirismo na academia e que avança junto ao desejo de ver outras avançarem também: te agradeço pelas inúmeras acolhidas, por disponibilizar materiais, reflexões e conhecimento todas as vezes que recorri a você. É nesta relação acadêmica que eu acredito.

À Ana, pela felicidade de uma amizade que simplesmente se sabe. Eu amo você e meu afilhado. Ao Luiz, pela partilha dos sonhos. À Nana Spelta, por ser sempre doce e espontaneidade desavergonhada diante das questões. À Thayla, por ser identificação, partilha e a amiga com quem mais vivi as paixões e angústias do tempo de doutorado. À Helena Coelho, pelo apoio contínuo e troca intensa especialmente no duro período da pandemia. Obrigada por

confiar em mim. Ao Thiago (Mosaico) por ser estímulo e ter me permitido realizar um sonho a partir de convites maravilhosos. Ter feito o documentário sobre o Assentamento Zumbi dos Palmares contigo e toda a equipe foi uma das maiores alegrias da minha vida! Ao querido mestre de capoeira, Frank, que me acolheu em sabedoria, canto e estímulo na amada família Capoeira Senzala.

Sou grata aos meus familiares presentes, em especial Tia Angélica, Tia Nilda, Tio Fernando e Tia Penha, pelo apoio, respeito e carinho. À Camila, Tia Bernadete e Bebel, por terem tornado possível atravessar o tempo de maior dor da minha vida. E à Carlovsky, com quem compartilho sonhos de mundo desde pequena e tenho a alegria de chamar de prima.

À equipe potente da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com quem tive o privilégio de aprender muito ao longo da pesquisa.

Ao Grupo de Congo Madalenas do Jucu, onde me realizo e aprendo a todo instante sobre música, coletividade e cultura viva. São meu alicerce, entrega e compromisso. Obrigada, mulheres incríveis, por tornarem realidade os desejos mais antigos.

Ao Cinemarias e a todas as mulheres potentes que conheci ali, em especial à equipe do nosso filme *Emaranhadas*. O Lab me transformou. Eu amo vocês e sinto falta todos os dias.

Agradeço especialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por fomentar esta pesquisa e permitir que ela venha ao mundo em anos tão difíceis para a produção científica. Agradeço também ao Programa Capes Print, que permitiu a experiência oxigenadora de viver na Espanha e estudar na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Sou grata ao Prof. Dr. Heriberto Cairo Carou por ter tornado isso possível. Agradeço especialmente aos amigos Carlos Alkazar, Nacho Ramos e Nathaly pelas companhias *madrileñas* mais bonitas. À *mi hermana*, Laura Zamudio, por meio de quem muitas de minhas estradas começam. Ao Ariel e ao Andrés, professores e amigos com quem partilhei as melhores conversas nos corredores da universidade.

Por fim, como todo tipo de coisa acontece nessa travessia, gostaria de agradecer enormemente todas as pessoas empenhadas em salvar o capítulo da minha tese que sofreu censura pela empresa Google e foi um momento de muito abalo emocional. À Tatiele Azeredo que, sem me conhecer, resgatou o capítulo. À Vi, Marília, Ariane, Pedrão, Borel, Yasmin, Daniel, Alberto e mais uma rede enorme de pessoas que se mobilizaram. OBRIGADA!

Não te rendas

Não te rendas, ainda é tempo  
de alcançar e começar de novo,  
aceitar tuas sombras, enterrar teus medos,  
liberar o lastro, retomar o voo.  
Não te rendas que a vida é isso,  
continuar a viagem,  
perseguir teus sonhos,  
destravar o tempo,  
correr os escombros,  
e destapar o céu.

Não te rendas, por favor não cedas,  
ainda que o frio queime,  
ainda que o medo morda,  
ainda que o sol se esconda,  
e se cale o vento,  
ainda há fogo em tua alma  
ainda há vida em teus sonhos.

Porque a vida é tua e teu também o desejo  
porque o tens desejado e porque te quero  
porque existe o vinho e o amor, é certo.  
Porque não há feridas que não cure o tempo.

Abrir as portas,  
tirar as trancas,  
abandonar as muralhas que te protegem,  
viver a vida e aceitar o desafio,  
recuperar o riso,  
ensaiar um canto,  
baixar a guarda e estender as mãos  
despregar as asas  
e tentar de novo,  
celebrar a vida e retomar os céus.

Não te rendas, por favor não cedas,  
Ainda que o frio queime,  
ainda que o medo morda,  
ainda que o sol se ponha e se cale o vento,  
ainda há fogo em tua alma,  
ainda há vida em teus sonhos

Porque cada dia é um começo novo,  
porque esta é a hora e o melhor momento.  
Porque não estás sozinho, porque eu te amo.

*Mario Benedetti*

## RESUMO

GONÇALVES, Lara Sartorio. “*Não sorria. Estamos em guerra*”: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro. Orientador: Breno Marques Bringel. 2023. 354f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente tese busca examinar, a partir de um olhar sócio histórico, de que forma o medo é instrumentalizado pela extrema-direita para se fortalecer enquanto campo político e justificar práticas autoritárias. O medo é entendido como um afeto político ambivalente, que se expressa como vetor dinâmico de constituição de vínculos sociais, bem como formador de um processo de subjetivação autoritária, que legitima exclusões sociopolíticas e animosidades. As discussões teóricas e a pesquisa empírica da tese buscam analisar os dispositivos e vetores que produzem o medo enquanto ancoragem sócio existencial. Para isso, realizou-se ao longo de três anos uma ampla “observação encoberta” em grupos de WhatsApp de apoio a Jair Bolsonaro, além de acompanhamento cotidiano do acampamento bolsonarista no quartel-general Palácio Duque de Caxias. A tese articula um debate fronteiriço entre a teoria social, a filosofia, a psicanálise e a sociologia urbana, que, com respaldo empírico, discute de maneira abrangente a política do medo como impulsionadora do fenômeno do bolsonarismo, em suas diversas facetas, a partir do contexto contemporâneo do Brasil e, mais especificamente, do Rio de Janeiro. Os resultados de pesquisa sugerem saídas que incidem de maneira predicativa nos sujeitos, na desconfiança das imagens e estéticas estabelecidas e nos vínculos sociais ancorados em laços comunitários – em contraposição à racionalidade do medo. Observa-se, igualmente, a profunda relação da política do medo com tendências societárias contemporâneas, como o sentido da urgência, a digitalização e a individualização.

Palavras-chave: política do medo; bolsonarismo; extrema-direita; Rio de Janeiro; imaginário autoritário.

## ABSTRACT

GONÇALVES, Lara Sartorio. “*Do not smile. We are at war*”: politics of fear, authoritarian imaginary and Bolsonaroism in Rio de Janeiro. Orientador: Breno Marques Bringel. 2023. 354f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis seeks to examine, from a socio-historical point of view, how fear is used by the extreme right to strengthen itself as a political field and justify authoritarian practices. Fear is understood as an ambivalent political affect, which is expressed as a dynamic vector for the constitution of social bonds, as well as forming a process of authoritarian subjectivation, which legitimizes sociopolitical exclusions and animosities. The theoretical discussions and empirical research of the thesis seek to analyze the devices and vectors that produce fear as a socio-existential anchor. To this end, a broad “covert observation” was carried out over three years in WhatsApp groups supporting Jair Bolsonaro, in addition to daily monitoring of the Bolsonaroist camp at the Palácio Duque de Caxias headquarters. The thesis articulates a borderline debate between social theory, philosophy, psychoanalysis and urban sociology, which, with empirical support, comprehensively discusses the politics of fear as a driver of the Bolsonaroism phenomenon, in its various facets, from the contemporary context of Brazil and, more specifically, of Rio de Janeiro. The research results suggest outputs that affect subjects in a predicative way, distrust of established images and aesthetics and social ties anchored in community ties – in opposition to the rationality of fear. There is also a profound relationship between the politics of fear and contemporary societal trends, such as the sense of urgency, digitization and individualization.

Keywords: politics of fear; bolsonarism; far right; Rio de Janeiro; authoritarian imaginary.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>"TINTAS COM A COR DO MEDO": UMA ANÁLISE DO PAPEL POLÍTICO DO MEDO</b> .....	34
1.1	<b>Política do Medo</b> .....	36
1.1.1	<u>Eixo político institucional</u> .....	43
1.1.2	<u>Eixo social - cultural - subjetivo do medo</u> .....	53
1.1.3	<u>Espacialidade e temporalidade do medo</u> .....	59
2	<b>AS DIREITAS RUMINADAS: FISSURAS E TEMPORALIDADES NA EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO INDIGESTO</b> .....	71
2.1	<b>As abordagens históricas, políticas e das ideias na constituição das direitas no Brasil</b> .....	73
2.2	<b>O longo prazo: a trajetória das direitas e a violência sistêmica</b> .....	77
2.2.1	<u>Conservadorismo e a formação do Estado brasileiro</u> .....	78
2.2.2	<u>Integralismo: “Deus, Pátria e Família!”</u> .....	81
2.2.3	<u>Militares no poder: “Brasil: ame-o ou deixe-o”</u> .....	84
2.2.4	<u>Redemocratização</u> .....	87
2.3	<b>O médio prazo: Junho de 2013 como inflexão</b> .....	94
2.3.1	<u>Junho de 2013: o transbordamento</u> .....	99
2.3.2	<u>Eleições de 2018 e a vetorização do ódio</u> .....	105
2.4	<b>O curto prazo: eleições 2018, o governo Bolsonaro e o bolsonarismo</b> .....	106
2.4.1	<u>Governo Bolsonaro e bolsonarismo</u> .....	108
2.4.2	<u>Mas então: a que me refiro com “bolsonarismo”? É esta a melhor maneira de denominá-los?</u> .....	113
2.4.3	<u>“Militar” aqui é verbo ou sujeito?</u> .....	116
3	<b>COORDENADAS DO MEDO</b> .....	118
3.1	<b>Espacialidade dos afetos, imaginário do medo e dispositivos de subjetivação</b> .....	120
3.1.1	<u>Territorialização do medo: o Rio de Janeiro como laboratório</u> .....	125
3.1.2	<u>Cidade de muros - entre o visível e o invisível</u> .....	128
3.1.3	<u>Construção do inimigo e cartografia dos corpos em conflito</u> .....	137

3.1.4	<u>"Eixos do mal": anti-terrorismo e anti-comunismo.....</u>	146
4	<b>IMAGINÁRIO COLETIVO E DESLOCAMENTO DOS AFETOS.....</b>	156
4.1	<b>Imaginário do medo e dispositivos de justificação e legitimidade.....</b>	156
4.1.1	<u>Em nome da ordem: ética autoritária e medo do caos.....</u>	157
4.1.2	<u>Em nome da moral: noção de civilidade, dogmática cristã e a “cidade ingovernável”.....</u>	167
4.1.3	<u>Em nome da segurança: controle social, corpos vulneráveis e mercados da vigilância.....</u>	175
4.2	<b>Autoritarismo e cuidado: economia dos afetos e vínculos frágeis.....</b>	184
5	<b>REDES, RUAS, INSTITUIÇÕES E CORPOS: POR ONDE E COMO ECOAM OS VERBOS AUTORITÁRIOS?.....</b>	191
5.1.1	<b>Religião/Moral.....</b>	197
5.1.2	<u>“Ei, general! O Lula é imoral!”: matrizes da bandeira anticorrupção.....</u>	201
5.1.3	<u>Questão do aborto.....</u>	221
5.2	<b>Disputa pela verdade.....</b>	223
5.2.1	<u>O engano como contexto brasileiro.....</u>	225
5.2.2	<u>A coragem de dizer a verdade como um diferencial de Bolsonaro.....</u>	230
5.2.3	<u>Negacionismo e Teorias conspiratórias.....</u>	235
5.2.4	<u>Fraudes: ciência, instituições, pesquisas, urnas eletrônicas.....</u>	240
5.2.5	<u>Fake News e a Censura da Liberdade de expressão.....</u>	247
5.2.6	<u>A disputa da memória.....</u>	251
6	<b>“NÃO SORRIA, ESTAMOS EM GUERRA”: AÇÃO E PARALISIA NO MEDO.....</b>	260
6.1	<b>“Terço na mão, inimigo no chão!”: A política da inimizade.....</b>	261
6.1.1	<u>Então no que, afinal, consiste a política da inimizade e quais suas implicações?.....</u>	264
6.1.2	<u>“O Brasil vai virar a Venezuela!” “Defendam o Brasil do comunismo!”: Quem são os inimigos do bolsonarismo?.....</u>	273
6.1.3	<u>Pensamento mágico e paranoia coletiva.....</u>	280
6.1.4	<u>“Vamos metralhar a petralhada!”: Recurso à violência e legalização das armas.....</u>	289
6.2	<u>“Derramar sangue pela pátria livre!”: Patriotismo e militarismo.....</u>	296
6.3	<u>“Eu sou 'imbrochável', não vou sair de combate”: Masculinidade e Poder.....</u>	308
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	315



<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>333</b>
<b>ANEXO A -Roteiro de Entrevista - Manifestação dia da Bandeira 19/11.....</b>	<b>354</b>

## INTRODUÇÃO

[...] “o enfrentamento, a esquiwa e o revide operam no cruzo entre as dimensões material e imaterial, é nessa encruzilhada que as lógicas de poder são transgredidas e rasuradas”.

Luiz Rufino, em *Pedagogia das Encruzilhadas*

O ódio e a belicosidade crescem nas ruas, nas casas, na internet e nas instituições. Vivemos em uma repetição do choque e dos absurdos, contra os quais argumentos muitas vezes não passam de um desencaixe. Vimos sair das sombras, nas democracias liberais do mundo todo, forças de extrema direita que não apenas tomaram o poder como também pautaram os debates públicos, impactaram as relações afetivas, os ambientes de trabalho, nosso íntimo e a maneira como olhamos para o desconhecido. Um sentimento, que foi tão sentido como também verbalizado, já marca nossos tempos: o medo.

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro para a Presidência do Brasil, em 2018, chacoalhou os referenciais que pareciam ser denominadores comuns de nossa sociabilidade e da governabilidade forjada com a Nova República. Com discursos racistas, homofóbicos, misóginos e todo tipo de apontamentos preconceituosos propagados, assistimos o riso diante do tom politicamente incorreto sendo popularizado, por um lado, e o campo progressista que observava perplexo e titubeante face a sequência de absurdos, por outro. A violência e o ódio assumiram lugar preferencial nos métodos políticos, inspirando medo às vítimas dos discursos e das ações e agenciando o “pânico moral” para recrutar mais adeptos por meio do apelo ao medo da degeneração moral no país. Vimos recrudescer um apoio desmedido ao autoritarismo, que tornou dispensável justificativas da violência impetrada contra as populações não incluídas no projeto de nação e modelo de desenvolvimento defendido.

A relação do medo com práticas autoritárias não é uma associação nova. O Estado moderno é constituído pelo medo e foi perpetuado ao longo dos tempos como seu afeto político estruturante e legitimador da violência estatal no combate ao “caos”. Como essa referência de autoridade moldou subjetividades e imaginários políticos ao longo do tempo? Quais são os dispositivos e ancoragens do medo que permitiram uma extrema direita vir a público com tamanha fúria e audacidade? E por que tantos de nós, pesquisadores e analistas – e até a própria extrema direita – observou com espanto e perplexidade a aparente “novidade”? Quais os elementos que nos escaparam até aqui dessa formação político-subjetiva que explicam a expressiva adesão popular a discursos preconceituosos, esdrúxulos e violentos e que tendências

societárias alavancaram essa relação? Quais são as camadas visíveis e invisíveis da cidade que correspondem à relação com a política do medo?

Estas perguntas me inquietaram diariamente nos últimos anos. Ao buscar respostas, mesmo que parciais, para algumas delas, me deparei com o diagnóstico de que a maior parte dos trabalhos dedicados a analisar a ascensão de Bolsonaro e o “bolsonarismo” no Brasil tendem a se concentrar em uma certa cronologia de acontecimentos que produzem uma cadeia causal explicativa algo simplista para o fenômeno, com um olhar especialmente atento às dinâmicas da política institucional e às decisões tomadas pelo poder público (LYNCH, CASSIMIRO, 2022; AZEVEDO et al., 2020; PINHO, 2019). Não rejeito o valor desse tipo de contribuição, mas que, por sinal, na maioria dos casos não levam a sério as premissas fundamentais da sociologia explicativa e sua busca constante de explicação sociológica baseada em mecanismos, tal como preconizaram pioneiramente Raymond Boudon ou Jon Elster. Ocorre que a ênfase cognitiva e descritiva desta forma de construir o pensamento sociológico deixa de lado a importância dos vetores críticos, ao mesmo tempo que a ênfase principal na arena institucional costuma ser incapaz de captar as profundas mudanças sociais vividas nos anos recentes, tornando-se, portanto, insuficientes para a apreensão da realidade como um todo.

O termo “bolsonarismo” receberá maior atenção ao longo da tese, mas é importante estabelecer, de saída, que se trata de um arranjo político-ideológico heterogêneo e pouco estável dada a combinação de elementos conjunturais e outros mais dogmaticamente ancorados. Assim como o bolsonarismo é um fenômeno político que transcende ao próprio Bolsonaro (dado que seus elementos o antecedem e seguramente seguirão para além do posto presidencial, o que sugere a contingência desta liderança), também é preciso denotar que nem todo eleitor de Bolsonaro é bolsonarista. Se isso era mais identificável nas eleições presidenciais de 2018, quando o princípio da negação, desejo de mudança e a busca pelo candidato que representasse algo “novo” em face do *antipetismo* altamente propagado constituíam o núcleo aglutinador do apoio a Bolsonaro, ao longo dos anos de ascendente polarização política, adquiriu outras moldagens. Houve, nesse sentido, um processo de radicalização de determinado setor da sociedade situado na extrema-direita do espectro político-ideológico. O esforço da tese é propor uma perspectiva analítica mais abrangente e especialmente preocupada em captar as ancoragens, os deslocamentos e os fluxos que tornaram possível o fortalecimento do bolsonarismo.

Para tanto, foi preciso considerar, como ponto de partida, o medo como um afeto político. Exploro a relação ambivalente desse afeto, que se mostra como vetor dinâmico de constituição de vínculos sociais, ao mesmo tempo que funciona como legitimador de exclusões

sociais e animosidades. O aparente oxímoro da política do medo é enredado em amálgamas temporais e espaciais que estruturam outras duas camadas fundamentais de manifestação da política do medo: as camadas político-institucionais e aquelas socioculturais e subjetivas. As fronteiras entre as camadas são estritamente artificiais, elaboradas com fins analíticos, mas o funcionamento entre elas constitui uma relação imbricada, dinâmica e indissociável. Cabe lembrar neste ponto que, nem mesmo as instituições, nem os indivíduos, coletividades e empresas são atores coesos e unidirecionais e não devem ser assim tratados.

Observar o fenômeno a partir da captura emocional-afetiva se impôs como necessidade na medida em que as adesões e defesas de lideranças e ideias tornaram-se progressivamente apaixonadas e, em muitos casos, estruturadas pelo fanatismo. A polarização política alcançou níveis extremos, forjando uma incompatibilidade entre laços sociais (de amizade, familiares, de vizinhança, de trabalho), que foram se rompendo diante da adesão a um lado ou ao outro. Subjaz a esta dinâmica o entendimento de que a escolha política implica a eliminação do outro – seja a eliminação física, como a defesa explícita feita por Bolsonaro e bolsonaristas de “metralhar a petralhada”; seja o sentido de eliminação que advém do entendimento de que a esquerda no poder implicaria na degeneração moral e na miséria do povo brasileiro – que tornam a sobrevivência uma impossibilidade.

A centralidade da política do medo na tese se justifica pelo papel constitutivo desse afeto na formação social brasileira, enfaticamente na cidade do Rio de Janeiro, e sua importância crescente na configuração dos espaços urbanos e do imaginário político coletivo. Na longa trajetória da literatura que se debruçou sobre a discussão do medo, temos mais recentemente, duas tendências que se apresentam como majoritárias nas análises: primeiro, o medo como emoção que emerge das representações sociais em face à insegurança decorrente da violência urbana e à vulnerabilidade ontológica (TUAN, 1979; MISSE, 1999; CALDEIRA, 2000). Segundo, o medo a partir de sua construção de matriz discursiva em torno da insegurança e dos estigmas sociais (ROCHÈ, 2004; GRAHAM, 2012; MBEMBE, 2020). A centralidade nas representações e discursos é fundamental para o entendimento de como o medo opera, mas ainda se torna insuficiente para a compreensão daquilo que estou chamando de *política do medo*.

As inquietações apresentadas como fatores motivadores da escrita desta tese nortearam-na e resultaram no ritmo que assume em sua estrutura. Sobressai um primeiro desafio que é o de lidar teórica e empiricamente com afetos. Essa questão terá uma atenção reflexiva especial logo de início, em que apresento à/ao leitor/a minha definição de “política do medo”, entendida como a instrumentalização do medo com fins políticos de impacto social, corpóreo, subjetivo,

cultural, cognitivo e espaço-temporal. A dificuldade – e também a potência – da pesquisa que pensa os afetos foi respondida com o avanço por meio de múltiplos caminhos metodológicos. Me apoio em Freud quando reivindico um olhar centrado sobre os resíduos, ou seja, sobre os dados marginais considerados reveladores. Resíduos, restos, também falam sobre rastro. E é por meio dos rastros no tempo e no espaço que busco identificar elementos que estão agora nos holofotes, mas já estiveram à sombra ou posições menos centrais, assumindo outras faces e entendimentos.

Quanto aos rastros no tempo, cabe antecipar que opero em múltiplas escalas temporais – curto, médio e longo prazos – por entender que é inescapável que assim seja, dada a pretensão de uma análise abrangente do tema. Assim, o objeto da pesquisa está circunscrito ao período mais recente do processo eleitoral para presidente da República do Brasil, de 2018, até o último ano do governo eleito, 2022. Este é o curto prazo, que não pode ser explicado sem as referências ao período de médio prazo: os fenômenos que antecedem as manifestações de 2013 no Rio de Janeiro e seus desdobramentos até 2018. E, quanto ao longo prazo, me refiro ao sobrevoo que realizei desde a formação do Estado brasileiro até o período que designei como médio prazo. Desta maneira, busquei examinar a política do medo em suas diferentes sobreposições espaço-temporais – que estão longe de serem lineares e possuem um alto grau de contingência – articulando suas distintas manifestações, que conectam o governo Bolsonaro com a emergência/desenvolvimento do bolsonarismo e a formação sócio-histórica brasileira.

Compreender a relação que um afeto possui nas construções sociais implica na utilização de métodos mobilizadores de elementos e variáveis menos aparentes e “dadas” que os mais frequentemente usados. É o que podemos pensar como *sintomas sociais*, ou, conforme o método em Marx nos exigiria, buscar descobrir o submerso. Ainda que essa sugestão possa parecer, em princípio, escapar do imanente, a presente tese defende justamente o oposto.

O medo não é puro discurso e representação, ele possui materialidade, concretude, base na realidade, de tal forma que sua dimensão mais visível é verificável nas estruturas, mapas, arquitetura e estética das cidades (GRAHAM, 2017). O que é visível, entretanto, nem sempre é imediatamente revelador e, por isso, demanda análises voltadas aos processos invisíveis/invisibilizados ocultados nos discursos e representações associados ao aparente. É nesse sentido que constato como ineficaz a dissociação desses elementos para a compreensão da extensão de significado do medo enquanto afeto político.

## **Emergir da “falta” para operar na “falta”: caminhos teórico-metodológicos e organizativos**

Nesse ponto, cabe rememorar as condições nas quais esta tese foi escrita. Além do contexto de animosidades e angústia social, de que a tese trata e que também me afetam, a pandemia de coronavírus não pode ser secundarizada. No Brasil, foram quase 700 mil pessoas que perderam a vida por Covid-19, desde 2020, segundo dados oficiais que são subnotificados. O luto, o medo e a tristeza foram somados ainda ao cenário econômico em que a alimentação básica foi tornando-se cada vez mais inacessível. Além de ter enfrentado oito meses de coma e internação do meu pai por Covid-19, ao longo de 2021, eu mesma adoeci pelo vírus nas idas e vindas ao hospital e enfrentei o luto de outras tantas pessoas queridas. Como pesquisadora, além do aspecto de saúde física e mental, vi ser prolongado o adiamento da realização de minhas entrevistas, que eu entendia como centrais e imprescindíveis ao meu trabalho e que ainda lidavam com as enormes dificuldades de acesso aos interlocutores da extrema direita.

Alguns dados, nesse sentido, são relevantes para introduzir os caminhos metodológicos realizados. Primeiro que, inicialmente, a metodologia escolhida havia sido a de reconstrução das histórias de vida por meio das entrevistas, que pretendiam ser de longa duração. Nesta abordagem, o raciocínio era de que a história das relações sociais da experiência de vida de cada um constitui sua própria história individual. A história biográfica e a história social são expressões importantes no fluxo de compreensão dos regimes de subjetivação dos sujeitos, por entender que sua elaboração sobre a própria história me permitiria o engajamento em um trabalho ao mesmo tempo sensível e aprofundado quanto à dialética das relações entre identidade e experiências de vida. Pois, como sugere Heleieth Saffioti, “as identidades sociais se constroem sobretudo no plano inconsciente, podendo ser pequena ou grande sua presença no nível consciente” (SAFFIOTI, 1997:66).

Com o passar dos anos de governo Bolsonaro e o próprio avanço da pandemia de covid-19, um estado generalizado de desconfiança entre as pessoas foi aumentando, e os interlocutores que antes da pandemia haviam aceitado participar das entrevistas, com muito custo, depois do período mais crítico da doença já não estavam de acordo. Apesar de o pior momento da pandemia ter passado e a quarentena afrouxada, ainda era pouco recomendado, entre o fim de 2021 e boa parte do ano de 2022, os encontros presenciais, além do fato de que as pessoas já estavam mais habituadas, nesse momento, a plataformas digitais de reunião. Foi então que consegui agendar entrevistas de maneira virtual, mesmo sabendo que com isso eu perderia muito da capacidade de prolongar por mais de 3 horas uma entrevista e de aprofundar em temas

difíceis. O que ocorreu, contudo, é que as respostas foram majoritariamente negativas, outros aceitaram, marcaram comigo e não compareceram – não foram poucas as esperas frustradas – e, por fim, minhas poucas possibilidades de iniciar a entrevista foram interrompidas pelo medo, desconfiança e a acusação de que eu era uma “comunista infiltrada”. Testei distintos roteiros e abordagens, mas mesmo a única entrevista que mais avançou, o interlocutor foi incisivo quanto a “vigiar se eu publicaria qualquer coisa sobre ela, porque ele não havia autorizado”.

Ainda em 2022 foi notável como a repulsa às entrevistas assumiu unanimidade entre os bolsonaristas, mesmo entre membros com diferentes graus de envolvimento político com a “causa”. Seja os acadêmicos ou os jornalistas, o entendimento era o mesmo: eram comunistas que queriam colher informações para então atacá-los. A minha insistência, porém, rendeu algumas possibilidades e entendimentos sobre mecanismos de aproximação, tipo de relação construída na arena política e componentes importantes do sentimento de raiva, animosidade e confidencialidade entre eles. Isso talvez também ajude a explicar como apoiadores sustentaram a defesa do Bolsonaro mesmo quando este impôs 1.108 sigilos de 100 anos para ações oficiais<sup>1</sup> enquanto presidente, segundo dados da Transparência Brasil. E certamente explica a agressão física e a violência verbal que ocorreu em diversas circunstâncias contra jornalistas e até curiosos em ambientes bolsonaristas<sup>2</sup>. Dito isto, acredito que reconstituir os percursos metodológicos, nesse caso, tornou-se ferramenta mandatória à compreensão da tese.

### **Percursos metodológicos**

*“Fiz minhas velas ao mar”  
Paulinho da Viola, na canção Novos rumos*

Como resposta às incertezas e ao confinamento imposto pela pandemia, em 2020, rapidamente aderi a um método de pesquisa qualitativa ainda bastante novo – não apenas para mim, mas para as ciências sociais – e que integra uma das técnicas etnográficas realizadas em

---

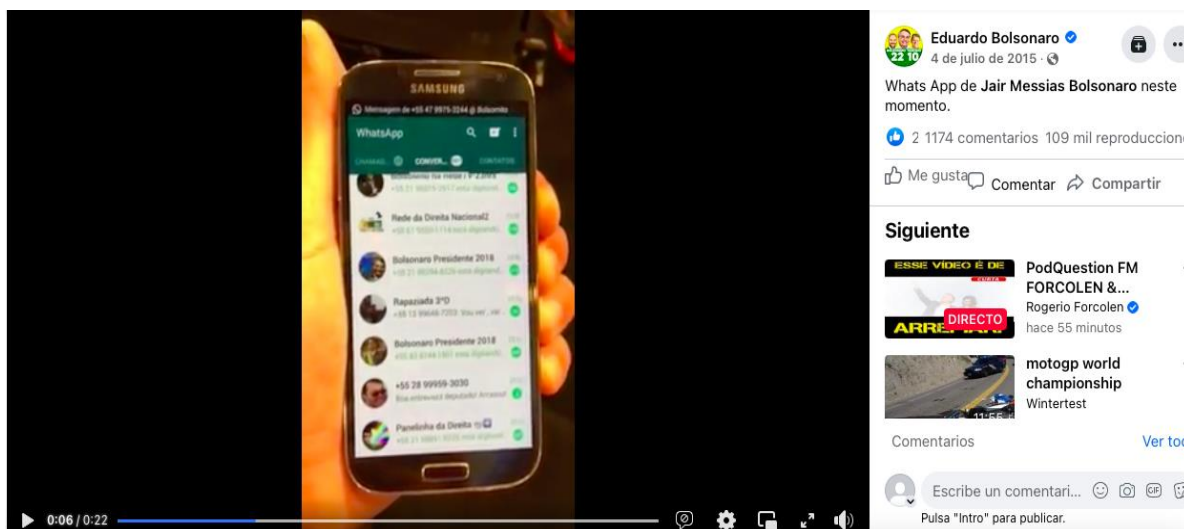
<sup>1</sup> Levantamento aponta que Bolsonaro decretou 1.108 sigilos de 100 anos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-impos-1-108-sigilos-de-100-anos-mostra-levantamento/>

<sup>2</sup> Foram inúmeras as ocasiões em que jornalistas, repórteres e curiosos foram agredidos por bolsonaristas. Deixo aqui alguns exemplos: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/manifestantes-bolsonaristas-agridem-jornalistas-durante-acao-de-desmonte-de-acampamento-em-belo-horizonte.ghtml> <https://www.poder360.com.br/midia/extremistas-agridem-jornalistas-na-esplanada/> <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2022/10/23/reporter-cinematografico-da-intertv-afiliada-da-tv-globo-e-agredido-por-apoiadores-de-roberto-jefferson-e-jair-bolsonaro.ghtml>

redes: a netnografia<sup>3</sup>. A intenção, com as técnicas netnográficas, nunca foi esgotar nem metodologicamente, nem analiticamente, o tema da tese na dimensão das redes – que entendo ser apenas uma das esferas relevantes para pensar a extrema direita. Contudo, foi a partir da sistematização do extenso material coletado na rede social WhatsApp que acomodei outras metodologias às categorias dali extraídas. Foram elas: o trabalho de campo realizado nas manifestações e acampamentos nas ruas; entrevistas individuais; interações institucionais; sites difundidos nos grupos de WhatsApp; análise de imagem; discursos públicos; decisões institucionais; análise do jornal *Folha Universal*; entrevistas públicas.

Em 2015, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, que havia sido recém-eleito deputado federal por São Paulo, postou um vídeo em sua página de Facebook mostrando o WhatsApp do pai<sup>4</sup> que atualizava em ritmo frenético mensagens de diversos grupos de apoio a Jair e de identificação política à direita, com nomes como “Orgulho de ser reaçã”; “Panelinha da direita”; “Bolsonarianos”; “Bolsonaro Presidente 2018”, dentre muitos outros. Em 2016, Bolsonaro posta em sua página do facebook uma imagem com mais de 200 mil mensagens não lidas de seu WhatsApp com a legenda “Aos amigos do WhatsApp, um abraço, Jair Bolsonaro”.

Figura 1 – WhatsApp do Bolsonaro



Legenda: Print da *timeline* do Facebook.

Fonte: A autora, 2020.

<sup>3</sup> Quanto à netnografia, cabe mencionar e agradecer ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sujeitos, Sociedade e Estado, NEPSSE-UFF, por ter ofertado um enriquecedor curso online e gratuito intitulado “Construção do pensamento científico em dias de pandemia”, com quatro módulos destinados à etnografia em redes. O conteúdo versou sobre ferramentas possíveis em redes abertas e fechadas, métodos testados e conduta ética no campo virtual.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=416749098517720>. Acesso em 12 de setembro de 2022.



Segundo Victor Piaia (2021), esses são alguns dos indícios possíveis de serem mapeados em discursos públicos de Bolsonaro e seus filhos de que, desde 2015, há uma estratégia da criação de uma rede de informações à margem dos meios tradicionais de comunicação política e eleitoral: os grupos de WhatsApp. A notoriedade da presença e articulação surpreendente desses grupos nas eleições de 2018 consistiu, portanto, no resultado de experimentos anteriores e expressaram um acúmulo dos últimos anos a partir da aposta na força da viralização de mensagens por meio do aplicativo. Segundo Piaia,

No mesmo sentido, é importante destacar que Bolsonaro e sua equipe acompanharam o processo de crescimento e disseminação desses grupos de perto, tendo-os, junto ao aumento das métricas em outras redes sociais e à recepção de futuros eleitores de diferentes estados, como um indicador do seu potencial de comunicação eleitoral mesmo em condições partidárias desfavoráveis (PIAIA, 2021:92).

Depois da evidente importância que teve o WhatsApp nas eleições de 2018, dado que as variáveis tradicionais mostraram-se insuficientes para uma constatação mais assertiva do que se desenhava no cenário político, houve inquietude quanto aos desafios que o fenômeno impunha à pesquisa. De acordo com a pesquisa do DataFolha, de outubro de 2018, dois a cada três eleitores no país tinham contas em redes sociais (66%) no período, sendo o WhatsApp a principal rede utilizada, com 65% do eleitorado. Entre os mais jovens, o índice alcança 90%, sendo que conforme maior for a idade, mais o aplicativo é utilizado com fins políticos, segundo a pesquisa<sup>5</sup>. Ainda assim, dentre as/os entrevistadas/os, 53% afirmaram utilizar o mensageiro para ler notícias sobre política e eleições. Os números ilustram o alcance e relevância frente a outras ferramentas digitais.

A dificuldade de acessar o conteúdo privado do aplicativo e as distorções de apreensão da realidade que os analistas encararam diante do caráter de novidade do fenômeno indicaram urgência em refletir academicamente a agenda sobre o tema. Pareceu, então, que grupos de WhatsApp poderiam ser mais reveladores quanto ao conteúdo e interações do que aqueles artefatos de acesso público, em especial diante da grande penetração do aplicativo no cotidiano dos indivíduos. Mas como operacionalizar uma pesquisa em uma rede social privada e fechada?

Para o tipo de análise que me propunha fazer e com a enorme rejeição dos sujeitos a serem pesquisados e observados quanto à pesquisa e à ciência, em especial no campo das humanidades, busquei operar no modo de *imersão em grupos*. O método consiste em observar

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/27/44cc2204230d2fd45e18b039ee8c07a6.pdf>. Acessado em 28 de agosto de 2022.

as interações dos grupos e realizar a coleta de materiais a partir do acesso da pesquisadora em grupos de WhatsApp. A entrada, contudo, exige que seja uma abordagem silenciosa e estritamente de observação, conhecida como *pesquisa encoberta* (CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019). O que quer dizer que não há interação com os integrantes do grupo dado que, no caso de me apresentar, eu seria imediatamente excluída. Ainda assim, fui continuamente retirada de grupos por ser uma participante em “inatividade”. Os grupos analisados foram acessados por *links* de convite disponibilizados por seus administradores e coletados a partir de buscas em redes sociais, sites que fazem repositórios de *links* e colegas que também estudam o tema.

Em um primeiro momento, consegui entrar por meio de links de acesso em 18 grupos de WhatsApp<sup>6</sup>. Alguns expressamente destinados a apoiar o Bolsonaro, com o nome do presidente compondo os nomes dos grupos junto às indicações dos estados presentes (ex.: Bolsonaro ES/RJ). E outros eram mais amplos, denominados “Direita Conservadora”, “Anti-Sistema”, “Comunavírus”, “Basta de corrupção!!!”, dentre outros. Com frequência, eu era excluída pelos administradores desses grupos por não ser uma membra ativa. Algumas vezes, avisaram que fariam uma “limpa” por questões de segurança do grupo e outras eu apenas fui retirada sem qualquer antecipação. Por essa razão, sempre que compartilhavam algum link de acesso a novos grupos eu entrava, para garantir que mesmo nessa oscilação, eu estaria em algum grupo, respeitando o formato de não interação. A pesquisa, portanto, foi realizada por meio de observação descontínua em relação a cada grupo, mas mantendo sempre o acompanhamento a no mínimo dois grupos simultâneos.

No momento de finalização de coleta e sistematização de material, eu ainda estava inserida em seis grupos: “Militar vota em Militar” (76 participantes), “Unidos pelo Brasil” (199 participantes), “Israel/Brasil/USA” (100 participantes), “Religião X Política” (39 participantes), “Cultura Cristã” (159 participantes), “Manifestação GYN” (221 participantes). Os dois primeiros são grupos de mensagens temporárias, o que significa que a coleta dos dados precisava ser feita diariamente. Os grupos “Manifestação GYN”, no WhatsApp, e “Intervenção militar já!”, no Telegram, são dois dos grupos criados a partir da vitória eleitoral do Lula para a organização das manifestações<sup>7</sup> e, no caso do primeiro, possui o diferencial da ausência de interação, uma vez que somente os administradores podem enviar mensagens.

---

<sup>6</sup> Agradeço especialmente ao Victor Piaia pelo fornecimento de links utilizados em sua própria tese e pela orientação a partir de sua inovadora entrada no campo. Também agradeço muitíssimo as trocas com o Pablo Ornelas, que não apenas compartilhou comigo links de grupos, mas também materiais e reflexões.

<sup>7</sup> Manifestações que seguem ocorrendo até o momento da escrita da tese, e sobre as quais irei tratar mais detidamente adiante.

Quanto à dinâmica dos grupos, é notável o fluxo intenso e contínuo de mensagens. Ainda que o número de mensagens aumente dependendo dos acontecimentos políticos conjunturais, é importante frisar o caráter cotidiano das trocas de informação entre os participantes, chegando a uma média aproximada superior a 400 mensagens diárias em grupos de cerca de 100 participantes e 700 mensagens diárias para os grupos de aproximadamente 200 participantes. As mensagens são quase sempre acompanhadas de imagens, vídeos e/ou link para canais de notícias dos bolsonaristas<sup>8</sup>, dada a rejeição que o grupo político possui em relação aos meios de comunicação hegemônica de forma geral.

Destaco, contudo, que a metodologia não permite resultados quantitativos acurados, por sua própria limitação estrutural em relação à formação da amostra, dado que não é possível acessar o universo total de mensagens trocadas no WhatsApp e são necessários equipamentos que não disponho para elaborações quantitativas mesmo que restritas aos grupos em que estive imersa. Outro desafio encontrado foi o de circunscrever a pesquisa ao Rio de Janeiro, visto que as redes permitem outros formatos de aproximação que extrapolam o território geográfico. Pude perceber que mesmo os grupos destinados à organização daqueles que residiam na cidade do Rio de Janeiro e região oceânica foram, aos poucos, sendo destituídos da restrição territorial (muitos membros, inclusive, acompanhavam os grupos no exterior) e, desde o princípio, não havia nenhum controle quanto à compatibilidade geográfica. Isso sofreu mudanças nos momentos em que houve mobilização destinada à ocupação das ruas e grupos mais temporários ou mesmo restritos às publicações do administrador foram sendo criados e difundidos (no WhatsApp, Telegram e Signal) para fins de organização desse deslocamento das redes às ruas. As trocas, entretanto, eram diferentes das que eu buscava acompanhar, dado que a organização é menos coletiva e mais instruída, na medida em que se dão por meio de decisões coordenadas que chegam na forma de “aviso”.

Nesse sentido, a maneira de operar com os dados coletados ao longo desses anos tem fins de caráter qualitativo, observando os seguintes aspectos: compreensão dos recursos de mobilização nos grupos; identificação das temáticas mais frequentemente repercutidas e aquelas que ativam afetivamente as/os integrantes; observar processos de radicalização do discurso; recepção ao contraditório, se existente; identificar deslocamentos redes-ruas-instituições-corpos; registrar quais os afetos mobilizados. Esses aspectos foram observados a partir da pergunta orientadora: de que maneira opera a política do medo nesses grupos e como

---

<sup>8</sup> São exemplos os sites: <https://www.folhadapolitica.com/>; <https://oantagonista.uol.com.br/> ; <https://terrabrasilnoticias.com/>; <https://www.portalcidade.news/>; [www.pensandodireita.com](http://www.pensandodireita.com), entre outros.

a experiência territorializada dos membros em diferentes partes do Rio de Janeiro influencia sua receptividade e adesão?

A forma de sistematização foi sendo alterada ao longo do processo de pesquisa e o acúmulo de material de três anos me permitiu, aos poucos, definir categorias temáticas das mensagens difundidas. São quatro categorias, indicadas a partir do critério analítico dos sentidos aglutinadores dos temas levantados em repetição nos grupos: *1. Religião/moral*, *2. Disputa pela verdade*, *3. Inimizade*, *4. Patriotismo/militarismo/masculinidade*. Essa divisão foi também organizadora dos capítulos empíricos, o que permitiu um aprofundamento de suas nuances e a exemplificação iconográfica das interações.

Convém destacar que, apesar da numerosa quantidade de mensagens enviadas diariamente, elas conservam uma apresentação alarmista, acompanhadas de palavras como “urgente”, “apelo”, “absurdo” ou por chamadas de conteúdos exagerados, muitas vezes com linguagem provocadora dirigida ao participante/leitor. Um exemplo deste último é o caso das mensagens que dizem que, se a esquerda vencer, o “Brasil vai virar Venezuela”, e a imagem concatenada a essa possibilidade é de que as pessoas passarão a comer cachorros, mas mais do que isso, “comerão o seu pet!”.

Fotografia 1 – Brasil vai virar Venezuela



Legenda: Manifestantes levantam cartaz em manifestação bolsonarista contra o PT, em 2022.  
Fonte: Site Outras Palavras<sup>9</sup>, 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/politica-e-patologia-do-golpismo/>

Ao operar em um regime de urgência, as dimensões estéticas e textuais são cruciais para a interpelação. Buscarei apresentar cada uma das categorias indicadas tratando de articular esses diferentes aspectos. É certo que os temas terminam por se relacionar ou mesmo se confundir, mas, conforme será demonstrado, não há uma lógica linear estruturante de um arranjo homogêneo da ideologia de bolsonaristas (e apoiadores de Bolsonaro). Há, inclusive, elementos excludentes entre si, mas que são acomodados em malabarismos argumentativos que acabam criando certo dinamismo e flexibilidade lógicas em prol de uma lealdade basililar à adesão de cada sujeito.

Em adição, nos eventos de maior importância, que geravam engajamento nas redes sociais, por exemplo escândalos políticos recentes, eu observava as reações e a forma com que os participantes lidavam com o contraditório do líder Bolsonaro. Também cuidei de analisar a maneira como expressam seus afetos e a predominância do ódio, raiva, medo e pânico. Em deslocamentos às ruas, como manifestações e carreatas, fui para fins de registros fotográficos e observação. Estive presente também dos dias 10 de novembro a 19 de novembro de 2022 no acampamento em frente ao Palácio Duque de Caxias<sup>10</sup>, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, consegui finalmente realizar entrevistas presencialmente, interrompidas violentamente por seguranças e dirigentes do acampamento, em função do pânico espreado.

O tratamento que optei por operar com as categorias definidas foi o de costurar todos esses processos de observação e métodos de aproximação realizados ao longo dos anos, buscando apresentar resultados – ainda preliminares em relação à abrangência do tema – que orientam a compreensão dos mecanismos de manipulação e produção dos afetos. Assim, as abordagens que inicialmente seriam metodologias acessórias às histórias de vida, me mostraram que além do enorme trabalho demandado para a sistematização, forneciam possibilidades valiosas para o que eu buscava identificar.

Dentro de uma dimensão exploratória da metodologia, realizei o acompanhamento, ao longo de três anos (2020-2022), de grupos no WhatsApp de direita e de apoio direto ao Bolsonaro. Além disso, busquei acompanhar esporadicamente as páginas de lideranças em outras redes sociais, como Twitter e Instagram, e produzir relatórios sobre os tipos de discursos. Também foram analisados os sites de extrema direita e canais oficiais de informação do governo – todos serão trabalhados ao longo da tese. Por fim, também lancei mão de uma análise das

---

<sup>10</sup> O roteiro das entrevistas consta no Anexo I.

publicações do Jornal Universal, periódico impresso de maior circulação no país produzido pela Igreja Universal do Reino de Deus, entre os anos 2018 e 2022. As observações realizadas em outras redes, como grupos de Telegram, Facebook, Twitter, etc., não foram sistemáticas e exaustivas, como no caso dos grupos de WhatsApp. Desse modo, esses dados são mobilizados apenas de maneira ilustrativa ao longo da tese.

Se antes minha percepção estava mais concentrada nas limitações do trabalho empírico conduzido nesses moldes, posteriormente me deparei também com a potencialidade analítica de ter realizado um acompanhamento tão raramente longo (três anos) e em uma frequência tão intensa (diária). Quando pude finalmente realizar entrevistas em formato presencial nos acampamentos, constatei a relevância do material acumulado, tendo em vista sua compatibilidade com o que as/os sujeitos entrevistados relataram e expressaram.

### **Percursos teóricos**

Em razão da abrangência analítica, articulei uma ampla gama de referenciais teóricos, que produzem um diálogo acentuadamente interdisciplinar, passando pela teoria social e sociológica, pela ciência política, pela antropologia, pela filosofia, pela psicanálise, pela geografia, pela arquitetura e pelas artes visuais. Mesmo que a tese se dedique a pensar os afetos, optei por não tornar o crescente campo da sociologia das emoções o meu marco teórico. Apesar de traçar diálogos com parte dele, as teorias não relacionavam as individualidades com o social e estruturas do modo como eu buscava, ora centrando-se mais em um aspecto, ora em outro e menos nas noções desse (des)encontro conflitivo, como eu pretendia trabalhar. Ademais, minha inquietação perpassa o amálgama dessas relações em seus múltiplos vetores, incluindo a do indivíduo com ele mesmo. Com esse ponto de partida, analiso as porosidades, as tendências e os processos de ideologização dos sujeitos, mas sem perder de perspectiva sua agência e a dos afetos – não homogênea e nem coerente, dadas as ambivalências.

De todo modo, bebo de alguns autores do *mainstream* da sociologia das emoções, ainda que não integrem meu marco teórico – como James Jasper, Francesca Polletta e Helena Flen – e uma gama de autores latino-americanos, com os quais traço alguns diálogos mais diretos ao longo da tese (tais como Adrián Scribano, Tommaso Gravante e Alice Poma). Um debate crescente, estruturado por uma perspectiva feminista, é o da ecologia dos afetos, que tem entre suas autoras expoentes a Roxana Rodriguez Ortiz, Yayo Herrero, Miriam Lang, Astrid Agenjo e Carmen Aliaga. E, por fim, há aqueles que se alinham às abordagens da psicologia social, mas

que não convém mencioná-los por não tratarem dos conflitos em si, apenas dos impactos dos conflitos nos indivíduos. Não é disso que se trata a pesquisa.

Optei por estabelecer uma interlocução mais aprofundada com autoras e autores brasileiros que buscam combinar reflexão teórica com o estudo empírico da política do medo e do bolsonarismo. Dentre as autoras que estabeleço maior diálogo, está Vera Malaguti, em especial sua brilhante discussão sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro, por meio do mapeamento histórico do “império do medo” no Rio, mas especialmente pelo modo como demonstra os processos de constituição subjetiva de um autoritarismo racista justificado pela propagação do medo dos “portadores da ameaça”, negros e pobres. Os rastros desta relação identificadas hoje são originados no período colonial e escravista.

Por sua vez, Vladimir Safatle, Christian Dunker e Rodrigo Nunes também são referências importantes, pois, além de estarem produzindo no calor do momento excelentes reflexões acerca da sociedade e da política brasileira (e também especificamente o bolsonarismo), traçam diálogos fundamentais entre a filosofia, as ciências sociais e a psicanálise. Com Kathya Araujo, Esther Solano, Thais Aguiar e Grégoire Chamayou penso, de uma perspectiva mais abrangente, as questões do medo aos subordinados e os processos de compatibilização do autoritarismo com as democracias liberais. Por fim, mobilizo também referências bastante consolidadas como Freud, Lacan, Foucault, Achille Mbembe, e Byung-Chul Han para aprofundar nas noções de imaginário e psico-política.

Cabe destacar que, embora recente, já existe uma vasta e consistente literatura sobre o Bolsonaro e o bolsonarismo (ROCHA, 2021; SOLANO, 2018; CESARINO, 2019; GONÇALVES, 2021; LYNCH, 2022). Não convém esgotá-la em sua diversidade nesta introdução, mas serão apontadas, reivindicadas e, fundamentalmente, contrapostas ao longo da tese. De modo geral, um incômodo que foi mantido consiste na percepção de que a multiplicidade de trabalhos publicados não deu conta de uma perspectiva abrangente, a que esta tese se propõe, observando os diversos vetores que envolvem a disseminação política-ideológico-material e afetiva do bolsonarismo.

Uma questão que me parece fundamental para localizar o campo de debate contemporâneo sobre a extrema direita ascendente e, ao mesmo tempo, me situar nele, é sobre a maneira como são articulados os aspectos visíveis e invisíveis da totalidade. Me parece que há uma tendência que ora insiste em tratar dos elementos mais visíveis (sejam aqueles nos holofotes e em suas tramas, como no poder político-institucional, seja nos discursos e narrativas ou mesmo nas manifestações públicas); e ora se aprofunda no invisível por meio de uma espécie

de ocultismo, buscando nas profundezas da mente (e até do transcendental) as respostas concernentes ao momento histórico.

Nesses termos, gostaria de reivindicar a prática das frestas. Partir de uma visão que não recuse o movimento, as dobras, os entrelaçamentos de elementos multifacetados. Ao contrário, que explore a multiplicidade daquilo que se reitera, se experiencia e se acumula não apenas no plano mental, mas nos músculos, sangue e pulsões. Ampliar, portanto, a atenção daquilo que se dá no *entre*, nos espaços fronteiros do visível e invisível. Ao sermos continuamente provocados e chocados por uma realidade que mais se assemelha a uma sequência de enormes absurdos, me parece que esta é, em si mesma, a mensagem de que nossos parâmetros se mostraram insuficientes. Uma alternativa talvez seja não nos contentar com o olhar de frente – mesmo que reconhecendo o poder do outro –, mas avançar pelas fendas, pelas brechas, por angulações diversas. Nas palavras de Bauman (2008), a “ordem é contra as coisas móveis”. Por isso mesmo, aposto em uma compreensão dos fluxos, da mobilidade dos aspectos do fenômeno. Enquanto a maior parte dos estudos atestam a ascensão da extrema direita por meio dos cargos ocupados na política institucional, ou as matrizes discursivas, ou os algoritmos da sociedade digitalizada... gostaria de propor a incorporação em fluxos dessas dimensões à afetividade e corporeidade que o imaginário político assume.

Por fim, uma observação geral quanto à linguagem da tese também precisa ser feita. Diferente de trabalhos acadêmicos prévios, neste eu escrevo na primeira pessoa do singular e não do plural. Isso apareceu como necessidade na medida em que os impasses do trabalho de campo e das mudanças de metodologias me instigaram a um posicionamento mais ativo no texto de maneira a relatar essa espécie de “cozinha” metodológica, ou mesmo situar por onde transitavam as inquietações que me trouxeram até aqui. De todo modo, escrevo sobre um fenômeno em plena ebulição e se isso traz dificuldades óbvias a todas/os nós, também – e necessariamente – aproxima o leitor do presente a emitir suas próprias opiniões e sentir-se muito diretamente tocado por uma temática que tem dividido o país. Entendo, portanto, que pode haver um envolvimento *afetado* na leitura, com alguma forma de engajamento sobre ela. Não desejo barreiras a esse envolvimento e não acredito que meu trabalho encerre todas as questões. Por isso, gostaria de reduzir a distância entre mim e quem tiver a generosidade de ler essas páginas, que são resultado de muita dedicação.

### **Estrutura e desenho da tese**

Bom, agora vamos à organização. A tese está dividida em seis capítulos, esta introdução e a conclusão. Apesar de ter procurado não criar abismos entre a parte empírica e a teórica, eu



começo preparando o terreno conceitual para que aos poucos a empiria vá entrando nas reflexões e, finalmente, ocupe a centralidade do trabalho nos últimos dois capítulos.

No primeiro capítulo, desenvolvo conceitualmente o que entendo por política do medo. O propósito é não somente familiarizar o/a leitor/a com o termo para a melhor compreensão de como irei operá-lo ao longo da tese, mas também tomar os agrupamentos conceituais referentes à política do medo como parâmetros para estruturar os capítulos seguintes de modo mais fluido. É claro que as segmentações dessa sorte são sempre artificiais – por sua finalidade eminentemente didática–, o que ficará evidente ao longo da tese, dada a impossibilidade de criar contornos bem definidos às categorias propostas.

No segundo e no terceiro capítulos, adentro as dimensões que englobam toda a discussão sobre a política do medo e que são estruturantes do restante dos eixos analíticos propostos no desenvolvimento do conceito, são elas: a temporalidade e a espacialidade. Quanto à temporalidade, que renderia discussões para uma tese à parte, me debruçarei apenas sobre um de seus aspectos que atende mais à necessidade de tratar a política do medo não como uma emergência de nosso tempo ou como aspecto fundante que é agora retomado. Mas, por outra via, busco identificar sua permanência, atualizações e particularidades ao longo dos contextos históricos brasileiros e cariocas. Entendo que, desse modo, ofereço ao leitor uma maneira de situar sócio-historicamente o tema.

A discussão da política do medo nos mostrará a importância da espacialidade nas considerações da constituição subjetiva – e vice-versa. Os territórios oferecem um prisma por meio do qual é possível identificar arranjos sociais. Há implicações enfáticas entre o medo e a espacialidade, por uma via de mão dupla, que inclui a arquitetura, o planejamento urbano e a representação (e localização) de grupos subalternos como “portadores” da ameaça e da violência. Com o olhar voltado para a cidade do Rio de Janeiro, esta seção está dedicada a essas disparidades e separações.

A perspectiva do capítulo três estará voltada, portanto, à identificação da produção dos elementos socioterritoriais em relação com a política do medo e os processos de subjetivação na formação de imaginários políticos. Se as coordenadas do medo territorializam as cidades, como elas estão expressas no Rio de Janeiro? Analisarei as cisões territoriais como meios de designação das zonas como perigosas e seguras, além de seus habitantes com estigma de portadores da ameaça, por um lado, e aqueles que devem ser protegidos, por outro.

O capítulo quatro, na sequência, apresenta e discute os dispositivos de justificação e legitimidade do autoritarismo por meio da política do medo. Nesse sentido, apresento a disjunção entre ordem e caos como um grande guarda-chuva desses dispositivos, da qual são

desdobramentos. Investigo, por essa via, as ancoragens da ética autoritária na cidade do Rio de Janeiro e busco identificar quais as ferramentas mobilizadas com referência à manutenção da ordem e combate ao caos: o controle social, mercados privados de vigilância, a moralidade por meio de religiões, a lógica do “empreendedorismo de si”, noção de civilidade, dentre outros elementos. Concluo, nesse sentido, que é no âmbito do imaginário que se desenvolvem as principais disputas por hegemonia política, o que continuamente remeterá ao processo original da colonialidade e produção de uma dualidade de mentalidades a partir das lógicas colonizador/colonizado; senhor/escravo.

O capítulo também dedica um espaço à reflexão sobre o exercício do poder autoritário em relação aos entendimentos controversos do cuidado face o desamparo comum aos sujeitos na sociedade contemporânea, caracterizada por vínculos frágeis. A partir da cidade do Rio de Janeiro, então, observo que as dinâmicas de mando-obediência e reconhecimento-aceitação se entrelaçam amalgamadas na modalidade de poder que se afirma eficaz quando é autoritária.

Nesse ponto da tese, entendo que a/o leitor/a se sentirá mais condicionado a compreender os movimentos metodológicos realizados. Assim, o quinto e o sexto capítulos são dedicados à análise do material empírico coletado e os trabalhos realizados em campo. Trata-se de uma imersão no mundo bolsonarista para entender como a política do medo tem sido agenciada por esses atores/militantes engajados politicamente com o imaginário autoritário. Sigo, nesse sentido, a divisão que realizei na própria sistematização da pesquisa empírica e que funcionou enquanto categorias analíticas amplas que permitem a organização e aprofundamento das discussões. Não perco de vista, contudo, que os aspectos das categorias invadem os campos entre si e, com isso, demonstram a maneira como elementos aparentemente diversos e excludentes, acomodam-se em um mesmo arranjo político-ideológico.

As quatro categorias analíticas apresentadas como sentidos aglutinadores dos grandes temas identificados por expressividade de sua repetição, foram:

1. Religião/moral: nesta categoria foi necessário integrar um volume grande de subtemas mais diretamente associados à religiosidade e moral, ainda que as outras categorias também bebam em algum grau dessa dimensão. Ela é verificada como central ao bolsonarismo e se relaciona com o fundamento maniqueísta da percepção de mundo. É a partir desta categoria que discuto questões tão diversas como: importância do crescimento de igrejas neopentecostais; o pânico moral gerado a partir do engodo criado em torno da “identidade de gênero” e todos os elementos que concernem à LGBTQIA+ fobia, da polêmica do direito ao aborto, do ódio ao feminismo e às mulheres, da perversa associação da esquerda com a pedofilia; os caminhos da

discussão anticorrupção; da degeneração moral dos criminosos e da de seus defensores, a esquerda.

2. Disputa pela verdade: esta categoria está dedicada a refletir as *fake news*, a desinformação, das disputas da memória, o negacionismo da extrema direita, ao anticientificismo e anti-intelectualismo, o amplo consumo de teorias da conspiração e a acusação de fraude nas urnas, instituições, pesquisas, dentre outros. Essa dimensão também se relaciona com o aspecto da liderança de Bolsonaro como aquele indivíduo autêntico que “ousa dizer a verdade” e tem a coragem de ser idôneo em um meio corrompido. Outra reflexão fundamental incitada pelas dinâmicas dos grupos na maneira de disseminar massivamente notícias falsas é por meio de estimular o sentido de urgência que caracteriza a contemporaneidade. Dessa forma, analiso como as tendências societárias tanto de digitalização da sociedade como a temporalidade das urgências operam como condições propícias aos dispositivos de disputas da verdade.

3. Lógica da inimizade: consiste nas classificações, sobredeterminações e divisões sociais que são sedimentadas a partir da lógica do medo e sentimento de insegurança. Há uma apreensão de quem são os sujeitos legítimos do “nós”, os “cidadãos de bem”, e aqueles que são os “Outros”/“eles”, os criminosos e portadores do medo. São constituídas, nesta categoria, relações elementares da forma de compreender os laços sociais, o controle sobre a vida do outro e também relações de identidade, pertencimento e reconhecimento. A forma de interação marcada pela lógica da inimizade nos fornece recursos para compreender de que maneira vem operando a polarização política brasileira e quais são os traços daquilo que podemos identificar como “paranoia coletiva”. Nesses termos, aprofundo as discussões sobre a violência e o ódio e seus dispositivos argumentativos (a partir da legalização das armas, por exemplo).

4. Patriotismo, militarismo e masculinidade: por fim, adentro o debate das manifestações estéticas, simbólicas, nacionalistas e que nos conduzem a um aprofundamento das expressões de violência, masculinidade e poder. É nesses termos também que podemos identificar o extremismo do autoritarismo cultivado pelo bolsonarismo, bem como a concepção da arena política como uma guerra em que “vale tudo”. Aqui são desdobrados elementos centrais à maneira como opera e é estruturado o bolsonarismo.

A conclusão busca sintetizar os caminhos por onde passei ao longo da tese e, assim, traçar aprofundamentos que sugerem tendências societárias, enfatizar argumentos centrais defendidos, identificar os resultados analíticos que a pesquisa permitiu concluir e, por fim, indicar possibilidades de continuidade analítica e de agendas de pesquisa. Os primeiros dias do ano de 2023 já nos confirmaram que não haverá arrefecimento do bolsonarismo mas, ao

contrário, vêm sinalizando a radicalização e o extremismo que estão vindo à tona e demonstrando um universo da extrema direita ainda oculto.

Espero, de todo modo, que a leitura não seja feita pelo prisma somente conjuntural, nem, muito menos, que funcione como um desalento às ações e forças políticas que combatem o autoritarismo, a violência e o ódio da extrema direita. Ao contrário, ela tem o propósito de nos instrumentalizar a partir de uma dedicada imersão no campo para que possamos identificar onde nós mesmos somos capturados pelas ancoragens e agenciamentos que as direitas dispõem. O tema não é dos mais fáceis e cômodos de encarar, mas entendo como necessário aos nossos tempos. Por esta razão mesma me propus o desafio – ou tarefa – de fazer das dores e angústia, possibilidades de potência da ação coletiva.

## 1 "TINTAS COM A COR DO MEDO": UMA ANÁLISE DO PAPEL POLÍTICO DO MEDO

Em 1835, na 27ª noite de Ramadã, mês mais importante para o calendário muçulmano, centenas de escravizados africanos acenderam a “aurora da liberdade” e tomaram as ruas de Salvador, Bahia, em confronto com as tropas armadas. Jorge Amado assim a descreveu, em *Bahia de Todos os Santos*: “Não sei de história de luta mais bela do que esta do povo malê<sup>11</sup>, nem de revolta reprimida com tamanha violência”. A história foi brilhantemente retratada por Ana Maria Gonçalves, em *Um Defeito de Cor*, pelos olhos da malê Kehinde, personagem do livro inspirada na trajetória de Luisa Mahuel, conhecida por sua importância na Revolta dos Malês.

Quando as/os escravizadas/os levantaram-se e ocuparam a cidade, a ordem dos senhores foi “abater” todos os membros da nação malê, “sem deixar nenhum”. O grau de organização, marcado pela comunicação entre os insurgentes via troca de bilhetes escritos em árabe; a estratégia, demonstrando excelente conhecimento do território, da disposição e dos recursos dos senhorios; e a coragem surpreendente de enfrentar as forças da lei e da ordem com grande desproporcionalidade em armamento e número, estremeceu e amedrontou as autoridades da época, que responderam com brutal violência.

A repressão se estendeu, posteriormente, a qualquer indício de envolvimento com ela, dado o marco que representou a Revolta dos Malês – embora rapidamente contida – no imaginário do medo naquela época. O clima de revolta à espreita antecipou ações de controle e violência contra aqueles que encarnavam o medo e intensificou a relação de desconfiança dos senhores com os escravizados. A historiadora e criminóloga Vera Batista, descreve que “Nos dias seguintes à rebelião, rumores de outros conflitos fizeram com que civis armados saíssem às ruas atirando a esmo nos negros. Qualquer objeto religioso determinava suspeição e prisão. O controle da movimentação dos negros na cidade atingiu níveis absurdos’ (BATISTA, 2014: 26).

Nesse momento, era construído um projeto de brasilidade que passava pela branquitude enquanto afirmação ética e estética. Assim, o que não sofria apropriação cultural pela hegemonia branca, justificava ações genericamente persecutórias e condenatórias da negritude. A partir dessa perspectiva, os malês sintetizaram todo um “aparato de cores, sons e formas

---

<sup>11</sup> Os malês são os africanos escravizados de religiosidade muçulmana. A palavra se origina de “imalê”, que significa “muçulmano” na língua iorubá e assim foram chamados na Bahia do século XIX.

antibrasileiras: amuletos em torno dos pescoços, anéis enfiados nos dedos, vestimentas ‘estranhas’ cobrindo seus corpos marcados por sinais tribais, o soar de atabaques e o som de palavras gritadas em estranhas línguas” (REIS, 1986:246).

A crueldade como traço essencial da repressão desse momento foi não somente demonstração de força e garantia da “ordem”, como também teve por objetivo tornar-se exemplar. É notável que o ataque “à esmo” era, em verdade, discriminado por corpos com um denominador comum: “o medo ganhava forma concreta e sua cor era negra”, nas palavras do historiador Gomes (1998). O medo decorrente da experiência baiana de que os escravizados pudessem insurgir logo se disseminou entre outras cidades, como é o caso do Rio de Janeiro, conforme documenta Chalboud ao tratar da cidade: “O exemplo do levante dos negros malês ocorrido em Salvador poucos meses antes temperou sem dúvida os temores daquele natal de 1835.” (CHALBOUD, 1996:6). A Revolta dos Malês, portanto, se insere como um evento icônico dentro de um processo que gradativamente definiu contornos à política proeminente. É o que o corrente trabalho se dispõe a discutir como *política do medo*.

Antes de prosseguir, contudo, é preciso ressaltar que ainda que a reflexão mobilize a história brasileira para então adentrarmos mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, a política do medo e os marcos históricos vinculados à violência colonial não são exclusivos à nossa sociedade. Em 1685, o Código Negro francês, que regulava as condições legais do tratamento dos escravizados nas colônias francesas, era expresso quanto ao controle de circulação e a restrição de porte de instrumentos que poderiam ser usados como armas. No caso do Código Negro espanhol de São Domingos, em 1768, até mesmo os facões permitidos para trabalhos agrícolas eram limitados em tamanho (inferior a 30 centímetros). Conforme argumenta a autora Elsa Dorlin, “Essa proibição de porte e de circulação de armas revela uma preocupação permanente dos colonos e atesta a eficácia das práticas de resistência dos escravizados” (DORLIN, 2020:42). O Código Negro concedia ainda “direito de polícia” aos habitantes europeus das colônias, autorizando que fossem punidos com chicotadas ou tivessem seus corpos marcados caso fossem encontrados fora de casa sem seu “passe” (autorização circunstanciada redigida pelo proprietário). Em 1897, um sistema similar foi desenvolvido na Argélia, os “passes portuários”.

O medo da capacidade organizativa e a possibilidade de revolta regiam as relações a tal ponto que Elijah Green, ex-escravizado nascido na Louisiana em 1843, relata que os negros eram proibidos de andar com lápis ou caneta no contexto de escravatura estadunidense, podendo ser condenados ao enforcamento (DORLIN, 2020:42). O simbólico de uma proibição como esta, em algum nível sintetizadora dos cerceamentos aqui levantados, reaparece como marca

psíquica constituidora da subjetividade do “colonizado”, segundo constata Frantz Fanon (2013) a partir de sua experiência clínica, na Argélia da década de 1960. A política do medo é ela própria alicerçada nas dinâmicas coloniais de violência e de controle. Não à toa, o medo foi chamado por Vladimir Safatle de “afeto colonizador”.

A ressalva que me propus a fazer não sugere pretensão universal, mas tampouco silencia diante de um eurocentrismo científico que pressupõe que o que refletimos a partir do Sul global – e sobre ele – está desvinculado dos processos geopolíticos e são a eles prescindíveis. É certo que a pesquisadora e o pesquisador estão sempre observando desde um ponto específico. O que não significa uma celebração do relativismo, de um lado, ou, por outro lado, o olhar onipotente do eurocentrismo científico: ambos dizem vir de lugar nenhum, conforme amplamente discutido pela teórica Donna Haraway (1988). Assim, Haraway reivindica a necessidade de assumir que toda perspectiva é, no fim das contas, necessariamente localizável e parcial. Ou seja, o que propomos diz respeito a “saberes situados”.

Ainda que a pesquisa desta tese esteja situada na cidade do Rio de Janeiro, é notável que a *política do medo* e suas ancoragens – sociais, políticas, culturais, espaciais –, guardadas suas especificidades, são tão replicadas quanto generalizáveis em diversos outros contextos. É nesse sentido que o propósito preliminar será o de oferecer recursos mais gerais de compreensão do conteúdo da política do medo.

## 1.1 Política do Medo

É sintomático que os afetos não sejam objeto de muita reflexão e inquietação. “Sintomático” porque se insere no propósito psico-político do modelo neoliberal de sociedade que é mecanicista e racionalizado, ou seja, pretende a dissociação entre emoção e razão, em privilégio desta. O que a trajetória histórica demonstrou, contudo, é que essa é, na verdade, tão somente uma, dentre outras alternativas, de conduzir politicamente nossa forma de pensar e sentir. A própria maneira de se compreender a sociedade por um conjunto de normas, valores e regras que estruturam determinadas formas de comportamento, por exemplo, se mostrou insuficiente quando a dinâmica social se dá precisamente a partir do conflito entre normas explícitas e implícitas. Ao descortinarmos o funcionamento regular que se dá de maneira silenciosa, constatamos que as sociedades são, segundo expressão de Safatle (2016), *circuitos de afetos*. Há de se refletir de maneira sistemática sobre como a vida pública e a experiência

política produzem e mobilizam afetos, os quais, conforme identifica Freud, funcionarão “como base de sustentação geral para a adesão social” (SAFATLE, 2016: 37).

É no processo de produção e mobilização contínuas de determinados afetos que são apresentados certos modos de vida como possíveis, em detrimento de outros. Para formas de vida específicas, existem afetos que se correlacionam, em dinâmica recíproca e retroalimentada. Assim, quando verificado que não se trata de adesão tática às regras sociais para a produção de coesão social, mas sim de uma adesão afetiva – que explora ambivalências – para a constituição do corpo político, é preciso compreender os afetos que hegemonizam a forma de vida atual.

O alicerce do Estado Moderno e das noções de contrato social, tomam o medo como mediador – e mesmo fundador – dos vínculos sociais. É Hobbes quem afirma que, “de todas as paixões, a que menos faz os homens tenderem a violar as leis é o medo. Mais: excetuando algumas naturezas generosas, é a única coisa que leva os homens a respeitá-las” (HOBBS, 2003:253). Portanto, compreender a gestão – e também a gestação – social do medo é pressuposto para pensar as sociedades a partir de sua adesão e coesão por afetos. Em suma: a vida social permeada pelo medo, o Estado como aquele que oferece proteção e a moeda de troca sendo a obediência. E para que este seja um ciclo sustentador das estruturas do Estado, é necessária a manutenção do medo como aspecto contínuo da experiência em sociedade.

A política do medo é constitutiva da política moderna. Essa afirmação, que atravessa o tempo em permanência, é referenciada na origem sócio-histórica do medo, estruturada pela tríade da construção do próprio Estado Moderno: guerra, capital e coerção (TILLY, 1990). O aspecto originário do Estado ancorado nas guerras, conforme demonstrado por Tilly, e que faz da coerção e da arrecadação de fundos seus mecanismos de manutenção da estrutura estatal, é sustentado pela dimensão afetiva do medo, que passa a ser organizador dos vínculos sociais.

Pensar a política pelo caminho dos afetos não se trata, como apontam alguns, de uma abstração da realidade. Ao contrário, é a possibilidade de identificar sistemas de reprodução material de formas hegemônicas de vida. Os afetos são inseparáveis da constituição dos espaços, das temporalidades e das relações sociais. E tendo em vista que essa compreensão nos conduz a, pelo menos desde Hobbes, aludir ao medo como afeto sustentador dos vínculos sociais e sendo a (in)segurança uma temática central a nível global, faz-se necessária a reflexão atualizada desse afeto e seu papel político quando o interesse é compreender os aspectos estruturantes da realidade contemporânea.

Se a filosofia moderna se dedicou a estudar o papel que o medo tem na obediência e aquiescência da sociedade em relação ao Estado, é indeclinável somar a esta perspectiva as possibilidades que a própria ambivalência dos afetos pressupõe em termos de vias de

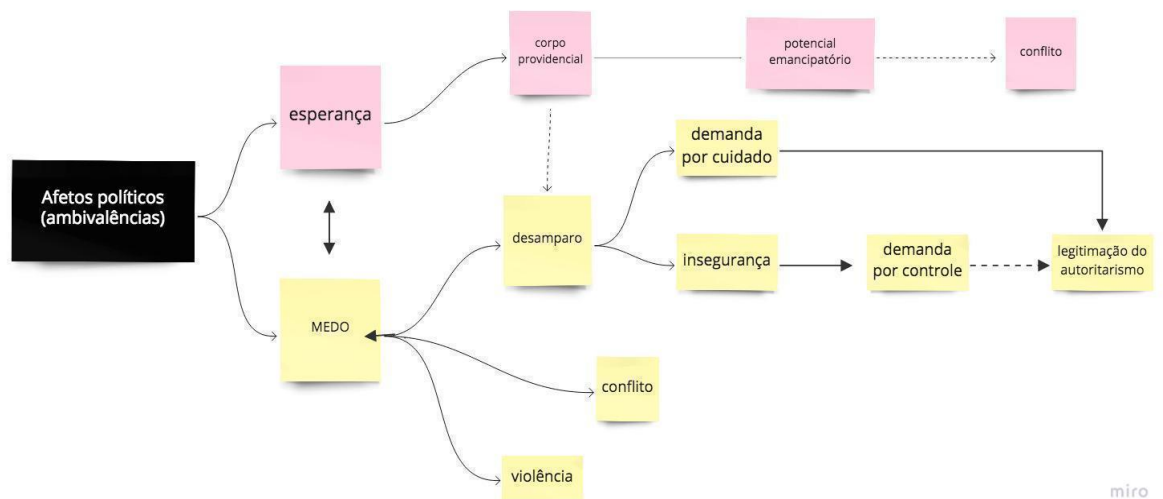


emancipação. A dinâmica viva e movente da maneira como o afetar pelo medo (re)cria subjetividades individuais e coletivas, relações interpessoais, disjunções sociais, normativas e legitimidades estatais, mas também o medo que as forças populares tradicionalmente produziram e produzem nos governos e agentes estatais. Ao assumir um olhar que busque compreender o todo, tratarei de esboçar uma definição mais geral da *política do medo* como o conjunto de mecanismos/artifícios que mediam a transformação do medo – seja ele produzido ou mobilizado – em elemento impulsionador de coesão social.

A proposta de pesquisa que tem por enfoque os afetos se depara com o desafio inevitável – e profundamente necessário – de borrar fronteiras entre o visível e o invisível, o explícito e o implícito, o racional e o emocional, o discursivo e o material. Com isso quero dizer que há porosidades. As dimensões penetram-se, mas não sem tensões. E refletir um sem levar em conta o outro incorrerá em insuficiência analítica. Com Fals Borda, aprendemos a concepção do “sentipensar” como o caminho rearticulador das cisões e fronteiras artificialmente construídas. Assim, é com a razão, mas também com o amor e com o corpo que podemos “dizer a verdade”. Sentipensar, portanto, a centralidade deste afeto político sem sermos categóricos. Isto é: encarar a complexidade paradoxal dos afetos, dado que o medo não produz apenas aquiescência, como a literatura mais frequentemente restringiu, mas é também, e principalmente, conflito.

Se caminhamos com Freud (1992), o medo é retratado a partir do desamparo, da angústia, da vulnerabilidade e da frustração. O desamparo, segundo ele, pode desaguar em sentidos muito distintos dada sua ambivalência. Se, por um lado, alimenta uma condição de amedrontamento e angústia social, por outro, em oposição, seu reconhecimento pode ser parte de um processo de potencial emancipador. É notável o diálogo que essa concepção possui com o pensamento de Spinoza (1973), do século XVI, que precisamente reflete o medo em ponto de ambivalência com a esperança. Isso quer dizer que são reveladas, dentro da dinâmica social contraditória da falta e do esmorecimento, as próprias alternativas e potências. Não se trata, portanto, de uma relação óbvia em sua negatividade. São os indivíduos, por afetarem-se, os sujeitos das transformações e desdobramentos de dada condição; ou seja, há agência sobre os afetos.

Ilustração 1 – Ambivalência dos afetos



Fonte: A autora, 2021.

Safatle (2015) sugere que o corpo é uma maneira de experimentar o tempo. Uma expressão simples e bonita capaz de associar com tamanha intimidade o que temos de mais real e concreto, ou seja, o espaço por meio do que sentimos e fazemos sentir, o corpo; com o que há de mais abstrato e intocável, o tempo. Assim como o corpo é onde os afetos são produzidos, ele é também produto das experiências de ser afetado. São elas que constroem o corpo em suas territorialidades, imaginários, ações, etc. (e vice-versa). Não é casualidade a onipresença, na filosofia moderna, da ideia de que a política é indissociável da produção de um corpo político. Não se trata de mera ilustração dizer que não há política sem corpo.

Podemos dizer, a partir de Safatle, que a centralidade do medo enquanto afeto político na sociedade contemporânea produz um corpo de temporalidade futura, ou seja, feito de projeções e expectativas que tendem à perda do instante imediato<sup>12</sup>. Segundo ele, este seria um corpo político “providencial”, que trata de um corpo de crença esperançosa do que está por vir, por um lado, ou um corpo depressivo e amedrontado, por uma providência nunca alcançada, por outro lado (o que contraditoriamente alimenta um corpo altamente reativo, sempre em atraso com o fluxo dos acontecimentos). É claro que nas geometrias do poder, os corpos

<sup>12</sup> Uma nota de atenção à dinâmica que será melhor desenvolvida adiante, mas que importa pelo contraditório que evidencia. O corpo político da espera, de perda do instante, não é uma noção excludente ao que chamamos de “pseudoativismo” em análise anterior (SARTORIO, 2018), ou seja, a noção de (re)agir quase que automaticamente com a intenção de livrar-se da própria necessidade de ação. Coincidem, a inação com a sobreção, no desejo de alienação social. Verificaremos a influência que tem a sobrecarga do presente, que possui uma temporalidade de informações e acontecimentos que nos mantém em atraso contínuo e regime de urgência, sobre o corpo político da espera, ou “providencial”, nas palavras de Safatle.

importam de diferentes formas (ou simplesmente não importam), e entraremos nesta esfera de debate nos capítulos seguintes. Mas na dimensão do que estamos buscando apontar aqui, que diz respeito aos vínculos políticos e o que cria a adesão social – a constituição de um corpo político, por assim dizer – o tempo da espera aciona um imaginário que afeta corpos muito diferentes, mas os reúne pela experiência dessa afecção.

Há, na sociedade marcadamente neoliberal, o que podemos pensar como uma economia dos afetos. Um modo de gerir, produzir e relacionar afetos que se atualiza ao longo do tempo, mas que acompanham uma certa processualidade de contínuos e descontínuos. Em função disso, uma análise requer um empenho sobre a realidade atual que não perca de vista os antecedentes. A economia política do medo tem como pano de fundo a subjetividade individual e coletiva marcadamente pautada pela chave securitária, que opera modos de evitar a imprevisibilidade e a insegurança. Quando Ulrich Beck (2010) descreve a modernidade a partir da noção de “sociedade de risco”, está justamente apontando a importância da manipulação dos riscos, ou seja, as formas de (auto)produção de ameaças que se dão em uma dinâmica “reflexiva”. O sentido reflexivo neste caso consiste na ideia de espelhamento entre aquilo que é, ao mesmo tempo, problema e solução. Segundo ele, a promessa de segurança avança com os riscos e precisa ser continuamente reforçada por meio de intervenções cosméticas ou efetivas no desenvolvimento técnico-econômico (BECK, 2010: 24).

Nesse sentido, para que possamos caracterizar esse medo contínuo da insegurança e imprevisibilidade como aspectos sociais subjetivos preponderantes, é preciso de maneira dialética salientar que a insegurança, a ameaça e o risco precisam ser ativados como parcela preeminente da experiência de vida das pessoas. A economia dessa dinâmica incorre naquilo que Bringel discute como “caos global”, que se refere ao fato de que o tempo histórico atual está inclinado ao caos não como a ausência total de algum tipo de ordem. Ao contrário, o “caos evoca a turbulência, a fragilidade e a indefinição geopolítica contemporânea, diante dos múltiplos riscos globais e destinos possíveis” (BRINGEL, 2022: 271).

Esse é um paradigma capcioso, sustentado por não somente a produção sistemática de ameaças e riscos, mas capaz de dramatizá-los sob a forma de “efeitos colaterais latentes” – quando nada têm de latência, mas são a própria regularidade. Nas palavras de Beck, com respeito à modernidade, “Ela é ameaça e promessa de isenção da ameaça que ela mesma gera. Ligada a isto está uma consequência fundamental: os riscos convertem-se no motor da autopolitização da modernidade na sociedade industrial – e mais: com eles, alteram-se conceito, lugar e meios da ‘política’.” (BECK, 2010:275). Conclui-se, nesse sentido, que a segurança e o medo são os “acordes” da política nas democracias liberais (JAYASURIYA, 2002:131).

Ainda que Beck apresente categorias de fundamental importância para compreender a chave securitária da sociedade e seu processo de produção, os questionamentos quanto à de que forma esses processos legitimam-se e, mais ainda, criam adesão popular e reproduzem-se em relações de dimensões também micropolíticas, interpessoais e íntimas, permanecem em aberto. Falta, portanto, tocar naquilo que estrutura toda essa trama social: os afetos. Isto é, a chave securitária como organizadora da subjetividade coletiva, pautada em aversão aos riscos e em modos de evitar a imprevisibilidade, produz um corpo social que demanda controle e autoridade estatais, autorizando inclusive que sejam manifestas com violência, desde que resguardado seu monopólio. Fica assegurado, assim, o fundamento de que é necessária a perpetuação funcional das potencialidades de perigo, violência e insegurança absoluta. Dinâmica essa estabelecida como gestão e gestação do medo nas democracias contemporâneas, ancoragem fundamental da política do medo.

A *política do medo* trata, em princípio, do uso instrumental do medo para garantir aquiescência da sociedade em face do uso indiscriminado de violência pelo Estado em nome da “ordem pública”. Por se tratar de um afeto, pressupõe corporeidade, subjetividade e espacialidade e, portanto, se dão para além das relações com o Estado. Assim, a política do medo implica na manipulação das relações de autoridade autoritária nas dinâmicas sociais do micro ao macro. Conforme ressalta Bringel (2022), identificar o “caos global” enquanto evocação regular das dinâmicas que confinam a democracia ao neoliberalismo contemporâneo, nos permite desafiar essa lógica. Afinal, se a imprevisibilidade e a instabilidade passam a ser a regra, precisamos rever os parâmetros de leitura da política e da vida social, descartando associações cosméticas e recriando alternativas que as desafiem.

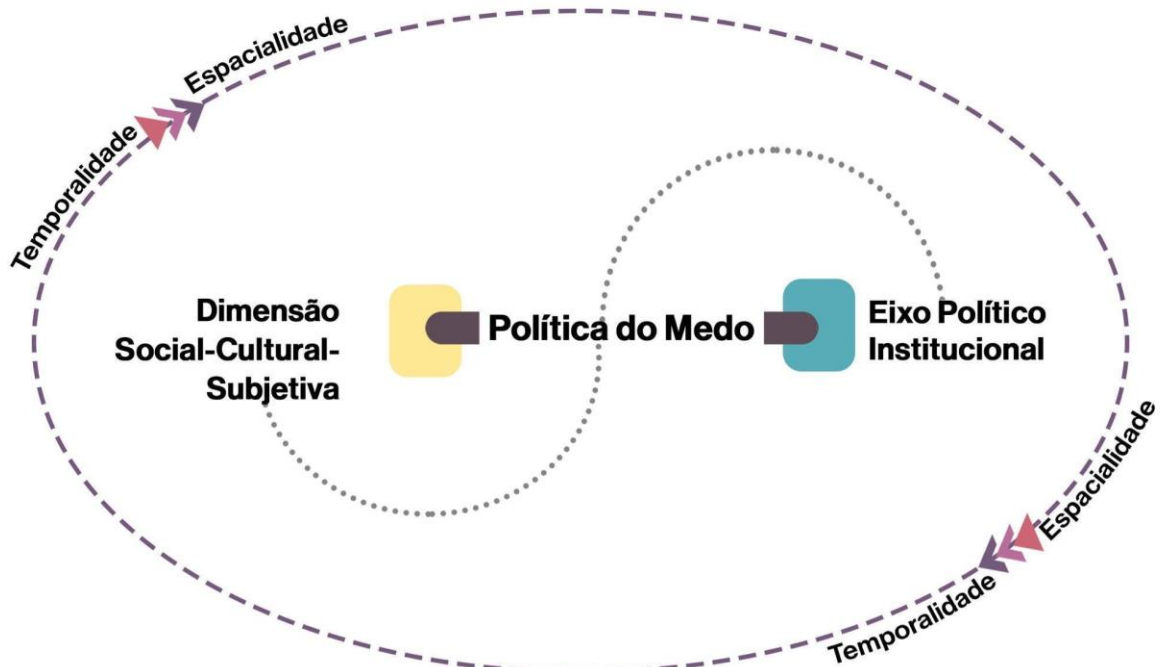
A partir dessa breve antecipação das reflexões que levaram o presente estudo a não apenas reconhecer a proeminência da política do medo na sociedade neoliberal, mas também a se dedicar a destrinchar seu significado, influências e ancoragens, serão enunciadas algumas de suas manifestações concretas. Para tanto, foram forjados grandes “grupos” que separam as múltiplas materialidades da política do medo, ainda que o esforço seja apenas didático, dado que na realidade há imbricações, multidimensionalidades e porosidades que impeçam redução em um esquema tal como o apresentado. Para fins de uma leitura mais fluida do trabalho, tratarei cada um dos pontos expostos no “mapa” da Figura 2, lembrando que serão aspectos transversais à toda tese.

Ilustração 2 – Mapa mental “Política do Medo”.



Fonte: A autora, 2022.

Ilustração 3 – Fluxos e dinâmicas da Política do Medo.



Fonte: A autora, 2023.

### 1.1.1 Eixo político-institucional

“Um gigantesco animal marinho que ninguém consegue fisgar com um anzol”. Uma baleia, designada como o “monstro” dos mares da mitologia fenícia, ressonante nos medos bíblicos do *Livro de Jó* e no imaginário e anedotas dos primeiros navegantes europeus, foi resgatada por Hobbes para representar o poder do Estado. Hobbes cita, no frontispício de sua obra *O Leviatã*, um versículo extraído do capítulo 41 do *Livro de Jó*: “Non est super terram potestas quae comparetur ei” (“não existe poder sobre a terra comparável a ele”) (GINZBURG, 2014). A onipresença desse monstro gigantesco se revela em violência, real ou possível, expectativa que produz medo e, na sequência, o impulso a sair do medo. A formação do Estado Moderno, assim, emerge com a tarefa de administrar o medo. Na teoria política, toda luz lançada sobre o Estado parte da violência e do medo. Afinal, são o momento constitutivo de todos os poderes terrenos, em uma trama de “violência, a repressão e a falsidade” somada ao “tremor e ao medo dos subjugados”, segundo expressa Mikhail Bakhtin<sup>13</sup> (BAUMAN, 2006: 202).

Hobbes é talvez quem inaugura a percepção de que há no medo um diferencial dos outros afetos: há uma aproximação entre ele e uma certa razão calculadora que é aspecto determinante para a vontade soberana da autoridade. No momento anterior à constituição do Estado, “Estado de Natureza”, todos os seres humanos são substancialmente iguais e possuem os mesmos direitos e justamente por isso vivem numa condição de guerra perene, de “desconfiança geral” e de “medo recíproco”. Através de um pacto que tem por fim controlar essa situação caótica e de amedrontamento – de uma “sociedade de insegurança total” não muito diferente do levantado acerca das sociedades neoliberais contemporâneas –, abdica-se de direitos que são delegados à representação política, um governo. Nasce, assim, o Estado, Leviatã, que, pelo princípio de manutenção e preservação da segurança, passa a ser o único com poder de julgar a vida, o detentor do monopólio da violência.

O famoso *protego ergo obligo*, apresentado como o *cogito ergo sum* do Estado, retrata a compreensão de política hobbesiana. O Estado hobbesiano é um Estado de proteção social, dotado do domínio de uma legalidade própria e de todo poder disponível, que atua sem constrangimentos externos na garantia da existência física daqueles que domina e protege (SAFATLE, 2015: 45). Mas não apenas Hobbes, ainda que seja um precursor, compôs a larga tradição da teoria do Estado Moderno. Cabe ressaltar, nessa trajetória, que as principais vertentes clássicas de teorias do Estado, marxista e weberiana, apresentaram de maneira

---

<sup>13</sup> Citado por Zygmunt Bauman (2006), em “Medo líquido”.

explícita a relação imbricada entre violência e formação estatal. Seja Marx por meio das explicações de acumulação primitiva e o poder fundacional do Estado (MARX, 2013); seja Weber, que define o Estado como “a comunidade humana que dentro de um determinado território – esse ‘território’ é traço distintivo – reivindica para si (com sucesso) o monopólio do uso legítimo da força física e dos meios materiais de gestão” (WEBER, 2013: 434).

Dessa relação, é verificável certa neutralidade adquirida pelo Estado quanto a valores e coerções, uma legitimidade que é conferida ao Estado por ser o poder assegurador e amparador em face de uma sociedade desfeita de seus laços sociais. O que quer dizer que o vínculo social é basicamente o medo e o próprio ordenamento de autoridade legitimado pelo medo. As determinações relacionam-se, então, por uma via de “insegurança total” -> medo (desamparo, vulnerabilidade) -> autoridade (domínio, proteção, cuidado, segurança) -> dependência perpetuada (Figura 4).

Ilustração 4 – Sustentação do Estado Moderno



Fonte: A autora, 2021.

Para que seja mantida essa relação e, assim, que o ordenamento social estruturado no monopólio estatal da violência prevaleça, é necessária uma perpetuação contínua da imagem da violência desagregadora (morte violenta sempre à espreita). São múltiplos e difusos os meios de perpetuação da vontade soberana de uma autoridade com amplos poderes e eles consistem nos recursos ancorados na política do medo. A aversão ao risco presente no imaginário da “sociedade da insegurança” é então ativada na demanda da autoridade “civilizadora”. Norbert Elias, ao tratar do processo civilizatório por meio dos universos sociais nele presentes, argumenta que a civilização ocorre de maneira dependente do monopólio estatal da violência. Segundo ele, “quanto mais alto o nível permanente de periculosidade, tanto mais baixo o nível permanente de civilização” (ELIAS, 2002: 22).

O caráter eurocêntrico da perspectiva de Elias, que esvazia de toda responsabilidade e ignora o significado de violência e destruição que a lógica civilizatória implicou aos territórios colonizados, suscita a desconfiança do paradigma proposto. A argumentação estadista de Elias propõe universalizar uma escala eurocentrada de classificação dos países como mais ou menos civilizados a partir de como fazem funcionar a disjunção excludente entre violência e civilização (GOMES, 2016). As contradições presentes nesses pressupostos são fundamentais para, de modo mais palpável, refletir as cargas da moralidade em torno da violência, feitas da tecitura entre Igreja e Estado – aliás, perpetuada e também atualizada ao longo do tempo. Por aqui também poderíamos embarcar nas disputas de sentido da violência, mas que não será objeto de estudo desta tese, ainda que o permeie.

Misse (2016) identifica precisamente que a violência se torna, nas democracias contemporâneas, “uma forma central de acusação social”. Nesse sentido, há uma expansão da sensibilidade moral que lhe é própria e orienta numerosos debates (BENJAMIN, 2012; SOREL, 1976; FANON, 2013; SHINKEL, 2010; BAUMAN, 2008; GOMES, 2016) que buscam evidenciar e questionar criticamente o porquê de a violência do Estado ser isenta da acusação enquanto tal. Sorel (1976) inclusive diferencia *força* e *violência* para demonstrar as singularidades na abordagem entre as violências promovidas pelo Estado e as que se dão por fora da agência do Estado, respectivamente. Sob o manto do contratualismo racional reproduz-se uma moralidade em torno da violência capaz de orientar de modo quase consensual o imaginário coletivo.

Com o paradigma de civilização, toda uma moralidade da violência é alicerçada na disjunção ordem-caos, de modo que, segundo argumenta Kathya Araújo, a “força” se revela como indispensável ao exercício da autoridade, impondo-se como símbolo de hierarquia. Segundo ela, a força é um elemento de sustentação da autoridade porque o medo aos subordinados se traduz também em um temor generalizado de que “ao não ser autoritário, seria perdida toda a capacidade de influir efetivamente nas orientações de ações dos outros” (ARAÚJO, 2016:83). A coerção funciona como árbitro na distinção de ordem e caos, sendo a “ordem” a que coage por fazer cumpri-la a si mesma, retirando de toda dúvida a necessidade de contenção do “caos”.

O antropólogo Talal Asad (2007), em *On Suicide Bombing*, questiona: Por que sentimos horror e repulsa moral diante do atentado suicida e nem sempre sentimos o mesmo diante da violência promovida pelo Estado? Ele problematiza no sentido de que as nossas reações morais, traduzidas em *comoção*, são tacitamente reguladas por certos enquadramentos interpretativos. Ou seja, a comoção é estruturada por esquemas interpretativos socialmente constituídos.



Argumento semelhante é identificado no trabalho da Judith Butler, *Quadros de Guerra*, em que a autora expressa que as respostas emocionais são assimiladas ao longo da experiência de vida do indivíduo, ao contrário do que foi amplamente difundido – e tomado como pressuposto – pelo pensamento moderno de que as respostas emocionais seriam instintivas.

Nesse sentido, argumento que aquilo que é incorporado ao longo do que foi socialmente experienciado, conforme o próprio nome sugere, (re)cria corpos. E que formas têm esses corpos? Um ponto de partida para responder a este questionamento, é tensionar os limites, contenções e determinações criadas pelo cartesianismo das dicotomias entre ordem e caos, civilizado e incivilizado/selvagem, sagrado e profano – insistentes porque alinhavadas pela moralidade da violência.

A relação que se constrói entre a maneira de afetar e ser afetado e a moralidade da violência é feita de continuidades e atualizações das noções de “mal”. Bauman (2008) mobiliza o já referido *Livro de Jó* para explicar transitoriedades quanto à apreensão do “mal” e, com isso, as conotações atribuídas à moralidade. Segundo ele, é no *Livro de Jó* que são revelados os mistérios do mal para além do binômio pecado-punição. São feitas referências ao “mal injusto” e, a partir disso, muito se ensaia quanto às doutrinas que estabelecem a raiz imoral do mal e a natureza moral dos meios de repelir o mal.

Bauman argumenta que se trata de um processo importante da proeminência da racionalidade – que se pretende secular – como maneira de antecipar e evitar o mal natural, atribuído aos meios de justiça de Deus, que eram antes inquestionáveis. Se somam aos males naturais, os males humanos, que na filosofia moderna tornaram-se o centro das preocupações e que passam a ser criminalizados a partir do papel protetor e moral do Estado. Susan Neiman (2002) é, aliás, quem reivindica que é precisamente a separação entre os conceitos de desastre natural e os males morais, antes mesclados na ideia da vontade de Deus, o que assinala o início do “moderno”.

É no conhecido julgamento de Eichmann, sustenta Bauman, que a pretensão de universalidade da aplicação da moral como parâmetro de justiça é vencida pela máxima de “dois pesos, duas medidas”, o que constitui flagrante oposição ao imperativo categórico, de Kant. O debate central no caso de Eichmann é se, no papel de execução de ordens, os assassinatos durante o holocausto seriam ou não condenáveis. Sendo o “instinto de execução” qualidade humana “sacrossanta”, “venerável”, definidora da ética do trabalho, a defesa de Eichmann alega que se algumas pessoas sofrem em decorrência de outras cumprirem seus deveres, a acusação de imoralidade não se aplica. Nesse caso, “errado” seria desobedecer ordens. A razão moderna, então, “se mostrou especialmente apta e zelosa em criar monopólios

e estabelecer a exclusividade de direitos” (BAUMAN, 2008:87). Assim, é constatada, na lógica da vida moderna, uma *variedade do mal* que reorganiza os elementos precedentes de modo que ele é agora produzido por seres humanos: mal moral transformado em natural.

No *Leviatã*, Hobbes associa a origem da religião ao medo decorrente da ignorância das causas naturais, substituídas por potências invisíveis. O tema foi também analisado pela filosofia de Epicuro e retomado no poema de Lucrecio, conforme destaca Ginzburg. O historiador adiciona: “Uma célebre máxima de origem epicurista afirmava que *Primus in orbe deos fecit timor*, ou seja: o que criou os deuses foi, antes de tudo, o medo” (GINZBURG, 2014:37). A crítica à religião feita por Hobbes, centrada na dinâmica do medo que faz supor e fingir para si poderes invisíveis, “a encarar com sujeição as próprias imaginações, a invocá-las quando se encontram em dificuldade, e a agradecer-lhes quando os eventos tiveram um resultado favorável”, não é voltada ao fim dela, mas à busca pela compreensão de seu funcionamento (GINZBURG, 2014:38).

Ginzburg analisa que, em Hobbes, tanto na parte em que se dedica à “origem da religião”, quanto na “origem do Estado”, o medo possui importância fundacional e a sujeição – ou reverência – é seu resultado. Nesse sentido, é a ficção/imaginação o recurso mantenedor da relação reverenciadora das autoridades. Significa dizer que as origens do Estado e da religião são apresentadas de maneira paralela pelo pensador. Nas palavras de Hobbes, citadas por Ginzburg: “Esta é a fundação daquele grande Leviatã, ou melhor, para falar com mais reverência, daquele Deus mortal a quem, abaixo do Deus imortal, somos devedores de nossa paz e defesa”. Assim, são criadas as artificialidades, Deus e Leviatã, reverenciadas em temência e reverência e em relação a quem estamos sempre em dívida (GINZBURG, 2014:22).

Apesar de Hobbes ser galardoado por inaugurar uma filosofia do Estado Moderno secular, o argumento central de Ginzburg manifesta o oposto. Segundo escreve,

Para Hobbes, o poder político pressupõe a força, mas a força, por si só, não basta. O Estado, o “deus mortal” gerado pelo medo, incute terror: um sentimento no qual se misturam de maneira inextricável medo e sujeição. Para se apresentar como autoridade legítima, o Estado precisa dos instrumentos (das armas) da religião. Por isso a reflexão moderna sobre o Estado gira em torno da teologia política: uma tradição inaugurada por Hobbes (GINZBURG, 2014:19)

“A secularização não se contrapõe à religião: invade-lhe o campo” . Esta célebre frase de Alberico Gentili, conhecida pela citação de Carl Schmitt (1965), nos permite situar uma perspectiva crítica da separação pretendida entre a racionalidade secular – criadora da moral e dos meios de garanti-la – e a religião. O que pode ser verificado ao longo das experiências dos

Estados é manifesto pelas penetrações entre as faces da ordem e da autoridade moral legitimadas por ancoragens religiosas, constituidoras, aliás, de um só campo. Retomando o exemplo e conclusões ensaiadas do caso de Eichmann, a moralidade de um funcionário é redefinida como a obediência à ordem.

É certo que adentrar a temática da moralidade, secularização e religiosidade implica espezinhar um terreno acidentado e pantanoso. A literatura é ampla e interdisciplinar, mas também bastante dada às polêmicas e tabus. Tendo em vista a enorme abrangência e complexidade do assunto, e não sendo este o tema central da tese, serão apresentadas notas introdutórias assumidamente limitadas. Dito isto, e retomando o tema antes tratado, é possível afirmar que a estrutura religiosa da moralidade é desestabilizadora das noções mais correntes do “secular”. Pelo menos desde Kant esse formato estruturante é levantado, ainda que pouco atualizado, para pensar as continuidades nos contextos históricos contemporâneos da religião na tão aclamada racionalidade. “Secular”, segundo Saba Mohammed (2009), deve ser entendido não como a simples separação doutrinária entre Estado e Igreja, mas também como a própria rearticulação da religião, tornando-a proporcional às sensibilidades modernas e modos de governo. Voltamos, portanto, ao que antes sugeri acerca dos afetos distanciados de sua apreensão primária e instintiva, e os processos de legitimação e até demanda por determinadas condutas de autoridade.

O que resulta dessas fusões – envolvendo religião, Estado, racionalidade – não se refere apenas ao caráter de normas e instituições. São elementos que acionam interpelações e produção de sensibilidades coletivamente compartilhadas. Alimentam os processos de constituição de subjetividades, moralidade das condutas, relações interpessoais etc. Nesse momento histórico, já bastante familiarizado com uma conotação positiva de “civilidade” e “domesticação”, é possível dizer que as mulheres e as populações colonizadas e escravizadas continuam sendo alvos mais imediatos (as ‘desviantes’) da condução patriarcal do Estado-sociedade.

A relevância do recorte de gênero, não só no âmbito doméstico, mas também na esfera pública, é permeado pelas noções de contenção e inscrição de corpos. Das “bruxas” de antes às “putas” da modernidade. São ou exitosamente domesticadas ou patologizadas, encarceradas, apedrejadas e queimadas. No início do século passado, Alexandra Kollontai (2011), em “A nova mulher e a dupla moral sexual”, já observava os efeitos subjetivos – também designadores dos corpos femininos – que produzem uma espécie de “intuito de retorno ao lar” nas mulheres mesmo em sua vida pública, recriando nestes espaços relações de sujeição feminina ancorados na moralidade sacramentada do casamento.

Quase um século depois, Silvia Federici (2004) aprofunda essa relação ao evidenciar que na medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, também aumentava sua presença “nos sermões dos padres que repreendiam sua indisciplina (CASAGRANDE, 1978); nos arquivos dos tribunais onde iam denunciar quem abusava delas (S. COHN, 1981); nas ordenações das cidades que regulavam a prostituição (HENRIQUES, 1966); entre as centenas de não combatentes que seguiam os exércitos (HACKER, 1981) e, sobretudo, nos movimentos populares, especialmente nos heréticos” (FEDERICI, 2004:51). O acesso das mulheres à vida pública, portanto, foi e é acompanhado de reação moral e misógina.

Em muitos de seus textos, Gizlene Neder (2016) se dedica a pensar a permanência do campo religioso nos processos de modernização. Ao tratar das implicações nas relações de gênero, que são relações de poder e dominação, a autora ressalta a importância das codificações sobre o casamento, em especial em seu processo de secularização no século XIX, como evidência do controle à condição feminina. Segundo ela, as construções da teologia moral, nos séculos XVI e XVII, se somam às revivificações do casamento como sacramento, de modo a produzir e manter a dominação das mulheres com desbordes para as discussões sobre o aborto, o corpo perfeito e a moral sexual do tempo presente. Delas são esperados comportamentos sociais caracterizados pelo “recato, parcimônia, trabalho dedicado ao governo do lar (acordar antes e dormir depois de todos)”. Assim, a teologia moral da cristandade ocidental destina aspectos referentes ao corpo da mulher – sexualidade, alimentação, mobilidade – que constituem “objeto de atualizações históricas e apropriações culturais no tempo presente” (NEDER, 2016:11).

Federici destaca que as mulheres eram também acusadas de pouco razoáveis, vaidosas, esbanjadoras e *selvagens*. “Domá-las” era não apenas legitimado, como também de poder compartilhado pela sociedade, podendo ser atacada quando exposta publicamente (FEDERICI, 2004:122). Não é possível desvincular esse processo determinante de uma “cultural moral” das autoridades do Estado e as autoridades religiosas. As relações de poder estavam (e estão) assentadas na estrutura econômica e nas regulações sociais em forma de lei.

Federici demonstra que o corpo, na transição para a modernidade, assumiu centralidade quase obsessiva dos debates intelectuais sobretudo para a política estatal. Segundo ela, a relação com o corpo refletia o medo que o proletariado inspirava na classe dominante nesse momento. A multidão ameaçadora, contudo, era também fonte de riqueza, dada a sua força de trabalho. “A novidade foi o ataque ao corpo como fonte de todos os males” (FEDERICI, 2004:243-44). A imagem do corpo da mulher apresentado como degeneração moral foi duramente contraposta

pelas apreensões de “bons costumes” e o sentido de uma conduta moral, erguidos sobre as estruturas patriarcais e o corpo masculino e branco.

Com *Calibã e a Bruxa*, de Federici, podemos concluir que o sistema econômico social capitalista está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo.

O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas (FEDERICI, 2004:28).

Verifica-se, assim, que além de genericada, a trama da moralidade também é costurada com as dimensões da colonialidade. Conforme sustentado por Fanon, o mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente o espaço do colonizado. Como forma de “ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal”. Assim, a sociedade colonizada é descrita como uma *sociedade sem valores* e, mais ainda, o colonizado é anunciado como impermeável aos valores, à moralidade, à ética. Segundo Fanon, o indígena é assim decifrado como o mal absoluto, “Elemento corrosivo, destruindo tudo de que se aproxima, elemento deformante, desfigurando tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas” (FANON, 2013:58).

Pensando de maneira situada no Brasil, cabe retomar o período pós-independência em que muitos projetos para a nação estavam em disputa por hegemonia. O desafio central, contudo, era de que maneira compatibilizar – ideológica, administrativa e politicamente – a convivência do liberalismo com o sistema imperial-escravista no território (MALAGUTI, 2003:123). A passagem do século XVIII para o XIX, marcada pela transição ao liberalismo no Brasil, é bem refletida por Gizlene Neder (2000) por meio do conceito “iluminismo jurídico-penal brasileiro”. A noção trata das “permanências histórico-culturais de uma maneira de incorporar o liberalismo europeu sem rupturas com o tomismo, o militarismo e a religiosidade de nossas matrizes ibéricas”, que mantêm vivas as fantasias de controle total (BATISTA, 2003:123).

A autora ressalta que face ao processo de secularização, o campo penal é especialmente eficaz em evidenciar as influências no pensamento social e jurídico-político conformam uma

história de sincronia das ideias jurídicas e da cultura jurídica e religiosa. Como exemplo, destaca-se que o processo de legitimação da violência no sistema penitenciário está ancorado na cultura jurídica e religiosa, bem como os atos violentos derivam de um amplo estoque de torturas e tradições de punições muito antigas. “Portanto, a violência e a crueldade presente no sistema não são um fato excepcional, mas um acontecimento maior que tem vínculos com a cultura jurídica e a cultura religiosa sobre punição” (NEDER, 2009:21).

É a partir da identificação dessas permanências que integram as dimensões culturais, jurídicas, morais, religiosas que podemos compreender no que consiste o autoritarismo como forma privilegiada de efetivação da autoridade. Com Balandier, temos essa relação refletida de modo que: “A sacralidade do poder se afirma nas relações que vinculam o sujeito ao soberano: uma veneração ou uma submissão total que a razão não justifica, um temor à desobediência que tem o caráter de uma transgressão sacrílega” (BALANDIER, 2005:179). Uma derivação da dinâmica do poder colocada nesses termos é o paradoxo que pode ser expresso a partir do temor à autoridade que não apenas encontra sua origem na própria autoridade, como também no medo ao caos que implica sua ausência.

Nesse sentido, a moralidade em torno da violência é a sensibilidade central para compreendermos não apenas a proeminência do medo como afeto político, mas o poder que tem a produção e manipulação desse afeto no controle social e na constituição dos imaginários políticos. Esse é o emaranhado no qual (ou sobre o qual) está situada a reflexão acerca da autoridade autoritária. A opção por trabalhar a partir da noção de autoridade, por exemplo, e não pela distinção apriorística de modos e formas de governo diz respeito à compreensão aqui tomada como pressuposto de que o autoritarismo é elemento presente – ou potencialmente presente – como variação privilegiada das relações sociais dadas em torno das autoridades.

A socióloga Kathya Araújo nos brindou com uma teoria da autoridade em que a define – guardadas as problemáticas e dificuldades conceituais, políticas e metodológicas de fazê-lo, segundo ela mesma indica – como um fenômeno essencial para compreender as sociedades, tratando de tomá-lo como historicamente condicionado. A autoridade é o que estabelece as modalidades de gestão das hierarquias, sendo ela um fenômeno sempre entre pelo menos dois polos: de quem a exerce e de quem a aceita ou está sujeito a ela (ARAÚJO, 2016:15). Apropriando-se da autoridade como um fenômeno a ser analisado a partir dessa duplicidade, Araújo identifica três grandes dimensões que sugerem um conceito amplo aplicável a micro e macrorrelações. A primeira se refere a uma posição, um lugar designado coletivamente para orientação das ações dos outros, o que corresponde, por exemplo, a cargos políticos, professores, etc. A segunda, está relacionada com um atributo imaterial, individualizado, uma

espécie de aura que torna alguém digno do exercício da autoridade. Por último, e a mais visível, trata do modo de exercício que faz com que efetivamente as ações e condutas sejam influenciadas ou orientadas por aqueles que dirigem a autoridade.

A autora destaca, na sequência, que a conceituação de autoridade “é inseparável de uma alta carga normativa e uma constante tomada de posição política” (ARAUJO, 2016:17, tradução livre). Meio à indispensabilidade da autoridade, que termina por ser definida como a capacidade de impor sua vontade sobre a dos outros, ou de influenciar condutas, há sempre uma linha tênue entre a autoridade e suas consequências para os estados de dominação. A autoridade e a obediência, carregadas da moral, reencontram, depois do século XIX, o debate sobre moralidade e secularização. Podemos, inclusive, tomar por referência as reflexões de Arendt, ainda que não somente, acerca do caso Eichmann como um experimento em que ficou demonstrado que em situações hierarquizadas, a obediência primava mesmo em relação a atos moralmente repreensíveis, por uma transladação da vigilância moral, que desloca “do ato cometido ao imperativo da obediência” (ARAUJO, 2016:19).

Segundo Araújo, o maior dos problemas relativos à autoridade não reside em sua falta, como é mais frequentemente sustentado pelo tipo autoritário de autoridade, mas no seu tipo de exercício. Há uma convicção, mais socialmente assentada, de que a autoridade, para que seja efetiva, precisa ser autoritária. “Isso é falta de uns tapas” ou “nada que uma *surra* não resolva” ainda são exemplos de comentários corriqueiros sobre a desobediência de crianças e adolescentes ou comportamentos considerados *desviantes*. O exercício autoritário da autoridade é praticado de maneira explícita, ainda que normativamente rechaçado (ARAUJO, 2016:23).

Contudo, o autoritarismo é defendido sempre de modo relativo e é celebrado por sua eficiência enquanto o sujeito não se vê como objeto dele. Ou seja, o autoritarismo como modo eficiente de lograr a obediência ou a anuência dos *outros*. A explicação que Araújo apresenta – e que o corrente estudo sustenta – é de que “O coração do problema da autoridade no Chile não é seu declive generalizado, mas sim a fortaleza inusual do fantasma do medo aos subordinados” (ARAUJO, 2016: 25, tradução livre).

Em síntese, a confrontação de formas distintas de compreender autoridades fica bem expressa na violência colonial, o que termina por integrar as apreensões até então desenvolvidas. Ou seja, a moralidade e a religiosidade que se vinculam à noção de civilização, a qual também corresponde a maximização do monopólio da violência pelo Estado e a legítima coerção daquilo que ou representa a ameaça a ordem (o “caos”), ou que corrompe a civilidade (o “selvagem”), ou que representa o mal e o pecado (o negro, o indígena, a mulher). A referência de que a autoridade é eficiente quando autoritária sugere certo rigor e temor como definidores

dos laços sociais, em contraposição aos laços afetivos e solidários. Isso é evidenciado, por exemplo, quando Federici acrescenta que, no contexto colonial, a “vitória” maior dos jesuítas foi persuadir os *innus* a baterem em seus filhos,

(...) por acreditarem que o excesso de carinho que os “selvagens” tinham por seus filhos fosse o principal obstáculo para sua cristianização. O diário de LeJeune registra a primeira ocasião em que uma menina foi espancada publicamente, enquanto um de seus familiares passava um sermão assustador aos presentes sobre o significado histórico do acontecimento: “este é o primeiro castigo a golpes (diz ele) que infligimos a alguém de nosso povo...” (ibidem, p. 54-5). Os homens *innus* receberam seu treinamento sobre supremacia masculina pelo fato de que os franceses querem inculcar-lhes o “instinto” da propriedade privada, para induzi-los a se tornarem sócios confiáveis no comércio de peles. (FEDERICI, 2004:204-05)

Ao situarmos o olhar no Brasil, é notável como a própria formação histórica do país demonstra a edificação dessa compreensão de efetividade da autoridade assentada nos processos de repressão de revoltas de escravizados. Ainda que no decorrer do tempo histórico tenha existido alterações significativas nas instituições, regimes e formas de governo, há elementos que apontam para uma continuidade, atualização e fortalecimento do medo como afeto sustentador dos vínculos sociais e políticos. O medo transversal e generalizado que é fundante e mantenedor das relações sociais implicadas. É assim, por exemplo, que podemos pensar nas variações dos modos de exercer autoridade (autoritária), inclusive sob a toga da democracia. Tal como argumenta Chamayou em livro recente, “a dimensão autoritária do neoliberalismo excede a esfera do poder de Estado” (CHAMAYOU, 2020:391), e isso se refere à expansão penetrante da autoridade, que se manifesta em múltiplas esferas da vida – identificada em processos desde os mais íntimos-individuais, às relações familiares, sociais e estatais.

### 1.1.2 Eixo social-cultural-subjetivo do medo

Em *Subjetividade e História*, Suely Rolnik sugere que o sujeito moderno seria tutelado pelo terror ao estranho. Segundo ela, há uma importante transição na constituição das subjetividades no século XIX, em que a crença na essência identitária dos sujeitos está sujeita a alteração a partir do encontro com o outro, que é um desestabilizador da ordem de si, isto é, se apresenta como ameaça de sua desintegração. O indivíduo, assim, vive em um mundo que lhe é perturbador e continuamente busca artimanhas para se proteger do outro que figura como intruso, perigo anunciado. Em suas palavras, (...) “trata-se de uma subjetividade



fundamentalmente marcada pelo racismo contra o estranho, um racismo contra tudo aquilo que não repõe um idêntico a si mesmo” (ROLNIK, 1995:53).

Na mesma linha, Sidney Chalboud, em *Medo Branco de Almas Negras*, associa o medo nas sociedades como decorrência da imprevisibilidade e suspeição generalizada do outro, em uma alteridade encarnada pela cor de pele na relação de temor e coerção que é especialmente desenhada a partir da Revolta dos Malês. “O medo branco engendra a cidade-armadilha com sua paranoia da defesa da propriedade” (CHALBOUD, 1996). Nesse sentido, são atualizados ao longo do tempo, o mesmo processo com certa elasticidade quanto às identidades geoculturais. Quijano (2005) argumenta que, no processo de expropriação das populações colonizadas, foram reprimidas suas formas de produção de conhecimento, seu universo simbólico, seus padrões de produção de sentidos, de expressão e de subjetividade. Segundo ele, esse acidentado e longo processo em que foram impostos aos colonizados a cultura dos dominadores no que fosse útil à sua reprodução enquanto tais – seja no campo material, tecnológico, como do subjetivo, em especial o religioso – implicou na “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005:121).

Na gênese do empreendimento colonial estava o princípio da segregação. Nas palavras de Mbembe, “colonizar consistia num trabalho permanente de separação” (MBEMBE, 2020: 81). O autor argumenta que era pelo medo dos colonizadores de serem cercados, tendo em vista sua inferioridade numérica, que faziam uso da sua superioridade que consistia em serem “dotados de poderosos meios de destruição” para o trabalho contínuo de diferenciação. É dessa relação que é dada a largada de nosso século feito, segundo Mbembe, de um desejo irreprimível de inimigo, de segregação, de apartheid e a fantasia do extermínio. Dispor do inimigo se tornou, então, “passagem obrigatória na constituição do sujeito e em sua entrada na ordem simbólica de nosso tempo” (MBEMBE, 2020:85). Se tomarmos como referência o que expressa Carl Schmitt, podemos dizer que o “fim da história” de Fukuyama está bem distante de ser verificado na atualidade que se faz eminentemente política, já que para Schmitt o que define a política é a “diferenciação entre amigo e inimigo” (SCHMITT, 1992:64).

Segundo Comblin (1978), o conceito de segurança nacional torna-se operacional a partir do momento em que se define um inimigo. Segurança, portanto, é um conceito relacional dependente do que ou de quem se defende, sendo a ameaça necessariamente encarnada na figura do inimigo. Há um processo histórico que nos distingue, desde o Sul Global, das dinâmicas de inimizade representadas pelo centro europeu. A criação das fronteiras territoriais a partir da

constituição do Estado Moderno mobilizou a noção de inimigo externo para a identificação da ameaça nos estados apresentados como “civilizados”. A exterioridade da apreensão de *inimigo* é, então, flexibilizada a partir da violência colonial, em razão das experiências internas às fronteiras arbitrariamente instituídas. Achille Mbembe (2017) sugere, nesse sentido, que ao passo que a ameaça é ainda bastante concentrada na forma de racismo da xenofobia nas democracias de países do Norte global, ela se dá de maneira combinada quando tratamos de territórios em que a colonialidade é o próprio processo de constituição do Estado nacional. Nestes países, há a articulação entre o racismo criador de inimigos internos e o de caráter xenofóbico.

Nesses termos, Wendy Brown (2010) acentua que a distinção entre amigo e inimigo externo, que antes era elemento crucial para o decisionismo e a convergência do político e do soberano, ruiu na contemporaneidade. As levas de novos imigrantes, dentro das nações constituídas, foram crescentemente considerados os inimigos, em especial nos países do Norte global, mas com efeitos relevantes e controversos também no Sul. Nesse sentido, a autora aponta a insuficiência da formulação de Agamben quanto à regularidade de um “Estado de exceção”, tendo em vista que as ações (sem precedentes) contra os inimigos internos poderiam ser melhor apreendidas a partir de ações extrajurídicas, continuamente cometidas de modo a desafiar a própria soberania do Estado. A ocorrência, segundo ela, de um “(...) extrajudicialismo não se limita ao Estado ou prerrogativa soberana, mas ocorre em grande parte por meio da indefinição das prerrogativas militares, policiais e cidadãos no local dos muros, uma indefinição que desafia o monopólio do estado sobre o decisionismo bem como o monopólio da violência que se presume ancorar a soberania do Estado”, especialmente nas cidades “muradas” (BROWN, 2010:87).

As expressões da política na contemporaneidade se sustentam em relação de continuidade atualizada da gênese colonial. As sociedades são dinamizadas na noção de que estão permanentemente enfrentando uma ameaça, vivendo seu cotidiano de maneira paranoica na interação com o outro – por meio do medo. É a partir da produção e manipulação do medo que as democracias liberais legitimam sua arbitrariedade não apenas na identificação daqueles que encarnam os medos, como também na necessidade de neutralizá-los, apartá-los, extingui-los. Chamayou escreve que o “espectro da violência colonial” é continuamente – e tacitamente – convocado para relativizar a violência presente, “inscrevendo-a na continuidade tranquila de uma tradição passada, mas logo ocultada, visto que não há preocupação em apontar com precisão em que consiste o conteúdo real dessa tradição” (CHAMAYOU, 2015:108). Ela é

reproduzida pelo ódio ao inimigo e pela necessidade de contê-lo como um desejo de evitar o perigo.

Também em Graham, como já comentado, essa continuidade é pensada por meio do conceito foucaultiano de “efeito boomerang”, que explica bem o percurso da exploração colonial em dupla via fora-dentro. Segundo ele, ainda, tamanha é a fusão entre “imigração” e “terrorismo” perpetrada por parte da direita contemporânea, que atos de imigração são tratados como atos de guerra, mudança discursiva (e estratégica) que foi chamada de “armamentização” da imigração<sup>14</sup>. A ênfase é deslocada das “obrigações morais de oferecer hospitalidade e asilo” para a criminalização ou desumanização dos imigrantes, “como se estes fossem armas contra bases supostamente homogêneas e etnonacionalistas de poder nacional” (GRAHAM, 2012:35)

Nesse sentido, a diferenciação feita entre inimigo externo e interno, caracterizada pela passagem do fim das grandes guerras para a guerra fria e, logo, a estratégia de contrainsurgência dos Estados nacionais, serve muito pouco para países que ainda engatinhavam em seus projetos de nação independente. Ao analisar a questão no Brasil, Zaffaroni (2006) argumenta que a linguagem persistente de metáforas bélicas utilizadas pelas autoridades públicas brasileiras ao lidarem com a criminalidade – de forma mais ampla, a segurança pública – demonstra a indiferenciação entre inimigo interno e externo na segurança nacional. Segundo ele, essa é uma forma de obscurecer os próprios limites entre a guerra e o poder punitivo, identificando dentro de uma *não-guerra* os inimigos. Disso decorre o problema da não distinção entre *combatentes* de *população civil*, assumindo, aliás, que seja mesmo parte da população. Ou, mais especificamente, o jovem-negro-trafficante-favelado.

Edson Teles (2019) identificou que, no Brasil, a construção de inimigos internos é dada como processo de desdobramento e continuidade do racismo estrutural. Segundo ele, essa lógica opera em autorização e intensificação da estratégia estatal de controle social como política da inimizade e de representações de binarismos como parte do imaginário social. Brancos e negros, trabalhadores e “vagabundos”, civilizados e indígenas, cidadãos de bem e “bandidos”. A organização da realidade por meio de disjunções tem como pano de fundo o processo de expansão da moralidade da violência, em que o Estado progressivamente aumenta o monopólio da violência, legitimado pelo medo do inimigo. A inimizade é identificada naquele que faz uso de uma violência caótica, porque não localizada e não autorizada. Nas democracias contemporâneas, a violência configura forma central de acusação social (MISSE, 2016).

---

<sup>14</sup> Ver “Weaponization of Immigration”, organizado e redigido no âmbito do *Center for Immigration Studies*. Disponível em: <https://cis.org/Weaponization-Immigration>. Acessado em 29 de dezembro de 2021.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que na dinâmica democrática as formas atualizadas de perpetuar a relação estruturante racista se dá por vias *visíveis e invisíveis* (para distingui-las de alguma forma). Mbembe (2017), ao tratar do racismo como motor da forma política da democracia contemporânea, salienta que é ele o alimento do desejo de viver sem os não semelhantes. A violência mais direta e visível é associada a uma crescente regulação dos comportamentos, produção da opinião pública e pelo conceito de prevenção de insurgências. “Com a ajuda da necessidade de mistérios e o regresso do espírito de cruzada, vive-se num tempo mais dado a dispositivos paranoicos, à violência histórica, aos processos de aniquilação de todos aqueles que a democracia tem transformado em inimigos do Estado” (MBEMBE, 2017:69)

A repugnância moral à violência resulta, nesse sentido, do antagonismo criado entre ordem e caos, sendo o “caos” depositado nas imagens estereotipadas de inimigos. Na dinâmica sustentadora do arrefecimento do autoritarismo, a alteridade é determinada em periculosidade, que termina por significar desordens tão grandes quanto incorrigíveis. Para anomalias tomadas assim de irrecuperáveis, resta a confrontação e o extermínio. Trataremos, ao longo da tese, os efeitos que isso produz não apenas na subjetivação do outro na dinâmica de alteridade, mas também na formação do eu. Por ora, cabe salientar os efeitos produzidos por essa compreensão da vida social como campo de batalha e o sentido bélico atribuído aos laços e antagonismos dos amigos/inimigos.

Há pouco mais de 30 anos da queda do Muro de Berlim, é sugestivo – ou sintomático – que analisar a contemporaneidade passe essencialmente por discutir a multiplicação feroz de novos muros, bem como suas atualizações tecnológicas, e a continuidade e intensificação de relações bélicas amigo-inimigo como determinantes das relações sociais. Uma hipótese relevante, nesse caso, é de que o binarismo militar amigo-inimigo é elemento desencadeador do crescente grau de polarização política. Junto com o do comunismo da cortina de ferro, outros tantos *spectros ameaçadores* foram mobilizados para justificar políticas de controle e a própria conservação do neoliberalismo. Fantasmagorias necessárias à sustentação da lógica *arena de batalha*.

São muitas as entradas possíveis no debate da polarização política – essencial, aliás, à compreensão da atualidade. Desde um olhar geométrico, faz sentido destacar que há possibilidades de assimetrias entre os polos, possivelmente somada a uma distorção ao buscar localizar o centro, ponto médio entre os pontos opostos. Isso quer dizer que muitos dos antagonismos não são necessariamente oposição proporcional de extremos. Esmiuçar os elementos de uma polarização anunciada é conhecer suas distintas operações. Nunes (2020)

reconhece duas maneiras de operá-la: na primeira, “um dos lados assume posições extremas a fim de atrair para sua direção o centro do debate e jogar para o outro lado toda a responsabilidade por negociar compromissos”. A segunda é uma “operação retórica pela qual alguns agentes simetizam os dois polos como igualmente extremos, jogando-os de um lado do espectro, e situam-se do lado oposto como única alternativa”. Em todo caso, a polarização que se desdobra de cidades muradas orientadas por disjunções manipuladas pelo medo produz sentidos de relação excludente entre os polos. Os polos vão sugando os imaginários coletivos de modo a concentrá-los no limite dessas possibilidades. E aqueles que não se situam em nenhum dos lados, terminam à deriva, enfrentando maiores possibilidades de afogamento do que de sobrevivência. O tema da polarização política, situado no contexto do Rio de Janeiro, será refletido mais adiante neste estudo.

O belicismo das cidades insinua que também as mentalidades se tornam crescentemente militarizadas, tendo em vista que o arranjo espacial engloba todos esses fluxos de subjetividades, territórios, temporalidades. Conforme Weizman (2004b) reflete, o nosso ambiente físico e a arquitetura não podem ser vistos como “uma superfície rígida contra a qual nos chocamos”. Todo esse complexo de elementos está integralmente interligado com o “domínio espesso e estético das imagens”. E o poder é ativo em fazer uso das imagens: o governo, a polícia e o exército estabelecem linguagens visuais próprias nas cidades, por meio das quais aumentam o efeito da violência por vias também subjetivamente penetrantes. Harun Farocki (2004) argumenta que as imagens não são uma questão de representação, não estão para retratar o mundo. Elas são a própria presença, parte de uma operação: mais que uma representação figurativa são a figuração operativa. É por essa razão que tanto Farocki quanto Weizman defendem que desconfiemos das imagens a partir de um contínuo interrogar esteticamente. É preciso “desler” as imagens para ir contra os modos como as estruturas de poder desenvolvem determinadas linguagens visuais.

A tese fundamental de Graham (2012) é de que a guerra tem sido urbanizada – ela não apenas rege a fundação das cidades, mas opera como estrutura de suas atualizações em dispositivos, subjetividades, estética e distribuição social. Nesse sentido, há um vínculo significativo entre a urbanização, a moralidade em torno da violência política e a violência colonial. A autora palestina Nurhan Abujidi, apoiada nas noções de cidade do Graham, avança no sentido de analisar como a cidade militarizada é aniquiladora de heranças culturais-estéticas e memórias das populações que são alvo nessa dinâmica urbana. Para além do que foi nomeado limpeza étnica, a autora recupera o termo urbicídio, cunhado por Marshall Berman nos anos 1980, para descrever o bombardeio e a destruição em massa de cidades como Mostar e Sarajevo

na Bósnia e Herzegovina, o campo de Jenin e Nablus na Palestina, de Fallujah no Iraque e das aldeias do sul do Líbano. Segundo ela, “Limpeza cultural ou genocídio cultural e identicídio foram usados para indicar o destino final de mesquitas, igrejas, museus, arquivos, bibliotecas, escolas e outros edifícios simbólicos” (ABUJIDI, 2014:16, tradução livre).

Há uma incidência dessa destruição a partir de distintos domínios – que busca não apenas destruir, mas apagar os traços do que é destruído – sobre as constituições de identidades e possibilidades de reconhecimento. É disso que se trata o que Quijano discute como colonialidades do ser e do saber, a extensionalidade da violência colonial que não se limita à temporalidade da colonização em si. O poder destrutivo disso é comprometedor inclusive dos vínculos sociais e dos afetos políticos. E, por consequência, também dos corpos que se posicionam em aliança ou se repelem.

### 1.1.3 Espacialidade e temporalidade do medo

A violência rompe com a ordem social ou a violência é constitutiva da ordem social? A violência é um problema social ou a violência é uma solução padronizada para os problemas sociais? A violência é uma forma puramente destrutiva da socialidade ou a violência é uma forma positiva de socialidade que faz as pessoas se unirem? Violência é uma forma de lidar com a contingência ou a violência é uma forma importante e fonte de contingência? Violência rompe com as normas ou a violência reforça as normas? Violência é uma situação visível ou a violência é um processo oculto? A violência do Estado é reativa em relação à violência ilegítima ou a violência do Estado é ativa em distinguir violência legítima e ilegítima? Violência é um processo social significativo, cujo sentido é posto em um referente externo ou a violência é um processo social caracterizado, exclusivamente, pela autorreferência? A violência repele ou a violência atrai? A violência é um meio para um fim ou é um fim em si mesmo? (SCHINKEL, 2010:15).

Schinkel (2010), ao abordar os aspectos da violência desde uma perspectiva da teoria crítica, aponta, por meio das antinomias apresentadas neste trecho, os paradoxos contidos nas formas com que “violência” é utilizado nas ciências sociais. Os questionamentos refletem as questões magistrais de um conceito polissêmico – ainda que reiteradamente tratado com significados negativos e contrafactuais – e que apesar de sua relevância e necessária atualização ao longo do tempo, manteve-se muito associado à sua construção etimológica. Michel Misse (2016), argumenta o aspecto sintomático da falta de centralidade do tratamento conceitual de “violência” na teoria social, tendo em vista que, conforme expresso por Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, é ela a “parteira da história”.

Se, conforme visto, o processo realizado com a consolidação do Estado Moderno do monopólio estatal da violência traz consigo a ironia de que justo nos limites desse monopólio que a violência deixa de sê-la, uma vez que é legítima; e, então, passa a ser considerada violência em seu habitual sentido negativo e moralmente condenável apenas aquela que se dá de maneira externa ao Estado. Michel Misse (2016) indica que foi justamente o reforço da violência estatal que permitiu tanto a criminalização da violência privada quanto um fortalecimento da capacidade destrutiva do Estado Moderno. Ele ainda adiciona que foi Giddens (1990) quem salientou que as duas coisas não podem ser separadas, “embora uma tenda a ocultar a outra”, dada sua necessária retroalimentação.

Interessa perceber, nesse sentido, como é movida a moralidade dentro dos processos de apreensão da violência na esfera pública e como funciona sua (i)legitimidade nas dinâmicas de criminalização. Misse destaca que, na atualidade, todas as violências, com exceção da guerra e do suicídio, são criminalizáveis. Porém, o sujeito da criminalização, o Estado, fica oculto dessa possibilidade, justamente porque é reconhecido como o “detentor legítimo do processo de criminalização” (Misse, 2016). Com efeito, fica comprometida a polissemia do conceito de violência, dado que decorre de um conflito de legitimação quanto a qual violência estamos selecionando para levar em conta, o que significa considerar uma em detrimento de outra. Essa amplitude de olhar se faz necessária para, então, adentrarmos as questões em torno da violência urbana com respeito ao tratamento cuidadosamente desenvolvido por Antônio Machado (1993), em “Violência urbana: Representação de uma ordem social”, que traz uma perspectiva de que a violência urbana é uma representação de práticas e de modelos de conduta subjetivamente justificados.

Não é por menos que um debate central para a vida cotidiana das pessoas na cidade é a segurança pública. Em grande medida, é o *sentimento de insegurança* que alimenta a demanda por controle social, orienta as escolhas políticas, as culturas urbanas, as arquiteturas de defesa, as moralidades em torno da violência e do crime – bem como de suas narrativas, o mercado da vigilância, etc. Com Antônio Machado aprendemos, contudo, que não se trata tão somente de um sentido abstrato do sentimento, mas da ocorrência materialmente expressa na crescente violência urbana e do que ele vai compreender como “sociabilidade violenta”. Misse executou um trabalho primoroso de organização de textos dispersos do Machado, alguns ainda datilografados, para analisar e discutir a perspectiva do antropólogo que sugere uma transformação da violência de seu curso socialmente regulado e minimizado de obtenção de interesses para um padrão de sociabilidade em formação.

A criminalidade violenta organizada pode ser vista como a ponta de um iceberg. Ela indica transformações culturais imensamente profundas e a formação de uma sociabilidade radicalmente nova. ([4<sup>15</sup>], p. 10) Além disso, ela não está constituída contra o Estado: trata-se antes de um complexo de condutas para cuja formação a ordem pública não entra como referência. ([4], p. 12) (MISSE, 1997).

Como efeito amplamente reconhecido, o sentimento de insegurança pode ser identificado como componente de qualquer leitura mais ou menos atenta do espaço urbano. Sebastian Rochè (1991), ao trabalhar o tema, argumenta que o significado social e político da questão da insegurança resulta de uma combinação entre o aumento da criminalidade enquanto experiência concreta com um processo de construção social do crime como risco, tornando-o central relativamente a outros riscos que caracterizam a modernidade. Para o autor, o sentimento de insegurança é expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, que correspondem à experiência individual sobre a realidade vivida. É nesse sentido que a referência do sentimento de insegurança estabelece centralidade no crime, relação facilitada por sua própria natureza. O crime afeta o indivíduo no seu corpo, nos seus haveres e na violação do seu domicílio, o que se traduz na sua privacidade, na intimidade. Junto com outras formas de violência, o crime apresenta-se para a sociedade como um elemento perturbador da ordem instituída, com “capacidade de pôr em risco os mecanismos difusos e institucionais de controle social” (LOURENÇO, 2004).

Se as dimensões da violência urbana, em suas múltiplas facetas, diferem-se da violência estatal especialmente por sua ação descentralizada (o que não significa desorganizada, conforme salientam Machado e Misse) e despossuída de legitimidade, é nela que são encarnados, paradoxalmente de maneira fantasmática, os medos e ameaças. A violência urbana mobiliza o medo de maneira multidimensional, dispersa e ilocalizável; e a angústia desse “caos” é o que se contrapõe à estética fardada, localizável e institucionalizada da violência que promete restabelecimento da “ordem” – mesmo quando, paradoxalmente, estamos tratando de corpos mais frequentemente afetados pela violência do Estado.

São muitas – e fundamentais – as penetrações que o antagonismo entre ordem e caos suscita nas relações sociais e certamente não serão esgotadas neste curto preâmbulo. Porém, urge comentar, em termos subjetivos, cognitivos e estéticos, como essa dicotomia se enlaça com a política do medo. O paradoxo identificado nessa dinâmica de que o temor à autoridade

---

<sup>15</sup> O texto trabalhado por Misse indicado como nota [4] é o “Criminalidade Violenta e Ordem Pública: nota metodológica”, trabalho apresentado no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, agosto de 1997 (texto datilografado).



tem base nela própria e também na ameaça que configura o caos gerado pela própria ausência de autoridade. Um exemplo que ilustra bem essa relação é o caso da greve da Polícia Militar. Dentre outras tantas, podemos mencionar a de 2017, ocorrida no Espírito Santo, em que mesmo aquelas populações mais impactadas pela violência policial rotinizada clamavam pelo fim da greve e restabelecimento dessa ordem localizável, face à violência alastrada e multiplicada contra as propriedades, patrimônios e pessoas.

É certo que são muitas as camadas implicadas nesse exemplo, mas o mobilizei neste momento apenas para fim de ilustração das contradições suscitadas pela ambivalência de um medo que é da autoridade mas também de sua ausência. Nesse momento, pessoas que relatavam sentir “medo dos policiais militares” pela forma violenta com que costumeiramente adentravam seus locais de moradia, também demandavam a presença e ação dos militares no sentido de contenção do “caos” instalado a partir da greve, mencionando os roubos, furtos, saques, homicídios que se alastraram pelas cidades.

Nem todo sentimento de insegurança é proporcionalmente assentado em um perigo real. Em muitos casos, há uma falta de correspondência entre uma expectativa desmedida e os recursos proporcionados para ativar as dinâmicas da proteção (ROCHÉ, 1996; CASTEL, 2006; KORSTANJE, 2010). O dilema entre materialidade e insegurança é explorado de modo a articular muitas tramas, dentre as quais são evidenciadas o uso da desigualdade social como potencializador de um medo de classe, localizando no espaço urbano onde reside a violência; a importância da difusão midiática da narrativa da insegurança, multiplicando as experiências de temor individuais; a estética do confronto a partir do uso rotinizado de aparatos de guerra por parte das forças militares, como exposição continuada de tanques de guerra, viatura, bases, armas de grande porte sendo desfiladas, dentre outros armamentos de maior escala. Um efeito importante disso é a legitimidade ancorada nas dinâmicas de vigilância e sua tecnologia envolvida. O voluntarismo que é criado, por adesão e demanda à autoridade e controle social, faz, inclusive, arrefecer todo um mercado da vigilância privada. São câmeras, escutas, agentes de segurança privados, espaços murados e fortificados, dentre outras tantas opções que tornam vasto e rentável esse mercado.

O entrelaçamento da tecnologia avançada e suas aplicações civis e militares consiste no cerne de um conjunto muito mais amplo de tendências que caracterizam o que Graham (2011) vem chamando de um novo “urbanismo militarizado”. O urbanismo militar se refere, segundo ele, à mudança paradigmática que torna os espaços comunais e também privados das cidades, sua infraestrutura, suas populações, os próprios alvos e ameaças. Uma manifestação importante disso é como a “guerra” é generalizada e usada como metáfora dominante na descrição da

condição perpétua das sociedades urbanas (seja na guerra contra as drogas, contra o crime, contra o terrorismo, contra a insegurança e até no que diz respeito à pandemia). A militarização é deslocada ao centro de uma ampla gama de debates que envolvem “políticas, paisagens urbanas e circuitos de infraestrutura urbana, bem como domínios inteiros da cultura popular e urbana”.

Graham argumenta que um diferencial de seu estudo é a compreensão de que há uma retroalimentação entre as infraestruturas, arquiteturas, paisagens da cidade e a formação subjetiva das pessoas no que diz respeito à militarização e seus consentimentos. Isso quer dizer que a própria espacialidade, suas formas físicas, estéticas, territoriais, são produtoras e manipuladoras de imaginários e não exclusivamente a relação inversa. Em suas palavras, “a militarização também envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, ação e política”, que se atualizam nas formas do “novo urbanismo” (GRAHAM, 2011:122).

Ao avançarmos na compreensão da totalidade complexa e dinâmica da realidade, nos encontraremos com o clássico debate, inaugurado por Élisée Reclus e retomado por Foucault, quanto à indissociabilidade do tempo e do espaço. Segundo Reclus, elas são categorias inseparáveis e que integram a geografia e a história. Nenhum fator ou dimensão age isoladamente e, por essa mesma razão, é impossível isolá-las analiticamente sem incorrer em equívocos. E, mais ainda, o autor promove a ideia de “espaço produzido” e processo, conduzindo a uma perspectiva de veia dialética para a compreensão de uma geografia que é dinâmica, se constrói e “se refaz todos os dias, a cada instante ela se modifica pela ação do homem”, conforme expressa em seu livro *O homem e a terra*. Na mesma direção, sua célebre frase esclarece o ponto central do pensamento: “a geografia é a História do espaço, enquanto a história é a Geografia do tempo” (RECLUS, 1999).

Se pensarmos na origem das cidades para então tratar de suas modificações e permanências ao longo do tempo, nos deparamos com uma noção de cidade, no período pré-moderno e no início da modernidade, que se refere a agentes de guerra de importância fundamental. Nas palavras de Graham (2011), “A história da construção, concepção e ocupação dos espaços urbanos não pode ser contada sem levar em consideração o papel central deles como locais primordiais de poder e controle militar”. Com a emergência dos Estados Modernos, nos séculos XVI e XVII, temos a busca voraz pelo “monopólio da violência política”, conformando aquilo que Giddens chamou de “repositórios de poder cercados”. É uma boa forma de tratá-los dado que o “cercamento” se refere à centralidade da propriedade privada e os processos de violência colonial dos primeiros sistemas de capitalismo imperial global.

Erguem-se muros que geolocalizam a distinção social, as relações estruturais de hierarquia e exploração – em escalas diversas – manifestas nas cidades que, na dinâmica interna às concepções de Estado, avançavam como agentes de guerra. O autor ressalta ainda a centralidade que a exploração colonial assumiu, sendo ela a base econômica determinante para o triunfo do capitalismo: “a guerra, a eliminação e a supressão violenta de revoltas – contra guerrilhas revolucionárias rurais, contra movimentos de independência, contra indústrias e comunidades nativas, contra minorias demonizadas – eram igualmente indispensáveis para a conquista e a exploração colonial” (GRAHAM, 2016:61). É nesse sentido, aliás, que o autor mobiliza a noção forjada por Foucault de um “efeito boomerang”, tratando de pensar que havia um percurso de mão dupla protagonizado por técnicas e tecnologias de repressão e guerra colonial urbana entre as fronteiras coloniais e os centros metropolitanos europeus.

Para Graham, a principal característica do novo urbanismo militar é “a reorganização radical da geografia e da experiência de fronteiras e limites” (GRAHAM, 2011:155). A partir da noção de cidades sitiadas, o autor analisa que o novo *corpus* de doutrinas militares termina por borrar fronteiras entre o civil e o militar, a separação entre local e global e interior e exterior. Desse modo, qualquer lugar é também – ou potencialmente – arena de batalha. Mais ainda, como expressa Eyal Weizman, “A cidade não é mais meramente o espaço da guerra, ela se tornou seu próprio meio e aparato<sup>16</sup>”. Há, segundo ele, um grau de flexibilidade, liquidez, que é sempre “contingente e em fluxo”, que caracteriza essa espacialidade e temporalidade (WEIZMAN, 2003:66).

Os espaços oferecem um prisma por meio do qual podemos vislumbrar arranjos sociais. É possível apreender o espaço tanto a partir da estruturação de uma estratégia territorial como fator ativo capaz de influenciar o comportamento humano, quanto no contexto de uma estrutura neutra em que o ser humano atua, sendo essas faces integradas e não excludentes. Uma característica das cidades na contemporaneidade é a crescente lógica de muros, que nos ajudam a perceber essa relação de ambivalência dos espaços. A partir dos muros é possível identificar as segregações espaciais, desigualdades sociais e as disjunções – seja para compreender de quem se protege e busca a separação; seja para identificar quem são os que querem viver entre semelhantes, intramuros (CALDEIRA, 2000; BROWN, 2010; DUNKER, 2015; WEIZMAN, 2006; GRAHAM, 2007; BRIGHENTI, 2009).

---

<sup>16</sup> Do original: “No longer merely the locus of war, the city became its medium and its very apparatus” (Weizman, 2003:66).

A mudança social nas cidades contemporâneas é orientada pela violência e o medo. Segundo Caldeira, nas últimas quatro décadas, “em cidades tão diversas como São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami”, diferentes grupos sociais, mas especialmente a elite, têm utilizado o medo da violência e do crime para justificar novas tecnologias de exclusão social e despejos. “Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo” (CALDEIRA, 2000).

A construção de enclaves fortificados foi pensada pela autora Wendy Brown como “muros dentro de muros” (*walled walls*) para indicar a tendência urbana de segregação e medo. Em um estudo situado no Brasil, o psicanalista Christian Dunker, indica o que ele vem chamando de “lógica de condomínios”, a partir da qual é criada uma realidade fantasiosa fortificada que expressa uma nova unidade adquirida intramuros “em contraste com a anomia que é deixada em seu exterior” (DUNKER, 2015:58). Ainda que as práticas de segregação – e aproximação – estejam entrelaçadas com outros processos de transformação social de contextos mais específicos às distintas cidades, é possível dizer que as formas de excluir incluindo (ou incluir excluindo) na espacialidade urbana são “tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades” (CALDEIRA, 2000).

Ainda que há décadas os muros sejam sugeridos como característica fundamental desse novo urbanismo, o tratamento dedicado a eles pelas ciências sociais é relativamente recente. Brighenti (2009), ao tratar do tema, enfatiza a necessidade de atentar para que não se reduza a reflexão sobre os muros a um simbolismo geral de separação e exclusão. Sugere, ao contrário, uma abordagem de como os muros concretamente configuram as relações sociais, ao passo que eles próprios são expressão da vida social. O autor identifica cinco aspectos que são articulados enquanto dimensões de uma apreensão mais ampla dos muros, são eles: materialidade, territorialidade, visibilidade, ritmo (ciclos de vida) e usos. Em acordo com essa proposição, que será mais detalhadamente trabalhada no capítulo dois, esta pesquisa almeja refletir os matizes que a construção da espacialidade murada permite compreender da vida nas cidades.

Por sua vez, Weizman, arquiteto que se dedica a pesquisar a configuração da ocupação militar israelense na Palestina, argumenta que os muros, no contexto do conflito israel-palestino, perderam a simplicidade conceitual e a materialidade fixa. Em diferentes escalas e temporalidades, os muros passaram a ser “entidades flexíveis, responsivas às mudanças de referenciais políticos e de segurança; como elementos permeáveis, através dos quais tanto a resistência quanto as forças de segurança literalmente viajam; e como uma mediação

transparente, através da qual soldados podem agora ver e atirar”. Na entrevista realizada por Weizman com o comandante da Força de Defesa Israelense (IDF), Aviv Kokhavi, ele expressa que houve uma decisão – no contexto da operação do exército israelense em Nablus e no campo de refugiados Balata, em 2002 – de “olhar para o espaço de maneira arquitetonicamente diferenciada”. Nesse momento, segundo ele, os muros e paredes deixaram de ser interpretados como proibidos de se atravessar (que é “como o inimigo tradicionalmente os interpreta”) e tornaram-se estratégicos para formatos de ataques inesperados, “que chegam por trás e atacam o inimigo que nos esperava à espreita de uma esquina”. Essa “microtática” de mover-se através dos muros e paredes foi chamada por ele de “geometria inversa” (WEIZMAN, 2006:8).

O que em princípio parece ser uma abordagem localizada no contexto palestino foi, na realidade, altamente exportada e atualizada. Dentre tantas outras, a polícia militar do Rio de Janeiro foi (e ainda é) treinada para operações em favelas pelo próprio exército israelense e reproduz a tática de atravessar paredes: adentram casas para ver e atirar de pontos estratégicos e inesperados, controlam fronteiras e as tornam móveis, fazem buracos e derrubam “obstáculos” necessários para atravessar. Ariel Sharon, militar<sup>17</sup> e ex-primeiro ministro de Israel de grande relevância para o sionismo, manifestou-se da seguinte forma: “Eu disse a eles [aos colonos]: não construam cercas ao redor de seus assentamentos. Se você ergue um muro, coloca limites para sua expansão... Nós devemos colocar muros ao redor dos palestinos e não ao redor de nossos espaços”<sup>18</sup>.

Os muros, nesse sentido, apresentam simbolismos, materialidades, temporalidades e usos sintetizadores da busca pela apreensão da espacialidade por meio da política do medo. E, mais ainda, a noção de muro até aqui apresentada caracteriza, de antemão, o movimento como constitutivo do espaço: “atravessa cortando em vez de submeter à autoridade dos muros, fronteiras e leis” (WEIZMAN, 2006:9).

A expansão dos muros e fronteiras na sociedade contemporânea em seus formatos atualizados, indicam a hipótese histórica de que, em comparação com a cidade medieval, a cidade moderna transforma muros em recursos da economia política e espacial dos governos. Proteger a cidade de invasões em seus limites externos já não são centrais, em vez disso, é a gestão política dos enclaves dentro da cidade que passam a importar (BRIGHENTI, 2009; CALDEIRA, 2000; GRAHAM, 2011; WEIZMAN, 2007). Os muros tornam-se ferramentas de controle do governo sobre a própria população que, por extensão, recria – de maneira privada

---

<sup>17</sup> Desde o primeiro exército de Israel, em 1948.

<sup>18</sup> Citado por Neve Gordon, em seu livro *Israel's occupation*, p.116.

– outros enclaves dentro dos já estabelecidos (o que se refere à *lógica do condomínio* já comentada).

O formato de cidade cindida, dividida em duas, é essencialmente uma herança dos processos coloniais, conforme identifica Fanon (2014). A Palestina é a expressão radical da colonização atualizada, mas que é feita de traços que, ironicamente, podem ser identificados – em maior ou menor grau – em toda forma urbana de sociedades liberais. É disso que Graham está tratando quando enfatiza que a exploração colonial é a base do capitalismo – materialmente identificável no “urbanismo militar”. Se a cisão é designadora de dois lados, cabe pensar que esses processos, tal como foi a colonização nos séculos passados, não são necessariamente silenciosos. As formas de resistência – e insurgência – em cidades muradas recriam espaços e coletividades como ambientes seguros e orientados por identificação. É a forma também atualizada de pensar os quilombos, por exemplo. “É tempo de aquilombar”, disse Lélia Gonzalez (2016), tornando quilombo um verbo ao reivindicar que sejam recriados os laços e a busca por agrupamento para agir de modo estratégico diante da crescente ameaça às mulheres e ao povo negro. Ou ainda como defendeu Abdias Nascimento (1960): pensar e reivindicar o quilombo como forma de organização. Experimentar sentidos de liberdade e comunidade internos e projetar a revolta externa, eis o que o autor nomeou “quilombismo”.

Ao passo que são amplamente replicadas as experiências de controle e coerção do exército israelense, o sentido de comunidade dos palestinos é revivido em outros territórios de maneira semelhante, como no caso das favelas do Rio de Janeiro (SARTORIO, 2018). Também as táticas de defesa e estratégias de luta e organização são exportadas, o que pode ser verificado no papel dos palestinos colaborando com as mobilizações sociais da Primavera Árabe, em 2011, Turquia, Egito e Brasil, em 2013, e Chile, em 2019.

As reproduções de relações de autoridade e controle nas dinâmicas entre classes, grupos e interpessoais demarcam uma (des)organização que transversaliza o próprio Estado e sugerem um largo espaço entre o núcleo das instituições do Estado e as forças de resistência. Teresa Caldeira escreve que “A privatização da segurança desafia o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado” (CALDEIRA, 2000:10). Proponho, por outro lado, pensar que essa é precisamente a permeabilidade dessa lógica no imaginário coletivo, a espacialidade-movimento constituidora da cidade. Ou seja, trata-se do próprio resultado da noção de Estado/*civilização* e sua política de violência.

A apreensão de Graham (2004) quanto ao urbanismo militar é sugestiva nesse sentido. É a partir da militarização das próprias sociedades que o tecido civil das cidades passa a ser saturado de técnicas e tecnologias desenvolvidas recentemente no domínio militar. O autor

apresenta os exemplos do GPS e dos sistemas de telefonia móvel como instrumentos para desenvolver uma cultura de controle nas cidades. O aumento do medo e a incidência do crime no meio urbano, uma crescente polarização social e a proliferação de grandes distúrbios civis nas cidades impulsionaram e ampliaram o alcance dessa cultura, que tem sido especialmente em formatos privados de controle.

Ao mesmo tempo, como observa Simone Gomes (2021), há a proeminência do que a autora chama de “contra-programa dos drones”, em que são constatadas as reproduções das relações de vigilância, controle e comércio ilegal de drogas pelo uso de artefatos tecnológicos desde as prisões. Segundo ela, são crescentes as interceptações e registros de drones manipulados por facções criminosas nos presídios brasileiros.

O uso das tecnologias para ampliação e modificação das relações de poder será mais detidamente trabalhado no decorrer da tese. Enquanto nota introdutória, o tema indica a dinâmica da “guerra pós-moderna”, nas palavras de Graham, em que o controle e a vigilância constituem marcadores da sociedade em que vivemos. A literatura contemporânea apresenta concepções que verificam essa relevância, como a de sociedade da vigilância (MURAKAMI WOOD et al., 2006), cultura de vigilância (LYON, 2018) e, mais recentemente, no conceito de capitalismo da vigilância (ZUBOFF, 2020).

As dinâmicas de vigilância remetem à estruturação das relações de poder em sua dinâmica espacializada – trata do controle, das dissonâncias, deslocamentos e posicionalidade. Essa relação remete não apenas ao que expressamos antes a partir de Reclus (1999), que segue atual e necessário, mas especial à triangulação elaborada posteriormente por Foucault (1978/2007), em que são apresentadas de modo indissociável as produções espaciais, temporais e de saber-poder (bem como formação das subjetividades).

Em *Vigiar e Punir* (1975/2014), Foucault vai além ao adentrar não apenas nas relações imbricadas da espacialidade com o discurso, mas também nas instituições em termos de arquitetura, de figuras espaciais. Como um convite à aproximação, ele refletiu também sobre uma rede de micropoderes descentralizada, que funciona como coordenação transversal de instituições e tecnologias. Em contraposição, há uma centralização a partir do aparelho de Estado e da polícia, bem como a institucionalização de hospitais, escolas, casas de correção. Segundo o autor, é assim estabelecida uma vigilância permanente, que torna tudo visível à condição de tornar-se ela própria invisível.

Interessa destacar como há deslocamentos entre as dimensões do visível e invisível, transversalizados pelo tempo. Essa característica me parece fundamental para pensar a temporalidade do medo. Seja sua marca fundamental enquanto uma temporalidade futura de

perda do instante imediato, dado que é um afeto da expectativa negativa de algo por acontecer, conforme apresentado por Spinoza (2009). Por outro lado, é o registro territorializado de estruturas sócio-históricas erguidas a partir de sua racionalidade implicada na proteção de uma ameaça sempre à espreita, nas separações muradas que caracterizam a geografia urbana desde o início das cidades – e apenas multiplicam-se, nas instituições que distinguem as pessoas por critérios patologizantes, criminalizadores, racializados e ancorados em desigualdades de classe. São retratos visíveis, assim, do afeto central ao estabelecimento de vínculos sociais – com rastros temporais, ou melhor, sócio-históricos e geopolíticos.

Se as geometrias de poder foram apresentadas na forma contemporânea de uma urbanidade de paradigma bélico – legitimados, como vimos, pelos dispositivos do medo e a consequente concepção autoritária da autoridade – gostaria de atribuir-lhe historicidade por meio das ações dos sujeitos. Segundo Touraine (1973), a noção de historicidade designa não o caráter histórico da vida social, mas o traço particular das coletividades humanas que é a capacidade de que dispõem de se autoproduzirem – agirem sobre si mesmas e não figurando como frutos de uma ordem exterior. Esse traço contrapunha, segundo ele, a vertente funcionalista parsoniana, que articulava analogias com organismos que desenvolvam funções puramente adaptativas. As sociedades, para Touraine, não apenas reproduzem, mas produzem a si mesmas e, nesse sentido, a historicidade se refere à ação dos sujeitos ao longo do tempo.

À essa relação é conjugado o entrelaçamento dos dispositivos de poder-saber e, logo, constituição de imaginários políticos, não é surpreendente que a história sofra de tantas disputas que a condena a ocultamentos, enaltecimentos e à arbitrariedade do visível e invisível. Um fator fundamental à crescente polarização política orientada pela crescente radicalidade da extrema direita e um recuo da esquerda é precisamente a disputa de memórias. O chamado “passado mítico”, que foi marca do pensamento conservador ao longo dos períodos autoritários no mundo (o nazismo alemão e o fascismo italiano são os exemplos mais conhecidos disso), é atualizado em versão tropical brasileira (e não exclusivamente). Um certo aviltamento da direita autoritária conservadora que retoma a centralidade do poder no Brasil e surpreende aqueles que a consideravam enterrada junto à ditadura militar.

Se a historicidade possui caráter cumulativo, conforme supõe Touraine, e as ações dos sujeitos são componentes agenciados do movimento tempo-espaco, então entendo que uma maneira importante de iniciar uma discussão situada da política do medo é rastrear histórias-trajetórias que indicam o processo cumulativo do crescente imaginário político autoritário e sua relação com a política do medo, a partir do prisma da cidade do Rio de Janeiro. Me dedicarei a isto no capítulo seguinte.



Por fim, cabe salientar, conforme anunciado no início desta tese, que a pretensão desse primeiro contato com a tentativa de esboçar conceitualmente a política do medo é operativa, analítica e instrumental, o que me permite sugerir a impossibilidade de sua segmentação estanque, tendo em vista o contínuo borrar de fronteiras entre um eixo e outro abordado. Com isso, quero explicar, então, as escolhas feitas até aqui e como elas sustentarão os próximos passos. Entendo que há um movimento contínuo entre os aspectos da vida social que permitem ambivalências e que nos bloqueia a possibilidade de homogeneizações e unilateralidade fragmentária. Não é simples observar elementos em movimento – menos ainda, talvez, quando o objetivo aqui é analisar um fenômeno em plena ebulição, como o bolsonarismo – mas seria dispensável alocar estaticamente a realidade para fins de leitura linear.

O desafio, contudo, não se converte em impossibilidade desde que tenha afirmado enfaticamente – e que isso esteja claro à/ao leitor/a – que a abrangência do meu olhar para a realidade busca incidir nas ambivalências, explorando suas potencialidades e limites. É claro que um conjunto de argumentos serão, por fim, apresentados, e que esforços analíticos artificiais de separação serão recursos utilizados ao longo da tese. Mas entendo que o processo será semelhante àquele que executo ao fazer uma fotografia documental. O “tema” da fotografia deve antes ser rodeado por nós, observado de todos os ângulos possíveis e alguns inclusive criados por meio de suposição, antes que a gente encontre o enquadramento que possibilitará mais elementos de informação da narrativa que esse processo nos possibilitou construir. Não há, é claro, fotografia documental possível sem antes ter pesquisado o tema de registro. O que desejo, na tese, é convidar quem me lê a executar todo esse percurso ao meu lado – antes, durante e depois do clique fotográfico.

Assim, a sequência de capítulos a seguir acompanham a ferramenta proposta a partir da apresentação operativa do conceito de política do medo e seguirá, ao longo dela, acompanhando essas percepções de uma ancoragem dinâmica e inseparável da espacialidade-temporalidade, que albergam o cerne vetorial da política do medo: suas dimensões político-institucional e a social-cultural-subjetiva. Seguimos, então, para os dois primeiros capítulos especialmente voltados a nos situar sócio-histórica e geopoliticamente.

## 2 AS DIREITAS RUMINADAS: FISSURAS E TEMPORALIDADES NA EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO INDIGESTO

É notável um processo de ascensão e de radicalização das direitas, em especial a partir de junho de 2013 no Brasil, quando uma importante alteração na moralidade em torno da violência tornou recorrente práticas por ela orientadas no *modus operandi* da política. A relação íntima entre a violência e o medo aparecem como componentes fundamentais para a construção e adesão ao campo das direitas mais extremas, bem como parece exercer um papel relevante para a narrativa da polarização política.

Chama a atenção o componente autoritário que caracteriza a extrema direita emergente e, portanto, sua relação com a política do medo. Não apenas na dinâmica mais aparente, em que o medo e a sensação de insegurança são dispositivos justificadores e legitimadores de práticas e estruturas autoritárias. Mas também na relação invisível, que opera como um ultimato diante de um “caos” estabelecido – que pode piorar se a ordem não tomar as rédeas, for incisiva no resgate da moralidade “civilizatória” e na eliminação do mal incorporado na imagem do “inimigo”.

A apresentação de uma narrativa simplória, de associação causal e linear, localiza a partir desse constructo visível e invisível: 1) do que se trata o caos (degeneração moral); 2) o referencial de ordem e capacidade civilizatória: a imagem do homem branco fardado, autoritário e religioso; 3) o mal e o inimigo representados nas mazelas sociais – em processo de culpabilização dos sujeitos a elas vulneráveis – e em seus “defensores” a partir do conceito elástico de “comunista”. O discurso enquadra, portanto, qual é o problema e seus responsáveis, por um lado, e por quem e como ele deve ser solucionado, por outro. Não haveria expressiva adesão a ele se não estivéssemos entrelaçados por dinâmicas societárias e afetivas que são receptivas a esse tipo de narrativa – ancoradas, aliás, em aspectos e processos espaciais-temporais.

Quais foram os processos cumulativos – e descontínuos – que ora localizaram a força do imaginário político das direitas e ora ocultaram-nas, ainda que seguissem às sombras da democracia liberal, por exemplo? O presente capítulo versa sobre o processo de constituição do campo das direitas no Brasil, a partir de diferentes momentos históricos, observando suas diferenças intracampo, sobreposições e alianças pontuais, buscando, assim, identificar uma espécie de genealogia, no sentido foucaultiano. Nas palavras de Foucault:

A emergência é a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao teatro (...). A emergência designa um lugar de afrontamento (...). Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela: ela sempre se produz no interstício (FOUCAULT, 1988:24).

Nesse sentido, trataremos de identificar ancoragens sócio-histórico-existenciais sem a ambição de localizar propriamente a origem das direitas no Brasil, mas sim suas emergências no decorrer do tempo. Somente a partir de uma regressão histórica, a curto, médio e longo prazos, que será possível colocar em relevo a arquitetura subjetiva capaz de conjugar a moralidade tradicional ao neoliberalismo e que anima, em sua radicalidade autoritária, as campanhas da direita hoje.

É conhecimento relativamente compartilhado de que a ascensão das direitas não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Na América Latina, em que a primeira década dos anos 2000 foi caracterizada pela ascensão de governos progressistas, a chamada “onda rosa”, vem sendo contraposta, nos últimos anos, por uma série de governos de direita. São exemplos Maurício Macri, em 2015, na Argentina; Sebastián Piñera, em seu segundo mandato, em 2017, no Chile; Ivan Duque, em 2017, na Colômbia; Lenín Moreno, em 2017, no Equador; Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Há, dentre eles, aqueles que representam um reagrupamento de forças de um campo com tendências mais conservadoras, ainda que com estratégias, discursos e táticas atualizadas. E há também a emergência de grupos que pautam a radicalização do liberalismo de mercado.

Na Europa, a retomada da direita se dá em período de dificuldades econômicas, colocando em questão conquistas de cunho social do período precedente. Destacam-se os casos da Hungria, Áustria e Polônia. Nos Estados Unidos, o governo de extrema direita foi conduzido pelo presidente Trump, desde 2016, com expressivo apoio dos setores conservadores evangélicos. Na Índia, a extrema direita se faz presente na figura de Narendra Modi, eleito primeiro-ministro em 2014, e reeleito com margem em 2019 além de significativa ampliação de sua base no Parlamento. Os mandatos estão marcados pela crescente radicalização de seu discurso de hinduísmo ultranacionalista. Ainda na Ásia, as experiências de ditaduras militares na Tailândia e Vietnã e, nas Filipinas, o governo populista de extrema direita do presidente Duterte, eleito em 2016.

Se muitos fomos pegos de surpresa com a força da eclosão da extrema direita, não foi por ela ser de toda novidade e nem pela invisibilidade total de seus sinais. De fato, o racismo de legados coloniais escravistas e o conservadorismo moral que vinham há tanto tempo cozinhando a fogo brando, esburrou. Assim, a animosidade em relação ao político, amplamente

partilhada entre os sujeitos, combinada à “superordenação masculina” de que não se entrega os pontos em face da perda de privilégios (“se cair, caia atirando”, diz a expressão popular), conferiu ânimo a um movimento a favor do “liberalismo autoritário em alguns domínios e do moralismo autoritário em outros” (BROWN, 2017:73).

Mas o que possibilitou essa eclosão? O que já estava presente na sociedade que poderia ser oportunamente utilizado para a força dessa mobilização da extrema direita? Este capítulo realizará um sobrevoo sobre essas emergências.

## **2.1 As abordagens históricas, políticas e das ideias na constituição das direitas no Brasil**

O contexto político pós 2013, no Brasil, tem progressivamente reavivado o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento pelo estudo das direitas, dos chamados “contramovimentos” e dos protestos morais. São muitos os desafios teóricos e metodológicos de uma agenda de pesquisa que está em pleno acontecimento e fervilhando singularidades. Um dos principais desafios, pode-se dizer, é a complexa tarefa de identificar analiticamente as várias pautas e atores políticos implicados no campo político da direita sem cair na armadilha de enquadrá-los sob uma mesma moldura. Ou ainda, de nos atropelarmos – dado o período em que as direitas estiveram quase totalmente ausentes das agendas de pesquisa – com a pressa de afirmar quais elementos são, de fato, “novos”.

Esta seção é introdutória à abordagem do campo das direitas em suas distintas temporalidades e busca identificar como a literatura especializada vem se debruçando sobre o tema de forma a organizar a maneira como irei remontar seu desenvolvimento. Em vista disso, trabalho o caráter relativo da noção de direita, localizo as principais associações realizadas até então e me posiciono de modo a realizar suturas face à leitura fragmentária que caracteriza boa parte da bibliografia.

Butler (2015), em *Quadros de Guerra*, desenvolve a noção de enquadramento de guerra para pensar relações estruturantes na sociedade capitalista. O enquadramento situa antagonismos políticos encerrados em polos opostos que acaba por reduzir a diversidade interna de cada um deles e, eu acrescentaria, do que está fora deles também. Por relação invertida, temos que de modo crescente os atores passam a se acomodar ideologicamente em uma ou outra possibilidade como única no espectro político, relegando os excedentes a zonas fantasmáticas. Nesse processo, um desafio analítico importante a ser enfrentado é justamente observar quais

são os matizes internos aos campos políticos, que convergências nos integram enquanto campos e como se dão suas sobreposições, deslocamentos e alianças pontuais.

As direitas possuem diferenças que não são sutis e é impossível tratá-las como um todo homogêneo. Nela podemos situar setores mais enrijecidos, que variam de grupos monarquistas, herdeiros de oligarquias, setores de confissões cristãs. Há aqueles mais extremados, como os fascistas, militares nostálgicos de qualquer ditadura, milícias variadas. Uma continuidade de variações poderia ser listada. Ainda que inicialmente pareçam distar totalmente, guardam conveniência e processualidade com a direita de faceta – ou mesmo blindagem – democrática.

Mesmo que o estudo sobre as direitas esteja sendo retomado mais recentemente, não é desprezível o tamanho da produção acerca do assunto. Em verdade, surpreende a quantidade de publicações nos últimos anos e as que seguem sendo quase diariamente somadas. É frequente, contudo, o entendimento de que estamos lidando com a ascensão de um campo político *novo* ou uma compreensão segmentada do campo a partir de seu viés de atuação. Em termos de volume de publicações, chama atenção as análises das recorrentemente denominadas “novas”, ou ainda, “novíssimas” direitas, a partir de suas dinâmicas nas redes sociais. Ainda que o assunto e os métodos de pesquisa sejam novos, dado que a internet foi um recurso importante de retorno da aparição pública das direitas, grande parte dos trabalhos têm sido orientados por esse meio. Entre aqueles mais sistemáticos, no caso brasileiro, podemos situar: do Orkut ao Facebook (ROCHA, 2018); no Facebook (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018); redes sociais de modo geral (SOLANO, 2017; MALINI, 2017; CESARINO, 2022; ORNELAS, 2019); WhatsApp (CESARINO, 2018; BASTOS, 2019; PIAIA, 2020).

O fato de boa parte dos estudos serem direcionados para as redes sociais se justifica pelo fato de elas mesmas constituírem uma novidade, bem como parte considerável das manifestações e adesões às ideias de direita ocorrerem por esse meio. O foro público estabelecido pelas redes vem assumindo centralidade ao longo do tempo e garantiu notável aumento da participação em torno de debates políticos, assim como aumento das declarações desses mesmos participantes autointitulando-se *antipolíticos* (CHABOUD, 2019). Conforme Paulo Arantes (2018) denota, um dos elementos diferenciais da direita em ascensão é justamente o seu avanço pela via ideológica, e não pela guerra nos moldes das experiências anteriores. Buscarei, ao longo da tese, ir além dessa apreensão, sugerindo matizes.

É preciso dizer, entretanto, que apesar de as redes sociais assumirem grande – e crescente – relevância para as disputas de dispositivos cognitivos e de narrativas, esta é apenas uma das frentes em que a direita vem se estabelecendo e assumindo visibilidade. O momento

histórico presente sugere para nós uma maior capilaridade da tendência ideológica e da prática da direita por diferentes dimensões e repertórios.

Outra quantidade importante de trabalhos sobre a direita está dedicada à associação entre religião e política. A importância consiste na progressiva presença do pentecostalismo na política institucional (bancada evangélica) e dos valores morais, como pautas defendidas pelas direitas. Entre os estudos importantes nesse campo, podemos destacar o de Ronaldo Almeida (2017), no qual o autor identifica quatro elementos caracterizadores da “onda conservadora”: o aspecto de regulação moral; de discursos punitivistas; de dimensão socialmente intolerante e, por último, a dimensão de afinidades de sentido entre o empreendedorismo da teologia da prosperidade e a ideologia neoliberal da meritocracia.

Há também a longa trajetória de publicações da Maria das Dores Machado (2005/2020/2022), que apontam as relações e representações de gênero nos grupos pentecostais atuantes no Legislativo, notadamente verificando a ascensão política desses grupos. A autora observa que a ascensão do pentecostalismo no Brasil é um projeto político e sua conversão extremada à direita possui íntima relação com a influência crescente das teologias norte-americanas no meio evangélico brasileiro e o apoio ao estado de Israel (MACHADO et al., 2022). Em adição, Joanildo Burity (1997/2018) possui larga produção ancorada na relação de dimensão cultural, política e territorial dos avanços do pentecostalismo no Brasil. Ambos os autores passaram a associar a ascensão das direitas com esses processos, e inclusive possuem relevantes trabalhos conjuntos (MACHADO; BURITY, 2014), como ainda que a identificação entre os grupos não seja imediata. Mais uma vez, porém, as análises do campo se dão, em maior ou menor grau, dissociadas de outros elementos importantes a serem considerados no panorama das direitas e cristalizam-se nos eventos mais recentes. Outra característica compartilhada é que os trabalhos são mais frequentemente voltados às influências institucionais e pouco ancorados nas disputas territoriais, afetivas, culturais e subjetivas do pentecostalismo.

Outro agrupamento bibliográfico passível de nota é o de estudos da geopolítica dos militares, entre os anos 1970 e 1980. Interessa para nós, nesse caso, os estudos que avaliam a participação desses grupos na política, especialmente associados com a ideologia de direita. Um autor expoente dessa temática é o cientista político Alfred Stepan (1975), *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, que contribuiu para consolidar uma literatura de associação entre militares e direita, o que indica uma certa permanência dos valores desse campo político no aparato repressivo estatal. A historiadora Virgínia Fontes (2010/2020), também se ocupará desse viés analítico ao abordar os militares, especialmente no período da Ditadura civil-militar brasileira, mobilizando o empresariado e a noção de “capital

imperialismo” para argumentar a sustentação ideológica do grupo. E, mais recentemente, o livro *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*, dos historiadores Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020), que traça importante associação entre as direitas do integralismo e sua emergência extremada.

Apesar de algum avanço nos estudos sobre o empresariado, parte fundamental de um processo de construção ideológica e material da direita, os estudos que fazem a associação direta são escassos. Boschi (1979), enquanto autor expoente do campo, parte do desenvolvimentismo e da construção de interesses do empresariado para pensar as relações de poder no Brasil, ainda que não vincule expressamente esse grupo com a ideologia de direita. Também a autora Eli Diniz (2002/2010), que faz uma importante sustentação argumentativa de que o empresariado, em certo sentido, foi aos poucos abandonando a inclinação desenvolvimentista – que marcou os anos da ditadura – e se tornou ideologicamente alinhado ao neoliberalismo a partir dos anos 1980. Como resultado, uma nova agenda passou a ser defendida, de privatização e ajuste fiscal permanente.

A ilusão da democratização somada ao maior fôlego do neoliberalismo, nos anos 1990, demonstraram que o projeto político-econômico neoliberal é especialmente eficaz em ocultar seu próprio caráter ideológico. Ao tomar para si o discurso tecnicista, racional e de aparente neutralidade, a narrativa foi bem-sucedida ao denunciar a esquerda como única ideologia em cena, situando o neoliberalismo como solução não ideológica das urgências de nossos tempos. No processo de redemocratização, essa foi uma importante dimensão estratégica capaz de atualizar a direita e sua consequente ocupação institucional. A operação cognitiva da racionalização é um elemento fundamental para entender por que há um verdadeiro vácuo na literatura de estudos relativos à direita a partir desse período, na medida em que deixa de nomeá-la enquanto tal. Foi nesse período, em 1992, que Fukuyama publica a obra *O fim da história*, apontando para um mundo pós-ideológico como se a vitória da ideologia capitalista fosse a própria superação da ideologia.

Por fim, as seções seguintes estarão dedicadas a compreender as direitas brasileiras de modo não segmentado, mas a partir da emergência desses vetores a longo, médio e curto prazos, em sobreposições e dinamicidade. Essa é uma possibilidade de oferecer uma perspectiva de apanhado geral das direitas em suas atualizações mais recentes e buscar captar, ao longo do tempo, as tendências histórico-estruturais que permitem compreender o imaginário autoritário no Brasil para além do tempo presente.

Nesse sentido, pretende-se rastrear elementos na trajetória histórica brasileira de maneira que nos auxilie a pensar aspectos constitutivos das direitas hoje, a partir de matizes de

ideias. Importa ressaltar que não proponho uma genealogia no sentido de reconstrução da origem das direitas por explanação exaustiva, dado que este não é o objetivo da tese, mas pretendo reconstruir elementos emergentes que foram se atualizando ao longo da história. Optei por fazer um sobrevoo que vai do geral ao concreto, tentando captar, no longo e no médio prazo, tendências mais amplas e históricas a partir de um olhar mais telescópico. Aos poucos, vou aproximando do presente junto a uma abordagem de maior concretude, que passa a olhar para os detalhes e interação de atores, em uma leitura que podemos entender como mais microscópica. A estrutura, portanto, será orientada por um olhar do longo prazo que reconstrói e identifica elementos de caráter histórico-sociológico e especialmente histórico-intelectual. No médio prazo, avanço sobre uma perspectiva mais meso-histórica, mas em diálogo com os processos em âmbito mundial de democratização, globalização e neoliberalismo. Aos poucos, faço a transição para no marco de junho de 2013 realizar um registro focado nos atores e nas dinâmicas de interação social até chegarmos à atual conjuntura.

## **2.2 O longo prazo: a trajetória das direitas e a violência sistêmica**

A contraposição esquerda e direita assumiu uma enorme gama de significados na história. Como é esperado de uma classificação relacional, admite expressiva variação e abarca matizes e gradações. Nesse processo, permanências e rupturas ocorrem ao longo do tempo. Eis a relevância de recuperarmos os percursos do campo das direitas que vêm adquirindo novos traços ligados também a tendências societárias, mas, como veremos e importa enfatizar, não acaba de nascer. Nesta seção, buscarei destacar analiticamente pontos importantes dos posicionamentos e linguagens políticas do Brasil Império à redemocratização.



### 2.2.1 Conservadorismo e a formação do Estado brasileiro

Já em 1990, Antonio Cândido nos advertiu que o conservadorismo seria o “maciço central” do pensamento e intelectualidade brasileira (CÂNDIDO, 1990). Ao remontarmos traços históricos das direitas brasileiras, retrocederemos ao período de domínio colonial, conforme já destacado no capítulo anterior. É possível acessar em tempos longínquos as inspirações e raízes de um pouco da matéria bruta que hoje se faz presente nas narrativas e compreensões das ideias das direitas.

Kaysel (2018) realizou um esforço recente de sistematizar uma genealogia desta particular trajetória brasileira, concentrando-se no Brasil Império e na Primeira República. O conservadorismo, presente nas esferas de discussão teórica, depara-se com questões conceituais relativas. O autor retoma que duas definições principais parecem reger a noção de conservadorismo: uma em que é reivindicado como pensamento, de base social aristocrática, que rejeita a modernidade burguesa (MANNHEIM, 1981). A outra que, segundo ele, condiz melhor com a do processo histórico brasileiro, é a de conservadorismo como uma “ideologia posicional”, isto é, “que só se define pela contraposição às investidas radicais, não tendo um conteúdo próprio (HUNTINGTON, 1957)” (KAYSEL, 2018).

Apoiado em Lynch, Kaysel aponta que sua predileção pela segunda definição como mais adequada se dá porque havia certo consenso entre as elites políticas e intelectuais em torno dos valores e formas da sociedade burguesa, o capitalismo e o Estado moderno, ao longo de nossa história independente. Outra razão seria pela dificuldade de se reivindicar um passado e as tradições quando este seria o do Brasil Colônia, o que não era uma opção para as elites imperiais, engajadas na afirmação de um Estado independente (LYNCH, 2015).

Tendo em vista que a noção de conservadorismo tem repercutido em meio aos desafios de definição das novas direitas, este é um ponto de partida importante para essa conversa. Segundo Clarence Lo (1982), por exemplo, é necessária a corrosão de um determinado *status* para que grupos conservadores se sintam encorajados a agir pela manutenção de seus interesses. O caráter mantenedor, portanto, isto é, de conservação de uma moral tradicional em relação a valores, ideias e formatos institucionais novos, é central para classificar um grupo como conservador. Em que pesem as variações locais e históricas da noção de conservadorismo, o mais importante aqui é assinalar o apego conservador às tradições de suas respectivas sociedades. Essa apreensão relacional nos coloca, em termos analíticos, a necessidade de compreender como se deu a herança de valores e tradições no Brasil.

No ímpeto de preservar a ordem escravocrata, alguns aspectos se mostraram preponderantes. O processo de independência brasileiro, é marcado por relativa conservação e peculiar pacto entre as elites, recriando rigorosas relações hierárquicas e cisões entre o povo mesmo na libertação do jugo colonial – lembremos de sua diferenciação em relação aos processos dos vizinhos, que envolveram enfrentamentos bélicos (KAYSEL, 2018). Houve, assim, aspectos prevaletentes vinculados às origens coloniais. Nesse sentido, não por acaso, na passagem dos anos 1830 a 1840, o Estado brasileiro foi hegemonizado pelo Partido Conservador, nas figuras de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino Soares de Souza, o Visconde do Uruguay (LYNCH, 2008). Pelas palavras de Vasconcelos, ao defender o Estado monárquico para fazer frente ao “caos”: “a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e a frágua. Como então quis, quero agora servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista” (VASCONCELOS, 1837, apud KAYSEL, 2018). Ele que antes se determinava como liberal, ao fazer oposição a Pedro I, passou então a ser pautado pelo conservadorismo.

Segundo Lynch, o pensamento estava fortemente apoiado em “liberais franceses da primeira metade do século XIX, como Guizot ou Benjamin Constant” (LYNCH, 2008). Os liberais, ou “lusias”, contudo, se alinhavam à perspectiva anticontralista. Tavares Bastos, como expoente da vertente, defendia que os males do país consistiam no sufocamento gerado pelos conservadores centralistas à livre iniciativa econômica. Sobre essa divergência, Kaysel (2019) denota que não dizem respeito ao seu objetivo, a modernidade burguesa era valor comum, mas sim a forma como a alcançaria.

Com a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), os marcadores ideológicos são alterados. É possível recuperar os republicanos subdivididos em uma corrente mais influenciada pelo positivismo, representada pelo Marechal Floriano Peixoto, que defendia um Estado autoritário e interventor e responsável pelo desenvolvimento industrial nacional. A outra corrente era delineada pelo liberalismo federalista, em que se defendia o *laissez-faire* econômico e a descentralização política, pilares para a sustentação das elites cafeeiras paulistas, que culminou na conhecida “política dos governadores”. Ambas as correntes foram mais fortemente desenvolvidas na região Sul do país. Destaca-se aqui que o liberalismo compunha a linguagem política de ambos os que pautavam a centralização política e os seus críticos.

Com o fim da Primeira República, marcada pelas vertentes identificadas com o liberalismo político e econômico, a década de 1920 foi protagonizada pela emergência de correntes ideológicas antiliberais que, segundo Lamounier (1977), foram apressadamente

rotuladas de “pensamento autoritário”. O que os unia, em princípio, era a rejeição ao liberalismo, a defesa de um Estado centralizado e a “disciplina corporativista dos conflitos sociais como garantias da coesão da sociedade” (KAYSEL, 2018).

Algumas nuances internas ao grupo eram marcadas por autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna. O último, justificou seu posicionamento por características tomadas como constitutivas e naturais à sociedade brasileira. O “insolidarismo”, por exemplo, segundo ele, impediria a adoção de instituições liberais uma vez que só reforçaria arbitrariedades locais. Seria necessário, desse modo, um contraponto de um Estado centralizado como garantia da integridade e liberdades individuais. Nesse pensamento, podemos identificar semelhanças com as ideias de Visconde do Uruguay, por exemplo. É interesse chamar a atenção aqui também quanto à matriz sócio-histórica que enseja a permanência desse enquadramento discursivo até os dias atuais, no que pese à noção de que existem características essencialmente constitutivas do brasileiro e que demandam controle e imposições artificialmente construídas para limitá-las.

Outro grupo que manifestava um viés bastante distinto do de Vianna era liderado por Jackson de Figueiredo, que criou a revista *A Ordem*. Talvez pudéssemos identificá-la como a primeira publicação importante no Brasil do pensamento e ideias da direita. Para Chaboud (2020), a revista é precursora importante da linguagem da intelectualidade de uma ultradireita brasileira marcada pelo cristão-conservadorismo. Os escritos, então, manifestaram uma espécie de militância católica conservadora que, segundo Pinheiro Filho (2007), estavam inspiradas no pensamento contrarrevolucionário do século XIX. É preciso destacar a grande diferença entre os vieses representados por Vianna e Figueiredo, ainda que situados em um mesmo campo. A fissura que se abre com o fim da Primeira República, contudo, não foi espaço apenas para a composição das direitas.

Em março de 1922 é fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), expressão político-partidária da esquerda em âmbito nacional. A cassação do registro do partido em julho de 1922, isto é, três meses depois de sua agremiação, sugere que nesse momento se deu a origem da destacada pauta na narrativa das direitas ainda hoje: o anticomunismo. Lembremos também da já comentada reação da vertente mais conservadora da Igreja Católica, que fez frente ao que chamava de “ameaça” comunista de maneira enunciada.

A década de 1920 foi também palco de outras disputas de repertórios e ideias marcadas pela polarização com a esquerda. O “tenentismo” foi uma investida dos militares “no sentido de ampliar e fortalecer sua posição dentro da máquina estatal e dentro da sociedade” (CARVALHO, 2019). Juarez Távora foi representante ativo do movimento que, de início, era pouco nítido em relação a sua orientação política, ocasionando posterior fragmentação. A cisão

mais importante foi em 1930, quando o capitão Luís Carlos Prestes passou a orientar-se pelo comunismo. Prestes passou a “liderar a corrente de esquerda revolucionária do tenentismo”. Juarez Távora, por outro lado, conduzia o grupo de expressões à direita.

Há de se dizer, contudo, que havia acordo quanto a alguns pontos: *nacionalização da política* (os tenentes da esquerda à direita lutavam contra o domínio que as oligarquias estaduais exerciam sobre a política nacional); *antiliberalismo* (no sentido de defesa do papel preponderante do Estado em detrimento do mercado); *antirrepresentativismo* (oposição ao sistema democrático representativo); *reformismo* (políticas, sociais e econômicas, ainda que ganhassem conteúdos até mesmo antagônicos quando direcionadas à direita ou à esquerda) (CARVALHO, 2019:184-5).

### 2.2.2 Integralismo: “Deus, Pátria e Família!”

A crise da Primeira República cria condições para o Golpe de 1930, o qual inaugura um período em que, segundo Kaysel, surgem organizações partidárias de perfil ideológico mais nítido. Em suas palavras:

Em meados daquela década a cena pública seria polarizada por duas organizações que possivelmente iniciam a oposição entre direita e esquerda no Brasil: a Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação de inspiração fascista fundada em 1932 e encabeçada pelo escritor modernista Plínio Salgado, e a Aliança Libertadora Nacional (ANL), frente antifascista e anti-imperialista, organizada em 1934-1935, liderada por Luís Carlos Prestes e pelo PCB (KAYSEL, 2019:56).

Se, por um lado, a AIB representou um importante passo para assentar o campo da direita no Brasil, chegando a ser a principal organização do país – com especial apoio das classes médias e setores da Igreja Católica –, por outro lado, ela não é isenta de contradições internas importantes. Em conformidade com a inspiração europeia do movimento, Plínio Salgado referia-se explicitamente ao fascismo italiano, realizava desfiles integralistas e dedicava-se a técnicas de agitação e propaganda.

Plínio Salgado lançou-se à cena pública como o homem das novidades, diretamente – e orgulhosamente – inspirado por Mussolini. Propunha uma “nova política”, empenhada em desfazer os laços com as tradições da velha política por meio de bases autoritárias, antiliberais,

antidemocráticas e, especialmente, anticomunistas. Seu discurso afirmou de maneira veemente uma linha nacionalista e estruturada na concepção radical e conservadora (GONÇALVES, NETO, 2020:15).

Segundo Leandro Gonçalves e Caldeira Neto (2020), em *O fascismo em camisas verdes*, Mussolini não se restringiu à inspiração, mas foi também financiador do movimento integralista brasileiro por meio do contato com Plínio. Este iniciou um projeto intelectual, o jornal *A Razão*, que tinha como mecenas o banqueiro Alfredo Egídio de Sousa Aranha. O periódico criou bases para a formação do grupo a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que organizou as bases para a oficialização de uma entidade política com os princípios de um forte nacionalismo conservador e revolucionário, seguindo assim a proposta de Mussolini. Apesar de estar fisicamente localizada em São Paulo, vários outros movimentos protofascistas ao redor do Brasil antecederam a SEP e outros emergiram a partir dela ao longo dos anos. Já em maio de 1932, Plínio Salgado sugeriu a criação de um novo grupo em uma reunião da Sociedade, com vistas a ampliar as atividades, consolidando a formalização da Ação Integralista Brasileira (AIB).

O movimento ficou conhecido nacionalmente apenas em outubro, devido à Revolução Constitucionalista iniciada em 9 de julho, “Plínio Salgado e os demais membros, por prudência ou cálculo político, adiaram o lançamento para um momento mais oportuno. O confronto de São Paulo com o governo federal terminou no dia 2 de outubro, e cinco dias depois a AIB era oficialmente lançada” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020: 15).

Outra corrente de direita no período, próxima à AIB, porém de ação independente, era o movimento dos católicos que, no plano político-partidário, era representado pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Soma-se ainda o liberalismo oligárquico da Primeira República que, embora com menos expressividade, não era uma força desprezível no cenário nacional – o que pode ser confirmado com a Revolução Constitucionalista de 1932, quando se uniram os antigos adversários do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Democrático (PD).

O evento histórico da Revolução Constitucionalista foi fundamental para a consolidação do integralismo. Apesar da derrota militar, a frente nela estabelecida teve repercussão bastante relevante nas eleições para a Constituinte de 1933. Cabe destacar aqui, em um jogo de temporalidades que caracteriza o corrente estudo, que a Revolução Constituinte é amplamente celebrada entre os apoiadores de Bolsonaro, tendo circulado de maneira entusiasmada imagens e textos celebrativos pelas redes sociais ao longo dos anos de observação e análise para esta pesquisa.

A versão tropical do fascismo italiano se destacou e é considerado o movimento fascista com maior sucesso na América Latina. Assim, definiu seus próprios contornos e simbolismos particulares que não se reduziam à saudação com a palavra tupi “anauê!”, que significa “você é meu parente”. A saudação é uma palavra afetiva para o estabelecimento de laços do integralismo como uma grande família. O uniforme complementava essa união, com um sentido de um movimento nacionalista de sentido heroico. Os simbolismos foram adotados como parte fundamental de manutenção da coesão e disciplina interna do movimento. Ligados pelo símbolo matemático Sigma, “que indica o projeto de um Estado único e integral e a soma dos números infinitamente pequenos – analogia com os membros da AIB”. Os uniformes usados por todo integralista eram obrigatoriamente de produção nacional. As camisas verdes, com uma gravata preta, um gorro verde de duas pontas, calças brancas ou pretas. As mulheres, chamadas de blusas-verdes, usavam a mesma camisa e saia preta ou branca. “Essa simbologia fascinava o militante”, escrevem Gonçalves e Caldeira Neto.

Os autores ressaltam que a perspectiva à época é de que o simbolismo forçava a agregação entre os militantes e a camisa era tomada como sagrada. Com ela posta, era preciso ser excepcionalmente disciplinado e jamais poderia estar atrelada a desvios. Diziam também que era um recurso importante para recrutamento, dado que as pessoas que não teriam capacidade de assimilar a doutrina, se aproximariam pela força agregadora dos simbolismos. Outro fator contingente de fundamental importância para o crescimento do integralismo, segundo eles, foi o medo:

O integralismo se apresentava como algo novo em uma sociedade intolerante que vivia com medo. Embalada no ritmo dos movimentos fascistas e conservadores europeus, com apoio na encíclica papal do Leão XIII, a AIB assumiu um caráter espiritualista de harmonização social, de negação da luta de classes, denunciando que o liberalismo e o comunismo possuíam duas faces da mesma moeda: o materialismo. [...] A principal motivação que ocasionou a adesão de muitos integralistas, sem dúvida, foi o anticomunismo intensificado pelo pânico criado no Brasil. Muitos brasileiros passaram a militar na AIB durante a enorme onda contra o “perigo vermelho” (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020: 18).

O medo do comunismo possibilitou muitas coisas, inclusive agregar no bojo do integralismo uma multiplicidade de vertentes que, dada a polarização criada pela negação, se reuniam na marca nacionalista do integralismo. O integralismo também sempre esteve atrelado à religião, marcadamente a Católica, que o anticomunismo criou terreno para a ampliação de modo a gerar amplo ecumenismo de seus integrantes, aliados pelo direito de louvar a Deus e manter sua religiosidade, convencidos de que o comunismo os impediria de exercê-la.

O integralismo afirmou seu projeto nacionalista também ao enxergar na população negra uma potencialidade de caráter político-eleitoral, já que as lideranças não eram acolhidas em outras organizações políticas. Sem levantar questionamentos acerca do passado escravocrata, os integralistas discursavam sobre o valor da miscigenação e do trabalho negro como fundamentais na construção nacional. É sabido que figuras relevantes do movimento negro, como Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, fizeram parte das fileiras da AIB. Ambos os ativistas argumentaram maior abertura e possibilidade de liderança de pessoas negras nesse espaço que em outras organizações políticas.

A longa trajetória do integralismo enquanto ideologia na política brasileira foi também detalhadamente documentada por Gilberto Calil, demonstrando sua discreta adesão a outros partidos (CALIL, 2010). Há, por meio desses grupos, a manutenção da tradição autocrática brasileira, remontando o escravismo colonial, o que se atualiza na defesa de desigualdades e discriminações. Virgínia Fontes (2010) sugere que essa continuidade pode ser verificada em figuras contemporâneas, como por exemplo Olavo de Carvalho, Denis Rosenfeld e Demétrio Magnoli.

O campo político com maior expressividade no período de 1930 a 1945, contudo, tinha uma composição bastante heterogênea, ainda que se organizassem em torno de Getúlio Vargas e do regime do Estado Novo, seu ponto comum. As frações variavam, segundo Kaysel (2019), de “militares conservadores como Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra; políticos de extração oligárquica como o próprio Vargas, ou seu ministro da Justiça, o mineiro Francisco Campos, e intelectuais ‘autoritários’ como Azevedo Amaral ou o já citado Oliveira Vianna” (KAYSEL, 2019:58). O núcleo de frações da oligarquia seria o que, por fim, reorganizaria a estrutura estatal na Era Vargas. Se conformava, nesse sentido, um projeto de desenvolvimento capitalista controlado pelo Estado forte e centralista. Essa articulação de forças foi aperfeiçoada e radicalizada pelo regime militar.

### 2.2.3 Militares no poder: “Brasil: ame-o ou deixe-o”

Samantha Quadrat e Denise Rollemberg (2010), em seu livro *A construção social dos regimes autoritários*, coloca em questão o modo como a memória da ditadura brasileira, iniciada com o golpe militar de 1964, foi sendo reduzida na reconstrução de sua memória às “histórias das resistências e das violências do Estado” (2010:12). As autoras direcionam suas preocupações de pesquisa a uma análise para além da relação dicotômica mais evidenciada,

com destaque ao “consentimento”, o “consenso” e o “apoio” da sociedade em torno dos “regimes autoritários”. Não entrarei na parte mais polêmica do trabalho quanto ao revisionismo da história, dado que não restam dúvidas, corpos, ossadas, testemunhos da brutalidade da violência estatal na ditadura. Mas observar, para além dos enfrentamentos, as adesões populares à ditadura empresarial-militar é fundamental para identificar os rastros históricos da direita que interessam aqui.

Durante o regime militar, o Brasil tornou-se o quinto maior exportador de armamentos do mundo (WILLIANS, 1982), observação que quando posta em perspectiva permite afirmar que a indústria de armamentos brasileira nasceu e desenvolveu-se no período. A indústria bélica nacional não apenas por um poderoso complexo industrial-militar, a partir do qual várias empresas – inicialmente de capital misto ou estatal – tais como a IMBEL, EMBRAER, ENGESA, Bemardini, AVIBRAS, também foram criadas. Além disso, centros de pesquisa como o Instituto Militar de Engenharia (IME), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Centro de Pesquisas da Marinha (CPM), foram criados para dar suporte tecnológico. Costa (1998) observa que o processo de redemocratização não implicou em políticas de refreamento dessa centralidade armamentista. “Os problemas da indústria bélica nacional, no período de 1985 a 1990, foram muito mais em função da conjuntura internacional” de crise econômica, “do que da política industrial do governo Sarney para o setor” (COSTA, 1998:119-120).

O golpe e a ditadura militar no Brasil são um ponto nodal de nossa memória e sua representação ainda é objeto de duras disputas políticas no país, que nos encaminham à persistência das defesas da lógica de uma autoridade autoritária. Há uma corrente que relativiza a violência da ditadura militar, comparando-a com outras experiências na América Latina, que mesmo com bases frágeis, possui crescente repercussão. É o que se verifica com o ex-presidente Jair Bolsonaro, que em alguns momentos negou a veracidade das denúncias de tortura no referido período e em outros sugeriu que a tortura foi uma prática legítima, daqueles militares que tiveram sucesso em deter uma suposta ameaça comunista. Pedretti (2022) argumenta que o período histórico da ditadura militar brasileira significou clivagens fundamentais que passaram a nos estruturar enquanto sociedade e sujeitos. Para isso, ele observa as disputas de sentido e narrativa ocorridas ao longo do regime militar, especialmente voltadas para a questão da violência a partir do confronto entre os atores sociais militares e movimentos sociais.

A abertura democrática e o estabelecimento de uma nova ordem jurídica a partir da Constituição de 1988 sepultou formalmente o regime autoritário. Com efeito, segundo Pedretti, esse processo consolidou os “marcos temporais, políticos e morais que estabelecem rupturas rígidas entre passado e presente; ditadura e democracia; político e comum” (PEDRETTI,



2022:20). Há, nesse sentido, uma clivagem valorativa que distingue as violências estatais no período militar.

Anthony Pereira (2010) identifica que todas as ditaduras lançam mão de uma “esfera de terror estatal extrajudicial” e de uma “esfera de legalidade rotineira e bem estabelecida” (PEREIRA, 2010:53). No caso brasileiro houve a predominância da segunda esfera, tendo adotado uma forma repressiva caracterizada por uma “legalidade autoritária”. Segundo o autor, a escolha estratégica envolve, entre outros fatores, a aprovação das ações, tendo em vista a tradição do país de uma persecução judicial à oposição política e a busca por uma legitimidade interna e externa, o que cria formas subjetivas de perpetuação das ações justificadas no âmbito da lei. Assim, a repressão brutalmente violenta era instituída a partir da “legalidade autoritária”, justificada pela necessidade de combater o perigo da *subversão* e do *terrorismo*, conforme eram classificadas as ações militantes.

A tortura foi um recurso amplamente utilizado pelas polícias ao longo da ditadura, que, aliás, contava com um conjunto de órgãos criados ou aprimorados, após o golpe de 1964, com o objetivo de conduzir ações repressivas – contra os sujeitos individuais e coletivos considerados pelo regime como indesejáveis. Os organismos incluem atividades de coleta de informações, cassação e censura, bem como de prisões, tortura, assassinatos integrando um mesmo ímpeto de repressão. A maneira de lidar posteriormente com as questões da tortura, em especial a partir das histórias de sobreviventes e denúncias internacionais, foi o clamor pelo silenciamento das vítimas em nome da “paz”, “reconciliação” e “pacificação da família brasileira” (PEDRETTI, 2022:114).

Assim, as violências do regime militar, como torturas, execuções e desaparecimentos, passaram a ser narradas como “excessos ocasionais” e investigá-las seria impedir a paz e “realimentar os extremismos”, nas palavras do então senador Jarbas Passarinho (1975<sup>19</sup>), militar que ocupou posições-chave no regime, em pronunciamento no marco dos debates sobre os 11 anos do golpe de 1964. Nesse sentido, a ditadura militar vinha sendo insistentemente apresentada em público como uma implementação necessária dos esforços militares para a garantia da ordem e segurança do país, ainda que “excessos” tenham ocorrido. Era, portanto, semeada a relativização da violência estatal em nome da ordem e a confusão dos sentidos de democracia.

---

<sup>19</sup> Discurso disponível em: DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Sexta-feira, 04 de abril de 1975, pp. 735-744.

Por fim, convém apontar que as polícias, assumidas pelo papel historicamente desempenhado de garantir o poder nos estados, prestaram-se à conservação da ordem por meio de ações excessivamente violentas dirigidas à repressão das “classes perigosas”, revoltas populares, greves de trabalhadores e grupos opositores. Pinheiro (1982) destaca, contudo, que a repressão política não foi criação do regime militar, alguns desses traços na nossa história vêm desde a chamada Missão Francesa de 1906<sup>20</sup>, quando houve uma articulação entre a Força Pública paulista e as Forças Armadas, que formou uma espécie de exército contra rebeliões urbanas. Também no período varguista, houve repressão aos opositores, enquadrados como “subversão à ordem pública”, do Estado por meio de forças militarizadas armadas.

As permanências que serão evidenciadas e aludidas ao período militar ao longo da tese, permitindo aprofundar a constatação realizada por Pinheiro (1982), consistem em um aprofundamento e incremento em vetores como o vigilantismo, as suspensões de garantias e direitos dos cidadãos e, mais explicitamente, a impunidade. Da anistia até os novos padrões de “razões de segurança”, o funcionamento da impunidade no período do regime militar foi pautado em legislações e poderes discricionários que permitiram a repressão, o arbítrio e a coerção direta. Os métodos foram conservados e aperfeiçoados pós-redemocratização de modo a manter “o poder de abater o inimigo sem riscos penais” (PINHEIRO, 1982:60).

#### 2.2.4 Redemocratização

O processo de redemocratização brasileiro é permeado por particularidades especialmente vivenciadas pela cidade do Rio de Janeiro, território onde eram mantidas disputas de poder da maior relevância para o país. Tendo em vista que a inflexão da redemocratização acolhe um desenvolvimento histórico longo, de memória relativamente recente e com muitos rastros determinantes à construção das bases sociais do bolsonarismo posteriormente, por exemplo, convém estabelecer, de partida, o argumento estruturante desta reflexão.

O momento da redemocratização – e sua nomeação enquanto tal – apresentou uma disjuntiva entre ditadura *versus* democracia que construiu um imaginário dentro da política brasileira orientado pela narrativa de que estávamos, naquele instante, deixando no passado o

---

<sup>20</sup> A Missão Francesa consistiu em uma missão militar contratada pelo governo brasileiro para treinar e modernizar as forças armadas brasileiras.

autoritarismo ditatorial e que o que tínhamos agora era uma democracia, a ser aperfeiçoada e desenvolvida. Esse esforço imperioso de nomear funcionou como uma espécie de antecipação de uma imagem prematura, ou seja, de uma promessa ainda não concretizada como realidade, o que tornou os parâmetros do sentido de democracia um processo transitório ainda muito ancorado em estruturas autoritárias.

A redemocratização ocorre de modo a retirar dos holofotes a direita mais radical, que passa a ser mantida no subsolo do desenvolvimento histórico das décadas seguintes. Não deixa de existir, mas sua permanência se expressa como vetor cultural, econômico e político (ainda que à sombra do poder político institucional). Nesses termos, a partir dos anos 1990, a direita passa a disputar mais os territórios e a sociedade, o que se expressa nas identificações políticas geracionais apresentadas anteriormente. Tomando esse argumento como disparador, me dedicarei a observar três desdobramentos que me parecem importantes: 1) as relações de trabalho e impactos subjetivos a partir do momento convergente da década de 1990 no Brasil da redemocratização e avanço desordenado do neoliberalismo na região latino-americana; 2) como funcionou o *lobby* militar no processo da constituinte e o seu soerguimento paulatino e estruturante do Estado; 3) as disputas territoriais e da sociedade combinadas à convergência política com o pentecostalismo.

Podemos dizer que houve um esforço de as direitas desvincularem-se, no processo de redemocratização, da tendência autoritária à qual estavam associadas, especialmente na América Latina e nas experiências da Europa fascista, acompanhando um ritmo global de hegemonia político-ideológica do solitário empoderado Estados Unidos. Nesse sentido, uma roupagem de democratização alterou o tom dos atores sociais, com uma mudança evidente de que aqueles que antes se diziam de “direita”, passaram então a se proclamarem “centro”, conforme se verifica no Brasil, no sistema partidário eleitoral.

A forma de se colocar em nem um lado, nem em outro pode ser pensado através da conceituação realizada por Bobbio (2012), em que direita e esquerda são conceitos antitéticos, ou seja, um existe em função do outro. O significado de a direita afirmar-se de centro, nesse sentido, alinha-se a um impulso global de afirmação de era pós-ideológica, determinado pelo fim da Guerra Fria. Seria, segundo Fukuyama (1992), a experiência do fim da história. Essa associação torna-se elementar para que o projeto político do neoliberalismo fosse eficiente em sua propulsão: apresentar-se enquanto racional, tecnicista, não ideológico.

A transição para a década de 1990 se deu de modo complexo para a sociedade brasileira. Uma arena política foi constituída no processo de elaboração da Constituição, em que *lobbies* militares, empresariais e uma enorme energia popular desaguavam a uma só vez. Apesar de

hoje a Constituição ser apontada pela extrema direita como um documento socialista, os valores liberais de direitos individuais e as prerrogativas ampliadas dos militares na segurança pública são marcas importantes do documento. Ao longo desse período de afirmação de uma democracia, a burguesia brasileira, com o apoio de suas congêneres internacionais, operou de modo a difundir a concepção de política que inscrevia uma democracia de virtude cívica (NEVES, 2005 e 2010).

O contexto histórico era o da queda do muro de Berlim e a derrocada da União Soviética, que contribuíram para a burguesia local com a conversão de uma esquerda social-democrata dedicada ao capital (FONTES, 2010). A noção que se estabelecia era de que a democracia cumpria um papel apaziguador, passada uma era de grandes guerras e Guerra Fria. No contexto nacional, somado ao fim da ditadura, empenhava-se uma dinâmica destinada a conter ímpetus populares de radicalização. Virgínia Fontes destaca que nesse mesmo momento, outros processos apassivados foram sendo conduzidos:

a) como força de trabalho sem direitos, com vínculos laborais precarizados ou integrada quase totalmente sem direitos nessas crescentes “empresas” sem fins lucrativos; b) como uma nova “cultura cívica” rebaixada, disseminando-se uma consciência social de cunho corporativo, voltada para urgências imediatas; c) como processo “pró-ativo”, de atuação incessante mas impotente, produzindo modalidades limitantes de consciência, desfigurando a reivindicação de participação; e, finalmente, d) como adequação, através da incorporação à “gestão subalterna” de recursos escassos (FONTES, 2010:82).

Esses aspectos marcam de modo fundamental a transição vivenciada com o fortalecimento do neoliberalismo. Em sua dinâmica estruturante, consiste a perversidade de que a livre negociação da força de trabalho aperfeiçoa a própria alienação. Relação que foi intensificada ao longo dos anos até que hoje se expressa de modo ainda mais sintomático – exemplificados pelos processos de “uberização” do trabalho (FONTES, 2017) dentro da engrenagem própria ao empreendedorismo de si mesmo<sup>21</sup>. Nesses termos, o trabalhador se percebe em um sistema econômico em que a figura do patrão é dispensável e recai sobre os próprios ombros a responsabilidade da exploração de sua capacidade produtiva.

Convém ressaltar, então, apoiada em Safatle (2015), que as sociedades neoliberais condicionam “não apenas a espoliação econômica da mais-valia” em seus próprios termos, mas também uma estrutura de poder implicada na progressiva “espoliação psíquica do estranhamento”. No neoliberalismo “o poder espolia o estranhamento permitindo que toda

---

<sup>21</sup> Discussão que será desenvolvida adiante.

negatividade só se manifeste como depressão e melancolia” (SAFATLE, 2015:27). Isto é, a sociedade define os modos de sofrimento diante das normas que ela mesma enuncia.

O autor Byung-Chul Han (2018) se refere ao neoliberalismo como o capitalismo das emoções, porque, segundo ele, o regime neoliberal emprega as emoções como recursos para alcançar mais produtividade e desempenho (HAN, 2018:64-65). Tanto Han quanto Safatle enfatizam a noção de desempenho como crucial para o neoliberalismo. Isso porque as relações são apresentadas a partir da privatização de reações às recusas e dificuldades relativas aos problemas que são sociais – como o desemprego, por exemplo. O indivíduo torna-se o único responsável – e culpável – por seu destino profissional o que, com efeito, esvazia os sentidos coletivos de indignação. Por outro lado, se o poder introjeta injunções que nos afetam depressivamente – o que altera nosso desempenho, dado que a expressividade fundamental do estado depressivo que é incapacidade de resposta ao tempo imposto –, ela própria acaba perversamente servindo como refúgio “contra a urgência das demandas de gozo do Outro” (KEHL, 2009:21).

A relação com um tempo que opera sempre na dinâmica da urgência, combinada à lógica de que o indivíduo é o único responsável pelo próprio sucesso, empreendedor de si mesmo, induz a uma individualização crescente com implicações psicopolíticas fundamentais para a compreensão do autoritarismo e das faltas em relação aos laços de pertencimento (tendo em vista o esvaziamento neoliberal do social). Quanto ao autoritarismo, a associação se justifica porque em uma sociedade em que cada um está por sua própria conta e risco, o sujeito desenvolve a percepção de que a “falha” do Outro quanto aos parâmetros de conformidade se devem a uma tentativa de eximir-se da responsabilidade pessoal ou constitui demanda por tratamento diferenciado (NUNES, 2022:42). Assim, é cultivada uma face profilática do punitivismo, em que as dificuldades e sofrimento das pessoas são processos importantes para o ajuste das condutas. Isso demonstra a moralidade e a disciplina internalizadas (sendo o punitivismo seu produtor e produto), o que torna o autoritarismo uma expressão lógica da autoridade.

Dando partida ao segundo ponto da vetorização das direitas com a redemocratização, tratarei da questão do *lobby* dos militares na constituinte. Ao analisar o que se produz e o que se conserva do autoritarismo na Constituição de 1988, Zaverucha (2010) apresenta um lado por vezes ocultado dela que diz respeito ao seu “legado autoritário”. Segundo ele, constam artigos iliberais na Constituição, ou seja, dispositivos constitucionais que teriam dado lastro “democrático” a práticas autoritárias vigentes na ditadura, mas ainda não regulamentadas.

Desse modo, é sustentada a prerrogativa de que os militares intervenham pela garantia da “ordem”, sem que seja abalada a formalidade da democracia<sup>22</sup>.

Outra consideração que identifica o posicionamento privilegiado dos militares enquanto instituição é a sua prioridade no ranking do orçamento anual da União, não apenas verificável a partir da pasta ministerial da Defesa, dotada do terceiro maior volume de verbas, só ficando atrás da Previdência Social e da Saúde (ZAVERRUCHA, 2010), como também o volume do orçamento destinado às pensões de esposas de militares<sup>23</sup>, entre tantas outras estruturas. Essa manutenção expressiva de privilégios também reflete a capacidade e o poder de influenciar nos rumos do país.

Stepan (1988) e Costa (1998) já haviam evidenciado antes que a transição do regime militar ao democrático formal pós-1988 foi perpassada por mudanças de maneira tutelada pelos militares ao Estado brasileiro, mas a tutela nunca foi desfeita. A negociação pelo alto da chamada “abertura lenta, gradual e segura” foi, na verdade, a garantia da consolidação dos militares na estrutura de Estado. A pressão e presença dos militares na constituinte é tornada pública quando, no Relatório da Subcomissão de Defesa do Estado da Constituinte, foi argumentada a necessidade de manutenção do controle parcial do Exército sobre as polícias militares, pois “o governo necessitaria de todas as forças para controlar os contestadores da ordem social” (ZAVERRUCHA 2010:46).

É importante trazer essas questões à tona, porque a nomeada redemocratização, a constituição da “Nova República”, é, em muitos sentidos, a negação de um luto àqueles que sequer encontraram os corpos mortos. Os alicerces “democráticos” foram edificados sobre a ideia de que o preço doloroso do esquecimento dos “excessos” deveria ser pago para garantir a estabilidade social e eliminar o trauma da violência estatal (SAFATLE, 2018:64). Se muitos reivindicam que os números de mortos e desaparecidos foram menores no Brasil se comparados a outras ditaduras latino-americanas como forma de relativizar a violência impetrada, Safatle chama a atenção para a brutalidade da violência persistente que dispensa a morte enquanto recurso central. Ou seja:

(...) a violência da certeza da onipotência de um Estado que administra a morte enquanto assina tratados internacionais contra a tortura, que

---

<sup>22</sup> O autor ressalta criticamente que a forma como a Constituição dispõe os procedimentos para restabelecer a ordem pode recair sobre os próprios militares o julgamento acerca desta decisão por meio do autoacionamento: “Ou seja, a Constituição de 1988, tal como a anterior, tornou constitucional o golpe de Estado, desde que liderado pelas Forças Armadas” (ZAVERRUCHA, 2010:49).

<sup>23</sup> Mais informações sobre o assunto no episódio #218: O medo, as armas e a urna, o podcast da *Revista Piauí*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3iUEHwRyywc8rsSGDYKx2O?si=tHggp0bOSmNsqTMH-6cVA>

apaga os rastros, que opera por desaparecimento e continuará a operar, seja sob uma ditadura, seja sob uma ‘democracia’. Uma estrutura imóvel no tempo, resistente a toda e qualquer mudança, indestrutível. Um Leviatã descontrolado sob a capa do Estado de Direito” (SAFATLE, 2018:65).

No atual momento político em que a tortura não é apenas relativizada, mas também reivindicada enquanto instrumento legítimo da violência estatal e em que alcançamos o maior número de militares em um governo brasileiro (ainda mais que na ditadura militar), chegando a mais de 6 mil militares em cargos civis, é notável que o peso político das forças militares, ainda que se reorganizem, não perdem.

Por fim, cabe uma breve menção ao processo fundamental, a partir da década de 1990, das disputas territoriais e da sociedade pelas direitas. Com o fim da ditadura, era necessário fazer uso de outros meios para manter o autoritarismo do Estado. De uma conduta de “pai severo” a “pai protetor” pelo poder estatal, a imagem de um caos crescente, uma violência urbana incontrolável e a massiva repercussão midiática das representações dos inimigos sociais (destacadamente racializados), foi um processo fundamental à constituição de subjetividades autoritárias (MALAGUTI, 2003). Era preciso internalizar na sociedade a referência de um Estado militarizado e autoritário como uma exigência que correspondia aos traços de uma sociedade que não funcionava sem o controle rígido. Para tanto, os meios de comunicação se mostraram fundamentais para a fabricação da realidade voltada à produção de uma indignação moral, bem como da fabricação do estereótipo de criminoso – processo acentuado e atualizado com o advento da internet e a consolidação da “era das imagens”.

Com a *mass media*, os fatores subjetivos são deslocados ao primeiro plano. Para Batista, “As transformações tecnológicas e o controle da indústria da mídia tenderiam à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade” (MALAGUTI, 2003:33), ou assim seriam direcionadas. Algo que chama a atenção na pesquisa sobre a percepção da ditadura entre três gerações cariocas é que houve uma tendência, bastante nítida nas gerações mais jovens, de convergência das opiniões – em referenciais e posições concentradas (SÁ et al., 2009).

Vera Malaguti Batista, portanto, explicita, a partir do caso do Rio de Janeiro, que o medo cumpriu função central para a implementação e perpetração de uma “República excludente e autoritária”. Segundo ela, isso resulta de um acordo entre o passado e o presente alicerçado no regime de subjetivação coletiva, em que se tem por compreendido que “a tolerância levaria à desordem e à entrada do caos como portador da destruição”. Sem a ordem,

então, o caos é a morte. E acredito que essa é uma percepção robusta e se mostra ainda mais consistente quando as experiências das greves de policiais militares no Brasil fazem das cidades uma zona de extermínio (MALAGUTI, 2003:33).

Ainda de acordo com a autora, esse constructo nos permite afirmar que “a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal” (MALAGUTI, 2003:33). Duas considerações parecem relevantes a partir dessa constatação para pensarmos o processo de avanço territorial das direitas autoritárias em dinâmicas de face “democrática”. A primeira trata de uma hierarquização acentuada e o estranhamento do Outro que foi lido como “terror ao estranho”, por Suely Rolnik (1995). Em adição, a produção imagética do terror, expressa em campanhas de medo e pânico social, forja o incremento sem precedentes na internalização do autoritarismo (NEDER, 1994) enquanto traço fundamental do imaginário político carioca. Os efeitos territoriais serão mais aprofundados adiante, mas destaca-se desde já, a relevância desse arranjo imagético na produção de cisões e mecanismos de isolamento social.

A segunda, então, se refere à forma radicalizada disso, expressa na “criminalização da luta de classes” que “concretizou a arquitetura carcerária fundada na privação da liberdade” (MALAGUTI, 2003:47). A ordem é contra aquilo que cruza as fronteiras. E produz sentidos éticos, morais e espirituais que sustentam a autorresponsabilização do que se expressa em insuficiência ou vulnerabilidade. Nisso incide a lógica religiosa, que, conforme resgata Batista, é, desde a violência colonial, promovida de modo que “A evangelização era o suporte superestrutural da conquista, através da pedagogia do pecado, da morte e da culpabilização; era o universo penitencial que tratava de ser interiorizado individualmente através da experiência subjetiva” (MALAGUTI, 2003:30). Sua atualização por meio do pentecostalismo que incide especialmente sobre as periferias e favelas, em expansão territorial e subjetiva extraordinária, a partir da década de 1990, sugere continuidades temporais importantes.

A título de conclusão, convém sintetizar o argumento desenvolvido – e que me parece central para a discussão da tese – de que a redemocratização brasileira foi menos um processo de transição política e mais de uma “transação”, no sentido de que foram estabelecidos acordos e concessões que excessivamente flexibilizam os próprios termos de uma democracia. Significa dizer, portanto, que houve um processo muito mais de comando e decisão de cima para baixo, do que propriamente a enunciada redemocratização. Não pretendo afirmar, com isso, que são insignificantes os avanços vividos, mas sim que o processo foi profundamente contraditório, feito de muitas permanências. As conquistas são concretas e reais – espaços de participação social nas estruturas de poder, orçamentos participativos, avanços de democratização social, reconhecimentos de direitos, construção de uma face social da Nova República – mas, por outro



lado, as linhas de continuidade do passado persistem e atualizam-se ao longo da história. Interessa reivindicar este ponto que é frequentemente uma percepção que passa despercebida nos olhares sobre o período e terminam por ocultar o lugar na história que possuem os atores em situação de impunidade e de poder e as implicações de uma ausência de ruptura com os legados que vão se moldando nesse novo contexto – e que serão identificados mais adiante.

### 2.3 O médio prazo: Junho de 2013 como inflexão

De modo a estabelecer um contexto, é preciso apresentar junho de 2013 inscrito em um ciclo político e histórico mais amplo, de escalas nacionais e internacionais. Em 2010, a escolha da cidade do Rio de Janeiro como uma das sedes para os megaeventos, Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), foi fator reestruturador e condicionador da *produção do espaço*. As intervenções urbanas destinadas à preparação da cidade para os jogos muito prometeram quanto a benefícios para a população, mas, desde os seus primeiros projetos, entregou o perverso contrário.

Os impactos foram de grandes proporções e envolvem um intenso processo de exclusão social, com especial destaque para as graves violações de direitos humanos e de direito à cidade que se seguiram, marcadas por: numerosas remoções<sup>24</sup> de moradores de favelas, comunidades periféricas e tradicionais<sup>25</sup>, aumento da ostensividade e violência policial, aumento dos preços e custos de vida da cidade (como moradia, alimentação e mobilidade urbana). O “modelo excludente de política urbana motivado pela construção de imagem de cidade global para os megaeventos esportivos”<sup>26</sup> foi contrastado pelo investimento bilionário em estruturas para recepcionar os jogos.

---

<sup>24</sup> Ainda em 2010, foi anunciada pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) a remoção de 119 favelas até 2012, deixando centenas de milhares de famílias desabrigadas, segundo os dossiês realizados pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2014). Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

<sup>25</sup> Como o caso da Aldeia Marakanã, aldeia urbana localizada nas proximidades do estádio do Maracanã, que, desde 2010, resiste contra a remoção planejada para dar lugar a um estacionamento. Uma localidade histórica de resistência e reunião de uma variedade de tribos que promovem naquele espaço atividades culturais.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>

Assim, 2010 foi bastante conturbado em termos de mobilizações sociais, especialmente nas periferias e favelas, localidades mais afetadas pelas políticas de despejo. No mesmo ano, houve também a disputa eleitoral para os cargos de presidência, governo dos estados e senadores. Para o cargo presidencial, a disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT), com a candidata Dilma Rousseff, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com o candidato José Serra, levou à continuidade do PT.

Nas universidades, os movimentos estudantis, em escala nacional, passaram a questionar o aparelhamento das entidades por partidos políticos de esquerda. Uma ascensão crescente de coletivos que reuniam a direita liberal e conservadora passaram a disputar narrativas, muitos dos quais financiados por *think tanks*, destacadamente o Instituto Millenium, nesse primeiro momento, disputando diretórios estudantis pelas universidades públicas do país (ROCHA, 2017).

O momento de contrastes no cenário nacional, intensificados com os megaeventos, integrou um contexto global de animosidades e mobilização popular. Foi iniciado, em 2011, o ciclo de protestos que ficou conhecido como Primavera Árabe, em países como Egito, Líbia e Síria e, posteriormente, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos. Alguns fatores explicam, em parte, o fenômeno: a crise econômica mundial de 2008 e as respostas políticas de proteção ao capital em detrimento dos trabalhadores; a crise das instituições democrático-liberais, que se mostraram incapazes de atender às necessidades da população. Uma certa blindagem do poder econômico em tempos de crise confirmou uma tensão já existente de que tanto a esquerda quanto a direita eram cooptados por um mesmo mercado político; por fim, a linha política que marcava um “centrismo” desde a década de 1990, em que tanto a esquerda como a direita tendiam a um meio-termo ideológico comum, deu lugar a tendências mais à direita ou mais à esquerda. Houve, assim, uma reorganização do espectro político-ideológico (NUNES, 2022).

No Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, os primeiros anos da década de 2010 foram marcados por reivindicações dos movimentos populares e organizações políticas pautados por uma agenda de combate às violações dos direitos humanos e direito à cidade. Em 2012, as categorias trabalhistas acionaram as ruas: foi registrado o maior número de greves desde 1997, contabilizadas em 873; também houve a marcante Greve Nacional na Educação, que contou com a adesão de 57 das 59 instituições federais de ensino (DIEESE, 2012). Outros movimentos

foram crescentemente direcionados à luta contra a militarização de favelas e o direito à vida da população negra e pobre<sup>27</sup>.

Os governos cariocas – e também brasileiros – recorreram progressivamente a instrumentos de militarização do espaço urbano como fórmula privilegiada de operar a Segurança Pública. Foram realizadas, de 1992 a 2018, 133 operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO), com um *boom* a partir de 2010. Segundo relatório do Ministério da Defesa<sup>28</sup> (2018), a realização de grandes eventos internacionais no país, Jogos Pan-Americanos (2007), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), foram os apelos para a justificação pública do aumento expressivo de operações como respostas drásticas e emergenciais à escalada da criminalidade e do grau de insegurança gerado por grupos e facções criminosas no Rio de Janeiro. Em adição, as circunstâncias de paralisação das Polícias estaduais e de crises do Sistema Prisional reforçaram as respostas autoritárias, dado o cenário que trouxe à percepção da opinião pública de que o Rio de Janeiro vivia o caos e a desordem.

A cidade do Rio de Janeiro já vivia um processo crescente de militarização urbana por meio das ocupações de favelas que funcionaram de preparo para a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP<sup>29</sup>) – hoje o estado do Rio de Janeiro conta com 38 UPPs. Muitas foram as controvérsias apresentadas pela proposta de uma “polícia social” e sua efetiva atuação nas favelas. Um divisor de águas, nesse sentido, foi o conhecido caso do assassinato e desaparecimento do pedreiro Amarildo, em 2013<sup>30</sup>. O episódio ganhou visibilidade internacional, reverberado pela pergunta “Cadê o Amarildo?” e a legitimidade – já bastante abalada pelos excessos e violência das UPPs – ficou globalmente em xeque.

O contexto político brasileiro naquele ano era de esgotamento das promessas do Partido dos Trabalhadores (PT), vivido pela paradoxal relação de um governo que anunciava a crise

---

<sup>27</sup> Para mais detalhes, cabe ver a tese de doutorado defendida na UERJ por Frank Davies, intitulada “Deodoro: formas de governo para uma ‘região olímpica’” (2017).

<sup>28</sup> Disponível em [https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/XV\\_cadn/ousodasforças\\_armadas\\_em\\_operacoes\\_de\\_garantia\\_da\\_lei.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/ousodasforças_armadas_em_operacoes_de_garantia_da_lei.pdf). Acesso em janeiro de 2019

<sup>29</sup> Sobre as UPPs muitos trabalhos foram escritos, mas deixo aqui a sugestão da publicação póstuma de Marielle Franco, “UPP a redução da Favela a três letras” e os trabalhos de Lia Rocha acerca do assunto, com o artigo “Democracia e militarização no Rio de Janeiro: ‘pacificação’, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público” (ROCHA, 2018).

<sup>30</sup> A importância do caso enquanto divisor de águas quanto à violência estatal e papel das UPPs foi detidamente apresentada por Leandro Resende (2018), em sua dissertação de mestrado: Antes, durante e depois de Amarildo: o desaparecimento do pedreiro como episódio crítico para a “marca” das UPPs.

econômica pela qual atravessava o país, ao passo que realizava investimentos exorbitantes em infraestrutura para a recepção dos jogos. Assim, 2013 já se apresentava como um ano fortemente inclinado à realização de balanços políticos dos dez anos de governo do PT, que antecederiam tanto as eleições como a Copa do Mundo, ambas previstas para 2014 (BRINGEL, 2013).

A explosão de manifestações por cidades de todo o Brasil, em junho de 2013, foi um marco de nossa história recente e que ainda divide, inquieta e estimula opiniões. Temos, por um lado, interpretações de Junho de 2013 como um evento revolucionário, à esquerda do PT (SAFATLE, 2014; NUNES, 2014). Destacam o caráter antissistêmico das manifestações, características de autonomia dos movimentos sociais diante das rígidas estruturas partidárias, a organização por redes, a ocupação multitudinária do espaço público, a emergência de demandas legítimas pela desmercantilização e desmilitarização da vida nas grandes cidades (LIMA, SAWAMURA, 2016). Esses foram elementos importantes de Junho de 2013, mas não começaram nem terminaram nele e, seguramente, não esgotam seu sentido.

Por outro lado, há o viés que rejeita Junho como um processo progressista ao identificá-lo enquanto desencadeador histórico da ascensão de setores autoritários de direita (SINGER, 2013; SANTOS, 2013; SOUZA, 2014). Essas perspectivas sugerem ou que as manifestações eram marcadas por grande superficialidade, dado que o Brasil caminhava em um momento histórico de relativa estabilidade social e econômica. Ou que conformaram eventos performáticos e miméticos de uma agitação global que não condizia com o momento brasileiro. Ou ainda, que desde o princípio tratava-se de uma reação conservadora que fez uso estratégico de uma fachada de luta anticorrupção, mas que na verdade era um projeto que somava interesses internacionais em derrubar o PT do poder.

As mobilizações sociais funcionam como termômetro político-social de determinada sociedade e, na circunstância de Junho de 2013, se mostrou um transbordamento societário não apenas de múltiplas causalidades como também protagonizadas por forças inclusive antagônicas. Portanto, é necessário que a apreensão do período não busque sintetizá-las de modo coeso e homogêneo. O processo altamente contraditório de Junho de 2013 – que, é preciso ressaltar, não começa nem termina em junho – e as divergências quase opostas das leituras sobre o acontecimento e seu contexto, demonstram a complexidade e importância do tema.

Já antes de Junho eram notáveis as alterações na militância e ativismo no Brasil, tendo em vista que muitos jovens tinham sido socializados somente com a experiência do PT no poder – que completava seus dez anos sendo o partido de situação – um governo que não refletia

horizontes de transformação, mas sim revelava um alto grau de burocratização e semelhança com partidos de outros espectros ideológicos.

Assim, muitos dos movimentos e coletividades que surgiam buscavam debater sobre a disputa do poder político tradicional, apontavam para mecanismos mais horizontais de atuação, retomavam a ideia de ação direta pela via da educação popular, buscavam maneiras mais lúdicas de ocupar os espaços públicos para um trabalho de maior alcance e radicalidade.

Mas, em 2013, indivíduos e grupos sociais diversos participaram das mobilizações, chamando a atenção o amplo espectro ideológico dos manifestantes e a extraordinária capilaridade em todo o território nacional. Segundo Bringel,

Quedó reflejada la indignación difusa, la ambivalencia de los discursos, la heterogeneidad de las demandas y la ausencia de mediación de terceros y de actores tradicionales, algo también notorio en varias movilizaciones contemporáneas asociadas a la reciente “geopolítica de la indignación global” (Bringel, 2013; 2017).

Por outro lado, uma disputa foi impetrada pelos diferentes atores sociais dos mesmos espaços e instrumentos de luta – tradicionalmente vinculados ao campo à esquerda – e uma acirrada e violenta confrontação entre os campos caracterizou o fenômeno. No instante em que a mídia passou a disputar a narrativa das manifestações, face sua relevante massificação, empenhou-se em catalogar os manifestantes na polarização que lhes pareceu mais útil: de um lado, aqueles identificados como “vândalos”, com representações estereotípicas voltadas à adesão mais popular dos protestos (favelados, movimentos populares, anarquistas, socialistas...); e, por outro, aqueles que foram representados como os manifestantes ordeiros, também delimitados por um perfil específico, que associava símbolos pátrios e colorações verde e amarelo como parte dessa representação<sup>31</sup> (muitos debutando em manifestações; outros dirigidos por organizações e institutos voltados à disseminação do liberalismo econômico ou conservadorismo moral; também indivíduos críticos aos partidos políticos e governos do PT, entre outros).

Antes que se encontrassem nas ruas, em 2013, organizações, grupos políticos e movimentos pertencentes a campos opostos já se articulavam em disputa nas redes sociais e na política institucional. Contudo, foi desde os confrontos nas manifestações de junho que a

---

<sup>31</sup> São alguns exemplos de representações midiáticas: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/protesto-contratarifa-de-transporte-acaba-em-vandalismo-em-sao-paulo.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/05/1461949-tem-que-baixar-o-cacete-nos-vandalos-dos-protestos-opina-ronaldo.shtml>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2014/02/19/vandalos-em-protestos-sao-criminosos-afirma-dilma.htm>.

narrativa polarizada ganhou proeminência e, aos poucos, foi distribuindo os sujeitos a partir desses campos políticos. Retomar esse processo ajuda a compreender a polarização como estratégia binária fundamental à alteração da moralidade em torno da violência, destituindo algumas das clivagens conquistadas no processo de redemocratização e voltando a acolher extremismos por parte das direitas.

### 2.3.1 Junho de 2013: o transbordamento

As manifestações, conhecidas por Jornadas de Junho, caracterizaram-se pela amplitude, capilaridade nacional e pela célere difusão (REGHIM et al., 2020), a qual registra a importância da dimensão tecnopolítica para a viralização. A formação majoritariamente jovem e o uso frequente de ação direta<sup>32</sup>, com intenções de furo do tradicional bloqueio midiático e aumento da capacidade de poder de impacto na esfera pública são marcas do período. O fenômeno pode ser entendido como um momento de inflexão entre um ciclo social e político que se iniciou na década de 1980, bem como suas consequências, no que se refere ao modo de organização e participação, possui alcance político até os dias atuais (MOTA, 2019; BRINGEL, 2018).

O aumento da tarifa de ônibus em 20 centavos na cidade do Rio de Janeiro foi determinado no primeiro dia de junho de 2013. No dia 6 de junho, ocorreu um ato na Avenida Presidente Vargas, convocado pelo FLCAP<sup>33</sup>. Apesar de o aumento da passagem ser a pauta central, demandas relacionadas ao fim da dupla função do motorista de ônibus também foram identificadas. Nos dias 11 e 13 de junho, marchas ocorreram também no centro da cidade, e foram as fagulhas daquilo que chamamos de Jornadas de Junho. Com cerca de duas mil pessoas presentes em cada dia, mantiveram evidente a pauta do transporte público, mas com outras bandeiras incorporadas, como a PEC 37. As reações violentas desproporcionais por parte da polícia foram recorrentes, mas foi com a repressão aos atos do dia 13 de junho, que os protestos ganharam visibilidade e indignação nacional. O dia marcou a importante alteração da narrativa midiática e seu empenho em cobertura, que passou não apenas a apoiar o movimento, inclusive divulgando os atos seguintes, mas a também imprimir-lhes sua agenda. Ao sugerir que havia o

---

<sup>32</sup> Tomaremos aqui por “ação direta” uma rejeição aos instrumentos de mediação, em que se preze por ações que não sejam filtradas pelas instituições. Elas situam-se no campo da desobediência civil e do confronto direto com as forças repressivas do Estado. [...] passa por causar danos à propriedade privada de multinacionais e outras empresas, saques de lojas, pichações de muros, quebra de vitrines e ocupações de espaços públicos (SARTORIO, 2014).

<sup>33</sup> Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens do Rio de Janeiro.

protagonismo do campo político associado aos símbolos nacionais, pessoas de direita e aqueles que não possuíam identidade política definida, mas se sentiram acolhidos pelos signos pátrios, foram às ruas.

A mudança explica, em parte, a massificação dos protestos em 17 de junho, em que mais de meio milhão de pessoas se manifestaram somente na Avenida Rio Branco, na capital carioca – entre outros 350 municípios onde protestos expressivos ocorreram. Houve, nesse momento, uma alteração importante de repertório e a vitalidade das ações diretas ganharam visibilidade incendiária<sup>34</sup>. As pautas também sofreram mudanças, se expandiram e alinharam-se com aquelas contrárias aos gastos públicos com os megaeventos esportivos, à violência policial nas periferias, à má qualidade dos serviços públicos, à corrupção política, ao projeto da Cura Gay, entre outros.

As ações mais enérgicas, contudo, também caracterizam o início de um estranhamento mais violento entre os campos político-ideológicos presentes. As manifestações, antes dispersas, de antipartidarismo (com palavras de ordem como: “Sem partido!” e “O povo unido não precisa de partido!”), aos poucos ganharam força e organização constituindo um bloco crescente de pessoas que faziam uso de símbolos pátrios, como a bandeira nacional, o rosto pintado de verde e amarelo e camisas da CBF, convocando a uma unidade em torno da ideia de Brasil.

O conflito que ficou demarcado nas ruas obteve ressonância nas redes, em especial o Facebook, que se transformou em arena pública de discussões profundamente polarizadas e até disputa das convocatórias dos atos seguintes, rejeitando a presença do campo oposto. A discussão sobre atrelamento ao autoritarismo e fascismo daqueles que se colocavam contra a presença de bandeiras partidárias emergiu de um lado e, de outro, grupos anônimos de direita convocaram nas redes para o enfrentamento daqueles que vestissem vermelho na manifestação (uma associação do vermelho com o petismo, alvo daqueles que se indignavam por ambas as partes). Em 19 de junho, foi revogado o aumento das passagens no Rio de Janeiro. Porém, as pautas extrapolavam há muito os 20 centavos.

A narrativa midiática designou como “ordeiros”, de um lado, os *patriotas* e “sem partido”, e, de outro, os “vândalos”, militantes organizados, “vermelhos”, anarquistas ou indivíduos que privilegiam as ações diretas. Com a tensão sentida nas redes, ruas e mídias de massa, muitos grupos de esquerda recuaram e não foram às ruas no dia 20 de junho e outros

---

<sup>34</sup> Houve quebra de vidraças e saques de bancos e lojas, lixeiras públicas usadas como barricadas e ateamento de fogo nos lixos de modo a bloquear passagens nas ruas, queima de guarita de segurança e viatura policial, dentre outras ações.

seguiram ainda que temerosos ou preparados para a violência física com o campo oponente, para além da esperada repressão policial. Ainda assim, a passeata foi surpreendente e contou com cerca de um milhão de pessoas nas ruas (AVRITZER, 2016), das quais “38% reivindicavam temas relacionados ao transporte público, 30% apresentavam reivindicações em relação ao ambiente político, com 49% de menções à luta contra a corrupção (IBOPE, 2013)”.

A hostilidade e violência entre os manifestantes foi geral, agora já divididos por orientação dos polos opostos dos “ordeiros”, “cidadãos de bem” (ou “coxinhas”, nos termos utilizados pela esquerda) e, do outro lado, os “vândalos” e “criminosos” (ou “petralhas”, apelido atribuído pela direita)<sup>35</sup>. O ato terminou, por fim, sob dura repressão da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) e muitos feridos por confrontos entre manifestantes. No Rio de Janeiro, oito pessoas foram detidas, entre eles, o catador de recicláveis e objetos usados: Rafael Braga<sup>36</sup>.

As agressões entre os grupos ergueram muros<sup>37</sup>, visíveis e invisíveis, para reorganizá-los e separá-los fisicamente<sup>38</sup>. Também houve processos de territorialização e produção do espaço que foram impetrados à medida que os grupos se diferenciavam: o campo à esquerda passou a dar atenção às periferias, favelas sob remoção e/ou militarização, e os manifestantes à direita passaram a fazer uso das orlas de Copacabana e Ipanema. Em especial a partir do caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo, que desencadeou as manifestações “Cadê o Amarildo?”<sup>39</sup>, a relação entre “morro e asfalto”, marcador territorial de desigualdade do Rio de Janeiro, passou a situar, literalmente, as diferenças políticas manifestas em marchas.

---

<sup>35</sup> Singer (2013) apresenta a pesquisa feita pelo Datafolha no dia 20 de junho de 2013, dia em que a direita expulsou a esquerda com suas bandeiras do protesto, em que a distribuição dos manifestantes por ideologia declarada era respectivamente: Esquerda: 22%, Centro-Esquerda: 14%, Centro: 31%, Centro-Direita: 11% e Direita: 10%.

<sup>36</sup> O caso Rafael Braga, que desencadeou a campanha “Liberdade para Rafael Braga” foi um dos mais evidentes casos de seletividade penal. Rafael foi detido no dia 20 de junho, no contexto da manifestação – apesar de não estar participando – por portar pinho sol e água sanitária, “confundidas” com molotov pela polícia. Ele foi o único condenado em circunstância relacionada aos protestos no Brasil em 2013 e respondeu a dois casos que ficaram notórios pelos indícios de falha processual e abuso de autoridade. Para saber mais:

<https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/#block-11176>

<sup>37</sup> Tapumes e muros improvisados passaram a segregar os manifestantes por orientação ideológica. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/grupos-pro-e-contra-impeachment-ocupam-esplanada-dos-ministerios.html>; <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-muro-que-divide-o-brasil,10000026341>.

<sup>38</sup> É preciso ressaltar, entretanto, a dificuldade em afirmar se de fato partia dos próprios manifestantes todas as confusões registradas no período e aquelas que conduziram a agressões mais graves, dado que também foi muito utilizado o recurso do Estado de policiais à paisana e uso de infiltrados para iniciar confusões.

<sup>39</sup> No dia 14 de julho de 2013 Amarildo de Souza foi levado da porta de sua casa na Rocinha para a UPP ali localizada e nunca mais foi encontrado.



A reação do governo seguia marcada por repressão, falta de diálogo e até criminalização dos movimentos, seja pela proibição do uso de máscaras em manifestações até a edição e tramitação em caráter de urgência da Lei Antiterrorismo, que será mais detalhadamente discutida no capítulo seguinte. Segundo os dados do Dieese, foram contabilizadas 2.050 greves no ano de 2013. Se já vínhamos de um contexto de alta expressividade de mobilizações nos anos anteriores, 2013 foi marcado por intensas mobilizações e também de rearranjos dos campos políticos. Por sua vez, o momento posterior a junho de 2013 ocorreu de maneira também conturbada, e oscilava entre manifestações numerosas e perda de engajamento. Na véspera da final do mundial de futebol de 2014, os protestos populares foram perdendo força, período marcado pela prisão de 23 ativistas nesse dia, no Rio de Janeiro (BRINGEL, 2017:130).

As mudanças ocorridas em 2013, como a inserção de novas bandeiras no debate político e o surgimento de novos atores cada vez mais fechados em seus grupos, vão também marcar a oposição na política institucional protagonizada pelo PT e PSDB. Mesmo sendo velhos conhecidos da disputa presidencial, o ano de 2014 foi marcado por uma oposição mais agressiva e com um cenário muito acirrado entre Dilma (PT) e Aécio (PSDB). Os conflitos e a agressividade nos debates políticos presenciados nas ruas em 2013 – que afloraram o dissenso entre esquerda e direita<sup>40</sup> –, não arrefeceram até as eleições e caracterizam uma participação volumosa atípica da população nas discussões em torno das eleições, especialmente por meio de redes sociais. Não foram poucas as alusões feitas às enérgicas torcidas organizadas de time de futebol, dado que pareciam afetar os eleitores de maneira semelhante a dos torcedores.

Segundo Manin (1995), as campanhas eleitorais são, em cenário da democracia de público, campanhas eminentemente de comunicação. Assim, o jogo político passa a ser uma disputa acentuada das opiniões, com a necessidade de construir imagens que correspondam a anseios mobilizadores do eleitorado. Ou seja, ganhar o voto do eleitor consiste também em fazer uso estratégico de discursos, imaginários e sentimentos já aceitos por ele. Ainda no calor de 2013, em que era pujante o desejo de mudança, dada a insatisfação com as instituições representativas e a associação da política à corrupção, descaso com a coisa pública e desconfiança nos partidos, a candidatura da Dilma tinha, de partida, sua avaliação positiva comprometida (SINGER, 2018).

---

<sup>40</sup> Apesar da histórica díade entre esquerda e direita, o Brasil passou por uma particular tendência ao centrismo que havia caracterizado o cenário político-partidário da primeira década dos anos 2000. Isso se explica porque, nas eleições de 2002, o PSDB apostou na estratégia do medo de ter o país governado por Lula e tornar-se uma ditadura comunista. Lula, ao estabelecer o contraste, empenhou-se em uma campanha de moderação, a partir de uma imagem conciliatória (CHAIA, 2004). Foi essa postura que caracterizou os anos seguintes.

A internet permaneceu central de 2013 à disputa presidencial, batendo recorde de interações no Facebook – principal meio para a proliferação das discussões políticas, com 59 milhões de usuários brasileiros<sup>41</sup> – e sendo a mais comentada na história da rede social<sup>42</sup>. O ambiente online foi eficaz em sua popularização, na difusão de ideias cada vez mais radicalizadas e na distribuição de pessoas a partir da homofilia que o artefato estimula. Ainda no ano de 2014, no âmbito jurídico, foi lançada a Lava Jato, envolvida no discurso anticorrupção que vinha sendo pautado nas ruas e nas redes e que, em diversos momentos, serviu como disparador incriminador e de perseguição de políticos do PT. Se, por um lado, o PT passa a ser perseguido juridicamente, a esquerda nas ruas também o é com o seu aval.

Com os discursos acirrados e uma vitória apertada de Dilma Rousseff (PT) e seu vice Michel Temer (PMDB), Aécio Neves (PSDB) colocou a lisura do processo em questão e requisitou auditoria, questionando sua derrota e inflamando ainda mais a reação nas ruas por meio da desconfiança. Manifestantes saíram às ruas com cartazes de “Fora Dilma” e pedido de *impeachment* defendendo intervenção militar; as cores e o simbolismo da bandeira nacional marcaram presença.

O que 2014 ensaiava, em 2015 foi aos palcos. A crise política instaurada com os escândalos de corrupção denunciados pela Operação Lava Jato, somada às fragilidades no cenário econômico, com aumento substantivo do desemprego e da inflação, foram fatores importantes de mobilização em torno da insatisfação popular (COSTA, 2019). Os protestos contra o governo Dilma Rousseff seguiram ocorrendo ao longo de 2015 com quantidade expressiva de manifestantes. O apelo à participação popular foi de caráter moral e contra a corrupção (GOHN, 2016), de modo que crescia a presença de conservadores, do antipartidarismo, nacionalismo exacerbado e a atualização de uma extrema direita (IASI, 2013). O MBL (Movimento Brasil Livre) e o VPR (Vem Pra Rua)<sup>43</sup> destacaram-se como organizadores e mobilizadores desses protestos, com expressiva propaganda pela internet.

---

<sup>41</sup> Ver mais sobre o assunto no texto de Vera Chaia (2014)

<sup>42</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/eleicoes-brasileiras-foram-mais-comentadas-da-historia-do-facebook.html>

<sup>43</sup> O VPR é um grupo político criado em outubro de 2014 que se autodetermina como suprapartidário e tem como projeto político a luta contra a corrupção e a disseminação de valores liberais. O MBL foi criado em novembro de 2014, conformando-se como um grupo político-ideológico em rápida expansão pelas redes sociais, mais voltado aos jovens e universitários com posicionamento antipetista e de valores liberais. Para mais conteúdo sobre o movimento VPR: <https://www.vempraru.net/o-movimento/#vem-pra-rua>

Segundo Nunes (2022), há uma alteração importante diante dos antagonismos agregadores que caracterizam 2013 e os que caracterizam 2015. Em 2013, a ampla e diversa participação está relacionada com as convocatórias à participação que polarizaram governantes e governados. Nesse sentido, setores diversos e contraditórios se reuniram em torno de uma mesma mobilização. Já em 2015, depois de um acúmulo de percepções desencadeadas pela repressão às manifestações, a incapacidade de dar respostas que atendessem às reivindicações e a Operação Lava Jato, o antagonismo passou a ser entre petistas e antipetistas.

Simultaneamente, apoiados pelo Congresso mais conservador desde a ditadura militar, os deputados se articularam para aprovar o projeto de redução da maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos. Em contrapartida, um grupo de manifestantes e organizações políticas cariocas deram início a uma campanha contra a redução, ocupando ruas e praças da cidade. No dia 28 para o dia 29 abril de 2015, aproximadamente 400 praças em mais de 200 cidades de todos os estados do Brasil *Amanheceram Contra a Redução*<sup>44</sup>.

O pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi protocolado no dia 15 de outubro de 2015 e foi acolhido pelo presidente da Casa no dia 2 de dezembro de 2015. Os denunciadores argumentam que a presidenta cometeu crime de responsabilidade e utilizam as massivas manifestações como parte do argumento de apoio popular. Após a admissibilidade do processo, foram registradas oito manifestações organizadas pelos grupos pró-*impeachment*, entre março e agosto. A mais expressiva delas, dia 13 de março, reuniu cerca de 3 milhões de pessoas (GALINARI, 2017). O *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu em agosto de 2016 que, por seus frágeis parâmetros de acusação (a famosa e ao mesmo tempo incompreendida “pedalada fiscal”), o processo pode ser configurado como golpe parlamentar (AVRITZER, 2018). Assim, o vice Michel Temer (PMDB) assumiu, o qual integrava os “acordões” que foram criados no Congresso.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grande instabilidade política e mobilização de campanhas de enfrentamento às políticas adotadas por Temer, como também frentes organizadas que mobilizaram os atos de pedido de afastamento do presidente interino, através da bandeira “Fora Temer”. Apesar de Dilma Rousseff e Michel Temer terem sido eleitos com o mesmo voto, as oposições que encabeçaram os *Fora Dilma* e *Fora Temer* foram de setores distintos da sociedade. Ainda em 2016, ocupações de escolas promovidas pelos movimentos

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/rio-amanhece-com-mensagens-contrareducao-da-maioridade-penal.html>

secundaristas que vinham ocorrendo, desde 2015, em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás<sup>45</sup>, se expandiram por todo o Brasil. Estima-se que mais de 60 escolas foram ocupadas em 2016, mobilizando discussões sobre modelo de educação, feminismo, racismo, violência policial e a bandeira do “Fora Temer”.

Foi considerável também o aumento de operações militares nas favelas do Rio de Janeiro, destacadamente a Cidade de Deus, onde um helicóptero militar foi derrubado em novembro de 2016 e, como reação, a favela foi ocupada e um extermínio foi impetrado pela polícia contra os moradores.

### 2.3.2 Eleições de 2018 e a vetorização do ódio

É possível dizer que uma escalada de violência caracterizou 2018. O ano iniciou com o decreto de 16 de fevereiro que determinava a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Movimentos sociais se mobilizaram contra as primeiras ações da Força Nacional nas favelas e periferias ocupadas pela Intervenção, denunciando os abusos e a violência contra populações locais. Partidos de esquerda organizaram-se para constituir uma Frente contra a Intervenção Federal. Dentre as/os parlamentares ativos nessa mobilização estava a vereadora Marielle Franco (PSOL). Em 14 de março desse ano, ocorreu o brutal assassinato de Marielle e seu motorista Anderson Gomes. A reação à execução de Marielle preencheu massivamente as ruas do país com manifestantes que marcharam emocionados entoando “Marielle, presente”, “Anderson, presente” e “Marielle perguntou eu também vou perguntar ‘quantos mais têm que morrer pra essa guerra acabar?’”.

Uma sequência de atos ocorreu no Rio de Janeiro, no centro da cidade e na favela de origem da Marielle, a Maré, incorporando pautas de fim do extermínio da população negra, fim da polícia militar e da Intervenção Federal e justiça para o caso de Marielle; outros países também realizaram atos contra o crime. O levantamento realizado pela Diretoria de Análises de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAAP-FGV) demonstra também a expressiva mobilização nas redes sociais “Das 22h de quarta-feira (14), quando o assassinato aconteceu,

---

<sup>45</sup> As ocupações tiveram início depois que o governador do estado de São Paulo anunciou um plano de reorganização da Rede Pública de educação que previa o fechamento de 93 escolas além da restrição de ciclos educacionais a 754 escolas.

até às 18h de sexta-feira (16) ocorreram 84,6 mil tuítes em inglês e 133 mil em espanhol de apoio a Marielle”<sup>46</sup>.

O caso da Marielle foi um ensaio importante da relevância que constituiria as redes sociais, tendo em vista a difusão viral de boatos difamatórios relacionados à vida pessoal da vereadora. O monitoramento realizado pelo DAPP demonstrou a repercussão do caso que menos de 48 horas após o crime, já havia difundido boatos sobre suposto envolvimento da vereadora com traficantes. O estudo mostrou ainda que, no período analisado de 14 a 18 de março<sup>47</sup>, o grupo que difundiu as respostas contra notícias falsas no twitter foi majoritário: 73% do total de tuítes realizados sobre a Marielle (ALMEIDA, 2018).

No mês seguinte, dia 7 de abril (último dia de filiação partidária no cronograma das eleições), ocorreu a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O país ficou dividido: por um lado, a celebração (sobretudo na internet) da prisão do Lula, dentre eles o MBL e o VPR. E, por outro lado, grandes marchas e vigílias de longa duração foram articuladas sob o chamado “Lula livre!” e, em dimensões internacionais, a campanha “Stay with Lula”. Com a prisão, o ex-presidente foi impedido de concorrer nas eleições daquele ano, sendo Fernando Haddad o escolhido para disputar pelo PT.

## **2.4 O curto prazo: eleições 2018, o governo Bolsonaro e o bolsonarismo**

Assistimos, em 2018, à acentuação da polarização política que vinha se desenhando nos últimos anos. A corrida eleitoral da Presidência do segundo turno foi caracterizada pela maneira com que candidatos e seus eleitores usaram as redes sociais para se manifestar publicamente. O candidato Jair Bolsonaro inclusive apostou em não comparecer aos debates dos presidenciais ao longo do processo como forma política de denunciar a mídia oficial, em não se expor às contradições de um enfrentamento aos outros candidatos e em falar diretamente com seu público por canais próprios, mobilizando recursos de apelo populista. Foi expressiva também a proeminência de discursos violentos disseminados através de mídias sociais, com uso em larga escala de informações falsas (as conhecidas *fake news*).

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/03/30/manifestacoes-em-solidariedade-a-marielle-franco-acontecem-no-pais-e-no-mundo>

<sup>47</sup> Disponível em: <http://dapp.fgv.br/reacao-boatos-superou-difusao-de-informacoes-contramarielle-no-twitter-aponta-estudo-da-fgv-dapp/>

Os discursos nas redes sociais dos apoiadores de Bolsonaro e antibolsonaristas foram marcados por uma disputa emocionada e raivosa. O próprio candidato Jair Bolsonaro (PSL – Partido Social Liberal), usou como símbolo de sua campanha uma “arminha” gesticulada com as mãos e usava como narrativa reiterada a disjunção entre “nós” e “eles”, eles como os “vermelhos”, inimigos a serem “metralhados” ou “varridos” do país. Nesse processo, em uma atividade de campanha em Minas Gerais, em 6 de setembro, Bolsonaro foi agredido com uma facada. O candidato foi hospitalizado e passou por uma cirurgia, de onde gravava vídeos dirigidos aos seus eleitores. O evento foi de grande relevância para o aumento de sua popularidade<sup>48</sup>.

Duas figuras de adoração, Lula e Bolsonaro. Meio à corrida eleitoral, um confinado na prisão e o outro internado no hospital. O cenário, atrelado ao histórico de populismo na região, fomentou posicionamentos que voltaram à uma polarização vinculada às imagens de Jair Bolsonaro e Lula, como símbolos condensadores de ideias. O antipetismo e antilulismo eram vias incontornáveis para se chegar à defesa do voto em Bolsonaro, bem como ser anti-Bolsonaro reunia os que defendiam o voto no PT.

Representante da “Bancada da Bala e da Bíblia”<sup>49</sup>, Jair Bolsonaro, desde sua pré-candidatura, reforçou alinhamento ao militarismo. O discurso linha dura com forte viés moral e cristão, do ponto de vista dos costumes, obteve eco na opinião pública e capitalizou a grande insatisfação popular em torno das temáticas relativas à corrupção e segurança pública. O alarde por meio de notícias falsas foi dispositivo central para a propagação de versões radicalizadas do campo à direita. Por meio do estímulo ao pânico moral, notícias como as do *kit gay*, tiveram efeitos significativos mesmo depois de desmentido por setores responsáveis da Educação.

A violência aberta e autorizada contra determinados grupos instaurou medo e aumento da percepção de violência contra a população LGBTQIA+. Pesquisa realizada pela *Gênero e Número* apontou que mais de 50% das pessoas pesquisadas afirmaram ter sofrido pelo menos uma agressão no contexto político-eleitoral<sup>50</sup>. Os discursos expressos através das redes sociais aumentaram o sentimento de insegurança para esses grupos, uma vez que o processo eleitoral

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/efeito-facada-bolsonaro-sobe-no-ibope-e-melhora-ate-desempenho-no-2-turno-7c47y6qwjoafjij98b34vgge/>

<sup>49</sup> É o nome utilizado para localizar deputados que defendem a comercialização e legalização de armamento no país e também mobilizam a fé na Bíblia e a crença em Deus e dos valores cristãos como modo de angariar votos.

<sup>50</sup> Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/em-pesquisa-sobre-violencia-contralgbt-no-contexto-politico-eleitoral-mais-de-50-dizem-ter-sofrido-pelo-menos-uma-agressao/>

se tornou uma arena de narrativas impulsionadas por paixões em torno de pautas morais e figuras de idolatria, como o “mito” (forma como os eleitores de Bolsonaro se referem a ele).

A violência do processo foi tragicamente marcada pelo assassinato do mestre de capoeira Moa do Katende<sup>51</sup> por um eleitor do Bolsonaro, após afirmar que havia votado no PT. A polarização das eleições por redes sociais, que ocorria especialmente no WhatsApp, seja para campanha, difusão de ideias e/ou viralização de notícias (muitas vezes falsa), funcionou como disparador de conflitos familiares e entre amigos. Por fim, foi eleito o candidato Jair Bolsonaro, com 55% dos votos.

#### 2.4.1 Governo Bolsonaro e bolsonarismo

No dia primeiro de janeiro de 2019, Bolsonaro vestiu a faixa presidencial e assumiu o cargo máximo do Executivo nacional. O tom do primeiro ano de governo foi a construção de uma imagem de “novidade” e um populismo que negou os ritos institucionais e construiu canais de comunicação com a população privilegiadamente por meio da internet. Dando continuidade ao *modus operandi* de sua campanha, o uso das redes sociais foi usado para disseminação de conteúdos de propaganda do governo, divulgação de vídeos semanais em sua página do Facebook e o anúncio de medidas institucionais através do Twitter. Em termos gerais, o primeiro ano de governo foi marcado por decisões voltadas para os interesses das elites, submissão voluntária aos Estados Unidos e o uso da máquina pública para proteger seus filhos e a si mesmo das investigações judiciais acerca de atos ilícitos, sobretudo relacionados com milícias do Rio de Janeiro.

O clima de debate nas redes entre perfis pró e contra bolsonaristas permanece constante durante todo o seu mandato, ainda que as forças tenham se alterado ao longo do tempo. Conforme veremos em análise aprofundada, os grupos do aparato de mensagens instantâneas, o WhatsApp, são centrais para a organização e expansão dos projetos da extrema direita. Apesar de a dinâmica das ruas requerer uma temporalidade diferenciada, houve também momentos nos quais ela teve seu protagonismo, ao longo de 2019. O dia 8 de março, celebrado todos os anos como o dia da mulher, no ano de 2019 foi um espaço utilizado para denunciar todo o aparato machista, racista, classista do presidente e seus aliados. No mesmo ano, após o anúncio de corte de verba para a educação, estudantes saíram às ruas em mais de 200 cidades do país,

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mestre-de-capoeira-morto-com-12-facadas-apos-dizer-que-votou-no-pt-em-salvador-23139302.html>

orquestrando os primeiros grandes atos contra o presidente e o seu então ministro da Educação Abraham Weintraub. As ruas foram esvaziadas somente no contexto do pandêmico, a partir de 2020 e, desde então, sofreu dificuldades de reformulação. Nas redes, por sua vez, o debate foi crescente e aterrorizante em sua dinâmica violenta. Cada medida, pronunciamento e fala antidemocrática foi questionada, apontada e disputada, por um lado, ou entusiasticamente defendida, por outro.

Em resposta aos protestos estudantis e como meio de demonstração de força, ainda em 2019, ocorreram os primeiros atos em defesa do presidente nas ruas, chegando a mais de 100 cidades. De modo crescente, contudo, as divergências entre as direitas começaram a aparecer. Com as denúncias de corrupção dos filhos, as alianças passam a ser mais custosas e menos lucrativas. Aos poucos, setores e sujeitos excluídos do projeto do presidente foram formando um grupo dos ressentidos, dos que se sentiram enganadas/os. Cabe ressaltar que aquelas/es que romperam com o Bolsonaro, perderam totalmente sua força política.

A desfiliação do presidente do PSL em novembro de 2019, a busca por uma legenda própria, a ruptura de peças centrais como Janaína Paschoal e MBL são momentos marcantes. De acordo com as pesquisas de opinião, em janeiro de 2019 o presidente contava com 40% de aprovação e 20% de rejeição, fechando o ano com 30% de aprovação e 34,50% de rejeição<sup>52</sup>.

O ano de 2020 é marcado pela maior pandemia do século, a Sars-CoV-2 (também conhecida como Covid-19 ou coronavírus). A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto como pandemia em março, ocasião em que foram notificadas as primeiras mortes oficiais no Brasil em decorrência do vírus. Entre março e junho houve um aumento exponencial de vítimas da doença, como os analistas haviam previsto, e em meio a toda crise sanitária o Brasil vivenciou também uma crise política e econômica. Nesse meio tempo, além da disputa política que já enfrentávamos anteriormente, tivemos início a uma nova disputa sobre o caráter da pandemia, sobre as medidas adotadas para amenizar seus efeitos, bem como sobre sua possível cura.

De um lado sobressai a denúncia de que o vírus nada mais era do que uma arma biológica comunista cujo fim seria implantar o comunismo no Brasil e no mundo. Conforme destacado em grupos bolsonaristas, o “comuna vírus”. O isolamento e o distanciamento social não fariam sentido, por uma justificativa em torno da economia, além da defesa do uso de um medicamento de produção impulsionada pelas Forças Armadas capaz de curar a enfermidade,

---

<sup>52</sup> Pesquisa disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisas\\_de\\_opini%C3%A3o\\_sobre\\_o\\_governo\\_Bolsonaro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisas_de_opini%C3%A3o_sobre_o_governo_Bolsonaro)



ainda que sem evidência científica, a hidroxicloroquina<sup>53</sup>. Do outro, a narrativa é construída em torno da aceitação que o vírus é uma realidade e que requer cuidados preventivos. Defende-se o isolamento social, o auxílio emergencial para que aquelas pessoas sem emprego formal possam ficar em casa e espera-se resultados que sejam confiáveis acerca da cura ou vacina contra a doença.

No âmbito político-institucional passamos por duas trocas de ministro da Saúde, e ainda assim, até 20 de junho de 2020, contabilizamos mais de um mês sem ninguém nomeado para a pasta. Além disso, dois nomes centrais também saíram do governo: o ex-juiz Sérgio Moro, um dos maiores responsáveis pela operação Lava Jato e Abraham Weintraub. Em âmbito internacional, o país esteve em crescente isolamento do governo brasileiro face às medidas internacionais, buscando afirmar uma postura autêntica, ainda que vista como enorme irresponsabilidade com as vidas do país. A recorrente denúncia da gestão genocida do presidente é justificada com o Brasil sendo liderança em números de mortes diárias, além da insistente postura negacionista de Bolsonaro quanto à gravidade do vírus. A pandemia foi tratada como uma disputa ideológica e o presidente reagiu à crise pandêmica insuflando a população para que não seja “covarde” e “vá à guerra”, retomando a normalidade das atividades econômicas do país, vocalizando a ideia de uma masculinidade dos séculos passados.

Nas ruas, as direitas negacionistas se manifestaram pela abertura do comércio (que nunca esteve completamente fechado), respondendo aos pronunciamentos do presidente em defesa da economia. Carreatas foram organizadas em escala nacional, com cartazes convocando os cidadãos “à guerra pelo Brasil”, com imagens de soldados e tanques, e pelo fim da quarentena. Houve também manifestação contra governadores e prefeitos que não adotaram o discurso do presidente e até contra a China. Até maio as esquerdas se esquivaram de ocupar as ruas em nome do isolamento social e como um modo de evitar o contágio em massa. Foram usadas outras gramáticas de ação, como bater panelas nas janelas, tuitaços e uso das mídias sociais a fim de demonstrar a insatisfação com o governo.

Somada à pandemia e ao descaso do presidente, a política racista de extermínio foi mantida no estado do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. O assassinato de George Floyd pela polícia dos Estados Unidos, mais as recorrentes mortes de jovens negros nas periferias das cidades do estado do Rio de Janeiro, como João Pedro, assassinado dentro de casa, tornou

---

<sup>53</sup> Mais detalhes disponíveis em: [https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/ministerio-publico-pede-apuracao-sobre-superfaturamento-de-cloroquina-pelo-exercito?fbclid=IwAR3XeXbaRZliiRPR7MvpcSKhgSY1pgNyOGEnd4T\\_Bh0KWFx43Tnj\\_xumVqI#.XuwEMuxjd0s.whatsapp](https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/ministerio-publico-pede-apuracao-sobre-superfaturamento-de-cloroquina-pelo-exercito?fbclid=IwAR3XeXbaRZliiRPR7MvpcSKhgSY1pgNyOGEnd4T_Bh0KWFx43Tnj_xumVqI#.XuwEMuxjd0s.whatsapp)

impraticável a permanência dentro de casa e no final de maio muitos movimentos de esquerda, protagonizados pelo movimento Vidas Negras Importam<sup>54</sup>, foram para as ruas em busca de justiça, contra o genocídio da população negra e contra o fascismo.

Os eventos e práticas apresentados denotam que campos políticos distintos disputaram – simultaneamente – repertórios de ação política. Contudo, a retrospectiva nos permite refletir sobre as insuficiências quanto às definições dos campos em ação e, com isso, alguns dos limites implicados na narrativa da polarização. Mas também a emergência de pensarmos as dimensões/espacos em disputa e não como um todo uniforme. Sobre o primeiro aspecto, as categorias generalizantes de *direita* e *esquerda* terminam por esvaziar o sentido das forças em disputada, na medida em que as nuances internas de cada segmento não são meros detalhes. Há a necessidade de garantir que sejam abarcadas não apenas a diversidade intracampos, mas elaborar apreensões que prevejam a dinamicidade do deslocamento de atores entre os campos a partir das conjunturas. Por exemplo, os atores que, em Junho de 2013, aliaram-se àqueles que gritavam “sem partido” e “O Brasil unido não precisa de partido”, fizeram uso de símbolos pátrios para se manifestar naquele momento, movidos por um descontentamento com a política institucional, mas boa parte deles não fez coro com as pautas de armamento e redução da maioria penal. Ou mesmo aqueles que integraram o movimento “Fora Dilma”, mas também fizeram parte do “Fora Temer” e foram contrários à candidatura de Bolsonaro, por serem contrários à declarada violência contra grupos socialmente marginalizados (negros, LGBTQIA+ e mulheres). Ainda que seja possível identificar campos amplos de ação, conforme já elaborado por analistas (ALONSO, MISHE, 2016; BRINGEL, 2018) há de se conjecturar que os atores eventualmente transitam entre eles.

Ainda nesses termos, cabe o questionamento quanto a: em que medida a própria narrativa de polarização passa a incorporar nela sujeitos que antes não se identificavam por meio dela? Ao longo do processo de pesquisa, foi verificável a crescente postura reativa por parte dos grupos políticos. A realidade apresentada a partir de disjunções – “nós” e “eles”, “aliados” e “inimigos” – acentuou um cenário bélico para política em que era preciso posicionar-se de um lado ou de outro do conflito. Nessa dinâmica a ação está concentrada no adversário, o que orienta a política para o ataque ou defesa das ações circunscritas ao embate. Pouco espaço resta para construir projetos alternativos e transversais a um confronto que assumiu tamanha centralidade na política brasileira. Resultado disso tem sido uma constância

---

<sup>54</sup> Desencadeado pelo movimento *Black lives matter*, nos Estados Unidos.

de políticas impulsionadas a afirmar ou negar o que está posto, entre “foras” (Dilma, Temer, Lula e Bolsonaro) e “mitos”.

Quanto à segunda direção analítica, notamos que as disputas se territorializam em diferentes dimensões. Conforme Junho de 2013 evidenciou, a *disputa das ruas*. Elas abrigaram desde a multiplicidade de ideias e atores como também passaram a espacializar a partir de orientações ideológicas, seja nas transições centro-periferia, asfalto-favela, zona sul-subúrbios. Em termos estéticos, as ruas possibilitam usos de recursos simbólicos (bandeiras do Brasil e bandeiras de partidos de esquerda; camisas da seleção brasileira ou roupas vermelhas), de práticas (ações diretas: saques, incêndios, ocupações e confrontos; ações mediadas: abaixo-assinados e interlocuções com as instituições; carreatas e trios elétricos ou gritos em coro, jograis, megafones, painelaços).

Outra dimensão foi a *disputa nas redes* e uma conjuntura que favoreceu sua expansão dada a ampliação do acesso à internet, sua inclusão no cotidiano das atividades das pessoas e, mais ativamente, no contexto de pandemia em que as interações ocorrem privilegiadamente por meio das redes. Por meio delas são forjadas padronizações de recursos linguísticos e cognitivos, núcleos de confiança para difusão de informação (que garantem eficiência de convencimento por afinidade, o que favoreceu o fenômeno das *fake news*), temporalidade (imediatez e celeridade viral) e relação algorítmica que contribui para manutenção retroalimentada de linhas de pensamento com pouco acesso a controvérsias.

Por fim, o terreno das disputas em *instituições políticas*. De quantos “foras” e negações é feita uma política que afirma? Como já indicado, as polarizações são acentuadas em tempos de eleição, pelas próprias características de nosso sistema político-eleitoral, mas também pelo formato que a representatividade assume com a experiência histórica do populismo e personalismo latino-americano. Na última década, vem surpreendendo as tendências organizadas a partir da perspectiva antissistema, por conter nela mesma a polarização que experimentamos hoje (ambos os polos partem de um paradigma antissistema). Com isso, rearranjos foram conformados. Negar as instituições, combatê-las mesmo, mas por um paradigma autoritário. É o que pode ser exemplificado pelos apoiadores de Bolsonaro que transitaram das bandeiras políticas que pediam “intervenção militar já”, acompanhado do combate à corrupção pela via do julgamento da Lava Jato até a “Intervenção no STF já” e o ataque de destruição da praça dos Três Poderes.

Importa observar como o próprio deslocamento ou presença simultânea dos campos nas dimensões traz contradições à tona e podem acentuar diferenças, desmembrar agrupamentos, constituir novas alianças ou alterar a identificação dos polos. Essa interação viva e dinâmica

complexifica a análise, ao passo que nos ajuda na percepção dos processos de modo a compreendê-lo por ótica ampla. Com isso, oferecemos menos conclusões e mais indicadores que contribuam com a necessária efervescência analítica.

#### 2.4.2 Mas então: a que me refiro com “bolsonarismo”? É esta a melhor maneira de denominá-los?

Os constrangimentos da novidade do campo se mostram em questões tão básicas quanto a maneira de nomeá-lo. O cenário expõe que os recursos das ciências sociais estiveram mesmo despreparados para operar com tendências contrárias às esperadas dos movimentos progressistas. E, nesse sentido, deslocar categorias de um campo ao outro parece um enxerto que não se compatibiliza. Neste momento da tese, a intenção é apenas de apontar questões gerais sobre o que e como nomear esse fenômeno em suas múltiplas faces, dinâmicas e matizes. Na medida em que o estudo empírico for apresentado e analisado, ao longo dos capítulos 5 e 6, teremos elementos de base para uma sistematização mais aprofundada nas nuances do campo político das direitas.

Optei, como irão perceber, por não reproduzir a forma como boa parte da esquerda designa a atual ascensão da direita, “fascistas”, mas tampouco faço uso recorrente da autointitulação de alguns da direita como “direita conservadora”. Sinto mais facilidade em designar por esses nomes determinadas práticas e/ou setores do campo, já que não correspondem à identidade de um todo. Além disso, por serem termos que já enunciam imagens e sentidos do imaginário comum, acabam prejudicando a possibilidade de olhar crítico dada a sua performatividade.

Contudo, venho também, não apenas ao longo da tese, mas ao longo dos últimos anos, defendendo que o bolsonarismo consiste em um fenômeno para além do próprio Bolsonaro, o que, de partida, nos mostra sua insuficiência enunciativa. O arranjo político-ideológico associado ao bolsonarismo é anterior e mais amplo do que ele, o que me permite identificar que a referência a Jair Bolsonaro para designar o pensamento corrente é contingencial. Por essa razão, alguns analistas defendem que é equivocado o uso do termo (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019). Não acho que seja equivocado, mas é, certamente, insuficiente. Não traduz os arranjos sociais, subjetivos, ideológicos e práticos que os sentidos agregados demonstram.

Por outro lado, estou de acordo com Rodrigo Nunes (2022) quando, em seu mais recente livro, ele responde ao questionamento sobre por que então seguir nomeando “bolsonarismo” o

que está para além dele? Nunes argumenta que o ato de nomear “constitui retroativamente seu objeto” e por esse sentido é mais lógico inverter os termos da pergunta e dizer que é “justamente a contingência” que justifica o nome. Concomitantemente, é preciso salientar o que se evidencia ao longo do tempo: o Bolsonarismo não surgiu tal como se expressa hoje no momento em que “o nome foi proferido” (NUNES, 2022:24). O ato de nomear não é fundador como a era do império das imagens antecipadoras de sentidos frequentemente faz parecer. Tal como outros processos de identificação podem sugerir, há um processo de mão dupla em que a representação da identidade atrai/convoca, ao mesmo tempo que o ato de representar inaugura e, assim, unidades vão sendo constituídas em um fluxo de dinâmicas interacionais, circulares e gravitacionais.

Essa relação introduz o que irei desenvolver no capítulo empírico, demonstrando como mentes antes dispersas foram reunindo-se em grupos nos quais podiam compartilhar e reafirmar suas ideias. Mas é claro que o sentido não é de apenas uma via, afinal o que esta tese verdadeiramente se empenha é em buscar apreender melhor os múltiplos vetores que alimentam a expansão da extrema direita, seja pelas ruas, redes, instituições ou territórios, e, nesse sentido, integram o processo de subjetivação dos indivíduos. Convém frisar que a operação pela via político-institucional também foi fundamental para moldar o bolsonarismo ou, como disse Nunes, a força política “de cima para baixo”, mas a centralidade do fenômeno cabe ao seu aspecto aglutinador em torno da campanha do Bolsonaro, “de uma série de tendências que já estavam há algum tempo imbuídas de um certo tropismo mútuo” (NUNES, 2022: 25).

Não quero com isso sugerir que esse arranjo atende somente às especificidades brasileiras, ainda que assuma contornos próprios no país. Como vimos antes, há condições semelhantes em muitas outras partes. Aquilo que é elemento generalizável no bolsonarismo, portanto, mostra que o termo abrange um fenômeno que não é exclusivamente brasileiro (NUNES, 2022) e, por consequência, tampouco agrega elementos estritamente circunstanciais. E, nesse sentido, estou em desacordo com Luis Felipe Miguel (2022) em sua leitura de que o bolsonarismo é caracterizado por indivíduos “movidos mais por conveniências de momento do que por coerência doutrinária” (MIGUEL, 2022:240).

É certo que os bolsonaristas agregam elementos que chamam atenção pelo contrário e aparentemente incompatível: ao mesmo tempo que pautam a recusa aos valores liberais, mobilizam pontualmente o valor da liberdade individual – especialmente contra o “politicamente correto”; a ortodoxia econômica ultraliberal e o autoritarismo com reverências à ditadura militar; os acenos ao fundamentalismo religioso com a defesa do armamento e dos discursos violentos; a retórica nacionalista e o alinhamento automático aos Estados Unidos; as

teorias conspiratórias com a credibilidade e propagação de *fake news*; contra o aborto por serem pela vida, mas favoráveis à pena de morte; entre muitos outros elementos. Contudo, as afinidades com o bolsonarismo se dão por meio de identificação de indivíduos que orbitam em torno de princípios semelhantes.

Em escala global, não existe um consenso acadêmico quanto às terminologias corretas para designar o campo em geral e seus diversos subgrupos. Conforme argumentado por Cas Mudde (2021), o termo predominante foi inclusive sofrendo alterações no pós-guerra que estão relacionadas com esforços políticos. Nas primeiras décadas, foram enquadrados sobretudo na categoria de “neofascismo”, já nos anos 1980, passou a ser chamado de “extrema direita” e, na sequência, “direita radical”, nos anos 1990. Na primeira década do século XXI, foi definido como “populismo de direita” e de “ultradireita” nos últimos anos. Mudde argumenta que a evolução terminológica está relacionada com mudanças dentro do “movimento” de direita, bem como na comunidade que o estuda. O próprio autor atesta, contudo, que essas categorias vão se acumulando e buscam, por fim, corresponder à significativa heterogeneidade do campo da extrema direita. Outros termos costumeiramente mobilizados para descrevê-los, como “populismo” ou “neofascismo”, não dão conta de abarcá-los por inteiro (PINHEIRO-MACHADO, FREIXO, 2019). A definição de “extrema direita”, contudo, parece não encerrar a questão e ainda permitir certo grau de movimento para abarcar o fenômeno. Assim, ele também será mobilizado ao longo da tese.

Um aspecto também indeclinável para pensar o bolsonarismo – e também as direitas ascendentes – é a replicação de um sentimento antissistêmico. A gramática tradicionalmente associada à esquerda libertária, é lançada ao outro lado do espectro político e aufere a curiosa harmonização desse aspecto com o conservadorismo moral de velhas práticas políticas. Aliás, é importante frisar que o caráter antissistema reivindicado se expressa precisamente por meio da rejeição a políticos de carreira prévia. Nesse sentido, o bolsonarismo deve ser, ademais, identificado como um sintoma da fragilidade democrática antes de ser ele próprio sua causa (PINHEIRO-MACHADO, FREIXO, 2019:19).

Se, por um lado, é mantida e ampliada a multiplicidade de tendências e setores internos ao campo mais amplo da extrema direita, também é verdade, e significativa, a diversidade de formas de engajamento nos grupos, que inclusive permite que alguns sujeitos se autoidentifiquem enquanto “bolsonaristas” e outros façam uso de denominações alternativas, como “direita conservadora”, “patriota”, “cidadão de bem”...

### 2.4.3 “Militar” aqui é verbo ou sujeito?

Tratar do engajamento do bolsonarismo é particularmente complexo dado o formato fluido e altamente concentrado na atividade pelas redes sociais, em que é difícil verificar a identidade dos sujeitos e além da crescente utilização de robôs nesses espaços como disseminadores de conteúdos em massa. Cabe, entretanto, caracterizar que o perfil das pessoas mais engajadas consiste em um tipo de militância (se tomarmos de empréstimo o termo tradicionalmente utilizado pela esquerda, mas que é também reivindicado por alguns bolsonaristas) que atenta para os paradigmas de seu radical “militar”. A estrutura hierárquica, disciplinar e obediente às patentes mais altas, demonstram as afinidades com o militarismo. Convém enfatizar que, tanto as observações em campo como aquelas netnográficas, permitem identificar as convergências das condutas de um militarismo com as de fé dos chamados exércitos de Deus. Isso possibilita também que, além de apoiadores de Bolsonaro, muitos tomam para si a postura de fiéis diante do líder político. Um vocativo frequentemente utilizado nos grupos, por exemplo, é “guerreiros de fé”. Já aqueles que chamam atenção para a necessidade de conscientizar mais pessoas quanto às suas crenças, são nominados “recrutas da liberdade”.

É importante observar como a despeito da heterogeneidade interna ao campo das direitas, mesmo entre as mais extremas, há um esforço estético-imagético-simbólico de apresentar uma uniformidade aparente do campo. Esse mecanismo produz dois efeitos principais, um interno e outro externo: 1) Interno: não produzir discordâncias ou reações às radicalizações dentro do grupo. Não há espaço para o contraditório e o esforço é por vezes fanático na intenção de manter o grupo com uma representação coesa<sup>55</sup>; 2) Externo: a imagem de unicidade é estratégica para uma polarização generalizante da alteridade. O Outro passa a figurar também na imagem homogênea de “inimigo” comum. Se isso radicaliza a polarização política, ela também impõe uma certa dinâmica aos campos alternativos, que passam a se construir a um campo só, reduzindo a campos amplos e genéricos a diversidade de sujeitos e imaginários coletivos.

---

<sup>55</sup> Na pesquisa de campo, pude observar que essa relação explica, em parte, o porquê da rejeição violenta a jornalistas, repórteres e entrevistadores. Há um medo muito grande de que perspectivas de diferentes “representantes” terminem por criar dissensos quanto à perspectiva geral do grupo. É garantido, desse modo, sob o argumento de que cada um representa a si mesmo, a manutenção da racionalidade individualizada neoliberal (em seus aspectos de culpabilização e responsabilização de si mesmo), ao mesmo tempo que consegue, pela lógica de “todos os indivíduos”, assumir ninguém como porta-voz das mobilizações. Ou seja, esquivam-se do trabalho coletivo de construção de uma narrativa, precisamente para assumi-la como uma verdade de sua coesão.

Ao mesmo tempo, conforme ressaltado por Gonçalves e Caldeira Neto (2021), à imagem do integralismo brasileiro da década de 1930, a uniformização estética gera também o fascínio da identificação, reconhecimento e relação de pertença. Isso produz efeitos fundamentais para o recrutamento e a massificação do campo político. Os autores lembram, inclusive, as afirmações nas quais Plínio Salgado já havia observado que a estética do uniforme se antecipava ao próprio programa político, sendo secundário para pessoas com menos formação educacional ou conscientização política e, por isso mesmo, conformou-se em ferramenta de grande relevância.

As bandeiras do Brasil (estética em torno do lema “meu partido é o Brasil”); as pinturas no rosto em verde e amarelo (cores do Brasil e também estética que remete ao movimento das “Diretas Já”); a camisa da seleção brasileira (associando o movimento ao nacionalismo feliz e unificador do brasileiro em torno do futebol); as convocatórias que em muito se assemelham a cartazes de alistamento voluntário para a guerra do século XX; as simbologias de guerra, como o gesto de arma feito com as mãos como identificador do grupo (que pode também ser remetido a outros gestuários de saudação em seitas e movimentos autoritários históricos), roupas com estampa de camuflagem do exército e botas de militares. Aos poucos, o elemento estético tornou-se tão obrigatório quanto diferenciador, que não era exagero cuidar de não se aproximar dos atos públicos bolsonaristas no caso de não estar com a vestimenta correta.



### 3 COORDENADAS DO MEDO

*“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”  
Frei Betto*

No dia 16 de fevereiro de 2018, o governo federal decretou intervenção federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Como Interventor, foi designado um general do Exército, Walter Souza Braga Netto, que passou a ter comando direto sobre as polícias estaduais, sobre o Corpo de Bombeiros e sobre a Secretaria de Administração Penitenciária até 31 de dezembro daquele ano. A justificativa do decreto foi assim proferida pelo então presidente da República, Michel Temer, em discurso público:

Os senhores sabem que o crime organizado, quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo País e ameaça a tranquilidade do nosso povo. Por isso, acabamos de decretar nesse momento, a intervenção Federal na área da Segurança Pública do Rio de Janeiro. Os senhores sabem que eu tomo essa medida extrema, porque as circunstâncias assim exigem. O governo dará respostas duras, firmes e adotará todas as providências necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado e as quadrilhas (TEMER, 2018. Dia 16 de fevereiro, Palácio do Planalto/DF<sup>56</sup>).

A maneira como o medo é sentido na cidade do Rio de Janeiro nos dá indícios de uma experiência diversa em relação à própria vitimização. Os moradores de favelas e periferias, que são vítimas da violência com mais frequência, tendem a ser contrários à intervenção federal. Cerca de 75% da população do Conjunto de Favelas da Maré, na zona norte do Rio, reprova a intervenção das forças armadas em seu território, segundo revela a pesquisa realizada pela Ong Redes da Maré em parceria com o Peoples Palace Projects, da Queen Mary University of London, e com o apoio do Newton Fund<sup>57</sup>. Moradores de favelas se mostraram temerosos à intervenção desde seu anúncio: “Pobre sempre paga o pato. Pelo fato de a gente morar em

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-assinatura-do-decreto-de-intervencao-na-seguranca-publica-do-estado-do-rio-de-janeiro-brasilia-df>

<sup>57</sup> Os dados e mais detalhes sobre o tema podem ser verificados em: <https://www.oabrij.org.br/noticias/saiunatribuna-intervencao-federal-militar-vista-pelo-olhar-favela> <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/levantamento-revela-que-75-da-populacao-da-mare-reprova-ocupacao-militar-na-regiao-22052017> <https://cesecseguranca.com.br/participacao/mare-um-laboratorio-para-o-rio-a-ocupacao-militar-na-mare-2014-e-a-intervencao-federal-2018/> e <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/02/21/moradores-das-favelas-do-rio-se-posicionam-contraintervencao-militar>

comunidade, eles vão agir como na ditadura. Achamos que os inocentes vão pagar e tem muita gente com medo. Meu medo maior é pelos meus filhos, meninos negros”, contou uma moradora da Rocinha ao jornal *O Estado de São Paulo*<sup>58</sup>.

Lamentavelmente, os receios como o desta mãe se revelaram corretos e, ainda no primeiro mês de intervenção, uma chacina por parte de policiais e forças armadas tirou a vida de 12 jovens no período de oito dias<sup>59</sup> só na favela da Rocinha. “Quem manda aqui é a polícia!”, gritavam ao entrar na favela atirando, fatalmente interrompendo a vida de moradores a caminho do trabalho<sup>60</sup>. O relatório final do “Observatório da Intervenção” demonstra que o investimento bilionário (R\$1,2 bilhão de reais) na intervenção não produziu alteração relevante nas questões de segurança pública do Rio de Janeiro. Ao contrário, acentuou as fórmulas de segurança pública que já tradicionalmente não traziam resultados. Quando foi decretado seu fim, constavam mais de 1.375 mortos por intervenção de agentes do Estado, no período de fevereiro a dezembro de 2018, o que representa 33,6% a mais que o mesmo período em 2017<sup>61</sup>.

É curioso, contudo, que uma porcentagem semelhante àquela referente aos moradores que reprovam a intervenção nas favelas da Maré é, de maneira invertida, o registro da aprovação da intervenção dos moradores da cidade do Rio de Janeiro de maneira mais ampla: 76% da população carioca disse aprovar a intervenção, ainda que 71% ainda não perceba melhora na segurança<sup>62</sup>. Posteriormente, em setembro de 2018, quando os legados lamentáveis de violência contra moradores de favelas já haviam sido noticiados, a porcentagem persistiu com 72% da população expressando o desejo de que fosse prorrogada<sup>63</sup> a intervenção. Ambas as pesquisas foram realizadas pelo Datafolha.

Esse dissenso nas pesquisas sugere que a experiência do medo é vivida de maneiras diferentes na cidade, a depender do território – espacial e corporal. Essa relação é demarcadora de como a política do medo trata da instrumentalização desse afeto enquanto um dispositivo

---

<sup>58</sup> Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/576213-intervencao-federal-gera-temor-em-moradores-de-favelas-do-rio>

<sup>59</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/30/forcas-armadas-entrarao-na-rocinha-se-for-necessario-diz-porta-voz-da-intervencao.htm>

<sup>60</sup> Mais sobre a história de vida das vítimas fatais e a chacina na Rocinha: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina\\_da\\_Rocinha\\_-\\_24\\_de\\_março\\_de\\_2018](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_da_Rocinha_-_24_de_março_de_2018)

<sup>61</sup> Relatório do Observatório da Intervenção está disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhyPkOpA/view>>

<sup>62</sup> Fonte disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/maioria-continua-apoiando-intervencao-no-rio-mas-nao-percebe-melhora-na-seguranca-diz-pesquisa-datafolha.ghtml>

<sup>63</sup> Fonte disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/72-dos-moradores-do-estado-do-rio-querem-prorrogar-intervencao-federal.shtml>

para a ancoragem de um projeto político determinado. Por exemplo, 17% dos que se colocam contra a intervenção foram vítimas de violência policial, contra 4% dos favoráveis. Também 12% dos que se colocaram contra a intervenção foram vítimas de bala perdida, ao passo que 7% dos favoráveis à intervenção foram vítimas dessa mesma violência <sup>64</sup>.

Um estudo mais recente realizado pelo Fórum de Segurança que busca entender as relações entre medo, violência, autoritarismo e democracia, no período pré-eleitoral de 2022, mostrou um aparente paradoxo (LIMA, 2022). Há uma tendência maior a apoiar posições autoritárias entre quem tem mais medo da violência, ao mesmo tempo que quem tem mais medo da violência tende a ser mais favorável à agenda de direitos (LIMA, 2022: 8). O relatório traz reflexões que mostram que essa relação que parece uma contradição expressa que se vive um momento social de tamanho medo e pânico que esse resultado sinaliza mais para um pedido de socorro, de pessoas que dizem que qualquer coisa é melhor do que o que estão vivendo – mesmo que seja um regime autoritário. Isso demonstra não apenas a importância da agenda de segurança pública para a garantia da democracia, conforme destacado na pesquisa, mas especialmente como a sensação de medo é oportunisticamente instrumentalizável, na medida em que a partir de sua disseminação, maior é a tentação por soluções autoritárias pelo povo brasileiro.

Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivo lançar luz sobre os aspectos territoriais que são constitutivos e constituídos pelas dimensões afetivas, em especial o medo. Do mesmo modo, apresento os dispositivos de justificação e legitimidade mobilizados a partir das dinâmicas da política do medo como regimes de subjetivação autoritários.

### **3.1 Espacialidade dos afetos, imaginário do medo e dispositivos de subjetivação**

O termo “territorialidade” tem sido frequentemente mobilizado para referir-se às dinâmicas constitutivas da subjetividade no território e à construção de uma identidade territorial por meio de registros simbólicos (CAROU, 2001). A noção é apresentada em contraposição à ideia estrita de “território” enquanto dominação político-econômica e controle dos espaços (HAESBAERT, 2004). Inevitavelmente, falar de território é fazer referência às relações que nele habitam e por ele habitadas. E não é distante, para cada um de nós, elaborar

---

<sup>64</sup> Dados do Observatório da Intervenção em parceria com o Fórum de Segurança. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/04/FBSP\\_Rio\\_sob\\_Intervencao\\_2018\\_relatorio.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/04/FBSP_Rio_sob_Intervencao_2018_relatorio.pdf)

as relações sociais por meio dos afetos: como afetamos e somos afetados pela multidimensionalidade espacial, que inclui o espaço, sua gente, os cheiros, os sons, as memórias, as temporalidades... as emoções em circuito na cidade. É esse circuito que produz formas de vida com força de adesão, a partir de afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida em detrimento de outras. O que significa dizer que formas de vida determinadas são ancoradas em afetos específicos e sua continuidade tem relação de dependência com sua capacidade de reprodutibilidade.

Pode parecer um contrassenso que a reflexão sobre territórios seja organizada por meio dos afetos. Porém, não é difícil concordar que os territórios oferecem um prisma por meio do qual podemos vislumbrar arranjos sociais. Talvez o afeto mais exemplar para compreender seu aspecto estruturante e estruturado seja precisamente o medo. Há uma longa e volumosa tradição filosófica que insiste ser o medo o afeto responsável por estabelecer vínculos sociais. Ora, ao tomarmos esse dado de presença como ponto de partida e desnaturalizarmos a mirada – ou, como sugere Farocki (2010), desconfiarmos das imagens – veremos, sem muita exigência, o medo nas estruturas edificadas por muros, grades, trancas, vigilância, altura e distanciamentos. Isso quer dizer que observamos camadas invisíveis e *visíveis* dos afetos ao identificar estéticas, arquiteturas e imagens por eles determinadas.

Submerge, portanto, uma relação entre os elementos que envolvem a produção socioterritorial a partir da *política do medo* e com a formação subjetiva de imaginários políticos, o que sugere caminhos explicativos para as variações do autoritarismo em ascensão na política brasileira, ainda que não exclusivamente nela. Esse olhar que abarca multitudinalmente o circuito de afetos se mostra eficaz porque mais do que entender o protagonismo institucional desses imaginários políticos, investiga a sua adesão e reconhecimento social. Percorrer esses rastros que se desenham na intersecção do visível e invisível sugere uma cartografia sensível em que a afetividade transversaliza registros múltiplos, como subjetividades, coletividades, arranjos espaciais, bem como configurações discursivas e institucionais (HUTTA, 2020).

Se as coordenadas do medo territorializam as cidades, como elas estão expressas no Rio de Janeiro? Temos, de um lado, as zonas da insegurança e do perigo – periferias e favelas – e, de outro, os espaços fortificados para segurança e defesa – os bairros abastados. É o que percebemos a partir das configurações dos espaços, das organizações habitacionais, dos programas e práticas de policiamento, das demarcações de fronteiras e das despesas com a vigilância e suas tecnologias de controle. É a separação que permite distinguir as maneiras com que o medo é experienciado.

E é preciso ressaltar: não se trata apenas de uma reformulação do espaço geográfico, estético e temporal. São projetos de mundo e sentidos coletivamente compartilhados, disjunções de ideias e de pessoas. Conforme visto no capítulo anterior, são registrados, ao menos desde o século XIX, discursos, planejamentos, normativas e sentidos culturais que organizam a imagem de grupos subalternos como perigosos (MALAGUTI, 2003; ENGLAND e SIMON, 2010; SHIRLOW e PAIN, 2003).

É preciso considerar, contudo, – em especial ao pensar grandes cidades, com ênfase para o Rio de Janeiro – a relação entre a produção simbólica do medo e os fenômenos sociais em sua concretude. É o que o conceito de sociabilidade violenta busca dar conta ao captar “a natureza e o sentido da radical transformação de qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns” (MACHADO, 2004:53). Segundo Machado, há uma insuficiência da explicação dominante para o sentimento de insegurança generalizada – centro da experiência da vida urbana na atualidade. A atenção dessa interpretação dominante da criminalidade violenta concentra-se na capacidade de controle social por parte do Estado, implicando em uma compreensão da sociedade categorizada a partir de criminosos e não criminosos e sugerindo soluções orientadas pelo reforço da autoridade e controle. Para o autor, essa compreensão constrói uma “problemática real”, central à agenda pública, que trata de uma profunda crise de autoridade que se expressa nos sentidos de eficácia das agências de segurança pública e seu “teor mais ou menos democrático”.

A violência disseminada é entendida, portanto, a partir de uma cadeia causal fundamentada na “desconcentração da violência física”, indicando perda do monopólio da violência pelo Estado, o que afirma uma compreensão da ordem estatal como padrão universal de sociabilidade. A partir desse esquema explicativo, as práticas ameaçadoras de criminosos comuns violentos aparecem como “desencaixes”, dada a prerrogativa de violência ser restrita ao âmbito do sistema político-institucional. Desenvolve-se, assim, uma ampla gama de possibilidades de intervenções corretivas e atividades regulatórias do Estado tendo em vista que toda essa apreensão parte da relação entre dois agentes: os criminosos, de um lado, e os policiais como encarregados da manutenção da ordem pública, de outro.

Essa dinâmica da violência nos oferece pistas de uma reflexão fundamental quanto a sua manifestação na atualidade. A sociabilidade em formação, de caráter violento, “não se confronta com a ordem estatal, mas lhe é contíguo”. Machado (2004) argumenta que a configuração básica da representação da violência urbana é precisamente a conversão do uso da força em princípio de regulação das relações sociais. Isso nos conduz ao seu argumento central de que a sociabilidade violenta se refere a uma nova organização social e não a uma

expressão da ineficácia dos controles estatais, como a interpretação dominante pretende afirmar. Há um desenvolvimento relativamente independente do Estado, na medida em que (re)cria dinâmicas fragmentárias e cindidas da própria vida cotidiana. E, nesse sentido, a recomposição do tecido social não se resolve por medidas político-institucionais estritamente. E, menos ainda, por meio da força violenta policial em nome da segurança pública.

Isso que Machado vai entender como externalidade e certa independência da constituição da vida social nos devolve, em verdade, as relações de porosidade e indissociabilidade entre as dinâmicas do poder institucional, a constituição das relações sociais e a formação das subjetividades/imaginários coletivos. Cabe destacar esse aspecto porque ele forma e é formado pela própria territorialidade da cidade. As áreas urbanas e sua constituição espacial e estética são conformadas em relação íntima com o ordenamento social, ou seja, por implicações recíprocas.

Menezes e Machado (2019), ao pensar essa disposição territorial, argumentam que houve, no processo de relacionar os debates em torno da sociabilidade violenta e da violência urbana, uma localização da última em territórios de favelas, identificados como ameaças à ordem da vida cotidiana. Assim, o antes chamado “desencaixe” da violência das mãos do Estado passa pela ideia produzida de um “deslocamento” para as mãos do criminoso favelado. Nesse sentido, é possível tratar o deslocamento como uma superposição do “problema da segurança” com o “problema das favelas”, a partir do tráfico de drogas e aumento dos confrontos armados entre diferentes facções.

Como as organizações criminosas se estabeleceram e se expandiram nas favelas cariocas, esses territórios foram vistos como redutos de “criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária da cidade” (MACHADO, 2010: 297). Houve, então, um deslocamento da linguagem de direitos para a linguagem da violência urbana, quando referidas essas zonas, estimulando, nesse sentido, uma guerra contra essas atividades perturbadoras da ordem da vida social. Foi encarnada uma culpa na figura do favelado, tornado o tipo ideal do Outro que precisa ser contido, afastado e controlado (MACHADO, MENEZES, 2019). Como vimos, não dependemos muito do esforço de imaginação<sup>65</sup> ou mesmo regressão histórica para essa compreensão, basta retomarmos o

---

<sup>65</sup> Digo isso para sugerir o quão explícita é essa relação violenta de alteridade. Contudo, não deixo de reivindicar a sedimentação histórica do medo em suas diferentes temporalidades. Há toda uma trajetória na cidade do Rio de Janeiro, antes da Intervenção, como as UPPs, e, antes delas, a expansão militarista diante de tráfico e milícias, e antes disso remoções de outros espaços e corpos e assim por diante. Toda essa reconstrução histórica será posta em relevo ao longo da tese.

pronunciamento do decreto da intervenção no Rio de Janeiro e, na sequência, seu mapa de atuação<sup>66</sup>.

Foi decorrente dessa criminalização que deixa de ser difusa e passa a encarnar no personagem do favelado, que cresceu o “clamor por uma ação ‘dura’” dirigida contra as áreas assumidas como “perigosas”. Assim, as políticas de segurança pública tornaram a polícia um meio de garantir o extermínio dessas populações como política, admitindo a regularidade das medidas excepcionais legitimadas em circunstâncias de guerra. A opinião pública, a partir desse esquema lógico apresentado e reproduzido, passa não apenas a tolerar as mortes de traficantes em operações policiais, como também demandar, desejar e premiar (MISSE, 2011).

Essa partilha da comoção, ou falta dela, em relação a dor do outro, se expressa nos representantes escolhidos, como nas palavras de Bolsonaro, quando disse que “Se matar dez, 15 ou 20 [suspeitos em favelas], com dez ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado e não processado”, disse o então presidente<sup>67</sup>. Ou na reação do então governador do estado do Rio de Janeiro, o ex-Juiz Wilson Witzel, que desembarcou de um helicóptero na ponte Rio-Niterói, em uma manhã de terça-feira, comemorando aos pulos o que ele considerou uma solução bem-sucedida: o assassinato, com uso de três *snipers*, de um rapaz negro que portava uma arma falsa e mantinha reféns em um coletivo sequestrado. Mais pessoas no local celebraram a morte imediatamente após os tiros<sup>68</sup>. O governador foi eleito com um programa de defesa da “política do abate” e da polícia que “vai mirar na cabecinha e... fogo!”<sup>69</sup>.

Em seus escritos quanto à sociabilidade violenta, Machado menciona, mas não desenvolve, a potencialidade que possuem os afetos, mais especialmente o medo, como organizadores da vida social com a “consequência perversa da implantação da sociabilidade violenta como ordem instituída” (MACHADO, 2004:78-79). As discussões sobre o medo na cidade orientam um entendimento complexo sobre suas implicações na arquitetura, no planejamento urbano e na construção de grupos subalternos como “portadores” da ameaça e da violência. A seção seguinte está dedicada a essa abordagem, a partir do caso da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>66</sup> Fonte disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/mapa-da-intervencao/>

<sup>67</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-policia-que-mata-10-15-ou-20-deve-ser-condecorado-23019984.html>

<sup>68</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/governador-do-rj-diz-que-prioridade-e-protexao-de-refens-em-sequestro-de-onibus.ghtml>

<sup>69</sup> Fonte disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>

### 3.1.1 Territorialização do medo: o Rio de Janeiro como laboratório

“O Rio de Janeiro é um laboratório para o Brasil”, afirma o general Braga Netto. O general foi o interventor designado, em 2018, na Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Depois foi ministro da Defesa no governo de Jair Bolsonaro e, por fim, foi candidato a vice-presidente de Bolsonaro, nas eleições de 2022. Nesse sentido, podemos acreditar na força de suas palavras ao dizer que o Rio de Janeiro foi um laboratório para o Brasil.

Em março de 2022, ainda enquanto ministro da Defesa, Braga Netto divulgou “ordem do dia alusiva ao Movimento de 1964”, em que tratou a ditadura militar como período de “formação e de emancipação política do Brasil” que, segundo ele, “consolidou a nacionalidade brasileira”, com “fortalecimento da democracia”. No país de feridas abertas e dores incuráveis por seus torturados, assassinados e desaparecidos nos anos de regime militar, o Ministro concluiu a carta estarrecedora com as seguintes palavras:

Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular<sup>70</sup>.

A cidade do Rio de Janeiro, ao longo da história, vem sendo constituída – social, temporal e espacialmente – como laboratório do medo e da violência, a partir das mais diversas perspectivas e atores sociais. Podemos pensá-la a partir ora da política de segurança pública ostensiva e militarizada do Estado, ora da criminalidade e dos processos de *sujeição criminal* (MISSE, 2010), frequentemente conformados em estigmas de *portadores da ameaça e do medo*.

Malaguti (2003) nos brinda com a contribuição de uma historiografia do controle social na “cidade maravilhosa” e identifica, em seu trabalho, que no período pós-Independência no Brasil, o medo – associado aos tumultos populares, às insurreições de escravizados, às ações criminosas alimentadas pela acentuada desigualdade social e pobreza – desempenhou um papel fundamental nas percepções de alteridade e na política de exclusão. Assim, os sujeitos eram sobredeterminados a partir de considerações de cor de pele, estética, território, artefatos culturais e religiosos, que abarcavam um conjunto de elementos estigmatizantes dos sujeitos

---

<sup>70</sup> Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-dia-31-de-marco-1>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.



ameaçadores da ordem. Em suas palavras, [...] “o medo é um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração” (MALAGUTI, 2003:75).

Desde o princípio da formação da cidade carioca foi sendo consolidada uma tendência à criminalização da precariedade – a passagem do modelo sanitário ao modelo bélico. A crescente estigmatização de determinadas condutas e condições como crime deslocou os parâmetros do público ao penal, o que institucionaliza o direito penal pós-moderno na “estratégia da purificação e do sacrifício” (MALAGUTI, 2003:98). Se, conforme argumenta Malaguti, o medo foi instrumentalizado para efetivar a obediência, é preciso matizar essa percepção. A obediência tingida de “liberdade” em nossos tempos é deslocada por meio de um grau de internalização do medo e da estética do medo que os indivíduos se sentem também agenciadores: por reivindicarem o autoritarismo, por defenderem a “justiça com as próprias mãos” face a descredibilidade da autoridade do Estado, por contratarem segurança privada, por escolherem autoridades que se mostram dispostas e capazes de “acabar com o problema de uma vez”.

Localizando-nos em um passado relativamente recente, é notável que a escolha da cidade do Rio de Janeiro como uma das sedes para os megaeventos (Copa do Mundo, Olimpíadas e Jogos Pan-americanos) foi elemento reestruturador e condicionador da *produção do espaço* nos anos seguintes. As graves violações de direitos humanos foram marcadas por numerosas remoções de moradores de favelas, comunidades periféricas e tradicionais, crescimento da ostensividade e violência policial, aumento dos preços e custos de vida da cidade, simultâneos a um investimento bilionário em estruturas para receber os jogos. Isso atribuiu certa especificidade ao repertório dos atores sociais do Rio de Janeiro em relação a outras cidades brasileiras, bem como possibilitou diálogo com movimentos que ocorriam ao redor do mundo, orientados por pautas similares de democratização.

Os governos cariocas – e brasileiro – recorreram de forma ascendente a instrumentos de militarização do espaço urbano como fórmula privilegiada de operar a Segurança Pública. Foram realizadas, de 1992 a 2018, 133 operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO), alavancadas sobretudo a partir de 2010. Segundo relatório do Ministério da Defesa<sup>71</sup> (2018), o aumento expressivo de operações pode ser assim explicado: pela realização dos grandes eventos internacionais no país [Jogos Pan-Americanos (2007), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016)]; em razão da escalada da criminalidade e do grau de insegurança gerado por grupos e

---

<sup>71</sup> Disponível em:

[https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/XV\\_cadn/o\\_uso\\_das\\_forcas\\_armadas\\_em\\_operacoes\\_de\\_garantia\\_da\\_lei.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/o_uso_das_forcas_armadas_em_operacoes_de_garantia_da_lei.pdf). Acesso em jan. 2019.

facções criminosas em diferentes capitais brasileiras; ou em virtude de situações de paralisação das Polícias estaduais e de crises do Sistema Prisional.

As operações foram marcadas por chacinas e extermínios de moradores das favelas, práticas, aliás, que obtiveram crescente autorização e legitimidade em função do sentimento de insegurança que fazia do temor o primeiro intermediador do sujeito com a cidade. A violência do Estado no Rio foi historicamente vivida por meio de chacinas perpetradas por agentes estatais e grupos ligados às forças policiais. De algum modo, a instrumentalização do medo consegue sempre se atualizar para obter o respaldo necessário e torná-las prática recorrente. Cabe mencionar, a cargo de uma leitura sócio-histórica, mas especialmente em respeito a tantas vítimas fatais, que a entrada na década de 1990 no Rio de Janeiro foi marcada pela chacina de Acari, também as chacinas da Candelária e de Vigário Geral em 1993, as de Nova Brasília, os extermínios e violações cometidas na Operação Rio 1 e 2, em 1994 e 1995, a chacina do Borel, em 2003, a chacina do Caju, em 2004, a chacina da Baixada, em 2005. São muitas as mais recentes, dentre elas as chacinas da Maré em 2013 e 2015.

A intenção não é exaustivamente mencioná-las, mas entender os processos que antecederam – ou ensaiaram – as “políticas de abate” que seguiram em uma sociedade digitalizada e televisionada, em que as ações eram de conhecimento público e crescentemente permissivas com a violência contra supostos “criminosos”, diante da normalidade com que eram apresentadas. As operações militares que “prepararam” a entrada das UPPs, por exemplo, mostraram que a leitura de paz de Braga Netto no discurso de elogio à ditadura é compartilhada pelos civis no poder. Se inicialmente havia dificuldades em compreender os problemas da UPP, o caso do pedreiro Amarildo funcionou como a “quebra do consenso” que permeava a percepção positiva sobre elas, expondo a fresta por meio da qual a “pacificação” perpetrada pela violência policial finalmente caiu por terra com repercussões internacionais (MENEZES, 2015).

Em 2018, a Intervenção Federal foi o atestado de ineficácia dos gastos bilionários com uma segurança pública orientada pela ostensividade militar. Mas, principalmente, foi a demonstração de que as chacinas da população negra e pobre são uma prática autorizada – e autoritária – de uma democracia em frangalhos que há muito havia transformado esses corpos em números fatais. E são eles, os números, os rastros das vidas interrompidas no curso de dez meses de intervenção: foram 53 chacinas, 213 mortes em chacinas, um total de 1.203 mortos, 1.090 feridos, 103 agentes estatais mortos e o crescimento do número de tiroteios em 56%,

segundo dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC)<sup>72</sup>. Nesse período, a já relatada execução de Marielle se somou à realidade de horrores, que não foram suficientes, aliás, para refrear esse tipo de política.

### 3.1.2 Cidade de muros – entre o visível e o invisível

O muro é uma forma impessoal de dizer “não é isso” para quem está de fora e “é isso” para quem está dentro. Lembro da primeira vez que entrei, a trabalho, em um desses enormes condomínios localizados na Barra da Tijuca (bairro no Rio de Janeiro que mais abriga condomínios de luxo e também local de residência da família Bolsonaro). O que me chamou imediatamente a atenção foi a transição sonora inesperada: cruzei a agitada avenida, com o característico caos de estímulos presentes no Rio, de buzinas, sirenes, pessoas conversando, anúncios em alto-falante, vendedor de rua e, de repente, após cruzar o grande entrave da portaria com minha documentação, um silêncio de paz que sinalizava a passagem abrupta para um lugar totalmente diferente. Lembro que olhei para o meu colega e, incrédula, exclamei sem pensar: “Nem parece que estamos no Rio de Janeiro!”. Ele me apresentou o espaço, alimentando meu choque, mostrando e contando que ali tinha padaria, escola, mercado, academia, .... tudo do condomínio! “Então realmente é uma outra cidade”, disse.

O psicanalista Christian Dunker, propõe pensar a sociedade contemporânea pela chave da “lógica de condomínios”, identificando-a como o sintoma social da separação para se viver a fantasia da semelhança. Segundo ele, os condomínios permitem que seja criada uma realidade fantasiosa fortificada que expressa uma nova unidade adquirida intramuros “em contraste com a anomia que é deixada em seu exterior” (DUNKER, 2015:58). Ainda que as práticas de segregação – e aproximação – estejam entrelaçadas com outros processos de transformação social de contextos mais específicos às distintas cidades, é possível dizer que as formas de excluir incluindo (ou incluir excluindo) na espacialidade urbana são “tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades” (CALDEIRA, 2000).

Nas últimas décadas os problemas de definição e controle das chamadas “classes perigosas” têm orientado grande parte do debate público e acadêmico. Foi encarnada uma culpa

---

<sup>72</sup> Por meio do Observatório da Intervenção, o CESEC publicou relatórios mensais da intervenção: Disponível em: <[https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Infografico\\_10meses\\_atualizado.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Infografico_10meses_atualizado.pdf)>.

na figura do favelado, tornado o tipo ideal do Outro que precisa ser contido, afastado e controlado (MACHADO, MENEZES, 2019). A cidade que já era distribuída por essas exclusões incluídas, passou a erguer muros mais altos, condomínios fechados, ostensividade vigilante, bases militares. Os parâmetros de “fora” e “dentro” dos muros, contudo, parecem servir a uma só classe. Se os condomínios produzem territórios povoados por semelhantes (é assegurada uma ampla vizinhança de convivência nos moldes de uma cidade em que as pessoas externas precisam ser identificadas e aquelas que prestam serviços, uniformizadas para identificação visível) dentro da cidade anômica carioca em prol de sua paz fantástica, podemos dizer que a iniciativa da separação não emerge apenas da iniciativa privada de um setor abastado da sociedade. O próprio poder público cumpre o papel de geolocalização da hostilidade e sua consequente contenção. Importa mencionar a construção de muros, no Rio de Janeiro, com o propósito de que contivessem a expansão dos territórios das favelas, cercando-as. O ocorrido foi em 2008, defendido pelo então prefeito César Maia<sup>73</sup>, e internacionalmente condenado como um caso de *apartheid*, o que impediu o prosseguimento e expansão do projeto.

Figura 2 – Projeto da prefeitura de construção do muro ao redor da Rocinha em mapa.



Fonte: O Globo, 2009.

---

<sup>73</sup> O GLOBO. Governo do Rio começa a fazer muros para cercar favelas. In: Jornal O Globo. 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1062694-5606,00-GOVERNO+DO+RIO+COMECA+A+FAZER+MUROS+PARA+CERCAR+FAVELAS.html>>

Fotografia 2 – Muro construído na favela Santa Marta-RJ, em 2008



Fonte: Geledés<sup>74</sup>, 2009.

“A fusão sintética dos dois universos opostos é naturalmente prisão”, segundo afirma assertivamente o psicanalista Dunker (DUNKER, 2015:68). Uma característica das cidades na contemporaneidade é a crescente de muros, mais altos e mais presentes, que nos ajudam a perceber a relação de ambivalência dos espaços. A partir dos muros é possível identificar as segregações espaciais, desigualdades sociais e as disjunções – seja para compreender de quem se protege e deve ser contido; seja para identificar quem são os que querem viver entre semelhantes, intramuros (CALDEIRA, 2000; BROWN, 2010; DUNKER, 2015; WEIZMAN, 2006; GRAHAM, 2007; BRIGHENTI, 2009). Milton Santos observa que não vivemos mais o contexto de fazer desenvolver os atrasados, mas sim o de “localizar e conter o resíduo como pobreza estrutural globalizada” (Santos apud DUNKER, 2015:68).

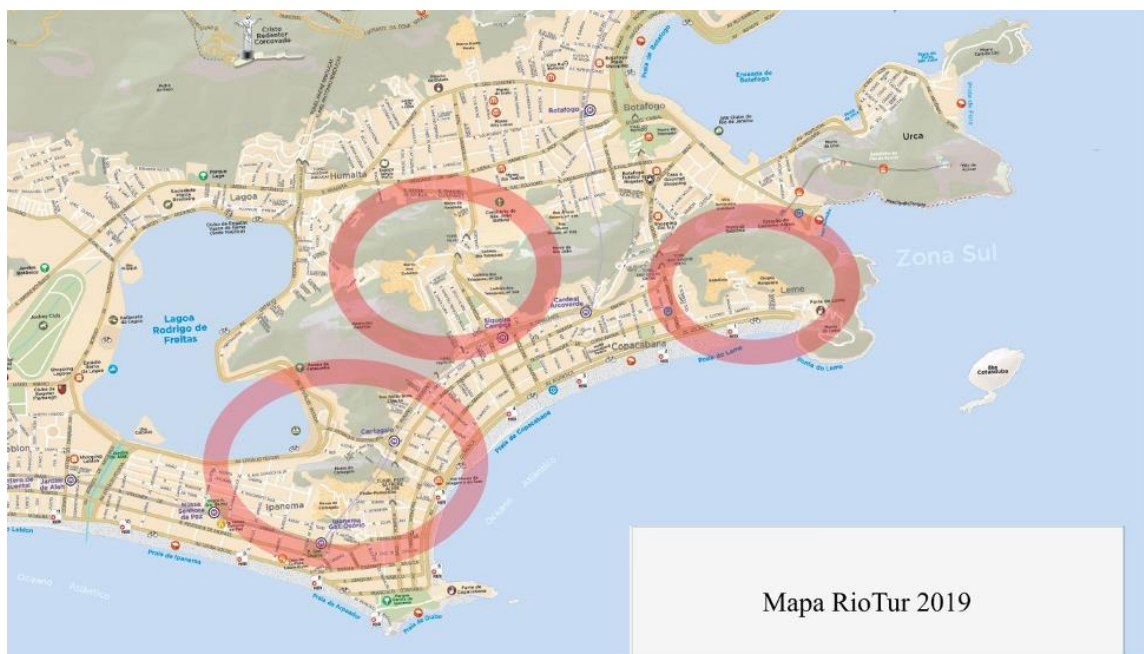
No caso do Rio de Janeiro, a dimensão estética que reflete as cisões da cidade é ainda menos sutil. Demarcar a diferença, nomear institucionalmente as regiões pobres como “zonas hostis”, cartografar a cidade por meio da invisibilização das favelas (transformadas em florestas nos mapas turísticos de 2017, ver Figura 7) ou transformando-as em manchas geográficas (como o mapa turístico de 2019, conforme mostra Figura 6), ou ainda ocultar esteticamente as favelas cariocas (ver Imagem 1), como foi feito nos megaeventos com a justificativa de tornar

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/muros-da-discordia/>

a cidade mais “bela”, são algumas das práticas promovidas pelo próprio Estado que integram os mecanismos da política do medo.

Figura 3 – Mapa da Empresa de Turismo do município do Rio de Janeiro (Riotur)



Fonte: Visit Rio<sup>75</sup>, 2019.

<sup>75</sup> Disponível em: <https://visit.rio>

Figura 4 – Favelas são invisibilizadas e transformadas em floresta no mapa turístico da prefeitura do Rio

## EXEMPLOS DE DISTORÇÕES

O mapa turístico oficial do Rio de Janeiro impresso pela Riotur esconde favelas da cidade como a Dona Marta, a Babilônia e o Cantagalo, na Zona Sul. Veja, abaixo, como essas comunidades aparecem no material da Riotur e no Google Maps



MAPA TURÍSTICO  
DA RIOTUR

GOOGLE  
MAPS

**1**

**DONA MARTA**



**2**

**MORRO DA BABILÔNIA**



**3**

**MORRO DO CANTAGALO**



FONTE: RIOTUR

Fonte: Revista Fórum, 2017

### Fotografia 3 – Cidade-fantasia



Legenda: Foto do “muro” erguido em frente a favela da Maré para cobrir esteticamente a favela de modo que não fosse vista por quem passasse pela linha vermelha, que conecta o aeroporto Rio Galeão ao centro e zona sul, trajeto realizado pelos turistas dos megaeventos.

Fonte: Revista Fórum, 2017.

Embora os muros sejam, há décadas, característica fundamental do que conforma o urbanismo belicista, o tratamento dedicado a eles pelas ciências sociais é ainda incipiente. Brighenti (2009) enfatiza a necessidade de que a reflexão sobre os muros não seja reduzida a um simbolismo geral de separação e exclusão. Sugere, ao contrário, uma abordagem quanto ao papel que os muros concretamente exercem nas relações sociais, na medida em que são, eles próprios, expressão da vida social. O autor identifica cinco aspectos dos muros que mobilizam sua complexidade: materialidade, territorialidade, visibilidade, ritmo (ciclos de vida) e usos.

A marca simbólica de distinção e ocultamento que instituem os muros registra também suas possibilidades paradoxais, sendo eles o que de mais visível temos nas cidades, ao passo que são invisibilizadores. Os muros, são, portanto, para além de seu ocultamento do “dentro”, um painel visível de contestações para todo o resto, o “fora”. Por meio do grafite e pichações, são feitas intervenções estéticas que cristalizam, mesmo que temporariamente, as vozes silenciadas e os corpos comprimidos pelas estruturas que os cercam.

Entre becos e ruelas das favelas, o Estado parece em guerra contra as populações marginalizadas. Em ambientes precários em termos de investimentos em políticas sociais, voltadas à educação, saúde e moradia, é também onde são notados os maiores investimentos bélicos. O sentido de batalha fica pouco metafórico quando, de fato, a entrada da favela é vigiada por tanques de guerra, barricadas são montadas em locais de passagem de moradores, *checkpoints* são improvisados para revistas dos transeuntes, militares e soldados altamente armados circulam por entre as moradias, quando não as invadem para buscas sem mandados.



Fotografia 4 – Intervenção Federal, 2018.



Legenda: Tanque do Exército avança por rua da Vila Kennedy.  
Fonte: Alan Lima, Site El País<sup>76</sup>, 2018.

<sup>76</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/album/1519495028\\_220656.html#foto\\_gal\\_5](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/album/1519495028_220656.html#foto_gal_5)

Fotografia 5 – Bope na Maré em 2014



Legenda: Soldado do Bope durante operação no Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, 2014.  
Fonte: Christophe Simon/AFP/VEJA<sup>77</sup>, 2014.

Fotografia 6 – Vila Kennedy durante a Intervenção Federal, 2018



Legenda: Moradores passam por rua da Vila Kennedy durante operação do exército.  
Fonte: Alan Lima, El País.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ocupacao-da-mare-tera-blindados-da-marinha/>

Para Graham, a principal característica do novo urbanismo militar é “a reorganização radical da geografia e da experiência de fronteiras e limites” (GRAHAM, 2011:155). A partir da noção de cidades sitiadas, o autor analisa que o novo *corpus* de doutrinas militares termina por borrar fronteiras entre o civil e o militar, a separação entre local e global e o interior e o exterior. Uma evidência radicalizada dessa relação é conformada pelos métodos de atuação, orientados pelos processos de ocupação militar e operação nas favelas. Os mecanismos mobilizados são de alteração da rotina das/os moradores, por exemplo, por meio de revistas e exigência de documentação para transitar na própria comunidade. Um vídeo<sup>78</sup> que circulou ao longo da intervenção no Conjunto de Favelas da Maré foi de alguns jovens negros alertando os demais da favela sobre como “sobreviver” sob a ocupação, como: “Não sair de casa à noite, andar com nota fiscal do celular e evitar uso de guarda-chuvas” para que não fossem confundidos com armas, estão entre os conselhos.

#### Fotografia 7 – Ocupação militar na Maré



Legenda: Crianças e jovens se posicionando contra a truculência e imponência das bases do exército, na Maré. Ao fundo, uma das barricadas espalhadas pelas favelas da Maré.  
Fonte: A autora, 2015.

<sup>78</sup> Vídeo disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/video-da-dicas-para-morador-de-favela-sobreviver-a-intervencao-militar-no-rio-a9gaort46tnze7y770c4r4cjt/#ancora-1>

Qualquer lugar é também – ou potencialmente – arena de batalha. Mais ainda, como expressa Eyal Weizman<sup>79</sup>, “A cidade não é mais meramente o espaço da guerra, ela se tornou seu próprio meio e aparato”<sup>80</sup>. Há, segundo ele, um grau de flexibilidade, liquidez, que é sempre “contingente e em fluxo”, que caracteriza essa espacialidade (WEIZMAN, 2003:66). O que Graham e Weizman não ponderam, contudo, é que a depender de onde você está na cidade, a experiência da militarização é completamente diferente. Significa dizer que ela é geolocalizada, nos territórios e nos corpos. Por exemplo: os jovens que sofreram e viram pessoas próximas sofrerem abuso policial, moradores de favelas, sentem mais medo dos policiais do que de serem assaltados. Moradores do “asfalto”, por sua vez, tendem a ser mais amedrontados pela possibilidade de roubo, por exemplo, e a polícia é sentida mais como segurança do que ameaça, segundo dados do Fórum de Segurança coletados no Rio de Janeiro<sup>81</sup>.

Conclui-se, por fim, que a expansão dos muros e fronteiras na sociedade contemporânea em seus formatos atualizados sustentam a hipótese histórica de que, em comparação com a cidade medieval, a cidade moderna transforma muros em recursos da economia política e espacial dos governos. Proteger a cidade de invasões em seus limites externos já não são centrais, em vez disso, é a gestão política dos enclaves dentro da cidade que passam a importar (BRIGHENTI, 2009; CALDEIRA, 2000; GRAHAM, 2011; WEIZMAN, 2007). Os muros tornam-se ferramentas de controle do governo sobre a própria população que, por extensão, recria – de maneira privada – outros enclaves dentro dos já estabelecidos, conforme visto com as dinâmicas da *lógica do condomínio*. As geometrias do poder, por serem territorializadas, demonstram como a política do medo é exercida e experienciada de distintas formas na cidade carioca.

### 3.1.3 Construção do inimigo e cartografia dos corpos em conflito

*Durante mucho tiempo, de hecho durante años, he jugado con la idea de establecer la esfera de la vida, bios, gráficamente en un mapa. Primero imaginé un mapa ordinario, pero ahora me inclinaría, si tal*

<sup>79</sup> Um dos mais importantes teóricos, israelense, da iniciativa Arquitetura Forense (FA), que é um centro de pesquisa de violações de direitos humanos, incluindo a violência estatal, por forças policiais, exércitos e corporações. Ver mais em: <https://forensic-architecture.org/about/agency>

<sup>80</sup> Do original: “No longer merely the locus of war, the city became its medium and its very apparatus” (Weizman, 2003: 66).

<sup>81</sup> Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/04/FBSP\\_Rio\\_sob\\_Intervencao\\_2018\\_relatorio.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/04/FBSP_Rio_sob_Intervencao_2018_relatorio.pdf)

*cosa existiera, hacia el mapa del Estado mayor del centro de una ciudad. Indudablemente que no es así, debido a la ignorancia sobre el teatro de las guerras futuras.*

Walter Benjamin <sup>82</sup>

As fronteiras estão se movendo. As relações entre interior e exterior assumiram outras conotações. Os Estados vivem a transição, mais ou menos avançada, para sistemas voltados a tentar separar as pessoas e circulações consideradas de risco ou perigosas daquelas consideradas dignas de proteção, as “enlutáveis” – para usar um termo de Butler (2014). Os meios pelos quais os Estados operam desde violência colonial e escravagista vêm sofrendo alterações que desorganizam as noções fundantes de fronteiras geográficas dos Estados-nações. Como vimos na seção anterior, o território interno aos Estados e até mesmo das cidades desenha outros regimes fronteiriços.

Com as dinâmicas de cisão político-ideológica da Guerra Fria, o emaranhado entre visível e invisível tornou as fronteiras ainda mais estruturantes subjetiva e territorialmente. Ao longo desse período, a segurança nacional passou por mudanças importantes em termos de preservação da fronteira que passam a compreender as guerras não apenas entre países inimigos, mas inimigos transnacionalizados pela ideologia comunista, guerrilheiros, contrainsurgentes, subversivos. Mais especificamente a partir de 1964 no Brasil, houve uma espécie de transposição paradigmática da segurança nacional para a segurança pública. A força do regime autoritário brasileiro passa a compreender o “inimigo” transnacionalizado pela ameaça comunista, ao mesmo tempo que somado às lógicas cultivadas ao longo da história – e mais declaradamente institucionalizadas no período da ditadura – da imagem do “criminoso”, “bandido”, “suspeito” de crimes entre as massas populares. Na prática, a preocupação central passa a ser não com a lógica de promoção de medidas preventivas ao crime, mas o policiamento ostensivo, por meio do qual as polícias detêm a prerrogativa de “eliminação” daqueles que são suspeitos.

Na esteira dessas mudanças, as respostas de parcela considerável da população são intensificadas não apenas na lógica da tolerância às ações autoritárias por parte de agentes públicos, mas passam pelo desejo e demanda de que sejam executadas com certa ansiedade por um “retorno à ordem”. Podemos pensar esse processo no bojo da expressão adotada por Vera

---

<sup>82</sup> Disponível em: <https://reemplaz0.org/eyal-weizman-guerra-urbana-atravesando-muros/>

Malaguti, que trata essa relação no Brasil como “adesão subjetiva à barbárie” (MALAGUTI, 2011: 110).

Graham (2017) trata dessa mobilidade dos limites fronteiriços entendendo que há uma alteração na própria natureza da fronteira, na medida em que passam a ser alimentadas pelo que Feldman chama de “guerras securocráticas”. Estas consistem em guerras sem data para acabar e não territorializadas (contra as drogas, o crime, o terror, a imigração ilegal, ameaças biológicas), que estão organizadas ao redor de abstrações da ideia genérica de segurança pública e não dizem respeito mais a conquistas territoriais. A experiência da cidade do Rio de Janeiro, contudo, complica a constatação de Graham em diálogo com Feldman e demonstra que o território segue parte fundamental das dinâmicas de guerra (mesmo que internamente), tendo em vista as disputas de poder que se dão no emaranhado de um Estado que funciona também às margens de sua própria estrutura e outras formas de autoridade que se fazem presentes em territórios sob disputa.

Esse desacordo que se pretende pontual me parece revelador quanto a de onde partem os olhares. Se os autores, o Graham, britânico, e o Feldman, estadunidense, possuem olhares amalgamados a suas experiências territorializadas, também a minha maneira de observar, sentir e manifestar parte de uma cidade que a cada fresta revela a presença insistente do peso da violência colonial. Assim, são mobilizadas e produzidas percepções distintas – que, nesse caso, não são excludentes, mas se somam às contribuições desses autores para elaborar sobre as especificidades do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a travessia pelo caráter amorfo e polissêmico do conceito de violência é feito lama que se prega e enrijece ao corpo e é arrastada pelo tempo e espaço, somando peso. Um conjunto de representações são produzidas e atualizadas na concretude das experiências vividas, sentidas e que deixam marcas visíveis. Pesam o corpo. O medo não pode ser tomado como mero discurso. Ele possui bases visíveis, concretas e sensíveis nos conflitos e paisagens – entendendo-as como aquelas que apresentam a relação cultural-social-política e econômica das pessoas e da natureza.

São diversas as entradas possíveis para refletir a materialidade dos conflitos na cidade do Rio de Janeiro. Antes de seguir na compreensão das sustentações sobre as quais foi erguida a cidade de muros, pensando no fundamento de sua separação, buscarei identificar brevemente a matriz social-cultural e histórica permeável ao tempo e que influencia nas camadas visíveis e invisíveis da sociabilidade vigente. Esse é um assunto que fala sobre fronteiras, corpos e feridas fundacionais.

“Ame-o ou deixe-o” foi o lema síntese do “combate ao inimigo interno” nos tempos de ditadura militar no Brasil, oficialmente dando relevo ao projeto de brasilidade que nunca foi de

todos e para todos, mas que, ao contrário, insistiu em manter a estrutura racista da colonização, na busca da branquitude enquanto identidade da nação. No período ditatorial, a figura do inimigo foi discursivamente definida como aqueles que se opunham ao regime ditatorial, o militante político.

Sabemos, contudo, que, na prática, a população negra e pobre seguia incluída na composição da imagem inimiga. Como vimos a partir da regressão histórica à Revolta dos Malês e com a perspectiva de “haitização” do continente, os negros eram a corporificação da revolta que ameaçava o *status* colonial da sociedade brasileira. “Deixe-o”, em todo caso, significou corpos desaparecidos, aprisionados, torturados, assassinados. Cabe lembrar que não foi diferente no nazismo alemão, quando a população judaica foi perseguida, as comunidades negras, pobres e comunistas também sofreram perseguição, tortura, trabalho forçado e extermínio – ainda que normalmente excluídas da comoção internacional que a “indústria do hocolausto” conseguiu alcançar em relação aos judeus.

Essa permanência de determinados corpos que encarnam o inimigo, a partir da ancoragem histórica colonial, e, ao mesmo tempo, outras imagens que permanecem mais ou menos evidentes a depender de quão ameaçadoras são em cada época. Identidades, por exemplo, que desafiam o sistema capitalista, a racionalidade neoliberal e a moralidade são sempre perigos à espreita (acionados quando necessários à política do medo ou, menos comumente, quando de fato ganham força).

O inimigo sempre sobrevive, seja por novas criações ou por mantê-los em exclusão, mas incluídos, em função da necessidade simbólica da ameaça. A ideia da guerra foi mantida presente nas instituições e nos afetos dos brasileiros ao longo do tempo, com crescente criminalização da pobreza e da rebeldia. Nesse sentido, a permanência do medo e do conflito social foi o que possibilitou a manutenção de um alto poder de barganha por parte dos militares na transição para a democracia, ainda nos anos 1980. Mantiveram, na nova constituição, todo o aparato repressivo e militarizado das polícias e da política (TELES, 2021; ZAVERUCHA, 2010).

Na dinâmica interna do paradigma bélico de urbanidade, foi progressivamente afirmado um Estado menos voltado à proteção de suas fronteiras ao exterior e mais organizado para operar em estado contínuo de guerra interna. Wendy Brown (2021) aborda o assunto a partir do argumento de que estamos vivendo a ruína da noção de soberania do Estado. Em consonância, Graham diz que o propósito de manutenção da soberania passa a funcionar por paradigmas mais tecnológicos e de inteligência, tendo em vista que a ameaça é deslocada da camada visível à invisível, ou seja,

(...) pelo aumento do espectro de mobilidades e fluxos considerados contaminantes das sociedades e ameaçadores da ordem social, tanto interna quanto externamente. Desconhecidos e impossíveis de conhecer, esses perigos – o terrorismo, a infiltração demográfica, a imigração “ilegal”, as doenças (a Sars, a gripe aviária, a tuberculose) – são vistos como se estivessem à espreita nos interstícios da vida urbana e social, se misturando a ela de modo invisível” (GRAHAM, 2017: 353-354).

É verdade que são crescentes os mecanismos que virtualizam certas relações de ameaça, na medida em que são dadas de maneira invisível e ilocalizável. Mas não me parece nem que isso seja algo inédito e nem que o perigo deixe de existir em sua face visível e localizada nas dinâmicas discursivas, políticas e estruturais do Estado e da sociedade. Com isso quero dizer que coexistem as formas visíveis e invisíveis do paradigma bélico na cidade do Rio de Janeiro – que são atualizadas, mas que, simultaneamente, vivem um eterno retorno a percepções passadas que rondam como espectros.

Os mecanismos de atualização e reciclagem da demonização dos tempos da Guerra Fria e da longa era da colonização, conforme ressalta Graham em diálogo com Feldman, ocorre de modo que “o outro deixa de ser uma figura colonial, um proletário, uma minoria racial despossuída, mas batalhadora, um comunista, e reaparece como o traficante de drogas, a pessoa vivendo com aids, o imigrante ilegal, o refugiado em busca de asilo e o terrorista”. A ascensão da extrema direita no Brasil e em tantas outras partes do mundo, mostraram como esses aspectos não foram substituídos, mas amalgamados em explicações que beiram o fantástico e com contornos ancorados no desejo saudosista de retorno a um passado mítico.

O Rio de Janeiro é, nesse sentido, o referencial da construção de permissividades face a violência contra determinadas populações. As ações estatais repressivas e suas diferenças quanto às formas que assumem ao longo da história e a depender da espacialidade, estão fortemente registradas nessa cidade marcadamente cindida. Combes (2009) destaca a relevância em associar o histórico do processo de formação das forças de ordem com as transformações na chamada economia repressiva. O autor também argumenta que os territórios e os agentes de protesto/conflito são elementos orientadores dos formatos de repressão que serão impetrados, dado que os alvos de suas ações são estigmatizados, seja enquanto grupos marginalizados, seja enquanto grupos que constituem alvos religiosos, étnicos-raciais ou grupos que são relacionados a causas consideradas “radicais e revolucionárias”, “antipatrióticas, comunistas, etc.” (COMBES, 2009:463).



O caso das favelas e as disputas de poder que ocorrem nesses territórios funcionam como a fissura teórica de que falo – e não que eu traga qualquer novidade quanto a isso, uma vez que a literatura situada é extensa e muito rica (MACHADO, 2004; MISSE, 2008; MENEZES, 2015, ZALUAR, 2019). Há outras expressões de autoridade amalgamadas na disputa dos territórios, como o crime organizado e os confrontos de facções do tráfico de drogas, as milícias, as polícias e o exército. Cabe destacar, ainda, que não apenas atuam autoridades autônomas, à margem do Estado: o próprio Estado age em suas margens.

Que sejam as favelas os territórios que revelam a complexidade das relações de poder, afetos, autoridade e estrutura do Estado, reafirma que a colonização não foi um evento cristalizado no tempo de que podemos dizer ter sido superada. A centralidade da exploração colonial se deve ao fato de ter sido ela a base econômica determinante para o triunfo do capitalismo: “a guerra, a eliminação e a supressão violenta de revoltas – contra guerrilhas revolucionárias rurais, contra movimentos de independência, contra indústrias e comunidades nativas, contra minorias demonizadas – eram igualmente indispensáveis para a conquista e a exploração colonial” (GRAHAM, 2017:123). Ela permeia as relações entre países e entre pessoas, sendo ainda estruturante das culturas racistas e patriarcais na sociedade brasileira. As favelas compreendidas como aquilombamentos urbanos, conforme refletiram Abdias Nascimento e Lelia Gonzalez, são alvos e terrenos da violência estatal e urbana, e disputadas politicamente por movimentos sociais, igrejas e facções.

A colonialidade do poder, ser e saber (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003) como permanência de matriz sócio-histórica estruturou modos de operar que se sofisticaram e camuflaram ao longo do tempo. Com um salto histórico, podemos refletir, por exemplo, o período do regime autoritário militar do Brasil. Edson Teles (2021) aponta que talvez devêssemos sustentar a hipótese de que os pactos que tornaram a transição da Ditadura militar para a democracia brasileira sem maiores rupturas, não foram em razão dos “acordos políticos palacianos”. Mas sim porque, no fim, nada mais são que a renovação do velho pacto racial colonialista.

O racismo estrutural foi a sociabilidade que permitiu aos ditadores montarem senzalas com pelourinhos em cada delegacia, presídio, Febem, e fazer da militarização a atualização do capitão do mato. Essa mesma estrutura racial garantiu a impunidade aos agentes de Estado e a manutenção de um Estado empenhado em eliminar preventivamente as resistências ao modelo por meio da ilegalidade e da violência. (TELES, 2021<sup>83</sup>).

---

<sup>83</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/os-militares-apresentam-suas-armas-por-edson-teles/>

Compreender como funcionam as forças concernentes à militarização no Brasil também passa necessariamente pelo retorno histórico ao encontro da herança pautada nos traços da questão racial e, logo, do sistema escravagista. No mundo urbano do final do século XIX e início do XX, pós-abolição da escravatura, as polícias seguiram orientadas à repressão da população negra e pobre, associando-as ao que se apresentava como “desordem pública”. Constituía “desordem” os espaços ocupados por essas populações, os “capoeiras”, suas manifestações de fé e de lazer. Campanhas higienistas, religiosas e morais identificavam essas populações como atraso do progresso da nação. Esse período marca a atuação das polícias por ordem “civildade” e “bons costumes” (BRETAS, 1998; ALMEIDA, 2019).

Assim, a nossa ferida inaugural localizou o corpo como território. O primeiro território a sofrer a violência das “conquistas” e onde as marcas designadoras de vulnerabilidade social ainda são sentidas foram os corpos das populações originárias e das/os escravizados. Também são esses os primeiros corpos que inspiraram medo aos senhores, por sua capacidade de organização da raiva e de revolta estratégica contra a exploração.

Verónica Gago (2020) sugere que o corpo-território representa um campo de forças em conflito, podendo se referir a corpos individuais e coletivos. A autora sugere que “corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território” (GAGO, 2020:107). Ao extraí-lo da lógica “economicizante”, para usar o termo de Wendy Brown, o corpo-território é configurado pela noção de que é capaz de afetar e ser afetado, possui memórias, imagens e recursos para serem pensados para além da lógica de propriedade.

Ao passo que operações, ocupações e intervenções são realizadas por militares em territórios tomados como hostis na cidade do Rio de Janeiro, as favelas e periferias, nas zonas mais abastadas a ameaça se volta aos corpos estigmatizados como provenientes desses territórios: negros, descalços, pobres. Sendo assim, mobilizar o corpo como escala (GONZALEZ, 2021) é fundamental para dar conta da cartografia dos conflitos na cidade, entendendo a necessidade de também refletir esses territórios moventes.

O próprio Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro separa oficialmente os territórios entre zonas hostis e zonas seguras, classificando a cidade carioca por meio de geografia do medo que aloca o perigo nas favelas e a segurança nos bairros do asfalto (SARTORIO, 2018).

Nos territórios das “margens”, dispositivos autoritários persistem a partir da ação policial amparada legal e administrativamente, por exemplo, pelos chamados “autos de

resistência”, “resistência seguida de morte”, ou “mortes em decorrência de oposição à intervenção policial”. Nas favelas e periferias, quando um civil é morto por um agente estatal (tanto policial civil, policial militar e militar das forças armadas) há a alegação de legítima defesa contra a ameaça de criminosos. Relatório da organização *Human Rights Watch* explicita por meio de depoimentos dos próprios policiais que a corrupção e as execuções extrajudiciais são práticas regulares dentro das polícias e que não realizam denúncias, pois muitos policiais têm medo de outros agentes que estão envolvidos com o crime e ações violentas, milícias ou grupos de extermínio<sup>84</sup> (ALMEIDA, 2019:101-102).

O processo de impunidade e violência contra corpos socialmente vulneráveis, que intensificou no período militar e foi mantido pós-redemocratização está relacionado com uma alteração importante quanto à compreensão de criminalidade e violência urbana no Rio de Janeiro. Podemos dizer que essa impunidade associada a uma perspectiva de eficiência do autoritarismo policial esteve relacionada principalmente às polícias e aos chamados Esquadrões da Morte. Para Michel Misse (2008), seu surgimento em meados da década de 1950, indica o início de um processo de acumulação social da violência que começa no Rio de Janeiro, então capital do país<sup>85</sup>, e estende-se para outras cidades do Brasil.

Misse identificou, nesse período, uma importante mudança nos padrões de violência e criminalidade. Os inquéritos policiais demonstram que até então os crimes em geral não envolviam uso da força física ou sua ameaça. Nos anos 1950, existia uma certa adesão ao funcionamento de “uma estrutura fortemente hierárquica, uma hierarquia de classes e direitos efetivos, em que cada um sabia, mais ou menos, o seu lugar.” (MISSE, 2008: 376). Posteriormente, começa a ser registrado um aumento de crimes mais graves como assaltos a mão armada, arrombamentos e assaltos a residências e bancos. Importante notar que, ao longo da história, sempre antes de políticas mais autoritárias emergirem, os crimes mais violentos e sua divulgação tornam-se mais frequentes e aterrorizantes, sendo esse um mecanismo fundamental da política do medo: instaurar o pânico social, para implementar respostas de controle e autoritarismo.

Conforme identificado por Misse (2008), os próprios registros de aumento da violência nas atividades criminais estiveram associados ao contexto de fundação, no Rio de Janeiro, do “Grupo de Diligências Especiais”, que são integrantes recrutados do antigo “Esquadrão

---

<sup>84</sup> Relatório “O bom policial tem medo”. Os custos da violência policial no Rio de Janeiro. Human Rights Watch, 2016.

<sup>85</sup> O Rio de Janeiro passou a ser capital do Brasil em 1763, quando foi transferida de Salvador. Somente em 1960 a capital do Brasil passou a ser Brasília.

Motorizado” da Polícia Especial. Foi por meio do símbolo utilizado, uma caveira com duas tíbias enlaçadas e a sigla “E.M.”, que a população e a imprensa perceberam que as iniciais condiziam melhor com “Esquadrão da Morte”, com uma explícita e estética fusão do Estado com ações criminosas. O medo e o terror do E.M. eram dirigidos aos corpos da população pobre.

Se, no período do regime militar, o Estado fazia de sua ostensividade militarizada a própria propaganda de eficiência, na redemocratização os parâmetros de segurança pública não conseguiram escapar dessa lógica de solução. As detenções ilegais, torturas, mortes, os chamados “arrastões” e “pentes finos” nos bairros populares são ainda garantidos, com “anistia”, atravessando contextos históricos e regimes políticos. E mais: com o processo de redemocratização e início da abertura política, houve também o aumento dos crimes violentos. Ganham maior visibilidade e disseminaram o sentimento de insegurança na população. A cidade do Rio de Janeiro já havia se tornado, nesse momento, e segue ainda hoje, a cidade maravilhosa que é ingovernável: sempre associada a graves problemas de segurança pública e exportadora dos parâmetros de crime organizado. As favelas, o emblema.

Essa relação se atualiza na cena pública recente. A promulgação da Lei 13.491/2017 durante a gestão do ex-presidente Michel Temer, transfere para o julgamento entre os pares os crimes dolosos contra a vida cometidos por integrantes das Forças Armadas contra civis, na Justiça Militar. O projeto surgiu com a ideia de que seu período de vigência estaria associado aos Jogos Olímpicos na cidade carioca, no entanto, tornou-se dispositivo frequente para intervenções nas favelas e periferias, por meio das chamadas operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO), a qual criou terreno para a posterior intervenção federal, em 2018. Ambas funcionaram como autorização para violar os direitos fundamentais das populações tomadas como “classes perigosas”.

Com a ascensão da extrema direita, a figura do inimigo volta a incluir a oposição ideológica. Nos anos de governo Bolsonaro, o medo e a agressividade tomaram conta das divergências políticas em um sentido privado de vigilância, agressividade e autoritarismo nas relações interpessoais de modo a tornar tensa toda troca pública – virtual e presencialmente – sobre política. Tanto o medo e a violência quanto o interesse em participar politicamente assumiram lugar inédito na história do país.

As subjetividades estruturadas por essa diferenciação do outro na dinâmica afetiva do medo, criando corpos tensionados e alertas pela iminência de invasão, constituem um formato de alteridade compatível – para não dizer imprescindível – com a lógica sustentadora do paradigma bélico, a inimizade. E, nesse sentido, a atual conjuntura do país não é de toda surpresa, ainda que assuma contornos extremos que fogem a qualquer expectativa.

Os anseios por criminalizar a divergência política são sintomáticos dos mecanismos que estruturam subjetivamente os brasileiros nas dinâmicas de alteridade, conforme expressos ao longo dos capítulos. Atualmente, a criminalização é reivindicada seja pelas violações aos direitos humanos publicamente manifestas de muitos bolsonaristas, bem como sua incitação ao ódio e à violência; seja dos “comunistas”, partindo do mal uso do conceito e com base na ideia distorcida de que significa uma ideologia autoritária, moralmente degenerada e contra as liberdades individuais. Se atualizam as maneiras de lidar com os problemas sociais pelo método de deter e conter, murar e separar as pessoas que são o outro, ao invés de se voltar às causas que permitiram o problema ter chegado onde chegou. Uma garantia nós temos: enquanto for esse o dispositivo acionado – sempre ancorado no medo – para encarar os problemas de violência, seja a urbana, estatal ou a política, nossa história seguirá sendo feita de permanência e continuidades que adotam diferentes maquiagens e ocultamentos paliativos, prestes a explodir.

#### 3.1.4. “Eixos do mal”: antiterrorismo e anticomunismo

*“O terror criava fronteiras”*,  
Linebaugh e Rediker (2000:34)

Ter no horizonte o combate ao comunismo é próprio ao fascismo.

O termo terrorismo entrou no vocabulário ocidental a partir da Revolução Francesa, no chamado período do terror (WARDLAW, 1982), marcado pelas ações dos revolucionários contra seus inimigos domésticos nos anos de 1793 e 1794. Terrorismo, nesse contexto, se referia à violência repressora do governo que executou 17 mil pessoas em termos legais, sob o Reinado do Terror, e 23 mil mais de modo extraoficial. Desde então, o termo sofreu muitas modificações e se expandiu em escopo.

Apesar de alguns especialistas ainda usarem para tratar de ações governamentais, o termo é mais frequentemente mobilizado para designar ataques clandestinos contra alvos governamentais. Outras vezes é também usado para se referir a limpezas étnicas e genocídios (TILLY, 2004). Como resultado, o termo terrorismo foi mobilizado em muitas designações e tornou-se menos rigoroso em conceito, recaindo no perigo de seu uso oportunista. A aplicação do termo é, invariavelmente, uma escolha política. E como se prova com recorrência nos últimos 20 anos: “a despeito da falta de clareza e da nítida discordância entre Estados Unidos-

Israel e o mundo, as definições oficiais americanas de terrorismo são bastante adequadas às finalidades momentâneas” (CHOMSKY, 2004:193).

Buscando solucionar a dificuldade de definir conceitualmente um termo que vem atravessando diferentes épocas e assumindo as mais distintas conotações, Charles Tilly (2004) advoga por seu uso em sentido estratégico. Segundo ele, o terror caracteriza a aplicação assimétrica de ameaças e violência contra alvos vulneráveis por meio de uma “ampla variedade de circunstâncias políticas, na companhia de tipos muito diferentes de luta política” (TILLY, 2004:10).

A proposta conceitual do autor opera no termo terrorismo a possibilidade de torná-lo mais aplicável ao desvinculá-lo de sua noção mais recorrente como fenômeno de causa singular dotado de coerência. Um efeito importante disso é que dilui a dificuldade de definição do ato terrorista quando esta requer a identificação das motivações e intenções do ato como critérios de sua constatação. Como isso raramente é exposto e vem à tona em violências coletivas, é um parâmetro dificultador para que o termo seja operativo.

A partir desse preâmbulo conceitual, cabe discutir o papel que o terror enquanto noção operada pelos Estados do ocidente – com efeitos de poder sobre o oriente– vem constituindo nas ações estatais do mundo e na constituição dos imaginários coletivos. Wardlaw (1982) aponta que a singularidade das ações políticas de terror é seu efeito psicológico, que são “ansiedade extrema ou medo”. Veremos, entretanto, que a flexibilidade e uso oportunista do termo pelas estruturas de poder demonstram a força dos impactos tanto dos próprios atos terroristas quanto dos usos, discursos, imagens e visibilidades do que é legitimado pelos interesses dominantes ser chamado de terrorista.

A “guerra contra o terror” promoveu atrocidades que constituíram novos marcadores na política internacional, no sentido de ingerência, intervenções e mesmo concepções de guerra e de Estado. Sob o impacto do ataque às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001, o Congresso estadunidense aprovou, no mês seguinte ao atentado, por uma esmagadora maioria (98 votos a 1 no Senado, e 357 a 66 na Câmara dos Deputados), o U.S Patriot Act (Ato Patriótico Americano) que ampliou os poderes do FBI, da polícia federal norte-americana, a competência dos serviços de informação sobre a vigilância de pessoas e os poderes de outras agências de manutenção da ordem. A lei foi renovada pelo Congresso em 2006, autorizando que o governo estadunidense pudesse conduzir operações em sigilo, reprimir manifestações, colocar pessoas sob vigilância (mesmo sem qualquer prova que justifique a suspeita) ou recolher informações confidenciais sobre a vida privada de cidadãos norte-americanos e estrangeiros residentes com o objetivo de levar adiante uma investigação (PASTANA, 2011:93). Uma série de

arbitrariedades foram perpetradas pelo governo dos Estados Unidos, em âmbito internacional, em nome da Guerra ao Terror.

Como sugere Chomsky, a única conexão da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, com o terrorismo foi o espaço que o tema passou a ocupar e o aumento genérico do número de casos relatados ao redor do mundo. Assim, os EUA tomaram para si a afirmação de uma política de Estado pautada na localização do “eixo do mal” e os perpetradores do terror, sendo o país o responsável por garantir a segurança mundial e exportar dispositivos de defesa. O que ficou revelado, nesse processo, foi o papel que os EUA cumpriram em difundir o medo e o pânico social, promovendo, ele próprio, as cenas mais violentas do início do século. Cabe destacar que nenhuma das justificativas utilizadas pelos EUA para invadir o Iraque e o Afeganistão foram confirmadas, inclusive “o suposto vínculo de Saddam Hussein e Osama Bin Laden, na verdade seu inimigo figadal, baseava-se em provas sem credibilidade que já haviam sido descartadas por observadores competentes” (CHOMSKY, 2004:25).

Iraque e Afeganistão foram os alvos imediatos dos Estados Unidos pós-ataque de 11 de setembro, uma necessária demonstração dos Estados Unidos de que ainda detinham o controle de seu país e seguiram ocupando o lugar de potência mundial, com capacidade de tomar decisões com peso de veto no que tange à política internacional e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo. Uma teatralidade que custou milhares de vidas para que o inimigo fosse situado em um estatuto de perigo real, mas que a liderança do ocidente teria a capacidade de não permitir que o mundo recaísse em desamparo, pois neles consistia a salvação do pai protetor. Os efeitos nefastos não ficaram reduzidos ao extermínio das duas invasões, que se prolongaram por anos. Mas foram também eficazes em cristalizar o estereótipo árabe e islâmico à figura do inimigo terrorista. Atualmente, a islamofobia mata mais que o genocídio negro no mundo, para que tenhamos um parâmetro do ódio perpetuado.

A instalação da base de Guantánamo, em território cubano, para onde são enviadas pessoas acusadas de práticas de terrorismo nos dão pistas sobre a relação que iremos traçar aqui entre antiterrorismo e anticomunismo. Mas antes, cabe entender o funcionamento da prisão de Guantánamo, que demarca uma inflexão na medida em que seus prisioneiros possuem os direitos e a própria condição de humanidade suspensos, por constituírem um perigo para o mundo (CHOMSKY, 2008). Chomsky nos aponta que “um combatente inimigo pode ser qualquer um que os Estados Unidos resolvam atacar, sem provas convincentes, conforme admite Washington” (CHOMSKY, 2004:33). Desse modo, o que se vislumbra é que na base de Guantánamo os presos não são considerados réus de um processo criminal e sequer

considerados prisioneiros de guerra, o que lhes garantiria os direitos previstos na Convenção de Genebra.

Para respaldar esse formato de encarceramento, os EUA criaram uma nova categoria jurídica, “inimigos combatentes ilegais”, que parte da “Doutrina Bush” – é autorizado que uma pessoa seja presa sem a necessidade de *habeas corpus*, podendo ser legalmente sujeitos à tortura. Essa relação confirma, em certo grau, que Guantánamo representa a institucionalização do Estado de exceção, na medida em que a sujeição dos prisioneiros a uma detenção indeterminada, transpondo garantias ratificadas junto à ONU, tratados e convenções internacionais, demonstra a extrapolação das prerrogativas do poder soberano (AGAMBEN, 2004)<sup>86</sup>.

Da intersecção do poder com o território, todo um povo foi localizado e classificado como “eixo do mal” e ao redor do mundo foi constituída a imagem estigmatizada dos “portadores da ameaça” impulsionada pela narrativa estadunidense. Os dispositivos legais e políticos mobilizados em torno do perigo terrorista tiveram direcionamentos para a política interna e externa dos países. Aos poucos, a orientação passou a ser critério para negociações internacionais, conforme o poder de barganha dos Estados Unidos determinava.

Dois eixos de desdobramentos foram importantes nessa dinâmica: a) dimensão externa: o inimigo-terrorista de países do “eixo do mal” foi determinante para os problemas de imigração e circulação de pessoas ao redor do mundo; configurações de relações diplomáticas e os sentidos e deslocamentos das fronteiras: a xenofobia; o racismo; a demarcação de toda uma região do mundo como “território hostil”; e b) dimensão interna: o inimigo-criminoso doméstico, pobre racializado que reside em territórios periféricos; movimentos sociais e organizações políticas que lutam por direitos fundamentais, como acesso à moradia; protestos de rua.

A crise migratória, o fortalecimento de grupos fundamentalistas islâmicos e as crises econômicas globais foram amalgamados ao debate de uma mesma origem da política do medo e guerra ao terror. As crises sociais foram controversamente respondidas a partir de discursos bélicos ao redor do mundo (o mesmo ocorreu, por exemplo, no enfrentamento à crise sanitária da pandemia do coronavírus, a partir de 2020) e funcionaram como fomento à discussão quanto à criação de leis que tipifiquem o terrorismo. O debate não era inédito e já estava posto como

---

<sup>86</sup> Outro exemplo importante – e atroz – desse formato, utilizado como símbolo de intimidação global pelos Estados Unidos, foi a prisão de Abu Ghraib. Edificada no Iraque, foi a experiência de um campo de concentração de encarcerados frequentemente torturados.



pressão aos Estados do Ocidente desde que a doutrina Bush definiu diretrizes da “guerra ao terror”.

Em Paris, por exemplo, os atentados de 13 de novembro, que vitimou mais de uma centena de pessoas, e o ataque ao jornal *Charlie Hebdo* no início desse mesmo ano, por exemplo, foram imediatamente colocados na conta dos grupos migrantes, “coincidindo” com o ano que marca o início de crise migratória mundial. A França, que já enfrentava seus efeitos, aprovou a Lei Antiterrorismo, efeito jurídico da pressão dos Estados Unidos e Israel. Organizações políticas, movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos humanos resistiram à legislação na França (CHARLEAUX, 2016).

O fundamento bélico dos Estados em sua organização interna funciona como atualização de sua garantia de existência, na medida em que recria antagonismos e sentidos de alteridade baseados no outro como potencial invasor. O inimigo passa a ser potencialmente qualquer um e, nesse sentido, é aproximado de tal forma que cria temores de identificação: o inimigo pode ser qualquer um, inclusive você mesmo. Com efeito, relações de consentimento são realinhadas não mais pelo consentimento em troca de proteção, mas porque o impulso à proteção do Estado perpassa uma autoconservação que também diz respeito a não estar passível de suspeita do Estado. Trata-se de um modelo de Estado em que todos estão sob suspeita, ainda que com abismais discrepâncias referentes à posição étnica, racial e de classe.

As alterações nas políticas de controle do Estado, como vimos, demarcam também uma mudança de paradigma. É preciso alimentar o perigo junto à capacidade estatal de apresentar uma solução, ou uma demonstração da capacidade de estar sob controle. Para tanto, a ação óbvia é localizar e condenar o inimigo – mesmo que seja uma criação. Segundo Chamayou, é constatável a proeminência do paradigma do antiterrorismo sobre o da contrainsurgência: “enquanto a contrainsurgência é essencialmente político-militar, o antiterrorismo é fundamentalmente policial-securitário” (CHAMAYOU, 2015:81).

A diferença consiste no modo de conceber o inimigo:

Se o primeiro paradigma considera os insurgentes como os ‘representantes de reivindicações mais profundas no seio de uma sociedade’, e que, para combatê-lo de forma eficaz é preciso empenhar-se em entender sua razão de ser, o segundo, etiquetando-os como ‘terroristas’, concebe-os antes de tudo como ‘indivíduos aberrantes’, personalidades perigosas, se não como simplesmente loucos, ou pura encarnação do mal (CHAMAYOU, 2015: 81).

O objetivo nessa construção é o de neutralização do inimigo. Chamayou observa que “enquanto a estratégia de contrainsurgência implica, além da força bruta, compromisso, ação diplomática, pressões e acordos coercitivos, o antiterrorismo exclui todo tratamento político do

conflito” (CHAMAYOU, 2015:81). Não fica evidente, em princípio, se o alvo das ações de controle do Estado sofre modificações significativas. Na prática, contudo, o que se revela é que a figura do “terrorista” é produto da estratégia repressora e de criminalização das organizações políticas, movimentos sociais, protestos de rua e camadas populares em luta pelo direito à moradia, por exemplo. Tornou-se, então, um instrumento eficiente de voltar a criminalizar ideologias anticapitalistas ou de oposição ao governo vigente.

A lei antiterrorismo ilustra, de modo concreto, os dispositivos estatais de controle que passam por suspensão arbitrária de direitos. O terrorismo, o medo e a política formam, segundo Castells (2018):

(...) o frontispício da vida cotidiana, em que os cidadãos aceitam que os vigiem e os controlem eletronicamente, os revistem em suas viagens, que os detenham preventivamente, que militarizem o espaço público. Porque essas precauções são sempre em relação “aos outros”, àqueles cuja etnia ou religião os torna suspeitos de ser suspeitos (CASTELLS, 2018:29).

Ao partirmos da dinâmica de delegar ao “outro” o lugar da suspeita, nos voluntariamos à vigilância condenatória do próprio autoritarismo de Estado. O controle assume a aparência de ser sobre o “outro”, ainda que tantas das limitações atinjam, controlem e coíbam também aqueles que se veem como objeto da segurança e não do medo. Contudo, a realidade experimentada como um cotidiano de violência rotinizada com estética de “caos” é associada ao “descaso”, “ausência de controle” e “desordem”. A reparação, por lógica, requer ordem, ostensividade e controle social. Isso se reflete na forma do Estado contemporâneo, caracterizado pelo repertório de ações voltadas à contenção de setores populares. Sujeitos localizados em “zonas hostis” da cidade, atravessados por marcadores sociais estigmatizantes (raça, classe, etnia, gênero) que os situam como “inimigos” a serem combatidos.

No caso brasileiro, a perseguição ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) por leis de organização criminosa e antiterrorismo é expressão trágica disso. Medidas jurídicas foram encabeçadas pelos governos, a partir de 2013: projeto de lei municipal do Rio de Janeiro (nº 2405/2013) e a lei municipal de São Paulo (Lei nº 15.556/2014) relativas à proibição do uso de máscaras nas manifestações e, em sequência, a Lei Antiterrorismo (PLC 101/2015). Esta última, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff (PT). O contexto em que essa discussão assume urgência é fundamental para a compreensão de seu objetivo.

Diversos projetos de lei que buscavam a tipificação do crime de terrorismo foram elaborados no Brasil, na medida em que foram estabelecidos como parâmetros em convenções

e tratados internacionais, desde 2002<sup>87</sup>. Mas, até a efervescência política das manifestações de Junho de 2013 em diversas cidades do país, nenhum deles havia avançado significativamente rumo à efetiva aprovação. Mais uma vez, o Rio de Janeiro foi laboratório da experiência de criminalização dos movimentos e apresentou um projeto de lei ainda no calor do momento de 2013.

Além disso, é importante destacar que o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), força de operações especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), investiu no treinamento e capacitação de seus agentes<sup>88</sup> voltados à contenção do terrorismo, em vista da aproximação dos megaeventos (Copa do Mundo FIFA, de 2014, e Jogos Olímpicos, 2016) a serem sediados na cidade carioca. Já em 2010, foi iniciado um programa que se dedicou a estudar grupos terroristas e aprimorar o condicionamento físico dos agentes policiais do Rio<sup>89</sup>. O curso foi organizado de modo a realizar treinamento local e intercâmbio dos policiais com Israel, para treinamento em técnicas contra o terrorismo – oficiais foram ao país e seus agentes vieram. O governo brasileiro, à época, divulgou em seu site oficial a convocatória desses intercâmbios<sup>90</sup>.

A emergência da lei em contexto de manifestações populares não é ocasional. A apresentação do projeto de lei causou controvérsia e contestação, mas a expectativa de sua aprovação se intensificou especialmente após o acidente em uma manifestação, no centro do Rio de Janeiro, em que o cinegrafista Santiago Andrade veio a falecer após ser atingido por um rojão. Dois jovens manifestantes foram acusados de terem dado causa à tragédia. O caso foi visto como oportunidade política de gerar comoção e apresentar a necessidade da legislação, sugerindo perda de controle e feições de caos. O oportunismo é evidenciado pela numerosa

---

<sup>87</sup> Conforme justificativa apresentada, no caso brasileiro, a criação da lei está vinculada à Convenção Interamericana contra o Terrorismo (CICTE) de 2002, que em seu artigo 4º, estabelece que os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) devem estabelecer parâmetros legais para combater o terrorismo.

<sup>88</sup> O que integrou o programa de treinamento referente à parte da 18ª edição do COEsp (Curso de Operações Especiais) do BOPE.

<sup>89</sup> Apesar das dificuldades de informações assertivas e detalhadas sobre a temática, essas são de acesso público. Disponíveis em:  
<<http://odia.ig.com.br/portal/rio/terrorismo-deixa-o-bope-em-alerta-1.261085>>  
<<http://odia.ig.com.br/portal/rio/curso-do-bope-fica-ainda-mais-duro-para-combater-terrorismo-1.227282>>  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalh%C3%A3o\\_de\\_Oper%C3%A7%C3%B5es\\_Policiais\\_Especiais\\_\(PMERJ\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalh%C3%A3o_de_Oper%C3%A7%C3%B5es_Policiais_Especiais_(PMERJ))> Acessos em: 30 de nov. de 2019.

<sup>90</sup> Disponível em:  
<<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2011/03/policiais-brasileiros-podem-se-candidatar-a-curso-em-israel>> Acesso em: 30 de nov. de 2019.

quantidade de projetos legislativos produzidos neste momento<sup>91</sup> que não se reduzem à temática direta de terrorismo, mas que tratam de dispositivos para conter e reprimir as mobilizações no país por meio de sua criminalização e impunidade policial por abusos.

Dentre as novas criminalizações previstas por projetos de lei no mesmo período, constam: crime de vandalismo, a infração do anonimato e uso de máscaras em manifestações, aumento de pena para condutas já previstas como crimes a partir das condenações já realizadas nas manifestações contrárias aos grandes eventos, que é o caso do crime de dano. O controle opera como argumento inafiançável na justificativa dessas leis dirigidas à contenção de atividades de militância que, segundo apresentam, seus atores não deveriam ser considerados legítimos nas disputas democráticas. Os alvos da legislação, nesse contexto, foram atores de movimentos sociais, organizações políticas e ativistas independentes ou anarquistas autonomistas – todos tradicionalmente associados ao espectro político de esquerda.

Cabe destacar a controvérsia assumida pelo discurso antiterrorista que foi frequentemente mobilizado pela extrema direita em sua ascensão contra a esquerda. A própria ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) foi, junto a muitos petistas, apresentada como terrorista por seu histórico de militância em oposição ao regime militar instaurado a partir do golpe de 1964. Em 2016, a Câmara dos Deputados analisou a proposta do então deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) que criminaliza a apologia ao comunismo. A medida, prevista no Projeto de Lei 5.358/16, altera a Lei Antirracismo (7.716/89)<sup>92</sup> para incluir entre os crimes ali previstos o de “fomento ao embate de classes sociais”. A pena prevista é reclusão de um a três anos e multa. Também é abarcado em seu texto que quem fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos ou propaganda que utilizem a foice e o martelo ou quaisquer outros meios de divulgação favorável ao comunismo poderá ser punido com reclusão de dois a cinco anos e multa, pena atualmente aplicada para a apologia ao nazismo.

A proposição também argumenta a associação entre o comunismo e o terrorismo e altera a Lei Antiterrorismo (13.260/2016)<sup>93</sup> para incluir o “fomento ao embate de classes sociais” como ato terrorista cometido com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

---

<sup>91</sup> A ONG Artigo 19 (2014) publicou um levantamento que aponta que 21 projetos de lei sobre protestos foram criados entre 2011 e 2013 (p. 36). Disponível em: <[http://protestos.artigo19.org/Protestos\\_no\\_Brasil\\_2013.pdf](http://protestos.artigo19.org/Protestos_no_Brasil_2013.pdf)> Acesso em: 30 de nov. de 2019.

<sup>92</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-norma-pl.html>

<sup>93</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13260-16-marco-2016-782561-publicacaooriginal-149752-pl.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

Segundo Eduardo Bolsonaro, os regimes comunistas estão associados a extermínios e censura à imprensa, opiniões e a religiões e “Mesmo assim, agremiações de diversas matizes defendem esse nefasto regime, mascarando as reais faces do terror em ideais de igualdade entre as classes sociais”, afirma o parlamentar<sup>94</sup>. Conforme texto da própria página da Câmara dos Deputados:

Para ele, o que ocorre, nesses casos, é o fomento de formas veladas da luta entre grupos distintos que se materializam em textos jornalísticos, falsas expressões culturais, doutrinação escolar e atuações político-partidárias. “Em nome desses ‘ideais’, os adeptos dessa ideologia estão dispostos a tudo e já perpetraram toda a sorte de barbáries contra agentes do Estado que objetivaram neutralizar sua ‘causa’”, diz ainda Bolsonaro.<sup>95</sup>

Em 2020, o parlamentar volta a realizar a proposta de maneira ainda mais extrema, com o contexto favorável de seu pai na Presidência. O texto amplia a já existente condenação do nazismo, a do comunismo, vedando, com prazo de um ano para retirada de “qualquer referência a pessoas, organizações, eventos ou datas que simbolizem o comunismo ou o nazismo nos nomes das ruas, rodovias, praças, pontes, edifícios ou instalações de espaços públicos”, segundo o texto do Projeto de Lei<sup>96</sup>. Também consta pena de nove a quinze anos para quem

Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem as bandeiras, símbolos, imagens ou outros atributos nos quais seja reproduzida a combinação de foice e martelo, foice, martelo e estrela pentagonal, a cruz suástica ou gamada, arado (vanga), martelo e estrela pentagonal para fins de divulgação do nazismo ou do comunismo. (NR) (PL nº 4.425/2020).

O parlamentar registra ainda que a pena é aumentada de um terço quando a propaganda for feita em escolas, universidades, local de trabalho ou por meio de rádio ou televisão. O texto também prevê a incumbência de escolas, universidades e institutos de ensino de revisarem materiais didáticos e terem o dever de ensinar o papel genocida do comunismo (e do nazismo) na história. Entre os países registrados nos atos de terror, constam Cuba e Venezuela, os líderes genocidas mais recentes: Fidel Castro, Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

A criminalização do comunismo enquanto ideologia terrorista e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, como grupo terrorista – assim identificado oficialmente por Jair Bolsonaro na condição de presidente – foi reivindicação frequente entre os apoiadores da

<sup>94</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/519165-projeto-criminaliza-apologia-ao-comunismo/>

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/519165-projeto-criminaliza-apologia-ao-comunismo/>

<sup>96</sup> O texto completo do projeto de lei está disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2020/09/PL-4425-2020.pdf>

família Bolsonaro. O discurso ganhou proeminência e significativa adesão ao longo dos anos de governo do então presidente, sendo notável na repercussão das redes sociais e face às manifestações públicas de saudosismo da ditadura militar.

A partir da descrição desse panorama e da importância do discurso antiterrorista propulsado pelas políticas dos Estados Unidos e Israel com a Guerra ao Terror nas dinâmicas geopolíticas foi possível identificar sua instrumentalização em âmbito nacional. Essa relação fortalece as lógicas de construção do inimigo e cria relações de dependência entre as estruturas políticas e o paradigma bélico. Não apenas o conceito de Estado é inscrito em contínuo estado de Guerra, na iminência do ataque de um inimigo não identificado *a priori*, o que significa que não possuem marcas corporais – estigmas – de sua ameaça, como também o espírito vigilante e de combate é transformado em marcador dos vínculos sociais regidos pelo medo.

O caráter sustentador dessa relação modifica o próprio lugar político do Estado. Conforme escreve Hobbes, recordado por Chamayou: “todo homem é impelido pela natureza, na medida em que isso lhe é possível, a proteger na Guerra a autoridade pela qual é protegido em tempos de paz”. Aqui, a relação de proteção é invertida: enquanto na paz, o soberano me protege, na guerra, eu protejo o soberano (CHAMAYOU, 2015:196).

Nesse sentido, não estamos mais tratando de mera obediência em troca de proteção e nem de consentimento legitimador como preocupação central das ações do Estado. Cada cidadão é transformado em parte atuante dessa segurança e do trabalho de conservação do Estado que está ameaçado de desmantelamento – a tensão apresentada está diretamente implicada na possibilidade de autopreservação. Essa chave paradigmática é central para compreendermos as atualizações que o medo pode promover na relação da sociedade com o Estado, mesmo na circunstância em que o “social” possui seu sentido apagado em privilégio da figura do indivíduo. O indivíduo, por sua vez, passa a se espelhar na ideologia estatal bélica, por meio da identificação e reconhecimento.

## 4 IMAGINÁRIO COLETIVO E DESLOCAMENTO DOS AFETOS

### 4.1 Imaginário do medo e dispositivos de justificação e legitimidade

Seguindo o propósito de sedimentar as dimensões da política do medo (espacialidade/temporalidade, política-institucional e social-cultural-subjetiva) no contexto do Rio, sempre em diálogo com o restante do país, esta seção tem como propósito apresentar os dispositivos que se destacam no processo de deslocamento e imbricação dos eixos político-institucionais e espaciais para o subjetivo-cognitivo. Uma vez mais, destacar as permanências se faz imprescindível para a compreensão das mudanças recentes.

Nas reflexões do primeiro tópico deste capítulo, pode ser que o leitor comece a acreditar que dado o desmantelamento do social (BROWN, 2021) e considerações que se voltam aos desejos e interpelações psíquico-políticas dos indivíduos conduzem a um trabalho com tendências de abordagem “interior” ou “existencial”, atrelados a questões individuais. É precisamente isso que se veste de fenômenos com aparência individual – os afetos, como o medo, a angústia, o ressentimento, e até mesmo doenças como a depressão e o suicídio – que eu gostaria de reivindicar como matéria de um estudo que é de caráter eminentemente sociológico.

Os fenômenos de expressão afetivo-psíquicas precisam ser compreendidos não apenas como decorrentes de contingências individuais, mas especialmente como respostas às questões que determinado contexto social-cultural-histórico impõe. É do que trata o recurso teórico apresentado por Kathya Araújo, por exemplo, ao argumentar que as maneiras com que certos elementos constituídos atuam como fundamentos das expectativas futuras funcionam como âncoras para as existências sociais. Com isso, ela quer dizer que as “ancoragens-existenciais” não são exclusivas e nem principalmente produtos subjetivos de uma individualidade. São, na verdade, produtos sócio-históricos, de uso coletivo, “socialmente operantes e individualmente ativos” (ARAÚJO, 2018).

Mas quais são os mecanismos e dispositivos de ancoragem da proeminência de determinadas formas que se impõe política e subjetivamente em determinado território e contexto histórico? Quais são os fundamentos que tornam o medo estruturante dos nossos laços sociais? Proponho pensar tudo isso a partir da cidade do Rio de Janeiro.

#### 4.1.1. Em nome da ordem: ética autoritária e medo do caos

A ordem é a costura de sentidos do imaginário político nas sociedades contemporâneas. Aclamada de modo genérico por vertentes políticas inclusive antagônicas, mas que disputam instituições estatais, ela é expressão do medo de toda indeterminação. Com o paradigma de civilização, a ética da autoridade é ancorada no binômio ordem-caos.

A noção de autoridade, segundo Araújo,

(...) ha sido lastrada por una disputa valórica y política respecto de su rol en la sociedad, oscilando entre ser considerada como garante positiva del orden o como mera careta de la dominación. Demasiado preciada como para ser siquiera puesta bajo interrogación, demasiado amenazante como para dejar sus pilares en pie. (ARAÚJO, 2016:13).

A garantia de ordem funciona como substrato fundamental para muitas camadas de sustentação social, perpassando ora a legitimidade do poder e seu uso de violência, ora funcionando como justificativa para seus excessos ou compondo os desejos individuais e coletivos – camadas que tendem a ser sobrepostas. A ordem não é colocada em questão, não é matéria de dúvidas. Ao contrário, todos os aparatos que lhe servem, ou seja, elementos sociais e políticos que devem garantir a ordem são passíveis de questionamento e alteração, na busca por resultados melhores, sempre relativos à capacidade de evitar o caos.

Sendo a ordem um parâmetro de estabilidade social, política e psíquica tão imprescindível, o risco de seu antagonico é ameaçador. O medo da desordem, portanto, é a necessária ambivalência do desejo pela ordem. E qual o sentido atribuído a ambos? Quais imagens estão associadas às noções de ordem e caos? A ordem, no Brasil, esteve historicamente muito associada à capacidade estatal de mantê-la, tornando-se medida de eficácia da autoridade. “Ordem e progresso” se inscrevem na bandeira do Brasil como lema positivista que caracteriza nossa independência e com intenção de constituir nossa identidade nacional. A lógica, nesse momento, era orientada pelo estabelecimento de um Estado forte, capaz de proteger as próprias fronteiras da nação e organizar o país internamente, à imagem das metrópoles. Nas palavras de Araújo, “El orden es una prueba de la eficacia y, por tanto, sostén primario y puro, en esta sociedad, de la autoridad.” (ARAÚJO, 2016: 197).

O medo, na história do Brasil, foi mobilizado a partir da violência da invasão colonial e da incorporação do modelo colonial escravista, além de ter sido proeminente no processo de formação do projeto de brasilidade. O medo do caos, sustentador do elogio à determinada forma



de ordem, foi sempre associado às forças populares e à possibilidade de insurreição. A historiadora Vera Malaguti Batista (2003) mostra como esse medo implicou em ações penais, utilizando a “desordem” como justificativa para o controle e criminalização de toda simbologia e prática que significasse pertença da população negra.

A ordem, portanto, é concentrada nas ações do Estado e seu aparato repressivo e, por outro lado, o caos é tudo que escapa ao monopólio desse controle sociopolítico. É nesse sentido que é constituída uma linha tênue entre o exercício do poder, da autoridade e suas consequências em termos de dominação. Essa proximidade entre os elementos fez com que os assuntos relativos à ordem e autoridade tenham sido tradicionalmente um tema polêmico e difícil, tendo em vista que foi também altamente carregado de valores morais e políticos.

O Rio de Janeiro é, por excelência, a cidade onde a diluição dessas fronteiras é patente e, em nome da ordem, a autoridade da excepcionalidade é regularmente adotada. Antes mesmo de ser aprovada a Intervenção Federal de 2018, o Rio de Janeiro experimentou seu prelúdio com a Operação Rio de Janeiro, vigente desde 28 de julho de 2017 a mando do Executivo, e a “Operação Medusa”, em 2018, na Zona Oeste da cidade, em Santa Cruz. As iniciativas, instituída como mais uma das frequentes e famigeradas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)<sup>97</sup>, já incluía relação integrada e ampla das Forças Armadas com as instituições policiais na segurança pública do estado. O emprego das Forças Armadas nas operações do Rio de Janeiro, aliás, já havia se tornado rotineira a esse ponto. Curiosamente, a Operação Rio teve data para acabar junto com a Intervenção Federal, dia 31 de dezembro de 2018.

O recém-assumido secretário de Segurança, Richard Nunes, discursou publicamente se referindo à operação Medusa como a mais exitosa até então. “Fizemos uma operação que caracteriza o seguinte: não importa se o crime organizado é armado pelas diversas facções criminosas que nós enfrentamos ou se é desarmada, que caracteriza corrupção. Nós vamos combater esse crime implacavelmente. O crime não compensa, e a sociedade do Rio vai cada vez mais se convencer disso. Tivemos diversas operações bem-sucedidas esta semana, e esta, sem sombra de dúvida, foi a mais exitosa”<sup>98</sup>, disse.

---

<sup>97</sup> As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) são um recurso constitucional que emprega as Forças Armadas na segurança pública em situações de “desordem pública”, o que quer dizer elevada violência criminal e crises fiscais crescentes nos estados brasileiros (FONSECA BARROS et al., 2019).

<sup>98</sup> Disponível em:

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-detem-quase-150-suspeitos-de-atuar-na-milicia-apreende-12-fuzis-em-santa-cruz-22567933.html>

O caso repercutiu exaltando os ânimos, dado que a operação ocorreu em uma festa pública, com show de pagode, venda de ingresso e divulgação nas rádios e nas redes sociais e localizada na rua mais movimentada da comunidade. Tudo dentro da normalidade em uma região carente de opções de lazer. Sob a justificativa de que se tratava de um evento de milicianos, a operação foi um verdadeiro espetáculo para o “medo branco”, com uma cena facilmente concatenada a imagens frequentemente repercutidas pela mídia de que o jovem, negro, pobre e periférico é a representação do perigo carioca, a própria encarnação do medo. Chama a atenção a frase “o crime não compensa” que, posteriormente, foi massivamente mobilizada em mensagens de grupos bolsonaristas de WhatsApp como discurso anticorrupção, defesas de pena de morte e especialmente para combater a vitória eleitoral do candidato Lula, em 2022. A operação referida como a “mais exitosa” prendeu 159 homens indistintamente e matou pelo menos três pessoas<sup>99</sup>.

Fotografia 8 – Ação repressora da Polícia Militar- RJ



Legenda: Registro divulgado pela própria polícia como mecanismo de satisfação e apoio da opinião pública no “combate ao crime”.

Fonte: Divulgação policial, autoria anônima, 2018<sup>100</sup>.

A operação foi elogiada também pelo então presidente da República Michel Temer que, dois dias depois da ação, disse: “Essa parceria está dando certo aqui. Esses últimos atos do

<sup>99</sup> Dados divulgados na matéria do site Jornalistas Livres. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/nao-foi-operacao-medusa-foi-operacao-medonha/>

<sup>100</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/nao-foi-operacao-medusa-foi-operacao-medonha/>

fenômeno interventivo, na semana passada, foram preciosos para o Rio de Janeiro, mas também para o país, porque dão o exemplo”<sup>101</sup>. Em entrevista concedida aos Jornalistas Livres, a mãe de uma das vítimas de prisão da ação policial, indaga: “Que milícia é essa que tem gari, servente, chaveiro, ladrilheiro, artista de circo, estudante, metalúrgico, siderúrgico, técnico em radiologia, garçom?”, fazendo referência às ocupações de alguns dos que foram presos. Ainda assim, a operação no Rio de Janeiro seguiu sendo laboratório de uma ação “exemplar” a ser reproduzida no resto do país.

As favelas e periferias, dentro da organização de paradigma belicista das cidades, são a localização da anomia, do caos total. É onde vigora o Estado de Natureza hobbesiano nas narrativas massivamente difundidas e nas imagens associadas aos pobres e negros que, conforme argumenta Graham, são a representação do “outro selvagem e urbano”. Segundo o autor, na lógica conservadora, a face urbana do estado de natureza hobbesiana significa “uma anarquia urbana controlada totalmente à margem da lei por implacáveis gangues de rua e que necessita, em resposta, de uma penologia autoritária e de militarização” (GRAHAM, 2017: 216).

Cabe ressaltar que o lugar que concentrou maior número de GLOs (operações de Garantia da Lei e da Ordem) no país, entre 2010 e 2018, foi o Rio de Janeiro. De 44 GLOs realizadas no país, 17 foram no Rio. A GLO é um dispositivo constitucional para casos de “esgotamento” da segurança local e “graves situações de perturbação da ordem”<sup>102</sup>. As Forças Armadas, nesse tipo de operação, passam a ter poder de polícia temporariamente. Elas funcionaram como ações dirigidas às favelas e periferias, sempre concentradas em locais à margem do Estado.

Conforme anteriormente antecipado, o recurso à militarização das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro são a instrumentalização do medo do caos e de subsídios aos discursos que designam o Rio como uma cidade ingovernável. A ostensividade militar utilizada com tamanha regularidade e com gastos trilionários ao longo desses oito anos referidos eram evidência cabal de que o problema da violência urbana não poderia ser solucionado por esse tipo de estratégia. Ainda assim, foi decretada a intervenção federal, com um interventor militar, passando mais uma vez a gestão do problema para as mãos da ineficaz política de combate às comunidades marginalizadas e de trabalhadores pobres.

---

<sup>101</sup> Discurso parcialmente reproduzido na matéria de jornal: <https://jornalistaslivres.org/nao-foi-operacao-medusa-foi-operacao-medonha/>

<sup>102</sup> Fonte: <https://www.poder360.com.br/brasil/rio-de-janeiro-e-estado-com-mais-glos-na-decada/>

E ainda que os militares estejam subordinados ao poder civil, o exército conserva uma função decisiva para a manutenção da ordem pública. Os contornos das atribuições, contudo, vêm transbordando e confundindo papéis, na medida em que os militares têm representatividade crescente no Estado. Essa é uma questão primordial para a compreensão da política brasileira e dos processos de fluxo contínuo na constituição de desejos autoritários. Nesses termos, Araújo, ao tratar do modelo de autoridade de Diego Portales, tomado como liderança histórica fundacional do autoritarismo Chileno, no século XIX, ressalta a importância que a presença militar possui para a compreensão da autoridade:

Aunque en apariencia pareciera tratarse de un elemento menos importante, no lo es: el ideal-tipo portaliano otorga al ejército y a las fuerzas armadas una función dirimente en el tutelaje del orden político (Garretón 1983, Moulian 1994, Portales 2000, Rouquié 2011). A diferencia de un modelo como el discutido para países centrales en que la violencia y los medios del poder son concebidos como el último recurso, la dimensión reprimida o el fundamento escondido (Derrida 1997), en el caso que analizamos dichos dispositivos son colocados como garantes potenciales pero explícitos de su función. Pocos elementos expresan, tal vez, con mayor fuerza el temor subterráneo que recorre al Jefe y el lugar en el cual se coloca al Jefe en este ideal-tipo. El recurso a la violencia no es un factor último, sino un requisito permanente. (ARAÚJO, 2016:42).

O Exército brasileiro é a instituição mais confiável para o povo brasileiro<sup>103</sup>, mesmo com a queda de credibilidade ao longo dos anos do governo Bolsonaro (2019 a 2022)<sup>104</sup>. Betim (2018) observa o aumento da iniciativa de militares que buscam voz no poder político. As redes sociais, argumenta ele, têm sido instrumentalizadas para a comunicação não mediada com a população, mesmo de militares na ativa. Betim ressalta dois tuítes do general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, na véspera do julgamento do *habeas corpus* do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O general, que possuía, naquele momento, 130 mil seguidores no Twitter com uma conta bastante ativa, questionou, em um primeiro tuíte: “Nessa situação que vive o Brasil, resta

<sup>103</sup> Diversas pesquisas manifestam essa relação de credibilidade, dentre as quais destaco as da FGV, em 2014, em comparação com a de 2019, realizada pelo Datafolha. Disponíveis em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/15/e4dfasfas453434vfa423vavsvfd429b35922gci.pdf> e [https://www.eb.mil.br/o-exercito?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=6326740&\\_101\\_type=content&\\_101\\_urlTitle=pesquisa-aponta-as-forcas-armadas-no-todo-do-nivel-de-confianca-no-pais&inheritRedirect=true](https://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=6326740&_101_type=content&_101_urlTitle=pesquisa-aponta-as-forcas-armadas-no-todo-do-nivel-de-confianca-no-pais&inheritRedirect=true).

<sup>104</sup> Pesquisa disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/desconfianca-nas-forcas-armadas-sobe-oito-pontos-em-quatro-anos-e-partidos-diminuem-rejeicao.ghtml>

perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?” Em seguida, afirma que o Exército brasileiro “compartilha o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. A mensagem, compartilhada e curtida por milhares de pessoas, inclusive outros militares, é escandalosa na medida em que indica um poder ameaçador dos militares sobre o regime político democrático e, logo, civil.

Conforme destacado por Betim (2018), houve reações em cadeia de outros militares de alta patente, como a do general Freitas: “Mais uma vez o Comandante do Exército expressa as preocupações e anseios dos cidadãos brasileiros que vestem fardas. Estamos juntos, Comandante @Gen\_VillasBoas!”, escreveu em seu Twitter, com cerca de 5.000 seguidores. Já o general Pinto Sampaio, com o mesmo número de seguidores, disse: “Como disse o consagrado historiador Gustavo Barroso: 'Todos nós passamos. O Brasil fica. Todos nós desaparecemos. O Brasil fica. O Brasil é eterno. E o Exército deve ser o guardião vigilante da eternidade do Brasil'. \*Sempre prontos Cmt!!\*”. Por sua vez, o general Miotto respondeu a Villas Bôas: “Estamos juntos meu COMANDANTE!!! na mesma trincheira firmes e fortes!!!! Brasil acima de tudo !!! Aço !!!” (BETIM, 2018<sup>105</sup>).

A presença de militares no governo Bolsonaro foi a maior de toda a história do Brasil. Nem mesmo na ditadura civil-militar foi tão expressiva a disputa institucional e de espaços de formação da opinião pública. Importante ressaltar que, se por um lado, a credibilidade do exército tornou-se menos consensual ao longo do governo Bolsonaro, por outro, essas figuras tornaram-se verdadeiros influenciadores políticos de parte significativa dos cidadãos usuários das redes sociais. O comandante Villas Bôas, por exemplo, em janeiro de 2023, possui mais de 1,2 milhão de seguidores. Em dezembro de 2022, tornou-se colunista da *Revista Oeste*. Após os ataques e destruição de bolsonaristas à Praça dos Três Poderes, entretanto, o comandante não teve mais publicações em sua conta. O general Freitas, por sua vez, passou de 5 mil seguidores para quase 180 mil – número de seguidores semelhante ao do General Miotto, que chegou a 179 mil.

---

<sup>105</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550\\_276313.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html)

Figura 5 – Página pessoal do General Villas Boas, no Twitter.



Legenda: Print das chamadas de notícia para o site da Revista Oeste publicadas pelo General Villas Boas.  
Fonte: A autora, 2022.

Naquele momento, em 2018, o general Hamilton Mourão ainda não estava cotado para vice-presidente da República, cargo que exerceu no governo Bolsonaro. Ele já era conhecido por suas declarações pró-intervenção militar. Em entrevista ao *El País*, ele diz que “A bola da vez está com o Judiciário, que tem que assumir a sua responsabilidade e tirar da vida pública aqueles que desviaram recursos. [...]”. E se o Judiciário não corresponder a essas expectativas? “A partir do momento que o Judiciário não exerce seu poder, ele deixa de agir em nome da ordem e da lei. Nós vamos caminhar para o caos. E só tem uma instituição capaz de impedir o caos, que são as Forças Armadas”, argumenta (BETIM, 2018). Em muitas ocasiões Mourão defendeu a intervenção militar, uma luta patriótica contra a esquerda e elogiou o golpe de 1964. Esse tipo de manifestação pública não mudou enquanto vice-presidente e tornaram-se declarações oficiais. Cabe lembrar que ele se aposentou em cerimônia de gala, na qual prestou homenagem ao coronel Brilhante Ustra (1932-2015), reconhecido como torturador pela Justiça

Brasileira (BETIM, 2018). Mourão possui mais de 2,7 milhões de seguidores em sua conta pessoal da rede Twitter<sup>106</sup>.

São muitos os exemplos que poderiam ser dados e trajetórias que ilustram a presença e centralidade dos militares na política. Contudo, para os fins desta seção, é suficiente a pincelada realizada em alguns casos para refletir o fenômeno. A força dos canais de comunicação desses militares, nos holofotes da política, é um bom termômetro da influência que exercem e das considerações que passaram a ampliar seu eco durante os anos de governo Bolsonaro. O crescimento impressionante do número de seguidores sugere essa adesão e apoio, mas também certa normalização de discursos que antes tinham algum pudor para adentrar a cena pública. Esses que eram solitários e insignificantes em termos de opinião dentro das instituições e opinião pública, agora multiplicam-se e conseguem dialogar com a angústia sentida por muitos brasileiros. Oferecem ordem e nomeiam a situação atual como caos, que vive agora seu retorno, nos parâmetros que apresentam.

*La entronización del orden como valor político supremo (Stuven 1997, 267, Pinto 2008, 3, PNUD 2004, 73). Que sea el orden el objetivo final resulta en que su consecución permite otorgar visos justificadores al ejercicio incluso autoritario (o sea excesivo, excepcional y hasta arbitrario) del poder. (ARAÚJO, 2016:38).*

A ordem demanda uma autoridade para que seja exercida. E, frequentemente, assume contornos autoritários mesmo em regime democrático. Os debates em torno da questão da autoridade são complexos e incontornáveis. É preciso, então, fazer coro com o que Kathya Araújo salienta, ao tratar da temática, que o problema da autoridade e as formas de seu enquadramento teórico não foram similares em todas as sociedades ou regiões. Contudo, a hegemonia dos modelos teóricos do Norte global terminou por obscurecer essas particularidades.

Araújo propõe uma ideia de autoridade que não pode ser compactada e homogênea por todas as camadas da sociedade e relações que a compõem. A autora demonstra, por meio de seu trabalho empírico, que a autoridade sofre alterações permeadas pelos âmbitos sociais (a família e o trabalho), assim como segundo a posição social ou condição social (pode variar segundo setor econômico ou o sexo ao qual pertence, por exemplo). “A autoridade, como realidade social e histórica, pode ter, dentro de uma sociedade e ao mesmo tempo, diferentes forças e formas

---

<sup>106</sup> Dado atualizado em janeiro de 2023. Conta do general disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao>

dependendo dos diferentes domínios ou atores sociais”. O que quer dizer que não haja formas predominantes de organização em relação a ela (ARAÚJO, 2016: 81).

A tese que Araújo defende neste marco é que o debate europeu e norte-americano oferece uma explicação da noção de autoridade na qual se atribui uma função decisiva e hegemônica à legitimidade e, portanto, se concentra na questão da obediência consentida, dando o tom harmonioso que o projeto político moderno assentado na democracia exige. Um autor tão central quanto Max Weber (1964), não coincidentemente, tem por característica teórica a busca por responder à questão sobre as formas de mando e obediência, distinguindo, ao mesmo tempo que articulando, poder e autoridade, segundo afirma a autora. E a distinção que faz é tão somente por reconhecer a diferença entre formas de poder puramente impositivas e formas de exercício de poder aceitas por quem obedece (ARAÚJO, 2016:181).

Isso toca em questão central, tradicionalmente trabalhada pela teoria social: a da legitimidade. Para a autora, o maior problema dessas teorias é o efeito de dissolução das fronteiras entre autoridade e dominação: “la autoridad se convierte en una mera máscara de la dominación, una manera por la cual gracias a la disimulación ideológica (Marx-Engels, 2005) o a la ignorancia del habitus (Bourdieu 1980) se obtiene el consentimiento de los dominados” (ARAÚJO, 2016:185). Nesse sentido, o conceito de autoridade se apaga e restam apenas as formas de dominação e processos por meio dos quais a servidão voluntária é perpetuada.

A noção de legitimidade está alicerçada na lógica do consentimento. Há um papel voluntário da obediência em troca da proteção do Estado. Contudo, nos países latino-americanos a lógica da busca pelo Estado por persuadir e ter o consentimento da sociedade parece distante da realidade. Araújo compreende, nesses termos, que a autoridade nesses países possui outros fundamentos estruturantes. Uma dinâmica culturalmente disseminada de que um modelo eficiente de autoridade é aquele que “faz obedecer”, ou seja, um mecanismo objetivo e pragmático de fazer com que a autoridade seja acatada. Desse modo, a “habilidade para mobilizar recursos para conseguir a obediência” é nuclear nesse modelo (ARAÚJO, 2016:197).

A forma pragmática de compreender o exercício de autoridade, para ser perpetrada em seu estatuto de eficiência, precisa continuamente demonstrar que segue apta. Para tanto, é necessária a persistência da ameaça e da violência que a destrona. Essa relação, por fim, está intrinsecamente conectada com a questão da ordem que, não à toa, na atualidade assume contornos de equivalência com a noção de governança. Ambas refletem o propósito último de que deem provas do poder e da habilidade de quem está em condição de mandar.

Nesse sentido, a noção de ordem está diretamente relacionada ao funcionamento eficaz da autoridade. O fundamento da autoridade, por sua vez, está muito menos ligado à legitimidade



assentada no consentimento dos governados – ou ao menos esse não é seu objetivo –, e está profundamente atrelada ao caráter ordinário do recurso à violência. A forma de se relacionar com a violência vincula-se ao medo: primeiro, o medo do próprio chefe de Estado, ou autoridade maior, da insurreição dos subordinados; o medo de que se não fosse pela ação contínua de violência dos agentes detentores da autoridade, a sociedade pereceria em caos absoluto; e, por fim, o medo que as autoridades inspiram naqueles que são sobredeterminados por meio da “sujeição criminal”.

Se a ordem antes estava facilmente associada ao Estado, hoje ela se pulveriza, em algum nível, a outras instâncias de autoridade à margem do Estado, ainda que não totalmente desvinculadas dele. É o caso do engodo criado pelas milícias no ato de sua criação. Elas próprias cometem os crimes de insegurança que fazem com que sejam necessárias para garantir a segurança. Assim, cada comerciante e morador deve corresponder com o pagamento da milícia, por medo – ainda que, muitas vezes, os tempos de controle da milícia sejam associados a períodos de maior “tranquilidade” nas localidades. Isso tem a ver com o alívio da angústia de não saber de onde vem a violência e saber que ela está concentrada na figura do paramilitar. Dar contorno ao medo é fundamental para que ele não penetre na totalidade da experiência de vida.

Essa relação à margem do Estado, é mantida no governo de Bolsonaro. É interessante notar como foi autorizada, ao longo de sua gestão, que, em nome da ordem, a desordem fosse necessária. A autoridade foi endossada, ao passo que exibiram agressões públicas sem precedentes. Bolsonaro ocupou a mais alta instância política do país, como presidente da República, e se apresentou como antipolítico. Ele e seus apoiadores conjugam uma retidão moral com uma conduta amoral. Reivindicam a “civildade” enquanto valor do “cidadão de bem” e praticam a “barbárie” de maneira quase celebradora. A elite do país manifesta um antielitismo populista. Esteve integrado ao sistema por toda a sua vida profissional, mas reivindicou o lugar de antissistema.

Como opera essa lógica que aparentemente conjuga elementos opostos? É possível falar de um autoritarismo que rompe com a ordem, mas em nome dela? Mais adiante buscarei refletir essas questões que dizem respeito aos deslocamentos dos afetos na constituição de imaginários coletivos autoritários. Para tanto, é necessário ir mais a fundo nos dispositivos do imaginário do medo que operam no bojo da disjunção entre ordem e caos e suas disputas de sentido.

#### 4.1.2. Em nome da moral: noção de civilidade, dogmática cristã e a “cidade ingovernável”

*“o medo dos bárbaros é o que ameaça converter-nos em bárbaros. [...] A história nos ensina: o remédio pode ser pior que a enfermidade”* (Todorov, 2010:15).

Entre mar e morros, a cidade do Rio de Janeiro é feita da intensa vida nas ruas, becos e vielas de onde se originam representações fundamentais da vida política e cultural do país. A dualidade presente na cidade do Rio de Janeiro, em que são inscritas as discrepâncias entre o “mundo do asfalto e das favelas” (CARVALHO, 1994), é a expressividade de uma sociedade heterogênea e fragmentada que parecia desintegrar os planos do projeto republicano de progresso e “civilidade”. Ao Estado correspondeu a incumbência de ser firme ao afirmar uma cultura de autoridade autoritária para que o caos não imperasse e fosse possível ordenar as duas espacialidades da cidade: o lado moderno, branco, limpo, iluminado, no qual o capitalismo poderia ser desenvolvido e o “outro” lado selvagem, negro, turbulento, sujo e escuro, onde era localizado o motivo do atraso ao progresso. De um lado, residências e, logo, edifícios. De outro, cortiços e, posteriormente, favelas.

O martinicano Césaire (2020), em *Discurso sobre o colonialismo*, estabelece uma relação fundamental entre colonização e civilização. “O grave é que ‘a Europa’ é moral e espiritualmente indefensável” (CÉSAIRE, 2020:10). Segundo ele, a mentira sustentadora da colonização é a justificativa do processo colonial – e toda a violência que envolve – a partir da noção de civilização. O autor explica que o cristianismo, por meio do “pedantismo cristão”, elaborou “equações desonestas” que funcionaram como respaldo para a colonização, as quais consistem em: “cristianismo=civilização; paganismo=selvageria, as quais só poderiam resultar nas abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas seriam os índios, amarelos e negros” (CESAIRE, 2020:11).

O paradigma de civilização instaura noções de moralidade em torno da violência, condutas sociais, noções de desenvolvimento e culturais. A conhecida disjunção civilização x barbárie, alicerçada nas correspondentes noções de ordem x caos, foram de tal maneira assimiladas cultural, subjetiva e cognitivamente que todo o espectro político dela se alimenta, a despeito de suas diferenças ideológicas. Conforme enunciado no capítulo 1, a violência e a moralidade em torno dela é evidência explícita desse referencial, na medida em que dirige a legitimidade e as respostas emocionais, como medo e comoção, sobre sua prática – se está vinculada ao monopólio estatal ou se é difusa. As nossas reações morais, portanto, são

tacitamente reguladas por certos enquadramentos interpretativos socialmente construídos. Assim, podemos afirmar que as experiências de vida a partir da assimilação de valores coletivos constroem nossas respostas emocionais (BUTLER, 2014; ASAD, 2003).

Segundo Bauman (2008), essas construções não deixam de tomar as ideias de bem e mal como égide. Cabe recordar que foi no *Livro de Jó* que Bauman identificou que, para além do binômio pecado-punição, era de certa forma inaugurada a noção de “mal injusto”, o que demarca a existência do mal justo. O Estado, por exemplo, ao cumprir seu papel protetor e moral contra os males humanos, se assemelha aos meios de justiça de Deus e torna-se, em alguma medida, inquestionável em suas ações.

Nesse ponto, começam a aparecer os enlaces entre a moral, a noção de civilização e a religião. A pretensão de destacar a moral – alicerçada na racionalidade secular – da religião, é notadamente uma separação que não funcionou. As experiências dos Estados mostram que constituem um mesmo campo: as manifestações da ordem, a autoridade moral legitimada e a religiosidade como sustentação (a exemplo do caso de Eichmann, a moralidade de um funcionário é redefinida como a obediência à ordem).

A ascensão da extrema direita brasileira na última década nos sinaliza algumas questões em torno das possibilidades de atualização a partir dessa construção em termos menos velados. Podemos recordar um destacado teórico da direita, o Friedrich Von Hayek, que é referência ao redor do mundo para o movimento ascendente caracterizado por ser, ao mesmo tempo, conservador nos costumes e liberal na economia.

Para Hayek, a moral e o mercado, juntos, são fundamentos da ordem, da liberdade e do desenvolvimento da civilização. Ambos, mercado e moral, “são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição, e não pelo poder político” (BROWN, 2021:23). Segundo Hayek, é por meio da “esfera pessoal protegida” que se garante mais poder e adesão à moralidade. Wendy Brown, ao adentrar na teoria de Hayek, diz que mais do que um projeto relativo à competição e ao mercado, “[...]o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação” (BROWN, 2021:23).

As tradições, como vimos, são imunes às críticas (incluindo tradições de policiamento e racismo, nos recorda Wendy Brown). Reivindicá-las junto à máxima – esvaziada de sentido – de luta pela liberdade se mostrou combinação eficaz no posicionamento de violência inquestionável, porque ancorado na moral religiosa. Mobilizar a relação entre moral e mercado como pilares da apresentação política possibilitam também que o fenômeno de adesão popular

seja interclasses, por gerarem imagens que produzem identificação entre setores muito díspares (RICHMOND, 2018).

Rodrigo Nunes, ao pensar na adesão ao projeto político de Bolsonaro, diz que essa junção produz um efeito empreendedorístico sobre o fenômeno do bolsonarismo em si mesmo e com capacidade de abarcar realidades muito distintas – do trabalhador informal ou pequeno comerciante ao executivo ou proprietário de uma cadeia de lojas. Segundo Nunes, o bolsonarismo foi eficiente ao incidir sobre a ideologia do empreendedorismo, que tem sido prevalente nas últimas décadas e mantém uma diversidade de fontes e realidades integradas.

Em países como o Brasil, a disseminação do empreendedorismo nos anos 1980 se deveu sobretudo a quatro fatores: 1) ao domínio absoluto das ideias neoliberais no debate público; 2) às políticas neoliberais em favor do mercado e em detrimento de direitos sociais e serviços públicos; 3) à penetração crescente de igrejas evangélicas pregando a chamada “teologia da prosperidade” e 4) à indústria da autoajuda e do *coaching* (NUNES, 2022: 85). Dentre eles, destaco o papel da igreja evangélica, para pensarmos que a ética da prosperidade, em que você é o responsável pela experiência bem-sucedida na vida terrena, compatibiliza com a lógica do “empreendedor de si mesmo”.

Os aspectos da era neoliberal em que existimos que, em conjunto, se mostram contraditórios, trata de um neoliberalismo híbrido (CHAMAYOU, 2020), cujas sínteses de aparência “frankensteiniana” só se esclarecem com o retorno às origens, marcadas pela história dos conflitos. Nossa era buscou acolher o percurso das várias facetas da crise de governabilidade que nos levam a pensar na multidimensionalidade da autoridade na chave teológico-empresarial-sociopolíticas, tendo em vista que na literatura, de modo geral, estiveram mais relacionadas a seus aspectos teológico-políticos e se mostram insuficientes para os desenvolvimentos da história.

O autoritarismo dos chefes, a vigilância acirrada e o disciplinamento dos trabalhadores por meio de ordens abusivas deslocaram o sentido de vida e de trabalho e a luta por liberdade. As “técnicas de medo e pressão incessantes que são fontes de conflitos infinitos” tiveram que ser revistas e a autoridade de gestão foi posta sob questionamento (Aronowitz Apud CHAMAYOU, 2020: 37). Os gestores, na busca de manter a “boa” conduta e disciplina nos ambientes de trabalho, sem perdas financeiras, mas, especialmente, sem perder seu lugar de autoridade, passaram por uma temporada de ajustes. Até que passou a ser compreendido que os trabalhadores protestavam porque “tinham demais” em uma nação que avançava em prosperidade. As revoltas operárias passaram a ser apresentadas como “imaturidade psíquica, caprichos de crianças mimadas” (CHAMAYOU, 2020:51). O debate, nessas circunstâncias, se

voltou então à problematização de que o governo fosse responsável por manter o pleno emprego. Era necessário que a indisciplina operária sentisse a dificuldade do desemprego para que “voltasse a ter medo”.

Há, por parte dos chamados ideólogos neoconservadores, a retórica do “trabalho duro”, ancorada na perseverança teológica de que os pobres devem trabalhar muito mais para terem acesso a uma situação de sobrevivência. Bem recorda Chamayou o temor dos neoconservadores diante do Estado de bem-estar social. Para figuras como o economista neoconservador George Gilder, por exemplo, representa um perigo *moral* – e até mesmo civilizacional – que programas de assistência sejam fomentados e dispensem os mais desprovidos de curvarem-se aos imperativos do mercado (que é o meio, segundo ele, de se chegar à virtude). “Assim, os seguros-desemprego incitam a preguiça; o direito à aposentadoria dissolve o dever filial perante os anciãos; os auxílios às pessoas com deficiência enaltecem os defeitos físicos superficiais, etc.” (CHAMAYOU, 2020:55).

Há um problema de dismantelamento moral que determinadas prerrogativas de proteção social sejam da ordem do Estado, destituindo-os da ordem da família. Melinda Cooper (2017), em *Family Values*, estabelece um divisor de águas na compreensão do neoliberalismo ao argumentar que as normas familiares patriarcais foram nada menos que as principais propulsoras da reforma neoliberal do bem-estar e da educação. O processo de privatização de políticas como a saúde, educação, seguridade social trata de um evidente processo de deslocamento de “responsabilização” do Estado social para a família tradicional. Desse modo, os indivíduos de gênero masculino – no lugar da autoridade do Estado – são os “responsáveis” em casos de gravidez na adolescência; assim como os pais, em vez do Estado, arcam com os custos do ensino superior; as famílias devem prover os cuidados aos seus dependentes e não o Estado.

A razão que liga a moralidade tradicional ao neoliberalismo produz as reações que fazem os “empreendedores políticos” da direita acusarem como assalto à liberdade e à moralidade toda política social que revise as hierarquias de gênero, raça e que promova atenuação de desigualdades extremas de classe. Eles conseguem jogar com a relação retroalimentada entre uma “demanda verdadeira (ressentimentos, angústias, frustrações e desejos efetivamente existentes) e a oferta suprida pelos empreendedores políticos” (NUNES, 2022:100). Segundo ele, o que é frequentemente chamado de “hipocrisia” pelo cidadão de bem, é, na verdade, uma relação sincera que ele tem de efetivamente acreditar que cada um tem seu lugar na sociedade: “meninos são meninos, meninas são meninas”, as mulheres são recatadas e

do lar, negros andam no elevador de serviço e não se deve reclamar do que (não) tem por que é “mimimi”.

Para fins de ilustração desses contornos político-ideológicos, cabe lembrar um dos episódios mais marcantes no Rio de Janeiro e no Brasil: o assassinato de Marielle Franco. A então vereadora causou tanta repulsa moral a ponto de ser exterminada em um crime de ódio. Marielle era uma mulher, negra, favelada e LGBT. Ela acumulava todos os marcadores que diziam que ela não poderia ocupar um cargo político, saindo do lar, do elevador de serviço, sendo a mulher que é casada com outra mulher e adentrando as instituições brasileiras. A ameaça ao sistema moral-religioso foi intolerável. Em concordância com o argumento definido no capítulo anterior, por meio de Federici (2017), a lógica da depravação moral acompanha historicamente a apreensão dos corpos negros e femininos.

O que se poderia imaginar que seria uma atrocidade repudiável por todo ser humano, foi usado para agitação política de deputados do então partido de Bolsonaro, o PSL. O deputado estadual do Rio, Rodrigo Amorim, e o deputado federal Daniel Silveira, em palanque político, quebraram a placa de rua que levava o nome de Marielle em sua memória e que havia sido carregada por milhares de pessoas em atos que pediam justiça pela vereadora assassinada. A desrespeitosa ação dos deputados foi comentada pelo deputado Flávio Bolsonaro (PSL), filho do então presidente Jair: “Na verdade, eles nada mais fizeram que restaurar a ordem.”<sup>107</sup> Ambos foram novamente eleitos e, em 2022, reproduziram a mesma cena sorridente com a placa quebrada<sup>108</sup>.

Vale destacar que o Rio de Janeiro também é uma das cidades mais evangélicas do país, com 29,4% da população professando essa religião, segundo o último censo realizado, de 2010. A própria Igreja Universal, sobre a qual tratarei em tópico mais adiante, foi fundada no Rio de Janeiro, em 1977 e, desde então, não há uma favela que não tenha um de seus templos<sup>109</sup>. Segundo Almeida (2019), há uma relação incontornável entre a onda conservadora e a expansão das igrejas evangélicas no Brasil, ainda que nem todos os conservadores sejam evangélicos e nem todos os evangélicos sejam conservadores. Para além da expressiva votação do eleitorado evangélico em Bolsonaro nas eleições de 2018, Almeida (2019) destaca quatro linhas de forças

---

<sup>107</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>108</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quatro-anos-depois-dupla-posa-de-novo-com-placa-quebrada-de-marielle/>

<sup>109</sup> Informação disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2019/12/09/O-crescimento-da-fé-evangélica>

sociais que funcionaram como vetores favoráveis à representatividade do Messias e que atravessam a conjuntura brasileira na qual os evangélicos estão implicados, são elas: moral, econômica, securitária e societal. Tratarei da moral e econômica nesta seção e, na seguinte, as relativas às frentes securitária e societal serão mais detidamente assumidas.

Quanto à moralidade e aos costumes, conforme já antecipado, os tímidos avanços no Brasil, sobretudo com a redemocratização, em termos de direitos reprodutivos e sexuais impulsionou o recrudescimento da reação para conter a secularização e as políticas sociais de reconhecimento. Esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família (DUARTE, 2017; COOPER, 2017; BROWN, 2020). Segundo Almeida, nessa temática de importância fundamental para o Brasil e a América Latina, houve, de um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã marcada pelo catolicismo mais conservador e, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo.

O que Almeida (2019) observa, contudo, é que o conservadorismo propagado pelo evangelismo não se restringe à esfera religiosa e tem pretensões centrais de disputa político-ideológica (como a crescente bancada evangélica no parlamento vem demonstrando) a partir da moralidade pública. A linha econômica não dista em compatibilidade da moral, por mais que sejam tomadas como dissonantes. Ela tem a ver com o papel do Estado na economia, que foi progressivamente colocado em xeque na medida em que foram ampliadas as políticas de proteção social. Segundo pregam as igrejas neopentecostais, houve uma acomodação das pessoas e fidelização ao Partido Trabalhista (PT) a partir de políticas assistencialistas com interesses eleitoral e de cooptação. Nesses termos, mesmo que as políticas tenham gerado benefícios, os objetivos mal-intencionados e os efeitos sobre uma população culturalmente acostumada a receber sem trabalhar se sobrepõem em prejuízo.

Assim, “a noção de esforço individual e da iniciativa privada são valorizadas em contraposição às políticas compensatórias e identitárias” (ALMEIDA, 2019), um entendimento alinhado com a Teologia da Prosperidade, mas que, como reforça o autor, se expande não apenas pelo meio evangélico, mas para além dele. “Trata-se, principalmente, de estimular a postura empreendedora com o objetivo não só de sobrevivência financeira, mas de acúmulo material e mobilidade social”. As igrejas partem do encorajamento de espírito empreendedor, em que fé e atitude se tornam centrais para o sucesso e ética econômica (PIERUCCI, 1987).

A partir dessa exposição, torna-se compreensível o acolhimento de contraditórios dentro do neoliberalismo: a defesa que se faz tão alarmante dos bons costumes, do conservadorismo moral e da liberdade do mercado contra a intervenção estatal. Se, conforme vimos por meio do

exemplo das milícias cariocas, mesmo o Estado age às margens dele próprio, é porque a dimensão autoritária no neoliberalismo excede o poder de Estado. E isso a ideologia do empreendedorismo demonstra com eficiência.

O pânico moral se apresenta como força fundamental à constituição dos imaginários que legitimam o autoritarismo. Conservar a família em sua reprodutibilidade tradicional perpassa a própria sobrevivência, assim como o Estado mínimo, afastado de seus ímpetos às políticas sociais de reconhecimento às identidades historicamente classificadas como subjugadas, ameaça o livre desenvolvimento do mercado e, conseqüentemente, torna-se a razão do fracasso da prosperidade de muitos. Trata-se de duas frentes que tocam no mais orgânico do existir para essas pessoas, que na maior parte das vezes parecem acreditar verdadeiramente nisso.

Algumas imagens e palavras produzidas foram importantes na associação produzida pela crescente direita brasileira, conforme enuncia Rodrigo Nunes (2022): o “cidadão de bem” é a figura central, corresponde à civilidade e ao patriotismo; “mamata” que constrói um inimigo que vai da “velha política” até os cotistas das universidades; a figura do “empreendedor”, central para a sustentação do modo operar desse grupo político. A importância desse último signo consiste não apenas na amplitude do termo – que abarca realidades tão distintas quanto a do trabalhador informal e pequeno comerciante ao executivo e proprietário de cadeia de lojas –, mas também na representação de um objeto de desejo e aspiração. A satisfação de adentrar na sociedade do consumo somada à autonomização do patrão que, conforme vimos, foi o desafio que o liberalismo econômico encarou em termos de gestão e governabilidade (CHAMAYOU, 2020).

Um dos símbolos mais emblemáticos do que a ideologia do empreendedorismo produziu foi a chegada da empresa de motoristas por aplicativo, a Uber. A falsa sensação de ser o dono do próprio negócio em um momento de crise ao usar o próprio carro para corridas e clientes conectados pelo aplicativo, em que ao fim de cada corrida o trabalhador é avaliado. A empresa chegou ao Brasil primeiro na cidade do Rio de Janeiro, em 2014. Rapidamente se expandiu enquanto opção de emprego e de transporte para pessoas de diferentes realidades socioeconômicas. Uma curiosidade que vinha chamando a atenção de passageiros é a quantidade de motoristas evangélicos da Uber, que faziam questão de assim serem notados com a bíblia aberta no painel do carro e/ou música gospel tocando e/ou por iniciarem conversas com o propósito de evangelização. Uma rápida busca pela rede social do Twitter, realizada em dezembro de 2022, com as palavras “Uber” e “evangélico” demonstra que o assunto não é



ocasional, dadas as centenas de resultados que aparecem para o mês mais recente (REIS, 2022<sup>110</sup>).

O engajamento desses motoristas durante as eleições de 2022 também chamou a atenção. Mesmo com o clima de medo em torno das eleições, muitos carros vinham adesivados, com bandeiras e outros materiais de campanha do candidato Jair Bolsonaro. Também muitos não recebavam a conversa. Surpreendente que, mesmo após a derrota do Bolsonaro, uma busca do mesmo tipo usando as combinações de “Uber” com “bolsominion” e “bolsonarista” demonstra um número ainda maior de resultados no Twitter. A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2022) comentou o caso em uma coluna de jornal, em que ela traz resultados preliminares de sua pesquisa:

Se nossas hipóteses se confirmarem, parte da economia digital popular tem operado como uma máquina não apenas de desmobilizar, mas também de recrutar novos membros à extrema direita. O trabalhador cai numa rede algorítmica política. Longe de ser uma vítima, trata-se de uma rede que ele mesmo teceu. É um processo simbiótico no qual valores políticos e arquitetura de redes se fortalecem mutuamente (PINHEIRO-MACHADO, 2022<sup>111</sup>).

A pesquisadora trata ainda do processo de alienação em que o “trabalhador pobre” despreza a própria condição de classe trabalhadora e “espelha para cima”<sup>112</sup>. Portanto, a ideologia do empreendedorismo atua também como um conforto identitário, como se, desse modo, fosse desfeita a relação de “explorado”. É preciso ressaltar que vivemos a arquitetura de um sistema que coloca os cidadãos sob tensão contínua em relação a um conjunto de valores morais e de sociabilidade. Ao mesmo tempo que angustia e pressiona, eles os reconhecem como importantes. São enfrentadas, nesse sentido, constantes contradições com as formas ideais de sujeito que desejam alcançar e o que são, tornando os mecanismos de nomeação, por exemplo “empreendedor”, um recurso também de alívio psíquico do medo da falha dentro de um circuito de frustrações.

---

<sup>110</sup> Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/avanco-da-extrema-direita-entre-trabalhadores-digitais-e-desafio-para-lula-448373/>

<sup>111</sup> Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/uberminion-como-precarizacao-do-trabalho-recruta-membros-a-extrema-direita/>

<sup>112</sup> Se é notável a relação dos motoristas de aplicativo com a extrema direita também o é, por outro lado, a potencialidade feita nas frestas dos algoritmos e bolhas. O Rio de Janeiro é o segundo estado brasileiro, em números absolutos, com maior quantidade de motoristas por aplicativo. E, desde o início da pandemia, protestos massivos foram organizados por esses trabalhadores, que são desamparados pelas regulações trabalhistas na legislação brasileira, mas que se sindicalizam no SindMobi (Sindicato dos Prestadores de Serviços por Aplicativos).

A estrutura subjetiva que dá sustentação a esse tipo de pensamento também foi ativamente mobilizada pelas direitas, por meio do que Nunes (2022) está chamando de empreendedorismo político. Segundo o autor argumenta, há um compromisso sincero, mesmo que simultaneamente hipócrita, dos empreendedores políticos da extrema direita com valores que definem posições sociais a partir das relações de classe, gênero e raça e que lhes resguarda o direito de exercer a própria vontade sem limites. “É esse lugar, simultaneamente real e imaginado, que eles temem perder, lamentam ter perdido e almejam alcançar” (NUNES, 2022: 101).

Há uma noção aristocrática que se mantém como herança no país de que há setores que exercem a cidadania plena acima das leis. Mas com a percepção de que infringir leis, nesse caso, não o é, na medida em que não são feitas para limitar essa parcela da sociedade em específico. Rodrigo Nunes aponta o simbolismo das ações de Bolsonaro que caminham nesse sentido: a afinidade familiar com o garimpo, que gerou efeitos escandalosos de extermínio da população yanomami, por exemplo; seu apoio a madeireiros ilegais e fazendeiros armados – defendendo e ampliando o armamento da população, inclusive; o histórico explícito de ligações com a milícia, todas as questões pessoais com o Ibama e etc.

A liberdade, nos termos do Bolsonaro, consiste na abdicação de todas as limitações em prol do social e ambiental para que o “empresário” no Brasil obtenha fluxo livre. Como efeito, “Essa é uma mensagem que pode soar bem a qualquer um que se sinta “por cima”, mesmo que apenas na esfera privada do ambiente familiar”. O modo psíquico para este mecanismo operar é que cada um de seus apoiadores/fiéis se imagina sempre “no rol dos relegados e não dos reprimidos”. Nas dinâmicas do bolsonarismo, sempre foi central a confusão entre disciplina e permissividade (NUNES, 2022:103).

É certo que essa dimensão do medo de perda de determinados privilégios e de frustrações sociais e econômicas são deslocados de modo instrumentalizado pelo o que Nunes está chamando de empreendedorismo político, produzindo efeitos importantes no que diz respeito ao comportamento e imaginário autoritário, que necessariamente seleciona os alvos dos protegidos.

#### 4.1.3 Em nome da segurança: controle social, corpos vulneráveis e mercados da vigilância

*“É necessário subir os morros antes que de lá desçam os comunistas”.*  
Citado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - SAGMACS (1960:28)

Segundo dados do Fórum de Segurança, 92% das pessoas, na cidade do Rio de Janeiro, têm medo de bala perdida. A mesma porcentagem de pessoas tem medo de serem feridas ou mortas em um assalto e de ficarem no meio de um tiroteio entre policiais e bandidos: 87% têm medo de morrer assassinado; 84% têm medo de ter sua casa invadida ou roubada; 70% têm medo de sofrer violência da polícia militar. O imaginário do medo, no Rio de Janeiro, não é um sentimento lateral.

Vimos, no primeiro capítulo, como é essencial ao funcionamento da política do medo a percepção permanente de insegurança para que prevaleça o ordenamento social estruturado na autoridade de eficiência por meio força violenta exemplar. Nesses termos, se faz necessária a perpetuação da imagem da violência desagregadora (morte violenta sempre à espreita), insegurança para que seja convocada sua força contrária neutralizadora, a da violência ordeira, que imprime segurança.

Se retomarmos uma perspectiva político-institucional, adentraremos o campo da punição como um elo importante entre a discussão que fizemos quanto à moralidade, religião, normativas e mercado com as formas de apresentar a segurança. Recordemos que o processo denominado secularização foi crucial para o desenvolvimento do campo penal, por exemplo, especialmente eficaz em evidenciar os recursos às classificações teológico-morais que influenciam o pensamento social e jurídico-político. O que se vislumbra é uma sincronia histórica das ideias jurídicas e da cultura jurídica e religiosa, afirmadas nas lógicas de punição culturalmente legitimadas e motivadas (FOUCAULT, 2014).

Ao trabalhar a história ideológica do controle social, Gizlene Neder sugere que há uma permanência cultural ibérica sustentadora de fantasias de controle social policial absoluto no imaginário brasileiro (NEDER, 1996). A autora aponta que no Rio de Janeiro do século XIX, o chefe de polícia Eusébio de Queiroz propõe o confinamento dos escravizados nas fazendas e o rígido controle de seus deslocamentos. Dois séculos depois, quanto disto não está manifesto nas operações identificadas até aqui nas favelas cariocas?

A população da cidade do Rio de Janeiro é de aproximadamente 6,8 milhões de pessoas<sup>113</sup>, sendo que se estima que mais de 22% dessa população reside em favelas, onde estão também concentradas as pessoas negras<sup>114</sup>, segundo mapa racial da cidade. Também o

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html>

<sup>114</sup> Mapa racial da cidade do Rio de Janeiro: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>

encarceramento tem cor: 72% dos encarcerados no estado do Rio são pessoas negras, de acordo com os dados do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias<sup>115</sup>). Esses números registram o que é visível e sensível à cidade: a segregação socioespacial a partir do racismo estruturante. As permanências que arrastam o século XIX para os nossos dias.

Se na passagem do século XIX ao XX uma guerra de razão higienista era impetrada contra os cortiços, podemos dizer que a transição arquitetônica que deu lugar às favelas como nova territorialidade dos grupos sociais de classes mais baixas carregou consigo os estigmas antigos. Os cortiços eram retratados como ambientes de “infestação” de criminosos e “vagabundos”, onde proliferavam doenças e vícios. Esses territórios simbolizavam uma ameaça à ordem e precisavam ser contidos. A partir do projeto urbano à imagem da capital francesa, Paris, foi iniciado, no século XX, o chamado *bota-abaixo*, que destruiu quarteirões inteiros de habitações coletivas, transformando a estética urbana em busca do cenário da *belle époque*, a partir dos comandos de Pereira Passos (CARVALHO, 1994).

Segue às obras de Pereira Passos, de caráter saneador e civilizador, o paradigma higienista de “medicalização” dos espaços de concentração da pobreza na cidade. Nessa incursão, marcou amplamente a história do Rio de Janeiro a Campanha Sanitarista dirigida por Oswaldo Cruz, com objetivos voltados às emergências estéticas de uma recém-emancipada colônia com desejos de assemelhar-se à Metrópole. Segundo Brenda Almeida (2019), as camadas populares insurgiram em confrontos sociais, na chamada Revolta da Vacina, e obteve a violência de ações policiais repressivas como resposta, resultando na prisão de 945 pessoas, 110 feridos e 30 pessoas mortas.

Esse é o cenário da gênese das favelas cariocas (BENCHIMOL, 1990), caracterizado, em algum nível, por ser a substituição dos antigos cortiços para acolher as crescentes camadas populares de trabalhadores e por também ser conformado como alvo dos estigmas e políticas higienistas. Sobre os ombros das pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza recaem não apenas o peso da responsabilidade sobre a própria sorte, como também sobre as mazelas que acometem a cidade. Os problemas sanitários, de saúde, culturais, de desordem e de criminalidade foram progressivamente localizados, pela política institucional, nas favelas. Essa maneira de representá-las foi instrumentalizado para justificar intervenções públicas de caráter disciplinador, com propósito de “ajustamento moral”, “reeducação social” e sobre as quais se

---

<sup>115</sup> Ver mais em:

<https://noticiapreta.com.br/com-72-da-populacao-carceraria-negra-rio-de-janeiro-registra-primeira-morte-em-presidios-do-estado/>

impunha uma “pedagogia civilizatória”, na medida em que reproduzia referenciais coloniais de “domesticação” (VALLADARES, 2005).

É intensificado, ao longo dos anos, o deslocamento realizado pela compreensão da política pública que percebe as favelas como uma ameaça à ordem pública e não como espaço integrante da cidade – marginalizado – que demanda responsabilidade estatal com políticas sociais já assimetricamente oferecidas a outras zonas da cidade. Assim, nos anos 1950, a teoria da marginalidade social buscou dar conta de pensar criticamente na mobilização da narrativa de ameaça para se referir à favela como justificativa de operações “antifavela” pelo regime autoritário, ainda que também compreendessem as favelas como fenômeno apartado do restante da cidade.

Lícia Valladares também registra que, entre 1962 e 1964, foram atingidas 80 favelas, demolidos 26.193 barracos e removidas 139.218 pessoas” (VALLADARES, 1980). Desterritorializar e reterritorializar, com todas as implicações dessa dinâmica quando forçada – como é a violência da remoção – integra o cotidiano e a história das famílias que residem nas favelas. As remoções terminam compondo os recursos estratégicos do poder disciplinador de desarticular ações coletivas, tendo em vista que os laços comunitários de solidariedade contribuem para a organização da resistência contra as violações sofridas nesses territórios.

Assim, além da criminalização e intervenção moral e disciplinar das favelas, o medo da potencialidade de revolta auto-organizada, dadas a precariedade e violência sofridas pelos favelados, foram somadas as estratégias de desarranjo dos laços e de captura afetivo-moral por parte das igrejas. Nesse momento, a Igreja Católica teve um papel fundamental ao estruturar organizações sociais nas favelas. A Fundação Leão XIII, por exemplo, criada em 1947 sob a justificativa de “não deixar o campo livre para os comunistas”, foi constituída com o objetivo declarado de garantir “assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas”<sup>116</sup>, combinando a orientação ideológica com o fornecimento de saneamento básico, creches e escolas (VALLADARES, 2005:76).

Realizar esse breve sobrevoo do percurso da transformação das favelas no Rio de Janeiro em problema a ser controlado e administrado é fundamental para compreender que em nome da segurança de uma parcela da cidade, outros mais de 22% dos corpos, os habitantes dos morros, foram (e continuam sendo, desde então) vulnerabilizados e controlados física, psíquica, política, econômica, social, cultural e afetivamente. As favelas são alvos de investidas que as registram como a chave problema-solução da (in)segurança urbana.

---

<sup>116</sup> Estatutos da própria Fundação, citados por Valla (1986: 47).

Ao ser deslocada para o centro do debate da segurança pública, a favela passa a ser tema de pesquisas e questionamentos de analistas. Com isso, a entrada nas ciências sociais pela via da teoria da marginalidade social, segundo Valladares, passa a ser alvo de críticas, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. O sentido da problematização passava por compreender que as favelas não poderiam ser caracterizadas como enclaves urbanos apartados do restante da sociedade, uma vez que compunham sua sociabilidade e vida cotidiana. As diferenças raciais e socioeconômicas, determinantes para que persistisse a ausência de garantias de condições sociais pelo Estado nas favelas, constituíam assimetrias necessárias à cidade, na medida em que os trabalhadores favelados tinham inserção nos mercados de trabalho, político e cultural que caracterizam a cidade, como, por exemplo, o carnaval (VALLADARES, 2005; MACHADO, 1971; VELHO, 1977).

Mesmo que a questão da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro já estivesse na agenda de pesquisa e noticiários, predominou no imaginário coletivo por algum tempo a ideia de “cidade maravilhosa”, o que tornou secundário o enquadramento dos conflitos sociais (ALMEIDA, 2019). Foi na transição do regime militar para a redemocratização, contudo, que houve a difusão massificada de imagens que traçam a representação de uma estreita e indissolúvel relação entre pobreza, negritude, e exclusão social dos territórios de favelas com a violência e o crime, as “classes perigosas” (BENEVIDES, 1983; COIMBRA, 2001; TELLES, 2019)<sup>117</sup>.

Nesse processo, já abordado a partir da construção do inimigo interno no Brasil, o medo difuso e a percepção de que as autoridades não estavam sendo eficientes em seu trabalho de garantia da segurança pública, bem como as associações de políticas de segurança à ostensividade militar, produziu um progressivo anseio por autoridades autoritárias no imaginário comum. Vera Malaguti (2003) identifica que a imagem colada à narrativa do perigo e desordem nos meios de comunicação vinha repetidamente associada ao jovem, negro, descalço e favelado ou periférico. Se até a década de 1990, resistiram as representações dos

---

<sup>117</sup>Almeida (2019) recorda a importância dos escritos de Benevides acerca desse processo como uma das contribuições pioneiras da temática no Brasil. O trabalho referido foi realizado a partir de quatro jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo que demonstram que a imprensa de fato começou a dar mais destaque ao problema da violência a partir de meados dos anos 1980, tendo sido criadas seções específicas para tratar da temática. Almeida também orienta que além do livro *Violência, povo e política (violência urbana no noticiário de imprensa)*, de 1983, que é desenvolvido a partir da pesquisa mais ampla intitulada *Direitos de Cidadania e Violência Urbana*, desenvolvida no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), Maria Victoria Benevides publicou também *A violência através da imprensa: os linchamentos*, em 1981, e *Justiça popular e Linchamentos, violência e justiça popular em A violência brasileira*, de 1982 e publicou *A violência policial pode conviver com a democracia?*, em 1985.

territórios subalternizados como berços da cultura popular, a origem do samba, os anos seguintes viram a transmutação neutralizadora dessa dimensão, em privilégio da concatenação de imagens do reduto da violência e do tráfico de drogas, construído como principal causador dessas violências urbanas a partir desses mesmos anos 1980 (LEITE, 2012).

O clima que era criado de uma cidade entregue ao “caos” e o crime aterrorizava as pessoas. A multiplicação de grupos do crime organizado e o modo como eram apresentados nos canais de notícias levavam a acreditar que a cidade já estava sob o jugo dos “inimigos” e que, mais ainda, era preciso usar todos os recursos para retomá-la. Foram promovidas verdadeiras chacinas do povo favelado por policiais. A narrativa impeliu a comoção e a sensibilidade em torno da questão de tal forma que, mesmo que os crimes praticados por agentes públicos contra as camadas populares tenham sido brutais violações, a percepção do medo e sentimento de insegurança já obtivera sua imagem de inimigo localizada na imagem de uma alteridade perigosa, ou seja, um “outro”, que era passível de eliminação em prol da ordem pública.

“Estamos em guerra” pareceu então uma expressão apropriada para o contexto vivido. O cenário assim se conformava, ainda que a correlação de forças fosse tão escandalosamente assimétrica. Nesse período, a ostensividade militar foi a principal política de segurança pública, com ampliação de agentes e investimento tecnológico em armamento. Segundo Cecília Coimbra, os jornais por ela pesquisados, alardeavam diariamente o caos da violência urbana. Em 1992, uma inflexão importante ocorreu quando as Forças Armadas se estabeleceram momentaneamente no Rio de Janeiro, em razão da Conferência Mundial do Meio Ambiente ECO-92, e o centro da cidade e suas zonas nobres viveram momentos de “calma e tranquilidade” com a presença do Exército e o deslocamento compulsório de pessoas em situação de rua para as periferias e abrigos. Quando as forças armadas foram consideradas “bem-sucedidas” a ideia de que o Rio precisava delas se fortaleceu. Em 1993, a manchete do jornal *O Globo* é sintetizadora: “Empresários Querem Exército nos Morros” (*O Globo*, 29/01/93, p.11).

Em 1994, houve a Operação Rio I, “trouxe a presença ostensiva das Forças Armadas nas favelas e bairros populares fluminenses, locais percebidos como perigosos e degenerados”. Os diversos agenciamentos sociais que defendiam a eficiência das Forças Armadas e do Exército na segurança pública, propagandeadas por meio da ECO-92, trouxeram a necessidade de sua incorporação à Operação Rio I por meio do apoio e demanda da população.

Sintomaticamente aprovada na VI Plenária do Empresariado do Rio de Janeiro<sup>118</sup>, a participação das Forças Armadas no combate à criminalidade foi encaminhada. Coimbra apresenta que “Pela pesquisa realizada nos jornais constata-se que, aliada à corrupção [...] temos a massiva produção do medo através do descontrole que o governo estadual demonstra sobre seus agentes e, por conseguinte, sobre os segmentos ‘perigosos’” (COIMBRA, 2001:146).

Na pesquisa de Coimbra, ela traz também comentários dos leitores em diferentes jornais. Nesse período, para além dos mecanismos de nomeação que os próprios jornalistas mobilizam para as favelas e seus moradores, como “fortalezas do crime”, etc., chama a atenção a adesão demonstrada na seleção de comentários no *Jornal do Brasil*, dos quais a autora destaca: “Secundando tais manchetes, artigos e editoriais, vários leitores ‘opinam’. Pergunta um: ‘até quando Nilo?’, assinando ‘um leitor com medo’. E outro interpela: ‘cadê as Forças Armadas?’<sup>119</sup>. Também enfatiza que leitores escrevem pedindo “a imediata ajuda do Exército” e afirmam que “os bandidos (têm) todos os direitos e nós, abandonamos nossos hábitos, e (estamos) entregues ao medo”<sup>120</sup> (COIMBRA, 2001:148-149).

É notável o empenho em estimular e produzir na subjetividade coletiva o imaginário do medo como um terreno fértil para o autoritarismo da população. A transição da ditadura para a democracia com a intensa participação e pressão dos militares tanto na Constituinte quanto na participação do poder estatal em cargos civis sugere a manutenção dos paradigmas autoritários provenientes do regime militar conservados por outros meios e capilarizados nas teias do poder.

A partir do discurso que empregava o sentido de emergência do restabelecimento da ordem que, em 1994 e 1995, foi aprovado o funcionamento da Operação Rio com participação das forças armadas e coordenada pelo Comando Militar do Leste (CML), a qual foi retratada como “intervenção pela paz”. A operação foi um espetáculo de abusos, violações, tortura, invasões, dentre outras atrocidades, e, não bastasse, foi avaliada como ineficaz em seu propósito, mas conseguiu manter a credibilidade dos militares (COIMBRA, 2001:172).

---

<sup>118</sup> No jornal *O Globo*, a descrição foi de que este encontro “reuniu diretores de 18 entidades empresariais, entre as quais a Federação das Indústrias (FIRJAN) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro”, e teve como tema principal a segurança pública, pois os empresários “estão empenhados em devolver à cidade a confiabilidade necessária a quem deseja investir” (*O Globo*, 29/01/93, p. 11).

<sup>119</sup> Segundo a pesquisa de Coimbra, os comentários correspondem, respectivamente, à matéria “Até quando?”, na seção Opinião dos Leitores, do *Jornal do Brasil* (16/07/94, p.8) e “Violência no Rio”, também na Opinião dos Leitores, do *Jornal do Brasil* (17/07/94, p.10).

<sup>120</sup> As citações são extraídas, respectivamente, da seção de opiniões da matéria “Violência”, no *Jornal do Brasil*, nos dias 21/09/94, p. 10 e 10/09/94, p. 6.



As violações, além do mais, receberam a “gratificação faroeste”, instituída no governo de Marcelo Alencar, tratava-se de uma “premiação” incorporada aos salários dos policiais (podendo aumentar em até 150% seus vencimentos), o que intensificou de maneira alarmante a letalidade policial. Somadas às chamadas “promoções por bravura”, os “autos de resistência” chegaram a 20 mortes por mês, ocasionadas por policiais, no ano de 1996, em relação a 3 pessoas por mês em 1995 (ALMEIDA, 2019).

O mecanismo de premiar a violência das ações policiais segue até os dias de hoje, ainda que tenha assumido diferentes roupagens ao longo do tempo<sup>121</sup> e os “autos de resistência” foram progressivamente incorporados às práticas policiais que, mesmo em casos que foi possível coletar evidências da execução, não foram condenados – conforme destacado por Silvia Ramos (2016). Eliminar o “oponente”, portanto, tornou-se prática importante da ação policial, envolvendo orgulho, honrarias e valor econômico agregado – ao passo que sua própria constituição histórica sempre protegeu as polícias de um efetivo controle democrático. Os efeitos são, então, bastante lógicos.

O medo e a política do medo colocadas em prática em nome da ordem e da segurança integravam todo um conjunto de produções normativas que implicavam no controle social e no governo da vida (e da morte) dos corpos nas margens. Por meio de imagens generalizantes e estigmatizantes, as favelas foram representadas por meio do enquadramento distorcido de um bloco homogêneo em que seus moradores eram desviantes que pertenciam à “classe perigosa”, obedientes à “lei do tráfico” (VALLADARES, 1991; COIMBRA, 2001). Esse breve percurso pelas emergências da política do medo, paradigmas de inimizade e binarismos na cidade e regime de subjetivação autoritários foram necessários para demonstrar que estamos, atualmente, encarando desafios que não são saltos históricos sem base, mas que, ao contrário, decorrem de continuidades, atualizações, intensificações e (re)produções com ancoragem sócio-histórica.

A sociedade da insegurança cria indivíduos paranoicos e em desamparo. O medo é a propulsão pela demanda de proteção. Assim, a insegurança passou a funcionar também, em algum nível, como moeda de troca e é possível dizer que nem todo sentimento de insegurança é proporcionalmente assentado em um perigo real. Visto como uma possibilidade de mercado lucrativo, a segurança passou a ser oferecida como mercadoria pela iniciativa privada. Apesar

---

<sup>121</sup> Para mais informações sobre premiações de policiais, desde 1998, por violências contra “criminosos”, ver estudos do Instituto de Estudos da Religião (ISER) (CANO, 1997 e 1999), Relatório da *Human Rights Watch*, e os dados sobre execuções sumárias divulgados pela Justiça Global.

da dificuldade de dados relativos ao mercado da vigilância privada, são perceptíveis as mudanças que alteram do espaço público às sociabilidades e convivência entre as pessoas. Com um acentuado crescimento da segurança privada brasileira nos anos 1990 – pelas razões anteriormente identificadas –, notado pelo número de empresas de vigilância, de vigias de rua e na disseminação de tecnologias voltadas à indústria da segurança eletrônica (ZANETIC, 2006).

Apesar de sabermos que as empresas de segurança privada viveram grandes saltos em termos de número de vigilantes e faturamento do serviço, os registros são pouco críveis na medida em que o trabalho clandestino é estruturante desse tipo de serviço, segundo registra o Anuário de 2022 do Fórum de Segurança. Mais da metade da força de trabalho da segurança privada atua à margem da regulação e do controle da Polícia Federal e são encontradas inconsistências por diferenças enormes nos dados produzidos, por exemplo, entre PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e Departamento de Polícia Federal (DPF). Os comparativos entre vigilantes na segurança privada e os oficiais da segurança pública são, contudo, alarmantes: dados da PNAD Contínua indicam que, no primeiro trimestre de 2022, o número estimado de pessoas ocupadas como seguranças do setor privado era de 1.096.398. Esse número era 1,4 vezes maior do que o de pessoas ocupadas como agentes de segurança pública, estimado em 772.202. Entendendo que os números são subestimados e que tendem ao dobro, a privatização do setor deveria receber mais atenção em especial quanto ao seu caráter não regulamentado e a participação massiva de policiais realizando “bicos” nesses setores<sup>122</sup>.

Apesar de que é verificada uma tendência internacional quanto ao número superior de seguranças do setor privado em relação a agentes públicos, a forma como essa configuração vem alterando o espaço urbano, definindo uma estética militar e fortalecendo as lógicas em que o proprietário pode, ele próprio, ser o justiceiro acima das leis e normas, é preocupante. Por essa razão os seguranças da iniciativa privada são associados a abusos de poder e violência.

Minhoto (2002) argumenta que os mecanismos sociais de intensificação do sentimento de insegurança na população conjugados à oferta de recursos de segurança privada “favorece o surgimento de novos espaços e práticas de desagregação social, tais como condomínios fechados, shopping centers, circuitos eletrônicos de monitoramento e vigilância em edifícios e residências, cancela nas ruas etc.” (MINHOTO, 2002:151).

Conforme introduzido no capítulo 1, o contexto brasileiro de uma perspectiva inicialmente elitista de busca por um padrão mais sofisticado de segurança apresenta a

---

<sup>122</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>

complexidade do que poderia se tratar de uma discrepância entre a violência urbana de fato e a real necessidade de proteção dos cidadãos. Caldeira (2000) sugere que há um extrapolamento da sensação de insegurança pelos meios de comunicação, pela conversa diária entre as pessoas, bem como pela presença real do crime. Seguindo a estética do urbanismo militarizado, são intensificadas as “cercas, barras e muros” que “são essenciais na cidade hoje não só por razões de segurança e segregação, mas também por razões de estética e de *status*” (CALDEIRA, 2000: 294).

No caso do Rio de Janeiro, a montagem do Segurança Presente foi um mecanismo estranho de institucionalizar essa relação buscando suprir a insuficiência do policiamento na cidade ao criar uma operação que conjugava características da segurança privada com a de segurança pública. A confusão entre o público e o privado com respeito à segurança vem sendo crescentemente intensificada, tendo em vista que mesmo aparatos não letais de contenções de “desordem pública” são comprados de empresas que entregam, conjuntamente, o treinamento de seu uso.

O urbanismo militar, de que trata Graham, se alimenta precisamente de experiências como as ocupações militares em favela e as experiências de genocídio em Gaza – aliás, a relação entre Brasil e Israel nesses termos não é apenas comercial, mas paradigmática –, as quais são caracterizadas como reproduções atualizadas de guerras coloniais. Expressões mais eventuais dessa relação são as vividas em cúpulas internacionais políticas e eventos esportivos, que promovem operações de segurança preventiva a ataques terroristas. São essas experiências que edificam e modernizam os prósperos mercados de segurança ao redor do mundo (GRAHAM, 2016).

O que fica em questão é que tipo de proteção é essa que é tão desejada que vale o preço da liberdade? Quais são as narrativas, mas sobretudo, as questões psíquico-políticas que orientam uma sociedade que não constrói laços, mas se defende do outro?

#### **4.2 Autoritarismo e cuidado: economia dos afetos e vínculos frágeis**

Teoricamente, a autoridade é um fenômeno que permite um tipo de exercício de poder. A noção pode estar associada a uma posição estruturalmente designada, a uma característica em forma de atributo individualizada ou uma modalidade de exercício. E pode ser identificada tanto em situações de mando-obediência, como de reconhecimento-aceitação. Kathya Araújo, ao encarar os desafios que as ciências sociais latino-americanas têm ao momento de analisar as

especificidades do exercício de autoridade na região, identifica que a noção de autoridade que está vinculada à ideia de legitimidade é insuficiente para explicar as tramas da América Latina. A modalidade de autoridade aqui identificada, segundo ela, exige uma compreensão desvinculada da crença de que a legitimidade é fator decisivo para assegurar a eficiência da relação entre mandar e obedecer. É a eficiência dos comandos o que define a autoridade de quem a exerce.

Sendo o exercício da autoridade autoritário, mesmo que possam existir críticas pontuais, Araújo argumenta que a imensa maioria reconhece que é preciso fazer uso do autoritarismo como mecanismo mais adequado para obter a obediência (ARAÚJO, 2016). É assim nas relações interpessoais e também na perspectiva de capacidade de dirigir um governo, por exemplo. Para pensar a constituição do que venho chamando de imaginário coletivo autoritário, é necessário termos em mente a apreensão desenvolvida pela Kathya Araújo quanto às ancoragens-existenciais. São elementos de ancoragem que não se referem exclusivamente – e nem principalmente – a produtos subjetivos de uma individualidade. São, em contrapartida, produtos histórico-societários, de uso coletivo, socialmente operantes e individualmente ativos.

Diferente da perspectiva da autoridade que situa a questão em torno de preocupações sobre como obter uma obediência conciliada – conforme apresenta o modelo weberiano –, nas sociedades latino-americanas a inquietação consiste em quais serão as formas eficazes de ser obedecido, podendo valer-se de meios que irão importar menos se a tarefa for executada com eficiência (ARAÚJO, 2016:181). Essa relação dissonante ao paradigma clássico pode ser parcialmente explicada pela colonialidade enquanto permanência histórica. As sociedades que viveram contextos coloniais e que engendraram a imagem da própria identidade nacional vinculada à ideia de selvagens, indomesticáveis, indisciplinados, onde a anomia e o caos parecem integrar a própria natureza de seu povo, o papel designado à autoridade é o de usar todos os recursos para garantir que não retomem ao que seria uma essência original, que demanda controle a “pulso firme”.

Frente ao pânico instalado, o desamparo é sintomático. Podemos fazer com o desamparo coisas bastante diferentes. Ele pode ser capturado para a política do medo, a angústia social, ancoragem legitimadora de demandas por ordem. Mas também pode produzir um potencial liberador. A afirmação da contingência e da errância que a posição de desamparo pressupõe. Essa ambivalência permite ações fronteiriças instrumentalizáveis. É o que fez, por exemplo, o prefeito evangélico e conservador do Rio de Janeiro, em sua posse em 2017, Marcelo Crivella:

*Hoje há 118.000 crianças de zero a seis anos vivendo em lares abaixo da linha da pobreza. Passam despercebidas. Não se ouve seu choro.*

*Não se vê sua fome. Cuidar delas dignifica, enobrece, engrandece e constrói o que tanto almejamos: um futuro de paz. Nosso lema é cuidar das pessoas. Isso representa, acima de tudo, proteger a família. O Estado pode criar um programa tão vasto quanto o Minha Casa Minha Vida, com milhões de unidades. Mas só uma família pode transformar uma daquelas casas em um lar.*

*Nosso programa consagra as reivindicações que ouvimos nas ruas. Para a sua implementação, conclamo, mais uma vez, o povo do Rio de Janeiro a continuar a nos apoiar, com o mesmo apoio recente nas urnas com os seus milhões de votos, para atingirmos a paz social na concórdia, os objetivos que fixamos em praça pública e cujo lema é cuidar das pessoas.*

*Muito obrigado!* (Discurso de posse do Marcelo Crivella, em 2017<sup>123</sup>)

Em momento anterior deste estudo, aduzi o argumento de Melina Cooper acerca do papel da família patriarcal no neoliberalismo, frente às delegações de responsabilidade por parte do Estado. Isso fica evidente no primeiro trecho do discurso de Marcelo Crivella, em que ele é enfático ao manifestar que mesmo que o Estado proporcionasse os cuidados necessários, não teria o mesmo valor que a intimidade do cuidado familiar. Por lógica, então, ele argumenta que o papel do Estado de cuidado é o de fortalecer a família tradicional. Esse ponto é fundamental para o argumento da tese, na medida em que a compreensão das disputas do cuidado e seus sentidos sofrem capturas significativas pelo autoritarismo.

Como a dinâmica dos cuidados é desafiada hoje? Qual é a disputa dos cuidados? A literatura feminista (AGENJO, 2013; MUÑOZ; AGENJO, 2016) e ecofeminista (DENGLER; LANG, 2022; HERRERO, 2020/2016/2013) situa os cuidados como principal eixo de sustentação da vida. O cuidado de si mesmo, o cuidado dos outros, o cuidado da natureza, a interdependência como vínculo social. A construção contemporânea da literatura sobre os cuidados possui duas tendências principais: uma que pensa os cuidados como uma responsabilidade a ser delegada e a outra que entende que o cuidado pode reger os laços sociais de maneira autônoma às autoridades.

A primeira é pensada por outras duas correntes de interpretação. Uma a partir da crítica feminista que entende o cuidado como um trabalho não pago das mulheres na sociedade (GONZÁLEZ, 1983; HOOKS, 1995; FEDERICI, 2019), que as retira da vida pública e de sua competitividade em carreiras frente a homens que não precisam dedicar cuidado. Assim, uma literatura mais institucional sobre os cuidados reivindica a sua importância e centralidade, mas afirma que, precisamente por essa razão, os Estados e os governos precisam ter políticas

---

<sup>123</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/veja-a-integra-de-discurso-do-prefeito-eleito-do-rio-marcelo-crivella.ghtml>

específicas de cuidado. O foco aqui é sobretudo os mais velhos, mas também crianças e pessoas portadoras de deficiências. A política do cuidado com os mais velhos, por exemplo, passa pela necessidade de que o Estado construa condições sociais, econômicas, e infraestruturais – ou seja: as políticas de cuidado institucionalizadas.

Nesses termos, é demarcada a externalidade do cuidado a partir da responsabilização do Estado de modo a suprir a ausência de autonomia frente ao próprio corpo. Assim, a perspectiva feminista é de que haveria a liberação das mulheres da tarefa do cuidado, que caracteriza e estrutura a família patriarcal. Por outra via, há a corrente da relação entre Estado, mercado e sociedade característica da racionalidade neoliberal que responde à necessidade de liberação das mulheres para a vida pública – mais precisamente a demanda por trabalho da população economicamente ativa – de uma outra forma. Para que o cuidado seja delegado, mas, ao mesmo tempo, seja mantida a estrutura patriarcal da família, o mecanismo de privatização dos serviços de cuidado é central, no qual são os homens que arcam por eles e mulheres que se dedicam a esse tipo de trabalho (COOPER, 2017).

O que fica demonstrado é que a responsabilização de um outro pelo cuidado termina por ser estruturante de relações sociais hierárquicas. Nesse sentido, convém questionar em que medida a dinâmica da subjetividade autoritária disputa também os cuidados, dado que apresenta formas relacionais que são, no fundo, sempre muito hierarquizadas. Isso explica a razão pela qual os cuidados são enlaçados em discussões oriundas sobretudo da religião, de grupos sociais e políticos que tentam controlar determinados setores e grupos sociais, sobretudo os que estão vulnerabilizados, estigmatizados em uma sociedade hiperindividualizada (HERRERO, 2020). Nesse ponto, cabe destacar a diferença encontrada em entrevistas conduzidas com duas mulheres de grupos sociais e políticos discrepantes na cidade do Rio de Janeiro.

Na entrevista realizada<sup>124</sup> com a Maria<sup>125</sup>, branca, nordestina, 46 anos, mãe solo de dois rapazes negros, moradora da favela de Manguinhos, ex-militante do movimento Mães de Manguinhos e atualmente integrada à Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado, observei que o cuidado era manifesto em sua rotina como imposição às esferas pública e doméstica. Quando criança, mesmo sendo a mais nova entre os irmãos, era ela quem cuidava dos afazeres de casa quando a mãe saía e “trabalha fora” desde os 12 anos de idade como empregada doméstica. Terminou o segundo grau por meio de supletivo. Ela lembra,

---

<sup>124</sup> Entrevista realizada no dia 22/02/2022 pela Plataforma Zoom, com duração de 3h20 e gravação de áudio e vídeo.

<sup>125</sup> Nome fictício utilizado para conservar o anonimato da entrevistada.

ainda, que as mães vizinhas “olhavam por eles”, ela e os irmãos, quando sua mãe saía para trabalhar – responsável por manter a casa, a mãe de Maria transitava entre três empregos (um deles, aliás, de cuidadora). A mãe sempre morou com ela e, hoje em dia com a idade avançada, está sob seus cuidados. “Quando tinha tiroteio, a mãe voltava logo pra casa com medo da gente solto. Mas não fosse isso, a gente era acostumada a ficar entre as casas das vizinhas. Quando minha mãe estava em casa, a criançada da rua também ia pra lá. Só assim pra ela conseguir trabalhar”, relata. Esse ponto é importante, na medida em que demonstra outro tipo de relação de cuidado, extrapoladora do núcleo familiar, mas que conta com a solidariedade comunitária e não como prestação de serviços.

Por outro lado, a entrevistada, Penha<sup>126</sup>, na mesma faixa de idade, também branca, moradora de um condomínio na Barra da Tijuca (mas oriunda de Campo Grande), também mãe, casada com o pai do filho, ensino superior e bolsonarista acampada no QG, vive relações diferentes com o cuidado. Com a mãe cuidada em asilo privado, não muito longe de onde mora, e contando com o serviço de uma empregada doméstica em casa, o cuidado é mais facilmente delegado. Contudo, a interlocutora relata que, enquanto evangélica, dedica semanalmente cuidados fazendo sopa para pessoas em situação de rua e fazendo entrega noturna de alimentos, bem como orando, com os desabrigados. Ela se emociona dizendo a diferença que é na vida das pessoas esse cuidado e diz que todo mundo deveria experimentar esse tipo de “caridade” que “faz bem para a gente mesmo”.

Ambas as entrevistadas, entretanto, defendem que é papel do Estado e dos governos a garantia de cuidados gerais. Nessa perspectiva, o cuidado, especialmente no segundo caso, não se dá por meio da reciprocidade, mas pela aposta da fé, pela aposta de uma promessa ou pela própria garantia da assimetria social. Assim, gostaria de pensar a segunda tendência na literatura, que apresenta o cuidado como estruturante da sociedade. É na via de pensamento do cuidado como aspecto que rege, potencialmente, vínculos sociais comunitários. As redes construídas entre mulheres faveladas, por exemplo, ao se apoiarem para a liberação umas das outras. São cuidados dedicados não como serviços e muitas vezes sequer por uma afinidade e menos ainda laços familiares, mas pelo próprio ímpeto de compartilhamento de responsabilidade com as pessoas. Os cuidados compartilhados rompem com uma lógica da hierarquia, do poder sobre os corpos e da tutela ou superioridade sobre as pessoas.

É oportuno refletir, nesse sentido, como toda essa discussão sobre os cuidados – como uma forma de democratizar e comunitarizar os vínculos – é profundamente “liberadora” e

---

<sup>126</sup> Nome fictício utilizado para conservar o anonimato da entrevistada.

potencialmente regenerativa da vida social. Ao mesmo tempo, é um caminho que situa os vínculos em uma dinâmica necessariamente mais horizontal. Faz sentido que em um mundo de catástrofes iminentes, seja consolidada uma narrativa de que só as experiências negativas existem. Assim, as energias sociais são despendidas para que acontecimentos *não* ocorram e, desse modo, não consegue mais operar expectativa no sentido do que se almeja, encurralando-nos em uma temporalidade imediata, reativa e urgente do presente.

Quando Freud (2011) trata da ambivalência dos afetos, o desamparo e o medo aparecem como centrais para a configuração construída em relação à autoridade ou autonomia. Para ele, afirmar ou negar o desamparo, por exemplo, é questão determinante para que seja um afeto que retira a potência de agir ou que seja emancipatório (cabe recuperar a Figura 1 do capítulo um, que trata desta relação). O desamparo não é algo contra o qual se luta, mas algo que se afirma. Ele pode ser tanto transformado em medo e angústia social, ou por sua fresta produzir um gesto emancipatório: a afirmação da contingência e da errância. O que as narrativas por demandas de cuidado como reivindicações políticas, ou de *care*, extraem do desamparo: uma associação de lógica neurótica que pensa o desamparo na chave das narrativas de reparações, “esperadas por aqueles contra os quais me bato” (SAFATLE, 2015:38).

Nesse sentido, a demanda pelo cuidado é uma demanda antipolítica por excelência, na medida em que a política não é uma questão de pedir cuidado ou não, porque assim você já define, de partida, que tem alguém com autoridade que vai te ouvir e saber o que fazer. Demandas políticas, de sentido emancipatório e transformador, são precisamente as demandas por mudanças nas estruturas de poder, enquanto que a demanda de cuidado trata da confirmação das estruturas de poder – mesmo quando deslocadas entre Estado, família tradicional e mercado, conforme vimos. Acompanhando a lógica apresentada por Freud, portanto, o propósito de eliminar o desamparo nos leva à demanda de cuidado e consequente perda de autonomia. Ao passo que afirmar o desamparo, potencialmente significa libertar-se da condição de servidão.

Nisso consiste um problema que me parece central na teoria política contemporânea, mesmo aquelas voltadas às políticas de reconhecimento (FRASER, 1995; YOUNG, 2009). Os termos nos quais são estabelecidas as demandas de cuidado, dirigidas às instâncias de poder, bloqueiam por completo “a possibilidade de a política deixar de ser outra coisa que *o balcão universal das reparações por danos sofridos*” (SAFATLE, 2015:36). Isso quer dizer que as relações assimétricas de poder e a noção de autoridade são reiteradamente tomadas como ponto de partida indiscutível, o que cria indivíduos que, em face do medo de que uma promessa, projeção ou esperança se realize, tenda a reivindicar um Estado-pai, que responda com vigorosidade e eficiência, amenizando as incertezas. Ou ainda, se puder acrescentar, tende a



crer em preceitos religiosos que apostam na providência e certeza ontológica por meio da compreensão teleológica de processos sócio-históricos.

É por esta razão que o debate de Freud (2012) e de Foucault (2009) relativo às religiões, por exemplo, é particularmente preocupado com os investimentos afetivos e nas figuras de autoridade – terrestres e celestiais. Foucault trata das questões de territorialidade a partir dos vínculos comunitários e relações de pertencimento na chave do “poder pastoral”, que supre a ausência de vínculos naturais de pertencimento e fornece os elementos necessários para o sentimento comunitário. O que, aliás, significa dizer, que este é um poder de amparo, com funções de cuidado. Nisto consiste a perversidade da força da autoridade nos processos de cuidado: ainda que dirigida à sociedade – nesse caso, ao rebanho – o poder pastoral é individualizador, dado que o pastor é aquele que pode atribuir corpo às ovelhas. Nesse cenário, é alusivo afirmar que é essa a estrutura que inspira a constituição da autoridade política nas dinâmicas de poder contemporâneas.

A encruzilhada posta aos desarranjos da relação desamparo-medo-angústia-autoridade-autonomia-identidade-emancipação apresenta um espectro disforme e em movimento que parece nos colocar diante de frestas das possibilidades. Trata de um corpo que precisa afirmar seu desamparo como passo à autonomia e à consciência que precisa se angustiar para redimensionar o campo das suas próprias experiências. É o desabamento das imagens prematuras de si e do mundo, que nos permite retomar as rédeas e nos orientar em face dos desejos e ações. Por fim, a economia afetiva é insistentemente a dinâmica fronteira do controle autoritário e da liberdade.

## **5 REDES, RUAS, INSTITUIÇÕES E CORPOS: POR ONDE E COMO ECOAM OS VERBOS AUTORITÁRIOS?**

A literatura dedicada a estudar a ascensão das novas direitas, conforme anteriormente expresso, se dedicou majoritariamente a traçar relações causais com a sociedade digitalizada. As redes sociais, especialmente desde 2013, ocupam lugar de centralidade nos embates políticos brasileiros e são fundamentais às disposições continuamente alimentadas de uma polarização política estanque. A temporalidade de nossos tempos, marcada pela celeridade própria ao contexto global mais condicionado pela tecnologia e virtualidade, privilegia a construção de relações mediadas por esses aparatos.

Me inquieta, contudo, que as redes passem a tomar nossa atenção estrita ou, como mais frequentemente se observa, seja transformada em causa praticamente unívoca das alterações societárias mais recentes. Com o interesse em observar o fenômeno a partir de sua dimensão processual, entendo que a corrente análise, que busca compreender fenômenos em plena ebulição, deverá implicar-se em considerar as redes em sua indissociável relação com as ruas, instituições, corpo social e corpos individuais.

Como não podemos alterar o prumo dos ventos, mas podemos ajustar as velas, neste capítulo estarão expressos limites e potencialidades a partir dos desafios atravessados por uma sequência de acontecimentos. A pandemia, que é o mais significativo deles – e também o que importa ressaltar para este momento da tese –, impôs limites objetivos aos métodos de pesquisa de campo, em situação prolongada de confinamento e, posteriormente, diante das dificuldades dos reencontros presenciais. Conforme descrito na introdução, isso comprometeu as minhas inúmeras tentativas de entrevistas. Feito o desvio e desenhado o novo mapa, optei por, a partir das redes, evidenciar as imbricações existentes com as ruas, instituições e corpos enquanto camadas estruturantes dos mecanismos de ação das direitas apoiadoras de Bolsonaro no enquadramento do medo.

É relevante, inicialmente, observar como imaginários antes dispersos – mas já existentes – acessaram as redes sociais e, assim, puderam construir dinâmicas de pertencimento (comunidades) para compartilhar, reafirmar, modificar, reorientar, intensificar seus pensamentos e ideais. Para parte majoritária dessas pessoas, antes despossuídas de laços comunitários e que viviam, muitas vezes, vidas solitárias e isoladas devido à própria organização urbana do medo, esses artefatos foram recurso quase que de redenção.

O avanço e a multiplicação das novas tecnologias geraram alterações significativas nas dinâmicas políticas contemporâneas e foram acompanhados pela crescente importância do campo de estudos sobre política e ambientes digitais, que assumiu duas tendências centrais. Se, inicialmente, a internet foi vista como uma possibilidade de democratização, ao ampliar a circulação e produção de informações e estimular a participação mais ativa dos cidadãos no cenário político, tendência posteriormente chamada “tecnomistismo” (RHEINGOLD, 1993; CASTELLS, 1999); uma contratendência sugeriu uma perspectiva menos otimista, a partir da qual a disseminação ampliada da internet era vista como multiplicadora de outras possibilidades de criação de instrumentos ainda mais sofisticados de controle social e de ação de grupos cada vez mais centralizados (BUSCHSTEIN, 1997).

Dentre outros contextos, o contexto brasileiro demonstrou, contudo, que essas não são tendências excludentes. A lógica interativa das redes definitivamente permitiu que cidadãos, antes alheios aos debates políticos, pudessem diversificar e escolher suas fontes de informação. Mais ainda, os artefatos tecnológicos possibilitaram também que o próprio indivíduo tivesse papel ativo na mediação, produção de conteúdo e participação nos debates, aproximando de perspectivas que apostaram em modelos de participação online mais diretos (TSAGAROUSIANOU, TAMBINI, BRYAN, 1998; NUNES, 2018, 2022). O papel ativo nesses formatos de mediação na disseminação de conteúdos nas redes parecia ser uma oportunidade de quebra de monopólios de poder e informação que garantiam a manutenção da estrutura de dominação social e manipulação ideológica (PIAIA, 2021), o que fortaleceu as abordagens de agitação dos grupos bolsonaristas para envolver as pessoas de maneira ativa na circulação de informação (“verdades” que só seriam alcançadas por mais pessoas se houvesse o comprometimento individual com o “compartilhamento”).

Ao mesmo tempo, são estridentes os usos e impactos das novas tecnologias na esfera institucional e na organização de atores políticos. Muitas pesquisas apontam que governos e empresas têm ampliado sua capacidade de controle e vigilância a partir de filtros que restringem ou neutralizam o acesso a determinados conteúdos, questão que, no Brasil, esteve no debate político no contexto de aprovação do Marco Civil da Internet, em 2014 (CURZI, 2020; PIAIA, 2021). Há ainda, a capacidade que têm as empresas privadas de investir em produção e circulação de conteúdo que podem colaborar com governos. É o caso do Gabinete do Ódio, no

Brasil, alvo, desde 2020, de investigação do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Polícia Federal (PF)<sup>127</sup>.

A extensa coleta de material nos grupos de WhatsApp no contexto da corrente pesquisa permitiu observar a reprodutibilidade do conteúdo, que se repete simultaneamente nos diferentes grupos. Com isso, é possível identificar (verificável desde as eleições de 2018<sup>128</sup>), que há vetores de informação coordenados, responsáveis por impulsionar mensagens a partir de um conteúdo nuclear. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, acompanhou uma tendência inovadora na ascensão da direita do ponto de vista da comunicação política. Tendo Bolsonaro se ausentado dos debates à época, com pouquíssimo tempo de propaganda televisiva, poucos recursos declarados e em um partido de baixa capilaridade territorial, o Partido Social Liberal (PSL), o resultado foi surpreendente. O uso das redes sociais, especialmente do WhatsApp, garantiu uma “rede orgânica de repasse e circulação de informações, com a criação intensa de grupos de discussão e campanha, alimentados tanto por conteúdos de campanha, quanto por criações não oficiais” (PIAIA, 2021: 22).

As revelações em torno do “Gabinete do ódio” e de sua importância para além das redes sociais sugerem um acúmulo social anterior e contínuo, que foi acomodado nesses artefatos enquanto mecanismos de ação ideais com predisposições sociais relativamente assentadas. As redes, nesse sentido, estão integradas às estruturas sociais regidas pelo empresariado, instituições de poder e dimensões subjetivas historicamente construídas. A partir dessa percepção preliminar, pretendo me diferenciar tanto das abordagens que pensam as redes reduzidas a mero instrumento, quanto daquelas que a tomam como produtoras unívocas das articulações políticas atuais. Nessa perspectiva, também aciono a discussão sócio-historicamente situada em trabalho com a ideia de “bolsonarismo” (ressaltando as questões, limites e equívocos de assim designar a dimensão da corrente política ascendente no país) para além da figura do Bolsonaro. As estratégias relacionais que caracterizam as lideranças da extrema direita dos últimos anos não são inteiramente novas e muitos elementos são demonstradamente anteriores ao próprio avanço tecnológico, o que sugere permanência e

---

<sup>127</sup> Disponível em:

<https://www.indap.org.br/sistema/admin/downloads/CORREIO%2030%2008%20RIACHAO%20DO%20JACU%20IPE.pdf> (ação da PF de investigação de empresários financiadores do gabinete fomentando o golpe caso Lula fosse eleito em 2022, espalhando pânico e risco ao Estado de Direito e à democracia).

<sup>128</sup> Tratarei mais detidamente do assunto adiante, mas cabe antecipar que a menção ao período das eleições de 2018 é justificada pela relevância que o WhatsApp teve no período eleitoral como meio preferencial de campanha da candidatura de Jair Bolsonaro, conforme a literatura mais recente demonstra. E, não apenas, os estudos verificaram que havia organização e impulsionamento dos conteúdos como investida central da campanha.

repetitividade na história. Cabe, portanto, recuperar o que diz Leon Trotsky, em seu texto “O que é o nazismo?”:

Cabeças inocentes pensam que o gabinete da realeza se hospeda no próprio rei, no seu manto de veludo e em sua coroa, nos seus ossos e nas suas veias. Na verdade, o gabinete da realeza é uma inter-relação entre pessoas. O rei é rei apenas porque os interesses e prejuízos de milhões de pessoas são refratados através de sua pessoa. Quando a enchente do desenvolvimento varre estas inter-relações, então o rei aparece apenas como homem deslavado. (TROTSKY, 1933<sup>129</sup>)

Diluir a figura do líder nas relações sociais que nele projetam o aspecto aglutinador de ideais, e não o contrário, é uma maneira importante de interromper as tentativas de segmentação das dimensões da vida, que terminam por dissociar elementos fundamentalmente integrados. Há impacto – e limites – em recorrer aos referenciais históricos europeus que registraram temores em todo o mundo, como o nazismo, para situar por que tipo de partilha operam as ações nesse momento. Imergir na dinâmica de proximidade, por meio do resgate da história nacional e, mais especificamente, do Rio de Janeiro, é revelador para a compreensão do fenômeno com potencialidades analíticas que se deslocam do particular ao geral.

O próprio processo de urbanização da cidade carioca, na transição do século XIX para o XX, que trouxe proximidade simultânea à separação e distinção das diferentes classes sociais por meio de sua geografia e estética referentes à favela e o asfalto e a importância – por exemplo – das milícias na constituição do imaginário político na cidade carioca.

### **Percursos empírico-metodológicos**

Discorri, na introdução, os processos e percalços metodológicos deste trabalho, não somente pelas dificuldades impostas pela pandemia, mas também pelos próprios desafios de pesquisar sujeitos desconfiados e hostis aos procedimentos e produções científico-intelectuais. Nos capítulos seguintes, analisarei o material empírico coletado ao longo de quatro anos nas múltiplas frentes metodológicas que integraram a tese: os grupos de WhatsApp; os acompanhamentos em outras redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook, etc.) de personalidades influentes da extrema direita; sites de conteúdos conservadores divulgados pelos participantes dos grupos; discursos públicos; Jornal Universal; e entrevistas e trabalho de campo em manifestações e acampamentos.

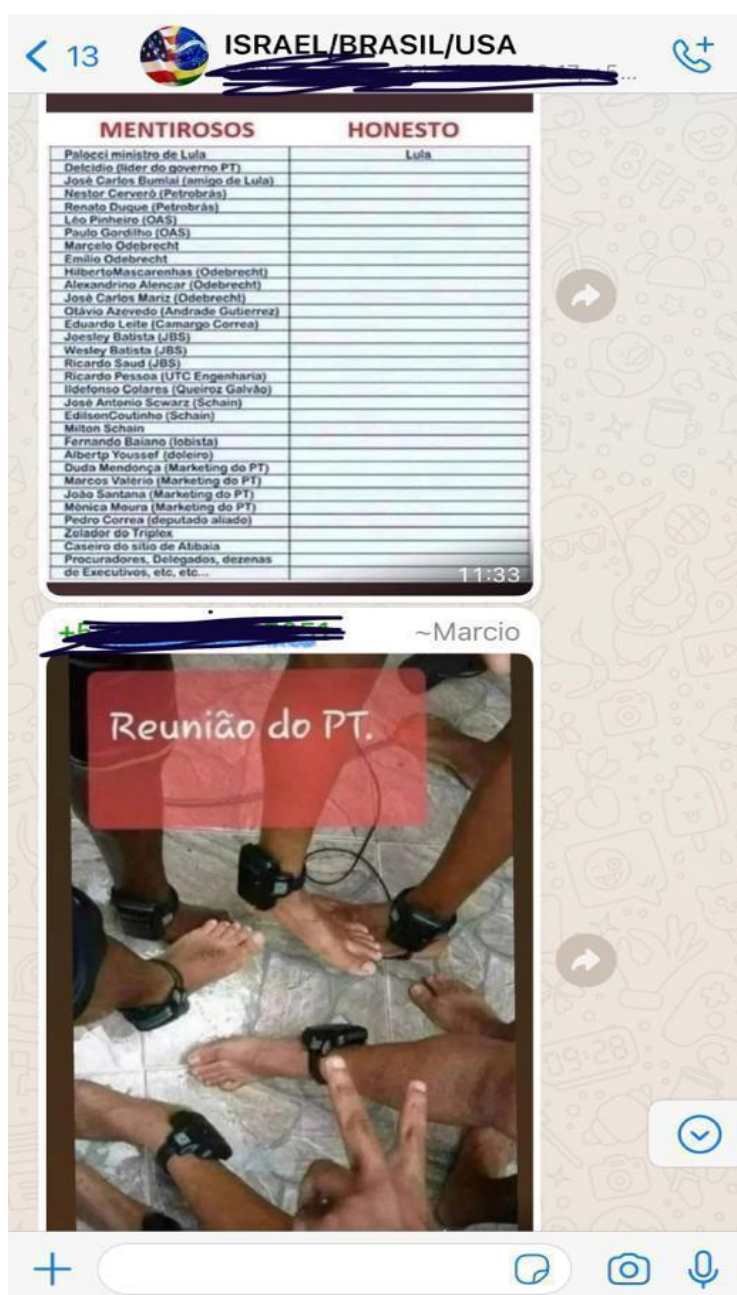
<sup>129</sup> Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1933/06/10.htm>

Já foi mencionado que a metodologia foi sendo modificada na medida em que o campo era experienciado, o que caracteriza um processo experimental de adequação das ferramentas analíticas. Por fim, os conteúdos foram aglutinados em quatro grandes categorias: 1) *Religião/moral*; 2) *Disputa pela verdade*; 3) *Inimizade*; 4) *Patriotismo/militarismo/masculinidade*. Aliás, uma observação digna de nota nesse caminho da sistematização é que, no princípio da coleta de dados, nos primeiros meses de 2020, o “antipetismo” e o debate “anticorrupção” eram categorias centrais para a minha distribuição de conteúdo. Com o passar de dois anos e a alteração significativa – e crescente – dos arranjos de imaginário político do “bolsonarismo”, o antipetismo passou a ser tema diluído na categoria mais ampla da “inimizade”, que passava a acionar mais os termos “comunistas”, “esquerdalhas”, “criminosos”, dentre outros, mas mais flexíveis à crescente incorporação de outros grupos políticos. Algo semelhante ocorreu com a pauta “anticorrupção”, que passou a integrar a categoria “religião/moral” pelo tratamento dado à corrupção, orientado por valores morais e religiosos, bem como localizados na figura do Lula como “ex-presidiário”, “descondenado”, e, “bandido”.

O debate da corrupção quando corporificado na figura do Lula sofreu modificação relevante em sua base argumentativa e imagética. Deixou de remeter à uma concatenação de imagens de dinheiro, que muitas vezes eram apreendidas com certa distância pelo cidadão comum: seja pela virtualidade das transferências bancárias, seja pelos valores tão altos que pouco palpáveis para a consideração material. Talvez por isso os escândalos de corrupção mais repercutidos na memória popular do brasileiro sejam aqueles em que dinheiro vivo era encontrado, como no escândalo do mensalão do dinheiro guardado na cueca. Tudo isso para dizer que a ativação do debate da corrupção por meio da associação de imagem de “bandidos”, a noção de criminosos comuns e associando diretamente ao crime organizado, aproximou o cidadão do corrupto e, logo, da iminência de seu ataque, fomentando o pânico.

A partir dessas associações, que permitem concatenações imagéticas, foi propiciado um prisma por meio do qual outros elementos fossem acomodados. Problemas sociais intensificados no governo Bolsonaro, como o corte de investimentos no SUS e a fome no país, por exemplo, passaram a ser contra-argumentados com os “roubos” do governo do PT. Que significam roubos do Lula e roubos de seus apoiadores, também identificados como “bandidos”, como modos de encarnação da culpa. E sempre vinculado aos destinos do “dinheiro que você pagou”, de modo a individualizar a experiência da corrupção e aproximar o contato com o interlocutor, convocando-o.

Figura 6 – Print do Grupo de WhatsApp Israel/Brasil/EUA



Fonte: A autora, 2022.

Neste capítulo, me dedicarei às categorias 1) Religião/Moral e 2) Disputa pela verdade e, no capítulo seguinte, tratarei das temáticas da 3) Política da Inimizade e do 4) Patriotismo/Militarismo/Masculinidade, separação que foi realizada por afinidade entre os temas, mas especialmente porque busca tornar a leitura mais operativa, dada a densidade do material empírico. Cabe lembrar, entretanto, que as fronteiras entre as categorias são artificialmente criadas para fins de apresentação do conteúdo e que estão, a todo tempo, entrelaçadas em suas dinâmicas. Por fim, os percursos metodológicos serão a sutura necessária

a cada uma das categorias, sendo incorporados ora de maneira sistemática, ora de forma ilustrativa.

### **5.1. Religião/Moral**

O papel das igrejas e da religião, desde a eleição do presidente Bolsonaro, em 2018, ficou cada vez mais evidente como fator central para a compreensão do aumento exponencial da adesão popular às ideias que Bolsonaro mobiliza. Geoffrey Pleyers (2020) explica que duas mudanças determinaram uma inflexão nos anos 1980: a primeira, uma virada conservadora importante na própria Igreja Católica como reação à corrente da teologia da libertação e, a segunda, a ascensão das igrejas neopentecostais conservadoras. Os impactos foram silenciosos nas décadas seguintes, mas atualmente notáveis, com sua predominância de poder.

É importante notar que as duas mudanças destacadas por Pleyers ocorreram de maneira simultânea, de modo a integrarem e fortalecerem o mesmo processo de crescimento dos Novos Evangélicos. O Vaticano experienciou uma crise por disputas internas que levou ao achatamento de toda iniciativa que se vinculava ao progressismo, com uma importante virada ao conservadorismo. Como resultado, foi inevitável o enfraquecimento da Teologia da Libertação e, logo, as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB), fundamentais na construção e fortalecimento de movimentos sociais e espaços de ativismo progressista urbanos, em especial nas favelas e nos subúrbios das cidades brasileiras. Foi nesse giro da Igreja Católica que surgiu o uso do pânico moral em relação à ideologia de gênero enquanto recurso instrumentalizador dos propósitos de virada ao conservadorismo.

Com isso, as disputas cultural-cognitiva e políticas tornaram-se agenda prioritária da frente evangélica para ocupar o vazio deixado pelas igrejas católicas. Como recorda Divino Nunes (2006), desde a Constituinte de 1987, na qual participaram 33 parlamentares evangélicos, sua presença na política é crescente e destacada. O que não foi eventual e se confirmou enquanto tendência no país, que registrou recorde de candidatos com denominações evangélicas nas eleições de 2022, um crescimento de 26% comparado com o ano de 2018<sup>130</sup>. Ao mesmo tempo, mudanças importantes puderam ser notadas a partir da eleição do Bolsonaro,

---

<sup>130</sup> Fonte: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/brasil-tem-recorde-de-candidatos-com-denominacoes-evangelicas/>



neste mesmo ano, que só foi possível dado o apoio majoritário dos evangélicos nas eleições: quase 60% de seus eleitores, naquele momento, eram evangélicos<sup>131</sup>.

Apesar do aumento no número de candidaturas com identidades evangélicas, foi notável uma redução no número de eleitos entre eles. Aqueles que não estavam aliados a Bolsonaro apresentaram chances reduzidas de eleição. Com isso, especialistas (Guilherme Galvão Lopes, da FGV; Jacqueline Moraes Teixeira e Clemir Fernandes, do ISER) avaliam<sup>132</sup> que o arrefecimento do número de evangélicos eleitos não apenas não significa que o mesmo vá ocorrer com as pautas evangélicas, como também caminha em conjunto com um recrudescimento das pautas conservadoras. O cenário confirma a tendência do fenômeno observado por Nunes, já em 2006, de que as igrejas neopentecostais seriam centrais no avanço dos evangélicos, mas especialmente em indicar a Igreja Universal do Reino de Deus como aglutinadora desse processo, na figura de Edir Macedo, além do aliado pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, ambos empresários poderosos no país e bolsonaristas fundamentais para a adesão popular ao Bolsonaro.

Associado ao poder político institucional em crescimento, também as favelas e periferias viveram forte investimento e atuação das igrejas neopentecostais conservadoras, dado que o neopentecostalismo foi um fenômeno predominantemente urbano em seu primeiro momento, acompanhando o processo de urbanização – e todas as questões sociais aliadas a ele – entre as décadas de 1980 e 1990, no Brasil (DIVINO NUNES, 2006; PLEYERS, 2020). Segundo explica Pleyers, nos locais em que se notou o vazio deixado pelas igrejas católicas em seu processo de reestruturação hierárquica,

(...) as igrejas neopentecostais assumiram a missão da educação popular nas favelas e se tornaram incubadoras de pequenos empreendedores e militantes conservadores, cuja visão religiosa levava a defender a questão moral e, em particular, a moral associada à sexualidade (aborto, casamento, homossexualidade etc.) (PLEYERS, 2006: 7).

Desse modo, todo um arranjo subjetivo orientado pelos marcadores morais da religião foi sendo reafirmado em relação retroalimentada da sociedade – em múltiplas camadas sociais

---

<sup>131</sup> Fonte: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/brasil-tem-recorde-de-candidatos-com-denominacoes-evangelicas/>

<sup>132</sup> Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro/como-bolsonarismo-encolheu-bancada-evangelica-na-camara,98372d37c259f96a39b6b1c8c383e60awiwxj42l.html>

–, com as individualidades e com as instituições. A leitura e análise do jornal *Folha Universal*<sup>133</sup> validam essa percepção, na medida em que demonstram as pontes criadas entre as dimensões políticas-institucionais e práticas individuais e coletivas coerentes com o “ser cristão”.

Não por menos, a categoria de sistematização das mensagens de WhatsApp que acomoda a religião e a moral é a mais numerosa. Ela emerge como uma categoria guarda-chuva, a partir da qual muitas subtemáticas de paradigmas moral e religioso são incorporadas. Isso nos ajuda também a entender a maneira de propagar a informação nesses grupos. A repetição não se dá pela via de temas genéricos (menção abstrata à religião e à moral, por exemplo), mas principalmente por meio de exemplos/casos específicos, acionados em volume de vezes até tornar-se uma verdade bem assimilada e compartilhada entre o grupo. A repetição nos grupos, logra, contudo, acrescentar aspectos de indignação, mobilizando novos fatos sobre os autores daquele mesmo evento da repetição. Essa atualização, mesmo que sutil e tangencial, permite que o fato repetido não se torne ladainha e seja introjetado, mas de maneira ativa pelo *receptor*, que passa a ser um *coletor* de informação e, na sequência, um *difusor* dela.

Figura 7 – Print da página de apoiadores de Bolsonaro, no Facebook.



Fonte: A autora, 8 de julho de 2020.

<sup>133</sup> A *Folha Universal* é o jornal semanal da Igreja Universal do Reino de Deus. É em formato impresso e virtual, com ampla circulação nacional. É usado como material evangélico nas ruas, hospitais, igrejas, presídios, etc.

Além da associação do comunismo ateu com as origens do mal e o satanismo, houve um processo de perseguição que deslocou ao centro as religiões de matriz africana como característica desse “elo do mal”. O Lula e o PT foram continuamente atrelados a essas religiões como mecanismo para inflamar a rejeição da esquerda por parte do público evangélico e católico conservador.

Com efeito, já no primeiro ano de governo Bolsonaro, em 2019, foram registrados 201 casos de intolerância religiosa contra religiões de matriz africana, o dobro do número de 2018, segundo o Comitê de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR)<sup>134</sup>. Mesmo nos primeiros meses de pandemia, em 2020, quando os templos estavam fechados devido à quarentena, foram registrados cinco ataques a terreiros de candomblé e umbanda no Rio de Janeiro<sup>135</sup>, espaços que foram invadidos, incendiados e tiveram seus objetos sagrados destruídos. A crescente de casos seguiu novamente, em 2021, quando foi verificado um aumento de 43% dos casos de ultraje religioso contra religiões de matriz africana<sup>136</sup>. Os dados foram coletados pelo ISP que enfatiza que há subnotificação que, entre outros fatores, pode ser explicada porque falta um sistema de coleta de dados que hoje depende da denúncia das pessoas, muitas das quais têm medo de denunciar quando estão em comunidades onde há o tráfico evangelizado.

Figura 8 – Imagem circulada em grupos de WhatsApp “Direita Conservadora”



Fonte: A autora, 2020.

<sup>134</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/22/apesar-de-criacao-de-delegacia-templos-de-religoes-de-matriz-africana-sao-atacados-ate-durante-a-pandemia-no-rj.ghtml>

<sup>135</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/22/apesar-de-criacao-de-delegacia-templos-de-religoes-de-matriz-africana-sao-atacados-ate-durante-a-pandemia-no-rj.ghtml>

<sup>136</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/ataques-a-cultos-religiosos-crescem-no-rio-de-janeiro.shtml>

### 5.1.1 “Ei, general! O Lula é imoral!”<sup>137</sup>: matrizes da bandeira anticorrupção

O debate da (anti)corrupção não nasce com a Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, ainda que com ela tenha se fortalecido. O início da captura desse discurso pelas vertentes políticas conservadoras não consiste no fenômeno do bolsonarismo. Divino Nunes (2006), em seu estudo da *Folha Universal*<sup>138</sup>, jornal da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do Edir Macedo, verifica que as igrejas neopentecostais defendem

(...) a ideia de que a corrupção presente na política brasileira é a antítese dos princípios cristãos morais e éticos. Deste modo, os “homens e mulheres de Deus” são os mais aptos para estabelecer uma nova moral pública e uma nova ética na política. Assim, a corrupção justifica e legitima o ingresso na política, pois eles se consideram uma espécie de “reserva moral” da sociedade (NUNES, 2006:129).

Figura 9 –Imagem circulada em grupos de WhatsApp bolsonaristas



Fonte: A autora, 2020.

<sup>137</sup> Palavra de ordem repetida nas manifestações antidemocráticas pós resultado eleitoral de 2022, no Rio de Janeiro.

<sup>138</sup> Em nota, Nunes explica que o jornal *Folha Universal* é publicado desde 1992 e possui uma tiragem semanal de 2.335.000 exemplares, com 32 páginas. Comparado com grandes jornais em circulação no Brasil como a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, a *Folha Universal*, em termos quantitativos, figura entre os maiores jornais do país. Conforme o próprio site da *Folha* propaganda: eles são o maior jornal de circulação impresso do Brasil.

Importa observar que o uso do discurso anticorrupção assumiu papel central na crescente descredibilidade das instituições democráticas – que passam a ser associadas com o que é corrupto e integram a relação de causalidade com as narrativas em torno do mercado político, em que “todos os políticos são iguais” e “chega no poder e se corrompe”, como aspectos invariáveis das estruturas de poder. Daí decorre a importância do personagem Bolsonaro, por exemplo, ser edificada como *outsider* da política tradicional (mesmo com sua longa carreira política, tendo cumprido sete mandatos como deputado federal<sup>139</sup> e integrado cinco partidos políticos) e denunciar a corrupção imprimindo aos discursos a mesma emoção de indignação do cidadão, para que seja isento da possibilidade do lugar de acusado. O debate da corrupção, contudo, não se insere estritamente na dinâmica do desvio das normativas, mas da própria moral socialmente compartilhada e religiosamente reivindicada.

É o que argumenta Stanley (2018), ao tratar de técnicas e mecanismos fascistas em diferentes estágios do autoritarismo: “Corrupção, para o político fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei.” As denúncias da corrupção, nos termos do autoritarismo, contudo, pretendem evocá-la no sentido da usurpação da ordem tradicional (STANLEY, 2018: 64). Por isso o arranjo acusatório transversaliza os matizes de classe, raça e gênero. Uma revolta que resultou mais estridente à época dos escândalos de corrupção no Brasil, por exemplo, foi o Bolsa Família, em que eram disseminadas imagens de pessoas que a recebiam e andavam de carros caros, como os da marca Hilux. A ordem tradicional do Estado parecia corrompida quando suas políticas se voltaram ao setor mais pobre e vulnerável e passou a ocupar o centro das narrativas indignadas com os governos petistas na opinião pública. Du Bois (2014), entretanto, demonstra que isso não é novidade e nem particularidade do Brasil, ao afirmar que o fim do período da Reconstrução foi especialmente devido às denúncias forjadas de corrupção, que configuraram “o centro da acusação de corrupção [...] era, na verdade, que os pobres estavam governando e taxando os ricos” (DU BOIS, 2014: 419).

Nas entrevistas conduzidas com os manifestantes bolsonaristas, fica evidente o impacto que essa narrativa teve inclusive na construção da apreensão das pessoas do significado de “comunismo”. Se repetiu nas entrevistas a noção de que uma característica fundamental do comunismo seria a de relação de dependência e controle por parte do Estado sobre a vida dos

---

<sup>139</sup> Renunciou em seu último mandato enquanto Deputado Federal para tomar posse como presidente da República. Deputado Federal - 1991-1995, RJ, PDC; Deputado Federal - 1995-1999, RJ, PPR; Deputado Federal - 1999-2003, RJ, PPB; Deputado Federal - 2003-2007, RJ, PPB; Deputado Federal - 2007-2011, RJ, PP; Deputado Federal - 2011-2015, RJ, PP; Deputado Federal - 2015-2019, RJ, PP. Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>.

cidadãos. “O comunismo é quando você é totalmente dependente do Estado”<sup>140</sup>, disse uma das entrevistadas. Outro entrevistado justifica seu saudosismo da ditadura militar porque “Estamos vendo como que hoje os jovens já não têm mais a mesma garra, porque tudo vem do Estado. Antes éramos ensinados a buscar, correr atrás mesmo para conquistar as coisas”<sup>141</sup>.

Stanley argumenta que o incômodo se estende também a outros matizes que desafiam a ordem tradicional. Segundo ele:

Quando as mulheres alcançam posições de poder político geralmente reservadas para os homens, ou quando muçulmanos, negros, judeus, homossexuais ou “cosmopolitas” lucram ou até compartilham dos bens públicos de uma democracia, como assistência à saúde, isso é percebido como corrupção. Os políticos fascistas sabem que seus partidários farão vista grossa à sua própria e verdadeira corrupção, já que, em seu caso, trata-se apenas de membros da nação escolhida pegando o que é deles por direito. Mascarar a corrupção sob o disfarce de anticorrupção é uma estratégia marcante da propaganda fascista.” (STANLEY, 2019:66-67).

A forma de organizar a indignação incitada na opinião pública é definida pela propaganda, que convoca à ação todos que se considerarem defensores e defensoras da ordem tradicional. Na apresentação de fragmentos da *Folha Universal*, é verificável, já no início dos anos 2000, a relação de alinhamento com os discursos agora propagados e, em algum nível, cobrados em comportamento pelos integrantes dos grupos. Assim, os “homens e mulheres de Deus” são conclamados a lutar por seus direitos:

(...) O povo de Deus tem que ficar atento nas próximas eleições, escolhendo os melhores candidatos. Se ficarmos indiferentes à política e não lutarmos pelos nossos direitos, os corruptos entrarão novamente (...). Sabemos das perseguições<sup>142</sup> que a Igreja do Senhor Jesus enfrenta, por isso, temos que votar em homens e mulheres de Deus para deputado federal, estadual e governador. (...) Quando tomamos atitudes com sabedoria e votamos em candidatos ungidos com o Espírito Santo, com certeza, a história da política brasileira será outra. (*Folha Universal*, n. 746, julho de 2006).

<sup>140</sup> Entrevista realizada com gravação autorizada, no dia 19 de novembro de 2022, no acampamento em frente ao Palácio Duque de Caxias, com entrevistada mulher autodeclarada branca, 54 anos, professora.

<sup>141</sup> Entrevista realizada sem gravação autorizada, no dia 19 de novembro de 2022, no acampamento em frente ao Palácio Duque de Caxias, com entrevistado homem, prefere não dizer a cor de pele, 59 anos, professor.

<sup>142</sup> O discurso da perseguição, corroborador da intenção de gerar pânico moral, é continuamente reafirmado no jornal. A exemplo da matéria que acusa partidários do Lula de espalharem material em nome da igreja: <https://www.universal.org/noticias/post/fraude-eleitoral-partidarios-de-lula-espalham-folheto-com-simbolo-da-universal-pedindo-voto-para-o-candidato/>

As mensagens propagadas na *Folha Universal* pré e durante as eleições de 2018 e 2022, como exemplos mais recentes, reforçam esse tipo de abordagem e mostram a importância desse jornal de ampla circulação e das igrejas neopentecostais na constituição das subjetividades coletivas aglutinadas nesses grupos de apoio a Bolsonaro. É o caso da matéria de 28 de agosto de 2022, intitulada “Eleitor, você é protagonista nas eleições” que, apesar de não fazer menção direta aos candidatos está entre outras matérias que fazem apelo crítico ao candidato Lula e tece elogios ao governo Bolsonaro<sup>143</sup>. Destaca-se também a estética mobilizada, tendo em vista que faz uso dos símbolos pátrios e recursos com propósito de “recrutamento” de apoiadores.

A imagem escolhida abaixo é interessante na medida em que usa um símbolo nacional e aglutinador em torno das pautas bolsonaristas, que é a bandeira do Brasil, mas pintada em uma mão erguida, simbolizando o papel ativo do indivíduo da edificação desse projeto nacional. É uma tradução coerente com o restante da matéria que trata de uma convocatória aos eleitores para a ação nas eleições, não apenas no voto, mas no processo anterior de “indicação” do candidato a amigos e familiares e na fase posterior, de “fiscalização” e proximidade.

Tudo que sabemos que é bom costumamos indicar, não é? Na política não é diferente. Se você conhece um candidato honesto, correto, com caráter e os mesmos princípios que os seus, indique-o para o máximo de pessoas possível, aconselha o Bispo Alessandro (*Folha Universal*, 28 de agosto de 2022).

---

<sup>143</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/8-fatos-que-voce-precisa-considerar-para-a-eleicao-presidencial/>

Figura 10 – Print da matéria da Folha Universal<sup>144</sup>

Fonte: A autora, 2022.

O favoritismo ao Bolsonaro, aliás, é apresentado por meio de elogios tomados como elementos quase que “inevitáveis” de serem ditos e não como campanha direta, é o caso da matéria “O que você deveria considerar para as eleições presidenciais<sup>145</sup>” que traça um paralelo entre os governos do PT e o governo do Bolsonaro, justificando o porquê de o último ser muito melhor nas esferas mais importantes para a vida do eleitor: saúde, economia, saneamento, casos de corrupção, etc.

<sup>144</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/eleitor-voce-e-protagonista-nas-eleicoes/>.

<sup>145</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/8-fatos-que-voce-precisa-considerar-para-a-eleicao-presidencial/>

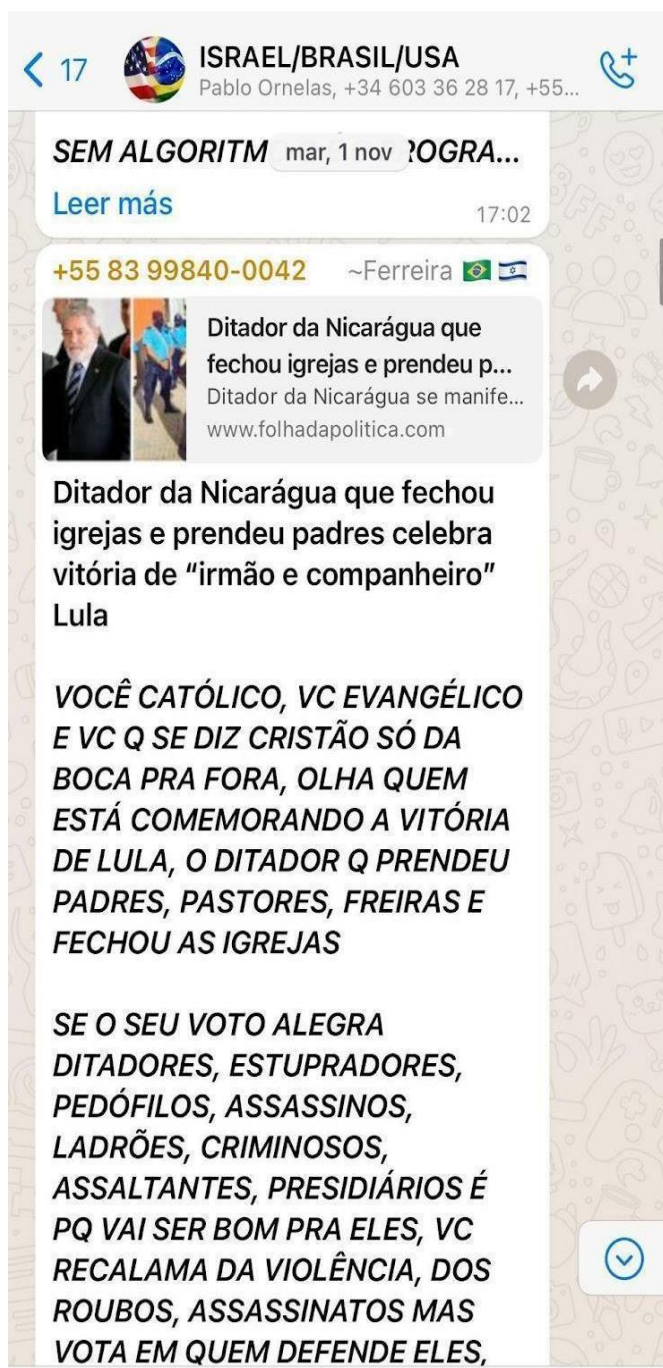


Uma costura interessante entre os jornais desde o seu início, em 1992, e os de agora é a relação com o medo do “inimigo” político. O medo é elemento mobilizador da ação individual da figura do eleitor-cristão, que deve conter o comunismo ateu. Nunes (2006) recorda a influência evangélica no contexto das eleições de 1989,

(...) quando a cúpula da Universal se posicionou abertamente em favor de Collor. As palavras de Edir Macedo ilustram isso: “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido”. Tal conduta ocorreu principalmente pelo medo compartilhado pelos evangélicos de modo geral que, caso Lula vencesse, o “comunismo ateu” acabaria com a liberdade religiosa no Brasil (NUNES, 2006:129).

Esse temor do comunismo ateu, que implicaria em perseguição às igrejas e representantes religiosos, segue sendo reiteradamente veiculado e reforçado, seja pela *Folha Universal*, seja nos grupos de WhatsApp e redes afins, na medida em que países como a Nicarágua e Cuba são mobilizados enquanto exemplos de “ditaduras comunistas” aliadas do PT e projetos comuns ao propósito do partido no Brasil. Segundo as informações circuladas, esses países perseguem, aprisionam, assassinam representantes religiosos e destroem suas instituições.

Figura 11 – Print do grupo de WhatsApp Israel/Brasil/EUA



Fonte: A autora, 2022.

Figura 12 – Página do Instagram circulada nos grupos de WhatsApp bolsonaristas



Fonte: A autora, 2022.

Desse modo, é criado um imaginário de temor e ameaça constante de opositores políticos apresentados como um inimigo que é a própria aversão a Deus. Na dinâmica maniqueísta que estrutura a religiosidade, o PT, o Lula e seus apoiadores são figuras associadas ao Diabo e, em oposição, Bolsonaro e seus apoiadores são os cristãos mais próximos de Deus, cidadãos puros e de bem.

Figura 13 – Página do Twitter da então Deputada Carla Zambelli.



Fonte: A autora, 2021.

O medo do inimigo, contudo, não deve ser tomado como paralisante. É interessante observar como as direitas em todo o mundo vêm se pautando por um papel ativo na política, compreendendo-a na dinâmica de guerra. Armar-se, preparar-se fisicamente, defender nas redes sociais e entre amigos e familiares seu candidato favorito tem sido parte desse compromisso e implicação no processo político. Na *Folha Universal*, ao tratar do tema de “violência política”, o Bispo Alessandro é assertivo:

O medo do cancelamento não deve ser uma bússola para o que falamos ou fazemos. Devemos sempre nos guiar pelo bom senso, seja para opinar na internet, seja para debater política ou até mesmo nas conversas com familiares. A nossa liberdade de expressão é assegurada

pela Constituição, mas devemos nos lembrar que nenhum direito é absoluto e essa liberdade de expressão não pode colocar em risco a integridade de outra pessoa (Bispo Alessandro, 2022<sup>146</sup>)

Figura 14 – Post no facebook que circulou como imagem nos grupos de WhatsApp em apoio a Bolsonaro



Fonte: A autora, 2020.

Nesse sentido, ficam cada vez mais confusas as fronteiras entre aquilo que é liberdade de expressão de fato, dever de defesa dos próprios ideais e agressão ao outro, tendo em vista que os discursos sustentados são tão extremos e associam o oponente político ao mal maior, como o próprio vínculo com Satanás – conforme manifesto nas igrejas. Já com o resultado do primeiro turno das eleições de 2018, ficou constatada a crescente da violência no debate público, em especial contra as populações que cristalizam essa imagem de “moralmente degenerados”.

Segundo análise do Observa 2018, vinculado à DAPP-FGV/RJ, a partir do domingo após o primeiro turno das eleições de 2018 já foi notável a escalada de violência:

Desde a noite de domingo é consistente (e expressiva), no Twitter, a discussão sobre episódios de agressão a eleitores contrários a Jair Bolsonaro, assim como a profissionais da imprensa – tanto fisicamente quanto em âmbito virtual. Das 19h de domingo às 15h desta quinta, foram identificados 2,7 milhões de tuítes que repercutem notícias sobre episódios de violência física, ofensas e ameaças virtuais e publicações por parte de grupos como homossexuais, mulheres e negros que expressam o medo de sofrer ataques em um eventual governo de Bolsonaro (DAPP FGV, 2018<sup>147</sup>).

<sup>146</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/violencia-politica-x-democracia/>

<sup>147</sup> Fonte: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/debate-sobre-violencia-pos-primeiro-turno-gera-27-milhoes-de-tuites/>

A percepção de violência e a sequência de episódios violentos relatados foram um ensaio do que estaria por vir nos próximos anos, ainda que o medo já impusesse seus efeitos de ambos os lados. Se a família tradicional se via ameaçada diante das eleições com aumento expressivo de candidaturas de pessoas trans e travestis (que aumentou em 10 vezes de 2014 para 2018<sup>148</sup>), a população LGBTQIA+ passava a andar com medo, tendo em vista o crescimento expressivo da violência sentido entre a comunidade – 95,5% dos LGBTs sentiram o aumento da violência com as eleições de 2018<sup>149</sup>.

Os anos seguintes confirmaram a percepção e o receio: o número de vítimas do preconceito por raça, cor, etnia, religião, procedência nacional e LGBTfobia mais que dobrou<sup>150</sup> no município do Rio de Janeiro ao longo dos anos de governo Bolsonaro, segundo dados oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Figura 15 – Imagem circulada no grupo de WhatsApp “Comunavírus”



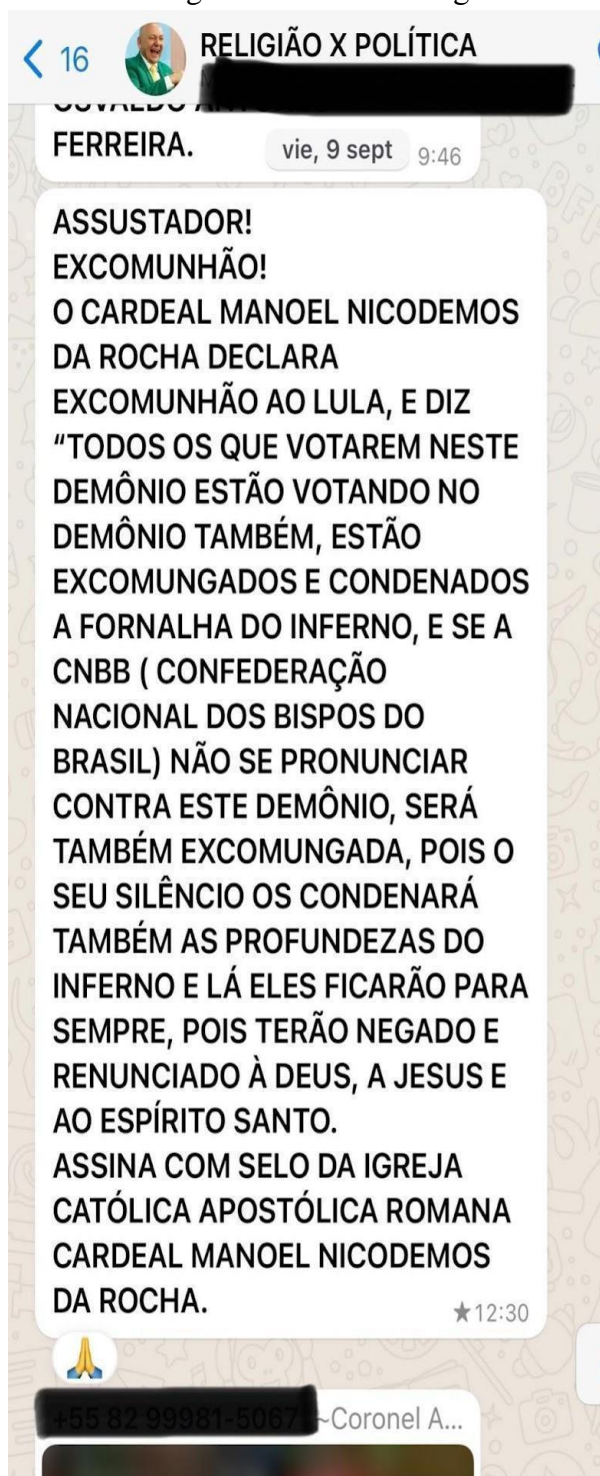
Fonte: A autora, 2020

<sup>148</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2018-numero-de-candidatos-trans-travestis-crece-10-vezes-mira-congresso-23023231>

<sup>149</sup> Disponível em: [http://violencialgbt.com.br/dados/190321\\_relatorio\\_LGBT\\_V1.pdf](http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf)

<sup>150</sup> Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html>

Figura 16 – Print “Religião X Política”



Fonte: A autora, 2022.

Figura 17 – Print “Israel/Brasil/USA”



Fonte: A autora, 2022.

Figura 18 – Print do grupo de WhatsApp “Religião X Política”



Fonte: A autora, 2022.



### 5.1.2 Identidade de gênero e feminismo: acerca do “pânico moral”

*“É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”*  
Damares Alves, advogada e pastora evangélica após assumir o cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos<sup>151</sup>, em vídeo que circulou na internet<sup>152</sup>.

É certo que um fator aglutinador de importância central para explicar o resultado que Bolsonaro teve nas eleições de 2018 e para a persistente adesão às suas ideias, foi atrelado à capacidade de instaurar o medo estruturado por uma ameaça de caráter moral. Avanços recentes – e ainda bastante embrionários – das pautas feministas e da população LGBTQIA+ no debate público e instituições, geraram uma reação desproporcional. Apesar de a sociedade ser estruturada em paradigmas conservadores, essa reação agressiva não se deu de maneira espontânea: houve um esforço de organização dos afetos para sustentar a narrativa de que as instituições do país, especialmente as educacionais, estavam solapando os valores da família tradicional. Os grupos políticos associados ao Bolsonaro, somados aos setores mais conservadores da Igreja Católica e outras denominações religiosas evangélicas, operaram de modo a incitar um clima de “pânico moral” no país.

---

<sup>151</sup> Ministério criado por Bolsonaro.

<sup>152</sup> No vídeo, a ministra aparece entre apoiadores, em local não identificado, com a bandeira de Israel levantada atrás dela enquanto profere a frase e é acompanhada em coro pelos presentes. Vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

Figura 19 – Mídia circulada em grupos de WhatsApp de direita.



Fonte: A autora, 2020.

O pânico moral é ferramenta eficaz para mobilizar de maneira apaixonada, promover respostas contundentes e céleres às angústias sociais diante de uma ameaça iminente e com uma blindagem tal que imuniza toda ação do debate, dado que incide sobre os valores estruturantes do nosso eu – estes não estão sujeitos à ponderação ou discussão. Nesse sentido, o pânico moral

(...) cristaliza medos e ansiedades generalizados, e muitas vezes lida com eles não procurando as causas subjacentes dos problemas e condições que eles demonstram, mas deslocando-os para “Demônios Populares” em um grupo social identificado (muitas vezes o “imoral” ou “degenerado”). A sexualidade teve uma centralidade peculiar em tais pânico, e os sexualmente heterodoxos têm sido bodes expiatórios recorrentes” (WEEKS, 2012:20).

Luis Felipe Miguel (2021) argumenta que elementos discursivos foram centrais na condução da disputa cultural-subjetiva no processo dos últimos anos. A dinâmica conflitiva em que, ao passo que se avançava com o neoliberalismo, avanços de direitos sociais e políticos também eram pautados, foi impulsionadora de reações cada vez mais extremadas. Eu diria, em adição, que é também o próprio conflito de classes e o tensionamento da desigualdade

intensificada pelo neoliberalismo que inflamou lutas sociais e, como resultado, avanços no âmbito da cidadania.

Segundo Miguel, “para a nova direita que divulga o medo do “marxismo cultural”, os movimentos feminista, negro e LGBT seriam parceiros ou instrumentos de subversão da ordem vigente levada a cabo pelo comunismo mundial” (MIGUEL, 2021:5). Essa percepção da estratégia da guerra cultural marxista foi levada a cabo especialmente pelo autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, referência intelectual para os movimentos das direitas apoiadoras de Bolsonaro.

Em entrevista realizada no contexto da ocupação em frente ao Palácio Duque de Caxias, em novembro de 2022 contra o resultado eleitoral da vitória do Lula e por intervenção militar no Brasil, Valdeci, 59 anos, me confidenciou, ao relatar o início de sua jornada na atuação política conservadora, que foi a partir do Olavo de Carvalho que ele organizou as próprias ideias políticas. Professor de matemática, Valdeci conta que antes era “canhoto”<sup>153</sup> e que a “tomada de consciência à direita” se deu a partir da inabilidade do sindicato em trazer resultados efetivos para os trabalhadores, o que sugeria desvio de interesses; da “desmoralização” que ocorriam em âmbito institucional (corrupção) e social (ele fez referência às relações de autoridade nos núcleos familiares) e se somou ao despertar de outras pessoas, que ele conheceu nas manifestações de 2013. A partir de então, disse que se dedicou a “estudar e pesquisar” e que sua primeira – e até hoje a maior – influência foi Olavo de Carvalho.

*Eu comecei com o Olavo de Carvalho. Você conhece? Eu gostava muito das coisas que ele falava. Em 2013 eu fui para as ruas, mas eu logo vi que o que eu acreditava ser a direita não era aquilo que o MBL pregava. Não demorou, eu rompi com o Kim, por exemplo. Mas ali [em 2013] eu já vi que tinha mais gente que pensava como eu. Eu passei a conhecer mais canais de youtube e nunca mais voltei a assistir à televisão normal, que só serve para a manipulação. (Valdeci é um dos acampados em frente ao Palácio Duque de Caxias-RJ. Entrevista concedida no dia da Bandeira, 19 de novembro de 2022).*

Nas dinâmicas da disputa cultural/narrativa/cognitiva e subjetiva, é fundamental observar a importância que têm de não apenas fortalecer a rejeição aos grandes meios midiáticos, mas também de oferecer alternativas ainda mais acessíveis – entretenimento disponível pelo celular. Ainda que a crítica ao monopólio dos meios de comunicação fosse também – e tradicionalmente – uma pauta reivindicada pela esquerda, que denuncia a mídia

---

<sup>153</sup> Denominação utilizada no vocabulário bolsonarista para designar pessoas situadas no espectro político-ideológico de esquerda.

como manipuladora por motivação antagônica ao desses grupos, um método eficaz de simplificação no processo de polarização política é de que todo o espectro ideológico que não está situado na extrema direita e conservadores é imediatamente alocado por eles no grande grupo “comunistas”. Desse modo, a dinâmica de inimizade nesse contexto de “guerra cultural” é fortalecida na medida em que: se não está comigo, está com eles. Como resultado, o inimigo é encarnado, personificado e apresentado como alvo a ser combatido a partir da insistente disseminação do medo.

Se Olavo de Carvalho foi um dos primeiros a estrategicamente adaptar-se às novas tecnologias (NUNES, 2022) – inicialmente tornou-se um fenômeno dos blogs, em seguida nas redes sociais e, em junho de 2019, seu canal do YouTube registrava mais de 700 mil assinantes –, logo esse referencial foi multiplicado em um grande mercado. Uma diversidade de influencers/“influenciadores”<sup>154</sup> foi emergindo, ainda que mantendo Olavo de Carvalho como referência inicial de uma “voz agressiva na imprensa brasileira dos últimos anos do século XX – uma agressividade dirigida contra a academia, incapaz de reconhecer seus méritos, e contra a esquerda” (MIGUEL, 2021:5). Ainda nas palavras de Valdeci:

*Como professor, as pessoas me perguntam como eu me informo. Eu procuro muita informação, estudo mesmo e todos os dias assisto os canais de youtube. [...] eu me inscrevo nos canais do youtube, ligo minha TV e assisto essas pessoas aqui. [...] Hoje mais cedo tava até falando aqui aquele Alan Frutuoso. Eu vejo o Vlog do Lisboa, o Bernard Kuster é muito bom, Daniel Lopez, os canais do Brasil 360 e o Brasil Paralelo, o Ph Vox, o Paulo Figueiredo, que é um gênio. Agora a Jovem Pan já não dá mais... Entre muitos outros.*

Miguel (2021) argumenta que o sucesso de Carvalho se deu por sua capacidade de atribuir corpo à tese do “marxismo cultural”, de modo a fundir o anticomunismo tradicional com o pânico moral gerado pela dissolução dos papéis de gênero convencionais. “A dissolução moral, que o feminismo e o movimento LGBT patrocinariam, seria o prelúdio da revolução comunista” (MIGUEL, 2021:4).

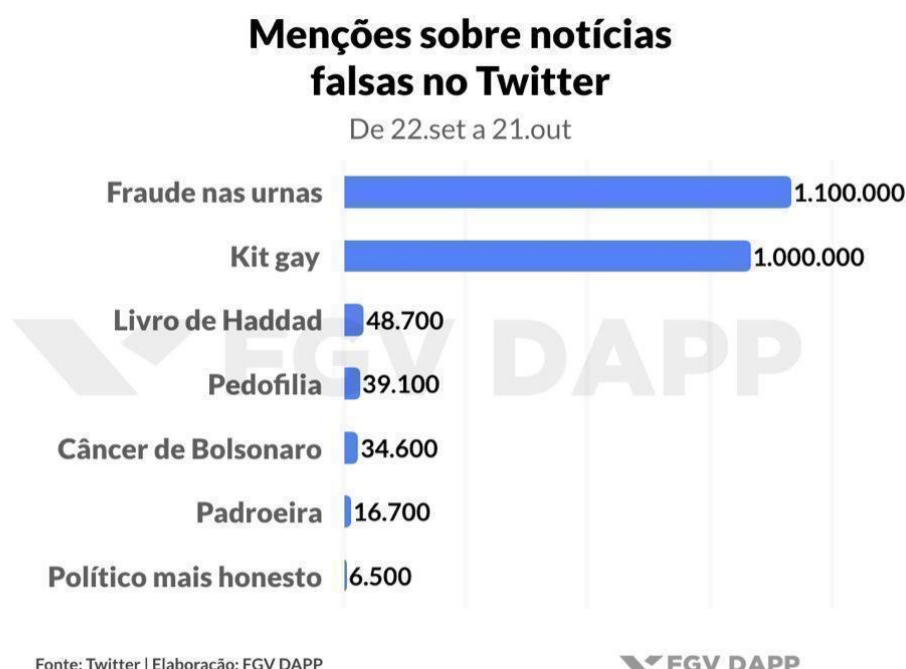
Na análise realizada pelo DAPP/FGV das referências às principais notícias falsas em redes sociais abertas – Twitter, Facebook, Youtube – no mês de outubro de 2018, as notícias em torno do chamado “kit gay” só perderam em número para as que se referem à fraude nas

---

<sup>154</sup> Categoria frequentemente utilizada para se referir às personalidades com grande número de seguidores e que fazem uso das redes para exercer influência enquanto profissão.

urnas. O “kit gay” mobilizou cerca de 1 milhão de referências na rede<sup>155</sup>. Os posts repercutem a informação falsa de que Fernando Haddad, principal concorrente de Bolsonaro nas eleições, quando ministro da Educação, teria autorizado esse material que, segundo parte dos usuários, seria uma estimulação precoce da sexualidade e da “ideologia de gênero”.

Gráfico 1 – Menções sobre notícias falsas no Twitter



Fonte: FGV- DAPP, 2018.

Em 2020, um vídeo de Bolsonaro foi altamente difundido nos grupos de WhatsApp em que ele se dirige à população de Barreiras-Bahia, convocando-os a participar de um debate público na Câmara Municipal que, segundo ele, teria a “ideologia de gênero” como pauta. Ele diz: “Alguns pervertidos querem colocar no currículo escolar a ideologia de gênero. E o que é isso? Eles querem ensinar que seu filho não nasceu menino e a sua filha não nasceu menina”. A maneira simples e direta de explicar “ideologia de gênero”, por fim, é facilmente apreendida pelas pessoas e reforça preconceitos preexistentes bem como concepções morais de “certo e

<sup>155</sup> Fonte: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/fraude-nas-urnas-e-kit-gay-tem-maior-impacto-que-outras-noticias-falsas-em-twitter-facebook-e-youtube/>

errado”. A mensagem é ainda reforçada pela ideia de “Meu Deus não erra” e, por isso, “meu corpo condiz com meu gênero”.

Figura 20 – Vídeo sobre o “Kit Gay”



Legenda: Print de vídeo difundido entre os grupos de WhatsApp, em agosto de 2020, em que uma garotinha segura um material sobre gênero e sexualidade normalizando a relação homoafetiva, e seus pais indicam que ela recebeu na escola e chamam de “Kit Gay”.

Fonte: A autora, 2020.

O conceito “ideologia de gênero” é predominantemente mobilizado no vocabulário de grupos conservadores e religiosos – com ecos em diversos projetos de lei no Congresso Nacional (MIGUEL, 2016). Contudo, conforme reforça Yasmin Curzi (2018), não é restrito ao Brasil, mas também na França (*théorie du genre*), na Itália (*teoria del gender*) e nos Estados Unidos (*gender theory*), “com o intuito de caricaturizar e deslegitimar o campo de estudos que tematiza as desigualdades e diversidades sexuais nas relações humanas”. As direitas agenciam temas “morais” para se popularizar nas redes sociais e ampliar públicos a partir da viralização

de seus conteúdos com maior carga emocional. A autora identificou, por exemplo, a partir da coleta de todos os tuítes públicos do Movimento Brasil Livre (de 2015 a 2018), que a agenda contrária à “ideologia de gênero” foi fundamental para criar adesão ao grupo, “tendo sido responsável por produzir o maior número de interações totais – compreendendo retuítes, favoritos e comentários –, no período de concepção do perfil oficial na rede (janeiro a março de 2015)”.

Em 2015, a temática da ideologia de gênero ganhou proeminência no debate público devido à polêmica concernente ao Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação, a cargo de Fernando Haddad. Bolsonaro liderou a oposição ao programa, que descrevia como sendo uma política de promoção da homossexualidade ou mesmo da pedofilia – esta última que, segundo ele, “o PT sempre quis para o Brasil”. Com a alcunha de *kit gay*, o conteúdo tornou-se parâmetro aglutinador para muitas camadas societárias em função da perspectiva moral ativada nesse debate. Houve um grande esforço de desinformação, do qual participaram Bolsonaro, parlamentares fundamentalistas, líderes religiosos e apresentadores de rádio e televisão<sup>156</sup>, fundamental para que o tema se tornasse um dos principais conteúdos de *fake news*, conforme apresentado anteriormente.

O *kit gay* foi central para a ativação do pânico moral e foi aglutinador de outras pautas, como a pedofilia (continuamente tratada por Bolsonaro como equivalente da homossexualidade), as pautas feministas, a questão do aborto, as relações de escola, família e, por fim, a própria concepção de autoridade. A lógica do respeito à autoridade absoluta dos pais foi referida na maior parte das entrevistas realizadas e voltava vez e outra a aparecer nos debates dos grupos de WhatsApp, mesmo que de maneira menos explícita. É a ideia de que o processo de “desmoralização” da sociedade está associado com a dispersão das crianças, adolescentes e jovens de seus núcleos familiares. Segundo relata a interlocutora Raquel<sup>157</sup>, “é no respeito aos pais e na rotina de casa que os filhos aprendem os valores, a ter moral”. E, nas palavras de Valdeci,

*Quando começou a ditadura eu tinha entre 11 e 12 anos, e consigo ter uma memória consciente daquele tempo. Existia respeito à autoridade dos pais. As pessoas ficavam mais entre família. Ainda não tinha essas coisas todas de internet. Era muito mais seguro. E a gente podia confiar nas pessoas, porque elas eram mais honestas durante a ditadura militar.*

<sup>156</sup> Sobre isso: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/10/16/pnicos-sexuais-do-kit-gay-aos-ataques-arte-23608.html>

<sup>157</sup> Todos os nomes de meus interlocutores utilizados nesta tese são nomes-fantasia a fim de resguardar seu anonimato, conforme combinado no momento de autorização das entrevistas.

Miguel (2021) argumenta que, não por acaso, os parlamentares que apoiam o movimento “Escola Sem Partido” são também aqueles que se opuseram à lei que impede castigos físicos contra crianças enquanto método pedagógico. Persiste, nesse sentido, a noção de família em que rege um “Estado de exceção”, em que há suspensão dos direitos de seus integrantes em privilégio da autoridade absoluta dos pais – ou ainda, na maioria dos casos, do pai.

### 5.1.3 Questão do aborto

No discurso da ofensiva conservadora, a denúncia à “doutrinação comunista” e a desmoralização impetrada por meio dela abarcam muitos elementos. Sem perder de vista a relação familiar e escolar que vínhamos debatendo, cabe recordar a importância da campanha “Escola sem partido” que foi a maneira de nomear esse conjunto de embates em torno do projeto de educação que se afirmava a partir do combate às discussões sobre gênero e sexualidade. Miguel recorda que um de seus *slogans* foi “meus filhos, minhas regras”, usado nas manifestações públicas e como *hashtag* nas redes sociais. A ideia era afirmar esse projeto de autoridade absoluta sobre a educação dos filhos e, ao mesmo tempo, contrariar a histórica bandeira feminista “meu corpo, minhas regras” (MIGUEL, 2021).



Figura 21 – Print do grupo “Israel/Brasil/EUA” sobre o aborto



Fonte: A autora, 2022.

Figura 22 – Print do grupo de WhatsApp Israel/Brasil/EUA “Você decide”



Fonte: A autora, 2022.

Figura 23 – Print-colagem de tirinha circulada em Grupos de WhatsApp



Fonte: A autora, 2020.

## 5.2 Disputa pela verdade

As técnicas de informação e comunicação política que conseguiram furar bolhas informativas e operar estratégias que combinam diferentes camadas – a despeito de aparente precária institucionalização e da pouca entrada nos meios midiáticos tradicionais –, reivindicam mais do que uma agenda específica, mas a própria *verdade* sobre o país e o mundo. As direitas ascendentes caracterizam-se por muitos elementos presentes no fascismo desde a década de

1930, como: teorias conspiratórias (o ‘terra-planismo’ é uma delas); pelo anticientificismo (a ciência está a serviço de poderes de dominação e controle mental/emocional/cognitivo enviesados pelo comunismo – e podem até instalar um chip em você, como foi o caso do que se comunicou em torno da vacina contra a covid-19); anti-intelectualismo/antiacademicismo (conectado ao anticientificismo, mas pessoalizado a partir da desclassificação de indivíduos com carreira intelectual/acadêmica); negacionismo (mudanças climáticas, racismo e pandemia de covid-19 são invenções de comunistas, por exemplo. Se caracteriza por buscas por satisfação psíquica a partir da negação da realidade); o monopólio dos meios de comunicação (todos comunistas) que nos manipularam e criaram a realidade na qual acreditamos (a disputa por verdades históricas e a reestruturação de relações entre “certo” e “errado” – é o caso da defesa da ditadura militar no Brasil e de seus recursos como legítimos – tortura, morte e desaparecimento).

Ao mesmo tempo, há um esforço combinado à agitação da coletividade para a produção de uma realidade que atenda às angústias psíquicas colocadas. Ela ocorre pela estruturação de seu mecanismo de funcionamento a partir do outro, da criação do inimigo, apontado como ameaça permanente e iminente. São realizados malabarismos argumentativos de toda sorte para a associação contínua dos mais diversos problemas sociais com esse inimigo comum ou antigas crenças a seus recursos de controle e dominação cognitiva da sociedade.

Para a viabilidade dessa associação contínua com o inimigo, são utilizados mecanismos como as *fake news*, popularizadas nas eleições presidenciais de 2018, que promovem desinformação e falseamento da realidade com objetivo de gerar pânico moral/social e revolta; a partir de explicações mágicas, como vontades divinas, atrelamentos ao satânico, separações maniqueístas de bem e mal; fazer entender e agir como se estivesse em uma guerra moral, na qual o papel de cada cidadão é fundamental; a polarização política, que é elaborada de maneira convocatória, dado que “se não está conosco, está com o inimigo”, isso fortalece também a busca por edificar um inimigo grandioso e disperso, que reforça a ideia de que há uma conspiração enorme contra nosso movimento livre, autônomo, contracorrente. É preciso, nesse sentido, defendê-lo a todo custo – não há espaço para o contraditório, o qual é, inclusive, imediatamente alocado no “lado inimigo”.

Nas interações dos grupos de WhatsApp, qualquer sinal de debate era imediatamente interrompido, seja de maneira mais autoritária pelos administradores do grupo (que excluía os comentários ou o próprio participante), seja pelos outros participantes, que ao verem como ameaça qualquer circunstância colocada em dúvida, mesmo que sutilmente, já apontavam publicamente “esse deve ser petista”; “é um infiltrado comunista, com certeza”; “está traindo a

pátria?”. Esses são alguns dos exemplos de reações diante de qualquer possibilidade de discordância, mesmo que nos detalhes.

Cabe salientar que os grupos de WhatsApp são muito mais espaços de compartilhamento de conteúdos já formulados (encaminhados integralmente), do que propriamente espaços de interação e, principalmente, debate. As interações habitualmente são de concordância, motivação, mensagens religiosas tradicionalmente enviadas em grupos de família de “bom dia” ou solicitação de algum esclarecimento quanto a algo difundido. Assim, ainda que os grupos signifiquem espaços de pertencimento no nível dos ideais, não são frequentemente estabelecidos laços rígidos ou profundamente afetivos neles, sendo mais frequente um modo de engajamento crescentemente autônomo (BENNETT; SEGERBERG, 2012).

### 5.2.1 O engano como contexto brasileiro

O cenário criado com a mobilização anticorrupção dos últimos anos, bancada social e institucionalmente, sobretudo com a Operação Lava Jato, posicionou a corrupção no centro dos problemas do Brasil e seu combate e punição, na solução prioritária. Para além do aspecto moral que envolve a condenação do ato em si do desvio público, há uma certa convocação quase que individual do sentir-se enganado, roubado, traído. Segundo resume um site altamente difundido pela extrema direita, o “Brasil Paralelo”, o entendimento de “corrupção”, a partir de análises históricas, “é apodrecer algo bom, quebrar o que é correto. No entendimento legal brasileiro, no entanto, corrupção significa necessariamente uma malversação de um ente público, geralmente envolvendo dinheiro” (Brasil Paralelo, 2022<sup>158</sup>).

As lógicas do “apodrecer” e “quebrar” mobilizam no imaginário uma noção do irreparável e do indistinguível no todo: não é possível que se apodreça apenas uma parte ou que se quebre algo sem que isso necessariamente descaracterize o inteiro. Nesse sentido, a repulsa generalizada é facilmente assimilada a tudo o que está associado à “podridão” passa a ser “podre” também. É como o recurso psíquico de, ao ser enganado em caso determinado, entender que tudo o que precedeu o caso específico deva ser também parte desse engano. Essa maneira

---

<sup>158</sup> Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/corruptao-no-brasil>

de operar psiquicamente simplifica e orienta totalizações quanto à sensação de que “vivemos uma grande mentira”.

O exemplo da discussão relativa à corrupção, que ainda ocupa pauta central na agenda bolsonarista, é facilmente acomodado em um contexto de crise de confiança, que alguns vão denominar pós-verdade (ZONEN, 2012; CESARINO, 2021), decorrente de mudanças profundas nos tipos de mediação que organizam a produção de conhecimento legítimo nas sociedades contemporâneas. Nesses termos, na ocasião de uma comunidade científica e um sistema de peritos que deixam de gozar da ampla confiança social e credibilidade, há a proliferação de diferentes “verdades”, em alto grau de descontrolo e desorganização epistêmica. Diante da suspensão de validade do sistema de peritos, outros circuitos com diferentes arranjos e estruturas passam a ganhar força: como a política populista, o pensamento conspiratório e “mágico”, bem como outras performatividades das mediações algorítmicas (CESARINO, 2021).

Figura 24 – Imagem circulada em grupos de WhatsApp bolsonaristas



Fonte: A autora, 2020.

A denúncia de que vivemos uma grande mentira recria um cenário de desconfiança contra toda mediação que é identificada como “tradicionalmente” responsável pela manipulação da verdade. Aquele que denuncia fica isento da posição de desconfiança. E a realidade, é claro, não ficará retida em um vazio de significado. É interessante notar que em meio a um contexto de desconfiança e raiva desorganizada, a teoria da conspiração parece emergir como resposta plausível – de aparência inteligente – do que é, por detrás desse grande teatro, a realidade. Conteúdos que, mesmo quando complexos, eram tornados palatáveis ao público mais amplo foram sendo reiteradamente difundidos por apoiadores de Bolsonaro e discursos que de certa forma já pairavam no imaginário geral de que a televisão era instrumento de alienação, passou a ser argumento e bandeira de muitos. É preciso notar que isso atribui ao sujeito uma dinâmica ativa na política de posicionamento. Ele passa a participar e se envolver, entendendo que há um lugar de pertencimento “autêntico”, “contracorrente”, de pensamento “livre” e autônomo, em que ele é também agente.

Figura 25 – Print de post que circulou em grupos de WhatsApp de direita



**Fabricio Rebelo** | **FR** @Fabri... · 1d ▾

Os conservadores precisam urgentemente entender que não adianta ter razão e não ter atitude. Estar certo em bolhas digitais, enquanto os "errados" moldam o mundo, é só ser cozido como sapo na água quente. É preciso que os indivíduos de bem tenham a mesma ousadia dos canalhas.

Fonte: A autora, 2020.

O caráter de agitação contínuo nos grupos é interpelador: “acorda, Brasil”, “tire suas próprias conclusões”, “urgente”, “veja antes que seja tarde”, etc., são algumas das expressões que foram padronizadas como estratégias comunicativas nas mensagens dos grupos de WhatsApp e outras redes sociais. Um recurso mobilizador que é também muito frequente nos grupos é o de instaurar o clima de censura, de uma certa clandestinidade das informações em meio ao domínio ameaçador do maligno. Por exemplo: as mensagens são acompanhadas de chamadas como: “leia antes que tirem do ar”, e aí propagam uma manchete de *fake news*, alardeadora, muitas vezes com um link que não corresponde a notícia alguma, estimulando não

apenas a tensão paranoica da censura, perseguição e poderes em conflito, ao passo que também reafirma o caráter revelador da matéria, que termina tendo seu conteúdo restrito ao lido na manchete (reproduzindo dinâmicas de “fofoca” de replicação da informação).

Mesmo nos casos em que é possível acessar os links divulgados com essas chamadas, o conteúdo já possui menor importância que o enviesamento expresso no título da matéria. Assim, o leitor já acessa com um olhar condicionado a identificar uma informação escandalosa, grave e que expõe algo em princípio sigiloso – o que desperta o interesse e engajamento do cidadão.

Figura 26 – Print-colagem “Aviso Urgente”



Fonte: A autora, 2022.

Figura 27 – Print que retrata tom alarmista dos grupos



Fonte: A autora, 2022.

Figura 28 – Print que representa o sentido de urgência nos grupos de direita



Fonte: A autora, 2022.



### 5.2.2 A coragem de dizer a verdade como um diferencial de Bolsonaro

*(...) a gente começou a acordar há pouco tempo a partir de Jair Bolsonaro. Foi ele que começou a despertar na gente o interesse em descobrir as coisas. A gente vê muita sinceridade nele, né. Você vê que ele fala com o coração. Então, a gente começou a parar e prestar a atenção no que ele tava falando e aí foi que a gente acordou. E todo mundo acordou ao mesmo tempo. Porque antes de ele começar a falar, a gente achava que era tudo igual. “Lem” casa cada um votava em um para presidente. Dava tudo na mesma. Não tinha briga, Hoje em dia não. Hoje você vê alguém votando no Lula e pensa: aquele ali pode colocar o meu filho na miséria, pode viver comendo lixo daqui a alguns anos por causa dele que defendeu esse sistema. Então quando uma pessoa fala que vai votar no Lula, eu penso logo no meu filho. Olha o que ele quer fazer com meu filho e uma geração inteira. Isso revolta a gente. Ele não tá preparando o futuro pra ele. Ele tá preparando pra mim e meu filho também. (Entrevista com Eliana, realizada na manifestação do dia 19/11/2022).*

Como vimos até aqui, as redes sociais passaram a constituir um elemento fundamental de referência de verdade e, desse modo, integra um paradigma não somente comunicacional, mas também de constituição das subjetividades. Com isso, quero dizer que os sujeitos políticos acomodam elementos novos de formação simbólica e de formação afetiva em seu regime de subjetivação. Nas entrevistas realizadas foi reforçada uma observação já verificável por meio dos grupos de WhatsApp que o Bolsonaro introduziu um fator novidade muito importante na referência comunicacional política, por meio das redes sociais. Essa relação, muitas vezes conjugada, entre informação e entretenimento, popularizou – em forma e conteúdo – os ideais bolsonaristas.

Solano (2021), em entrevista à revista *Encrucijadas*, conta um episódio, ainda em 2017, de uma visita que fez a um colégio na periferia de São Paulo. Ela apresentou, para os jovens presentes, negros, entre 16 e 17 anos, um vídeo de caráter abertamente racista do Bolsonaro, mas com um tom e estética que chamou de “pop”. A reação, segundo ela, foi surpreendente. Sua expectativa de que ficassem indignados com o conteúdo por serem jovens negros foi achatada pela realidade de calorosos aplausos e risadas. Ela entende que há um processo de folclorização e banalização do discurso do ódio que edifica esse constructo do “mito”, conforme designavam o Bolsonaro na ocasião. Solano entende que boa parte da explicação desse fenômeno pode ser encontrada na condução “radicalizada e elitista” da esquerda quanto às pautas identitárias.

Apesar de entender que esse é um dos elementos, me parece que ele não ocupa toda a centralidade e relação de causalidade esboçado por Solano, mas que talvez integre um todo

relativo às polêmicas em torno da pauta identitária. Alguns, já debatidos na sessão de religião e moral, outros que incluídos nessa dinâmica do “politicamente correto” tomado como “ladainha”, mas também certa dificuldade de mobilizar perspectivas identitárias que não sejam reduzidas à condição de violentado e vítima. “Negro é aquele que sofreu racismo”, por exemplo. A necessidade das pessoas de saírem desse lugar passivo na história e de se alimentar das potencialidades como marcas sociais, e não suas dores históricas, também parece ser uma demanda importante.

Nas entrevistas conduzidas no acampamento bolsonarista, em 2022, a parte inicial de definição de perfil em que eu perguntava quanto à cor e raça, sempre emergia uma resposta atravessada. “Isso não é importante”. “Que diferença faz colocar isso?”. “No Brasil não existe essa diferenciação”. O negacionismo das opressões identitárias, nesse sentido, surge como resposta que se alimenta de muitas camadas: contra os processos de radicalização e aquilo que não dialoga com as experiências de vida de cada um; os processos e dinâmicas de cancelamento e critérios do politicamente correto e, por fim, a afirmação de uma identidade com marcas sociais emancipatórias – e não violentadas, vitimizadas.

Em repetidas ocasiões, não apenas nas entrevistas conduzidas no acampamento bolsonarista, mas também quando questionavam o porquê de eu estar realizando as entrevistas, o argumento da homogeneidade apareceu explícita e agressivamente. “Aqui pensamos todos iguais”; “Não precisa entrevistar ninguém, é só ver sobre o que trata a manifestação e pronto. Só há uma opinião aqui! Somos todos patriotas! Não tem que entrevistar ninguém”. A interrupção que ocorre freando toda possibilidade de revelar divergências também ficou evidente nos grupos, quando qualquer questão levantada era indicativo de que se tratava de um “esquerdopata”, ou “infiltrado” ou ainda “traidor da pátria”. Ruth Wodak (2015), ao tratar do populismo de direita em comparação com a esquerda, ressalta essa relação como demarcadora de posição:

In short, right-wing populism presents itself as serving the interests of an imagined homogenous people *inside* a nation state, whereas left-wing populism or other parties also employing populist strategies have an international stance, look *outwards* and emphasize diversity or even cosmopolitanism (albeit in different ways). (WODAK, 2015:72)

O esforço em torno da manutenção da homogeneidade, de um consenso lapidado e que impede maiores reflexões mesmo que dentro do mesmo espectro ideológico, é uma disputa pela verdade única acompanhada da negação da diversidade. Uma mensagem, por exemplo, que levava a marca “compartilhado muitas vezes” e que pude observar na quase totalidade dos

grupos de WhatsApp que estava, em outubro de 2020, expressava esse espírito e nos sugere, em termos existenciais, um dos mecanismos sobre os quais o ressentimento do setor privilegiado da sociedade opera:

No Brasil, há 16 anos, existia somente o povo brasileiro, ou seja, um único povo, uma única Nação!

Depois, durante os anos de governo do PT, a Esquerda construiu um Brasil dividido em...

- Brancos;
- Brancos “homofóbicos”;
- Brancos “machistas”;
- Brancos “fascistas”
- Brancos “misóginos”
- Negros;
- Negros e pobres;
- Negras;
- Negras e pobres;

Antes existiam somente os gays, mas depois vieram...

- LGB;
- LGBT;
- LGBTQ;
- LGBTQ+
- LGBTQiA;
- LGBTQiAP+

Que se resumem em lésbicas, gays, bi, trans, queer, intersexo, assexuais, aromântiques, agênero, pan, poli e muito mais...

Ou seja! A criação que Deus fez (homem e mulher) a Esquerda (ou Satanás) transformou em tudo isso, que nem definição tem.

Hoje um indivíduo pode ser e se considerar o que ele quiser ser, conforme o que é pregado segundo os ensinamentos de Esquerda.

- Dividiu os Índios;
- Criou os Nordestinos e o “resto do Brasil”;
- Presidente e “Presidenta”;

Nesse período os conceitos foram se transformando...

- A sociedade deixou de ser vítima dos bandidos e os bandidos passaram a ser vítimas da sociedade;
- Filho deixou de ser parte da família e se tornou propriedade do Estado;
- Professor deixou de ser mestre para ser saco de pancada;
- Bandido virou herói e polícia virou bandido;
- Ser corrupto virou orgulho e ser honesto virou piada;
- Entre tantas outras distorções dessa ESQUERDA DOENTE, que só fez corromper a sociedade e o Brasil.

Se casualmente a Esquerda “fez” algo de bom certamente não foi com essa intenção! Mas sim com a intenção de iludir o povo para depois tirar proveito e se beneficiar de uma sociedade iludida.

Agora, tão somente pela misericórdia de Deus, o povo se vê com a oportunidade de corrigir seus erros e mudar seu futuro.

O inimigo continuará tentando destruir a família.

Basta sabermos em que lado queremos ficar.

BRBRBR

( desconheço a autoria, mas achei sensacional esse texto).

Parabéns para quem o escreveu.



Muda Brasil!!!!

(Mensagem circulada em 20 de outubro de 2020).

A construção de um inimigo-total, em que todos os eventos são relacionados ao sentido comum da inimizade construída, simplifica a relação na dinâmica maniqueísta, que é também reforçada pela moralidade ancorada na religião: o mundo como a disputa entre o bem e o mal. Deus e Satanás. Aquilo que do mal se aproxima está, em certo sentido, contaminado. Por isso também o processo de construção de uma certa autonomização da imagem de Bolsonaro aos ambientes tradicionais da política é tão importante para a confirmação da “pureza” de sua prática.

Bolsonaro acompanha um movimento reativo de amplitude global que se posiciona como *outsider* da política, não sendo dele a exclusividade. Como estratégias concretas, Bolsonaro passa a ocupar ambientes midiáticos menos usuais aos políticos, e trocam o noticiário televisivo por programas de entretenimento. Nunes e Piaia (2019) mostram que, desde 2010, Jair Bolsonaro dispôs de mais de 20 horas para expor, em TV aberta, suas opiniões e propostas para o país em programas de auditório, como Superpop, Programa do Ratinho e CQC. O método de engajamento e impulsão foi precisamente a partir de discursos polêmicos, que conseguiram ampliar seu público especialmente com pautas anti-inclusão e antidireitos humanos. Com a postura de visibilidade pela dinâmica *outsider*, apostando em uma imagem *showman*, Bolsonaro participou, entre 2010 e 2018, de cerca de 34 programas de entretenimento. Mesmo depois de eleito, as redes sociais seguiram sendo seu meio de comunicação preferencial, bem como programas de entretenimento apoiadores de suas ideias, como a Jovem Pan e o Programa do Ratinho (NUNES, PIAIA, 2019).

Na entrevista com a interlocutora Eliana, moradora da Barra da Tijuca e evangélica, por exemplo, ela fala que iniciou sua atuação política com Bolsonaro, mas diz que mesmo

*(...) antes eu já gostava de ouvir ele falar. Eu ria ouvindo ele falar naqueles vídeos quando ele ainda era deputado. E comentava: gente! Como esse cara é engraçado! Eu me identifico muito com o jeito de ele falar e com o que dizia. Ele falava muitas besteiras, mas todas no fundo ele tinha razão. Eu achava muito engraçado ele falar aquilo tudo que no fundo no fundo eu tinha vontade de falar e não tinha coragem. Aí depois quando ele se candidatou eu falei: eu quero aquele moço para presidente, eu gosto dele (Eliana, 19 de novembro de 2022)*

A estratégia do riso como meio de popularização política foi amplamente discutida na literatura e assumiu novas feições com Bolsonaro, que ao fazer uso do sarcasmo, sustentava melindros argumentativos de seus apoiadores, que reivindicavam um certo “retorno ao humor”. As noções de “mimimi” e “politicamente correto” eram repetidamente tratadas pelos internautas como radicalizações de uma esquerda política que trazia à tona temas impertinentes, ameaçadores de privilégios historicamente assentados socialmente.

No contexto de uma de minhas abordagens de pesquisa de campo, no acampamento em frente ao Palácio Duque de Caxias, fui cercada por pessoas que me interrogavam de maneira intimidadora sobre o porquê de eu estar realizando entrevistas na manifestação e exigiam minhas “credenciais” para aquilo, que abrisse ali mesmo minha rede social Instagram para verificar meu viés político, dentre outras abordagens de constrangimento que ficaram cada vez mais difíceis de lidar na medida em que reuniam mais pessoas falando agressivamente e “seguranças” da manifestação, com rádios de comunicação e exigindo que eu fosse levada a uma barraca para verificação de identidade. Com muito medo, eu finalmente me pronunciei e disse que aquilo estava sendo violento e que eu preferia me retirar. Ao falar isso, a reação de um homem presente foi imediata: “ahhh que mimimi! Violência! Aqui não tem violência, isso é muito mimimi”, o que corrobora um certo ressentimento com o trazer à tona temas delicados ou que desafiam a autoridade masculina que deveria ser inquestionável quanto a seus métodos.

A estratégia do humor também permitia “proteger” e “justificar” os discursos mais polêmicos de Bolsonaro quando assumidamente atingiam violências condenáveis, como racismo, homofobia e misoginia explícitos, por exemplo. “Ele está brincando!”, “Isso é zueira”, “vocês levam tudo a sério” dentre outros comentários relativizadores do crime praticado. Importante notar como situações assim constituíram pontes sólidas para, em meio a um processo de identificação do senso comum com os preconceitos proferidos, reivindicá-los como exercício da liberdade de expressão. Afinal, o fato de um parlamentar e, posteriormente, o mais alto posto do Executivo, manifestar-se dessa maneira sem consequências afirmava um precedente legitimador de determinadas violências como “a coragem de dizer o que pensa sem medo da censura e da retaliação comunista”.

A maneira informal de trazer assuntos políticos criou proximidade, identificação e interesse por parte do público amplo e pessoas menos integradas aos assuntos políticos. “Antes do Bolsonaro eu não me interessava por política, até porque não tinha tempo de ficar pesquisando as coisas. Hoje em dia eu entendo a importância, graças a ele, eu despertei. Estou sempre buscando informação pelos canais do Youtube e outros lugares que não sofram lavagem dos comunistas” (entrevistada no acampamento do Palácio Duque de Caxias, mulher de 62

anos, branca, moradora da Barra da Tijuca, não quis identificar-se). O maior medo da entrevistada é que o Brasil se torne a “catástrofe da Venezuela”. Esse foi, segundo relata, um elemento ativador de sua participação na política, em prol do futuro do país.

Nesses termos, podemos observar um enquadramento do medo e do desamparo que possibilita conjugar duas inquietações quanto à expectativa de uma temporalidade futura. A “coragem” do Bolsonaro é quase uma coragem de ter medo, divulgando-o tenazmente entre os seus (de o Brasil virar a Venezuela, por exemplo). É como se ele ousasse descortinar toda uma conspiração perigosa que ameaça a família brasileira e, ao passo que o faz, mobiliza também projetos de enfrentamento. De seu projeto ficam excluídos apenas os brasileiros-inimigos, os traidores da pátria, logo, aqueles que devem ser combatidos. A todo o resto, Bolsonaro faz a convocatória, em forma de ultimato, de que cada um defenda a pátria agora ou nunca mais haverá chance de fazê-lo.

A forma de representação assumida por Bolsonaro, nesse caso, designa um papel de pai protetor, aquele que constituirá o amparo e a orientação do melhor caminho. Ou seja, ao passo que se afirma como processo de identificação por espelhamento, há um certo retorno às experiências infantis na medida em que é tutelada a compreensão das circunstâncias em reverência ao líder.

O afeto que age na dinâmica da ambiguidade do medo, conforme já vimos, é a esperança. O medo impele o indivíduo à temporalidade futura e nas formas, na expectativa negativa de algo acontecer e, assim, de evitar o objeto de seu medo – é a esperança que opera de modo a projetar o indivíduo para o futuro, sobretudo em razão de ser ela que o leva a crer que o pacto de sujeição “necessário” para concretizar seu projeto de futuro pode, efetivamente, eliminar o objeto do medo.

### 5.2.3 Negacionismo e teorias conspiratórias

Figura 29 – Imagem circulada nos grupos de WhatsApp bolsonaristas



Fonte: A autora, 2020.

A pandemia de covid-19 foi uma inflexão mundial e ainda se discute, entre especialistas de todo o mundo, se significou uma transição em âmbito global. Dentro de uma perspectiva nacional, os impactos foram muitos e irreversíveis, em especial quando ao menos 689 mil<sup>159</sup> pessoas foram vítimas fatais da doença – sem contar as outras inúmeras vítimas que não tiveram a causa de suas mortes identificadas como covid e as sobreviventes com sequelas irreversíveis. O Brasil foi um dos epicentros da doença em nível global.

A lastimável magnitude do problema no país, contudo, foi objeto de disputa política e um tema central para acentuar a polarização política em curso, determinando rearranjos importantes e também, em algum grau, tornando os polos mais leais entre si. Não foi somente no Brasil que o discurso ancorado em uma gramática de guerra foi mobilizado no *combate* ao vírus. O que se mostrou questionável em muitas iniciativas institucionais foi se a “guerra contra o vírus” referia-se realmente à covid-19. No caso brasileiro, o Bolsonaro veio a público inúmeras vezes dizer que a intenção conspiratória, a partir do “vírus comunista”<sup>160</sup>, era sobretudo de espalhar o pânico e o medo entre as pessoas, mas o presidente negou a todo instante a gravidade da pandemia. “Uma gripezinha!”, disse ele quando milhares de pessoas já haviam sido vítimas fatais do vírus.

<sup>159</sup> Até o momento da escrita, mês de novembro de 2022, foram 689 mil mortes registradas.

<sup>160</sup> A referência era mobilizada em função do vírus ter sido primeiro identificado na China. Esse fator foi sustentador das avaliações conspiratórias quanto ao vírus e alimentaram a ambiguidade da expressão “vírus comunista”, revelando o inimigo de fato a ser combatido na tão convocada “guerra ao vírus”.

De todo modo, é preciso retomar essa preocupação de que o medo e o pânico fossem deslocados da ameaça comunista por meio dos petistas no Brasil para um vírus, invisível, ilocalizável e, em princípio, com uma demanda de unidade política para seu enfrentamento. Esse conjunto de características agia na contramão do que vinha sendo edificado em termos de relações sociais, orientadas pela cisão entre amigos X inimigos. Foi fundamental para o arranjo ideológico bolsonarista, portanto, politizar a pandemia pela via do “não nos enganemos, o inimigo é visível e localizável”, negando não apenas a gravidade do vírus, como também negando-a em sua existência mesma<sup>161</sup>. A pandemia foi apresentada pelos grupos apoiadores do Bolsonaro como uma farsa criada com intuito de dispersão do foco necessário e urgente de combate ao comunismo. A negação, conforme a tradição psicanalítica sugere, é uma atitude psíquica – demarcadora da reação mais simplista frente ao desconhecido.

Tornar o corpo político um corpo paranoico, que permita ser alimentado pelas sensações de: perseguição (estão todos unidos para comprometer e prejudicar a gestão do Bolsonaro); e de conspiração (nada é o que aparenta ser, há um plano maligno dos comunistas por trás da realidade aparente). Nesse sentido, além dos elementos já levantados próprios da negação, a pandemia foi identificada por Bolsonaro e apoiadores como mais um meio de interesse político e econômico para destruir seu governo. Em uma de suas primeiras declarações públicas acerca da pandemia, em março de 2020, ele compara com as “crises de 2009 e 2010”, fazendo referência ao surto de H1N1, e diz que a doença era mais perigosa e “não tivemos essa crise toda”. “No Brasil, era o PT que estava aqui no governo e nos Estados Unidos eram os democratas. E a reação não foi sequer perto de como está havendo ...” (BOLSONARO, na CNN, 15 de março de 2020<sup>162</sup>).

---

<sup>161</sup> Matéria que reúne algumas das declarações do Bolsonaro no início da pandemia sobre o vírus: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>

<sup>162</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-rebate-criticas-e-convida-alcolumbre-e-maia-a-irem-as-ruas/>



Figura 30 – Imagem circulada nas redes sociais pelos apoiadores de Bolsonaro



Fonte: A autora, 2020.

Manter como inimigo sua própria criação é crucial para que a política do medo exercida por Bolsonaro e apoiadores pudesse seguir sendo manipulada e gerida por eles próprios. Permitir que a lógica do combate em guerra – dimensão constituinte de seu projeto político – fosse encarnada em um inimigo autônomo como o vírus, seria fragilizar demais a estrutura ideológica do bolsonarismo. A maneira com que foi implementada a cultura bélica, que marca a agressividade de Bolsonaro desde o início de sua carreira política, é um traço fundamental da agitação e capacidade interpelativa para ampliar a adesão popular. Há uma convocatória comportamental no cenário de guerra, em que qualquer movimento ou narrativa que critique ou contrarie o líder, configura uma ameaça que deverá ser combatida. E, para essas batalhas diárias, todos devem se alistar. Cada um é fundamental nessa luta e, continuamente, os apoiadores são convocados nessa dimensão de atribuição de poder, mas também de condenação. Nas mensagens e interações pelo WhatsApp havia um processo de responsabilização a partir da atribuição de poder, somado à lógica de que os laços de confiança devem ser sempre frouxos porque a iminência da traição é latente.

Na contramão das orientações mundialmente acordadas a partir do que a Organização Mundial de Saúde (OMS) identificou como necessário e urgente para a segurança sanitária das pessoas durante a pandemia de covid-19, Bolsonaro mediu sua força se opondo e denunciando

a organização como promotora de interesses econômicos e políticos próprios. Ela seria mais uma entidade dominada pelo comunismo e acatar seus comandos seria, segundo ele, entregar-se à histeria e pânico que estavam gerando por algo de menor gravidade. Mais uma vez em diálogo com a perspectiva de gênero, Bolsonaro afirma que seguir o confinamento e a quarentena, por exemplo, nos identificava como “país de maricas”. “Temos que enfrentar de peito aberto, lutar”, disse<sup>163</sup>. Nesse sentido, é observável que as narrativas do então presidente configuram um certo malabarismo argumentativo para tornar qualquer evento um reforço do arranjo lógico do imaginário político que defende.

A importância em destrinchar esses elementos que indicam os mecanismos utilizados em torno da produção e manipulação do medo consiste no fato de que seu resultado é surpreendente, sinalizado pela crescente adesão popular às suas ideias. Mesmo pessoas que tenham perdido entes próximos em função da pandemia de covid-19, por exemplo, foram capazes de sustentar a defesa da gestão de Bolsonaro ao longo desse período e, não somente, a também seguir concordando que a pandemia era uma farsa. O modo psíquico de operar, portanto, independe do contraditório inclusive dos fatos. Dado que a realidade é posta em suspensão pela noção de engano, mesmo aquilo que é visto e sentido pelo indivíduo é potencialmente distorcido por ele próprio para acomodar a realidade na percepção ideologicamente orientada por seu grupo político de pertencimento.

A pandemia é apenas um expoente dessa relação que é estruturante do bolsonarismo: o da negação e das teorias conspiratórias que determinam traços paranoicos nas dinâmicas psicopolíticas alimentadas pelos grupos. Há, contudo, outros tantos mecanismos acionados por esses grupos, como: os processos anticiência; a anti-intelectualidade; a generalização descuidada de que tudo que a mídia informa é mentira e manipulação; a negação das violências de opressões identitárias e de marcadores como raça e etnia; o revisionismo da violência na história, relativizando processos autoritários, por exemplo a ditadura empresarial-militar no Brasil. Na sequência, destrincho um pouco mais desses âmbitos nos termos das disputas da verdade.

---

<sup>163</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

Figura 31 – Imagem circulada em grupo de WhatsApp de direita

Cerca de 70 anos atrás, Hermann Göring testemunhou no tribunal de Nuremberg, ele foi questionado : "Como você fez o povo alemão aceitar tudo isso?"  
 Respondeu : "Foi fácil, não tem nada a ver com o nazismo, tem a ver com a natureza humana. Você pode fazer isso em um regime nazista, socialista, comunista, em uma monarquia e até mesmo em uma democracia. Tudo o que você precisa fazer para escravizar as pessoas é assustá-las. Se você consegue imaginar uma maneira de assustar as pessoas, pode obrigá-las a fazer o que você quiser."



Fonte: A autora, 2020.

#### 5.2.4 Fraudes: ciência, instituições, pesquisas, urnas eletrônicas

A Terra é plana. O espaço sideral é uma farsa arquitetada pela NASA. O aquecimento global é uma invenção comunista. A vacina anticovid-19 implanta um chip para controle dos cidadãos.

Segundo análises mais recentes (NUNES, 2022; ROQUE, 2020), o negacionismo anti-ciência se articula com a própria crise das instituições democráticas, de escala global, e a incredibilidade que ela alimentou, que se desdobra também em uma crise epistemológica. Conforme anunciado anteriormente, a crise epistemológica se traduz na perda de confiança nas instituições fundamentais da sociedade, destacadamente a universidade.

Figura 32 – Print de tuíte do Olavo de Carvalho compartilhado em outras redes sociais.



Fonte: A autora, 2021.

No governo Bolsonaro, a negação da credibilidade das instituições começa pela própria perversão de suas prerrogativas estruturantes – é o que se observa, por exemplo, na nomeação, ainda em 2018, dos ministros Abraham Weintraub, para a Educação e Ernesto Araújo, para as Relações Exteriores, notabilizados por suas manifestações públicas de desdém à educação formal. Weintraub comprometeu a educação superior com massivos cortes de verbas<sup>164</sup>, ao passo que Araújo afirmou que o aquecimento global é, de fato, uma conspiração comunista com intenções de abrir caminhos para o domínio da China frente aos países ocidentais. A mudança climática, segundo ele, “é trama marxista”<sup>165</sup>.

<sup>164</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/weintraub-admite-ser-corte-r-926-milhoes-do-orcamento-da-educacao-remanejados-para-pagar-emendas.shtml>

<sup>165</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2018/11/16/reacoes-de-ambientalistas-a-escolha-do-novo-ministro-cetico-do-clima.ghtml>

Figura 33 – Imagem circulada em grupos de WhatsApp de apoio a Bolsonaro



Fonte: A autora, 2020.

Stanley (2019) afirma que sempre que o fascismo solapa, é acompanhado do discurso acusatório das escolas e universidades de “doutrinação marxista” como mecanismo de deslegitimação desses espaços e defesa do “pensamento dominante”. Nota-se com importância, contudo, algo de que o autor não trata, que a acusação é feita ao passo que também se afirma que o marxismo é a própria perspectiva dominante. E que, ao contrário, é a direita conservadora que cumpre o papel de ser a grande descortinadora da verdade, indo contracorrente.

Houve um discurso crescente por parte das direitas, com relativa rapidez em sua popularização nas redes sociais, que caricaturiza e difama movimentos estudantis (ROCHA, 2019). No ano que precedeu as manifestações de Junho de 2013, no Brasil, o aumento da força desses grupos já se notava nas universidades, quando coletivos de direita por todo país foram anunciados e, em universidades de grande relevância, como a UnB, foram inclusive eleitos para a gestão da Direção Central dos Estudantes (DCE), com apoio de fundações e repercussão em mídias hegemônicas, como a *Revista Veja*. A polarização política assimétrica e agressiva que caracterizou esse período de ascensão das direitas nas universidades pode ser pensado como um ensaio do que foi posteriormente experienciado no país.

Figura 34 – Imagem circulada em grupos de WhatsApp de apoio a Bolsonaro



Fonte: A autora, 2020.

Ao abandonarem o solo comum que a educação, em algum nível, assenta, as discussões passam então a focar aspectos do improvável e até fantasioso dos discursos sobre a sociedade ao invés de lidar com os problemas reais (o que ficou evidenciado na pandemia, por exemplo), mecanismo que já havia sido ressaltado por Stanley como técnica funcional do fascismo de recurso à irrealidade para seu avanço. Com essa dinâmica elevada aos debates eleitorais, em que a polarização política subiu de escala em versão extremada e violenta, essa estrutura de discussão foi bastante utilizada.

Um exemplo importante, nesse sentido, é o das *fake news* sobre a fraude das urnas eletrônicas, que teve impacto direto nos resultados das eleições presidenciais de 2018<sup>166</sup>. O cenário de então já nos dava subsídios para prever que, nas eleições de 2022, o tema também seria destaque. Ao longo dos anos de acompanhamento dos grupos bolsonaristas, por exemplo, de 2020 a 2022, a temática de fraude nas urnas e a falta de credibilidade do sistema eleitoral brasileiro não perdeu fôlego e se manteve com notável insistência mesmo que por fora de períodos eleitorais – quando obviamente perde engajamento, mas não deixou de ser assunto

<sup>166</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fake-news-sobre-urnas-eletronicas-surgiu-em-2018-e-foi-alimentada-por-paginas-bolsonaristas/>

central. Segundo pesquisa realizada pela DAPP-FGV<sup>167</sup>, as *fake news* sobre fraude nas urnas, seguidas daquelas sobre o *kit gay*, foram as que obtiveram maior impacto em termos de engajamento virtual, por meio de visualizações e compartilhamentos nos moldes alarmistas. Verificamos, nas eleições de 2022, não apenas a centralidade da temática como recurso da agitação política para engajamento eleitoral, como também impulsionador das manifestações antidemocráticas bolsonaristas, que não aceitaram o resultado eleitoral e exigiam intervenção das forças armadas.

A desinformação difundida nas redes sociais, ao menos desde 2018, sugere, a partir do mapeamento de sua origem, que há uma ação coordenada centralizada<sup>168</sup> para fragilizar a credibilidade do sistema eleitoral brasileiro. Durante o governo Bolsonaro, o STF instaurou uma CPI das *Fake News* para apurar a disseminação de notícias falsas, tendo o presidente e seus filhos como os principais investigados. A continuidade da CPI foi comprometida pelas contínuas ameaças e vetos do então presidente Bolsonaro. Com o embate sem solução, o discurso sobre a fraude das urnas foi sendo fortalecido<sup>169</sup> na medida em que se atrelava a uma desconfiança geral quanto às instituições, apresentadas como uma conspiração contra o presidente. As notícias falsas alimentaram um clima de desconfiança e medo de uma grande ameaça no período eleitoral.

O objetivo, nesses termos, é espriar o medo e garantir a permanente ameaça do inimigo. As narrativas que envolvem a fraude nas urnas e da manipulação eleitoral constituída por um complô que conspira contra o Bolsonaro e sua ideologia é uma conveniência estratégica para: 1) assegurar apoio dos eleitores independente do resultado nas urnas; 2) suscitar engajamento eleitoral dos indivíduos pela via do medo e pânico moral dada a possibilidade de que os inimigos assumam o poder; 3) mobilizar pelo medo no sentido de explorar possibilidades que estão, não apenas além das eleições, mas contra elas, estimulando um sentido antidemocrático com feições antissistema e, por fim, 4) promover agitação política a partir da inconformidade em relação ao resultado eleitoral com argumentos de teor conspiratório e demandas intervencionistas.

---

<sup>167</sup> Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/fraude-nas-urnas-e-kit-gay-tem-maior-impacto-que-outras-noticias-falsas-em-twitter-facebook-e-youtube/>

<sup>168</sup> No contexto pós-eleitoral de 2018, foi divulgado um relatório pelo Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Tecnologias Digitais da Universidade Positivo que identificou 11 páginas “pró-Bolsonaro” que atuaram nessa produção e difusão de conteúdo: A Terra é Plana; Bernardo Kuster; Conservador e Patriota; Desperte; Thiago Lima; Diego Rox; Dr. Rey; Gospel Prime; Naturalmente Saudável; O Jacaré de Tanga; e Terça Livre TV.

<sup>169</sup> Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/desconfianca-sobre-o-processo-eleitoral-gera-mais-de-840-mil-tuites-em-um-mes/>

Fotografia 9 – Manifestação Palácio Duque de Caxias “Fraude nas urnas”



Legenda: Manifestação bolsonarista, ocorrida no dia da Bandeira, pedindo intervenção militar em função da “fraude nas urnas”.

Fonte: A autora, 2022.

A negação das instituições, entretanto, não permite vazios. Uma das táticas observadas ao longo da pesquisa, que as relações de proximidade e pertencimento do WhatsApp permitem, é difundir informações que dialogam em confiabilidade pelo uso de experiências pessoais (relatos próprios, de algum parente ou amigo, por exemplo). Esse tipo de conteúdo atinge “o topo da hierarquia de credibilidade de informação para sujeitos da modernidade e a suspeitas em relação à mídia tradicional, a opinião pessoal não mediada passa a ter um peso político importante” (ALBUQUERQUE, QUINAN, 2019).

Os relatos emotivos pessoais possuem grande eficácia e são os conteúdos que geram maior engajamento nas redes (AARTS, VAN DER KOLK, 2006) pelos processos de identificação gerados. Eles são difundidos a partir de textos escritos, áudios, vídeos e até imagens, com fotos pessoais ou da situação. Mesmo que não seja alguém conhecido, o pertencimento ao público gera um grau de confiança superior ao das instituições de modo geral.



Com frequência, as manchetes alarmistas nos grupos de WhatsApp observados estavam atreladas a links que direcionam para páginas que ou já estavam fora do ar, mas que mantinham os títulos e legendas polêmicos, ou que levavam a um conteúdo diferente daquele enunciado. É o caso, conforme explicitado pela página Fato ou Boato<sup>170</sup>, da notícia massivamente difundida nas eleições de 2018 sobre fraude nas urnas, mas que os links associados levavam a uma postagem que tratava de uma urna substituída por defeito<sup>171</sup>, apesar da manchete “urna eletrônica fraudada no interior do estado”. No caso dos conteúdos que já estavam fora do ar, o alarmismo assumia ainda outra dimensão: além do conteúdo de má informação ou mentira que gerava compartilhamentos massivos, o site desativado era ainda associado à censura sofrida por perseguição àqueles que ousam “falar” a verdade. É nutrido, assim, um ciclo de propagação da desinformação e da desconfiança de difícil incidência e correção.

Figura 35 – Imagem e legenda circulada em grupo de WhatsApp de direita



Fonte: A autora, 2020.

<sup>170</sup> A página foi criada pela Justiça Eleitoral brasileira com o intuito de combater a desinformação relacionada ao processo eleitoral do Brasil.

<sup>171</sup> Disponível em: <https://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos/eleicoes-antiores/eleicoes-2018/fakenews>

### 5.2.5 Fake News e a Censura da Liberdade de expressão

*“Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”*

Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler.

*[...] o modo como as notícias são produzidas e consumidas hoje em dia privilegia quem não tem qualquer pudor em mentir” (NUNES, 2022:110).*

O termo *fake news* vem sendo utilizado para se referir a uma diversidade de fenômenos. Ele pode tanto designar o conteúdo mal-intencionado que se apropria de um formato noticioso para desinformar o público, como também pode se referir a conteúdos que se apropriam do formato para fins humorísticos (TANDOC, LIM, LING, 2018). O jornal *Sensacionalista* é um exemplo de conteúdo “isento de verdade”, conforme se apresenta, com a intenção de humor. Não buscam, contudo, difundir notícias como se verdade fossem.

Por outra perspectiva, o termo diz respeito tanto “a um fenômeno concreto quanto a um discurso que classifica determinados conteúdos como fake news a fim de desautorizá-los”. A insígnia acusatória da *fake news* e a facilidade com que, nas redes, os processos de “verificação da verdade”, da própria desautorização de determinadas informações e da difusão de conteúdos de autorias que podem vir de qualquer um torna, perversamente, a verdade um resultado escuso de um relativismo absoluto instrumentalizado politicamente. Desse modo, as redes sociais que funcionam pela credibilidade da proximidade permitem interações em que o participante se mostra predisposto a imediatamente acreditar no que está sendo difundido ou, mesmo quando questiona a veracidade, o faz no próprio ciclo e acata as respostas internas ao grupo.

A popularização do termo no Brasil se deu em inglês – e não por meio de sua tradução literal de notícias falsas – em função do processo de espelhamento que esse tipo de ação tinha com movimentações pioneiras nos Estados Unidos. Foi durante o governo Temer, no Brasil, que o processo eleitoral que elegeu Trump ocorreu. Após a crise econômica de 2008, os Estados Unidos enfrentaram grande instabilidade política e econômica nos anos seguintes. Nessa circunstância, cresceu de maneira radicalizada a rejeição ao governo do democrata Barack Obama, primeiro presidente negro da história do país, responsabilizado por parte do eleitorado pelos problemas socioeconômicos acentuados com a crise.

Essa associação de elementos criou um terreno fértil para o surgimento da candidatura de Donald Trump, uma figura pública conhecida por ser um empresário bilionário com fortes críticas à “política tradicional”. Seu *slogan*, “make America great again” (MAGA), mobiliza a

ideia de retomada ao que antecede os “desajustes gerados” pelo ex-presidente Obama. Uma campanha que surpreendeu com os resultados, em 2017, levada a cabo com discursos xenofóbicos (inclusive defendendo a construção de um muro na fronteira com o México), de intolerância, negacionismo, anticiência e, especialmente, com intensa promoção de *fake news*, que confrontaram os veículos da imprensa tradicional.

Trump foi eleito cultivando não apenas na própria sociedade as tendências autoritárias presentes, que vinham se fortalecendo (é o caso dos supremacistas brancos, por exemplo), como também exerceu importante influência a políticos e aspirantes a cargos públicos ao redor do mundo. Podemos citar, na sequência de sua vitória, a de Viktor Orbán, na Hungria e, posteriormente, a de Jair Bolsonaro, no Brasil.

A aparente pouca relevância de Bolsonaro no ambiente político sofreu bruscas modificações ao longo da campanha eleitoral de 2018. Os contextos oportunos de *impeachment* da Dilma Rousseff e, posteriormente, a prisão do Lula – candidato favorito à eleição em 2018 –, ofereceram matéria para uma candidatura construída sobre a negação. Antipetista, anticorrupção, anticientífica, “antipolítica”, anti-identidade de gênero, etc. A partir de uma “verdade preliminar” (ou “fantasia preliminar”, para usar os termos freudianos), que era a constatação da corrupção nos governos do PT, foi edificada todo tipo de acusação sem fundamento com a verdade e chegando a níveis de delírios coletivos, dada a surrealidade das informações que se tornaram credíveis nos grupos de transmissão de mensagens. Vimos o fosso entre realidade e fantasia se ampliar a tal ponto que mesmo em contextos em que as gestões tanto de Bolsonaro como de Trump mostraram-se desserviços mundiais no combate à pandemia de covid-19, ambos conseguiram manter boa parte de sua popularidade.

Quando o problema da *fake news* se mostrou alarmante ao ponto de direcionar as eleições de 2018, estudos iniciaram processos de verificação de informação. O formato discursivo de defesa ou de ataque quanto à veracidade das informações circuladas passou a ser, então, centro dos debates presidenciais. A não retratação do candidato e sua insistência em mobilizar informações falsas que extrapolaram o ambiente permissivo das redes sociais tornou a própria verdade matéria fluida e manipulável com crescente facilidade. E, curiosamente, constatar a verdade pareceu perder importância diante da necessidade de defender uma posição política. Sob a acusação de ser um espaço controlado pelos comunistas e corrompido em sua prática, o candidato Bolsonaro se recusou, à época, a participar de debates oficiais e se manteve em diálogo com os eleitores por meio de suas redes pessoais. Dessa forma, a uma só vez, ele tornava frequente a difusão de conteúdos falsos a partir de um discurso de liberdade de

expressão, associado à denúncia de que as acusações que sofria configuravam censura à sua liberdade e, mais ainda, perseguição àquele que teve a coragem de dizer a verdade.

Profissionais de diversas categorias, mas especialmente de comunicação, se reuniram na tarefa de construir plataformas dedicadas à verificação de informação. Alguns exemplos são: o Comprova<sup>172</sup>, que se identifica como jornalismo colaborativo contra a desinformação; Agência Lupa<sup>173</sup>, que integra a International Fact-Checking Network (IFCN), e que se define como não apenas uma agência de checagem, mas também como plataforma de combate à desinformação e de educação midiática, dentre outras plataformas e projetos, como o “Sala de Democracia Digital: Observa2018”<sup>174</sup>, vinculado à FGV, o já mencionado *Fato ou Boato*<sup>175</sup>, página da própria Justiça Eleitoral brasileira e *Aos Fatos*<sup>176</sup>, plataforma de checagem de discursos.

As iniciativas que propunham saídas pela educação e letramento digital como mecanismo de combate à manipulação da opinião pública via *fake News* se mostraram insuficientes e foram ofuscadas pelas disputas que beneficiam a dinâmica da economia da atenção nas redes sociais. Houve um crescente embate de contraposição de *fake News* por ambos os lados na polarização política, fortalecendo uma assimetria já existente entre os polos, em que crescentemente as esquerdas viam-se circunscritas a um roteiro definido pela oposição à direita, ocupando o lugar por ela determinado (NUNES, 2022).

Em decorrência da dinâmica acusatória e de desinformação difundida no formato que atende à economia da atenção – ou seja, o conteúdo polêmico, simplificado e extremo, próprios à lógica de “caça cliques”, a esquerda não soube dar respostas que afirmassem e educassem quanto aos seus posicionamentos com o propósito de desmentir informando. Houve inabilidade nas respostas, que muitas vezes estiveram reduzidas ao deboche, à denúncia da *fake News* e não encararam de modo a reafirmar defesas em torno de temas difíceis e polêmicos. Para usar o já mencionado exemplo do *kit gay*, por exemplo, que permaneceu na disputa entre verdade e mentira, mantendo a dúvida na opinião pública. Mesmo que o assunto tenha iniciado ainda

---

<sup>172</sup> Disponível em: <https://projeto comprova.com.br/about/>

<sup>173</sup> Disponível em: <https://linktr.ee/agencialupa?fbclid=PAAaYnZISWFuavTIorMK-Aw0Jk3FpZXUQfPnU2sllO7zLZNaUoei6oM3L7tBI>

<sup>174</sup> Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br>

<sup>175</sup> Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/>

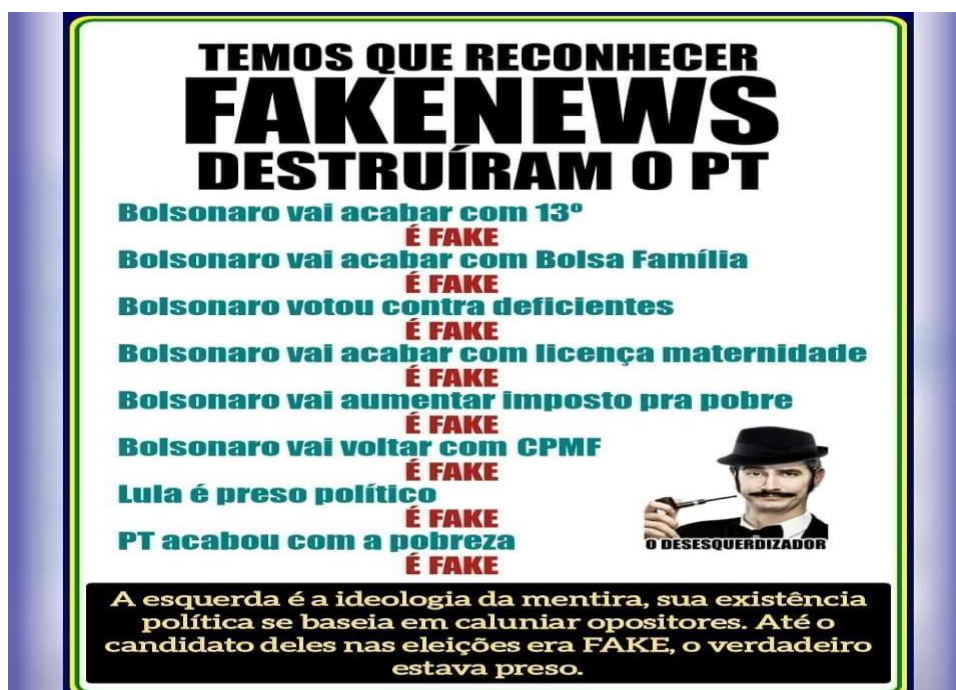
<sup>176</sup> Disponível em: <https://www.aosfatos.org/>

quando o PT era governo, em nenhuma ocasião o debate foi redirecionado para a reafirmação de pautas de combate à LGBTQIAfobia, por exemplo.

É possível, a partir disso, afirmar que as *fake News* constituíram fator de relevância na organização dos embates, não apenas em sua dinâmica relacional, mas na maneira de formular conteúdos, dado que o formato polêmico e chocante impunha à informação verdadeira uma disputa desleal para que fosse igualmente repercutida no público. Se as consequências da difusão de notícias falsas são mais evidentes, é preciso, contudo, apontar também na direção daquilo que está por trás das *fake News* e que constitui o terreno em que prosperam.

É nesse ponto que incontornavelmente a reflexão se volta à dimensão dos afetos. Muito se diz sobre a captura emocional, em especial de certo ressentimento, que a extrema direita tem sido hábil em realizar. A percepção compartilhada de que o sistema político e econômico não está funcionando como deveria e não atende às necessidades da sociedade não é inventada. Grande parte da população se sente desamparada em suas demandas para a sobrevivência. Portanto, o bolsonarismo e seus apoiadores recorrem às *fake News* e outros subterfúgios e, assim, criam adesão, por conseguirem mobilizar emoções antissistema de muitas pessoas. Os recursos utilizados somente são eficazes porque esses sentimentos são uma realidade. E é por isso, segundo argumenta Nunes (2022), que combater mentiras se mostra insuficiente. É preciso dar respostas ao que consiste na raiz desses sentimentos – e não os negar.

Figura 36 – Imagem circulada nos grupos de WhatsApp de direita



Há um tom perverso de mobilização do discurso que conclama o direito fundamental de liberdade de expressão como autorização à disseminação de conteúdo sem comprovação ou comprovadamente falsos. Fere-se, assim, o direito de ser corretamente informado. Na constituição da cidadania brasileira, fomos marcados pela aversão à censura dado que o direito sofreu contínuas ameaças em nossa história e foi amplamente tolhido ao longo dos anos da ditadura militar. A censura à liberdade de expressão nos anos de chumbo fez com que a Constituição Cidadã, editada imediatamente após o período ditatorial, fosse orientada pela aversão a qualquer tipo de censura e grande apego à noção de liberdade. As limitações experimentadas impulsionaram a garantia, na Constituição Federal, da liberdade de expressão como um direito fundamental, irrevogável e inalienável dos indivíduos.

Indaga-se, nesse sentido, como são articulados argumentos em princípio incompatíveis. Os membros dos grupos observados têm sido enfáticos ao longo dos anos quanto à demanda por liberdade de expressão, em especial como recurso de defesa frente às penalidades impostas àqueles que disseminam massivamente notícias falsas, inclusive acusando o Supremo Tribunal Federal (STF) de “ditatorial” e seus inquéritos de censura, por exemplo. Em concomitância, os grupos revisam a memória negativa da Ditadura civil-militar no Brasil, não apenas reivindicando-a como tempos de ouro no país, como também pautando a reprodução de seus instrumentos, métodos e protagonismos em nosso tempo atual. A disputa da memória em torno do período de ditadura no Brasil será trabalhada mais detidamente na seção seguinte.

O longo tempo de acompanhamento dos grupos, contudo, possibilitou verificar uma alteração relevante na receptividade dos assuntos relativos à ditadura e ao golpe de 1964. Se no período eleitoral de 2018 parecia não ser hegemônico o pensamento que relativiza a violência do período e celebra os militares, essa relação já se mostrou mais consensual em 2022, sendo mote, inclusive, das manifestações pós-eleições do mesmo ano. Isso demonstra que houve um processo de formação política e ideológica capaz de produzir resultados ao longo dos quatro anos de mandato.

#### 5.2.6 A disputa da memória

*“O misticismo do fascismo é a prova do seu triunfo. O raciocínio não atrai, a emoção sim”.*

Autor anônimo de revista fascista italiana, 1925<sup>177</sup>.

---

<sup>177</sup> Citado por Stanley (2020), pág. 64, referindo-se a Roger Griffin como quem tratou da temática ao mobilizar o conceito de *Mysticism Fascism*.

Para Foucault (2005), o Ocidente historicamente se constrói por meio da compatibilidade de duas estruturas argumentativas aparentemente contraditórias, mas que terminam por se complementarem e se fortalecerem mutuamente. Um é o discurso da soberania, herança do direito romano, e o outro é alicerçado na guerra das raças e na violência conflitiva originária dos novos estados-nação (FOUCAULT, 2005:44).

O processo de redemocratização, conforme visto no capítulo 2, foi caracterizado por dois discursos principais fundantes que seguem a linha foucaultiana e que, segundo Teles, as “funções principais estariam no controle dos regimes de produção memorialística” (TELES, 2020: 289). De um lado, o discurso de tipo soberano, em uma aposta de um sujeito universal, produzido pelo consenso, em que as subjetivações estavam em torno da “cordialidade, do orgulho, da felicidade, do nacionalismo moderado e do liberalismo político”, entre outras características conjunturais. Do outro lado, há o discurso de marca bélica, da sociedade cindida e de relações binárias, com sujeitos produzidos pela subjetividade em que os outros são ameaças e violências iminentes. “Se o primeiro discurso “unifica” o país no sujeito “brasileiro”, o segundo divide drasticamente essa subjetividade universal e mantém a existência espectral do “inimigo interno” (TELES, 2020:289). Trata-se, segundo termo emprestado de Foucault, da “colonização e da pacificação autoritária”.

Assim, o suposto consenso democrático que orientou a aversão ao autoritarismo, à censura, à repressão e à tortura presentes no período da ditadura civil-militar brasileira, invisibiliza o oxímoro presente no curso de nossa história. Segundo Teles, foi a partir da junção dos dois discursos que foram estruturados os recursos de dominação do novo regime democrático. O paradoxo acomodado em perspectivas de aparência moderada, contudo, não permite neutralidade dos sujeitos e os deslocamentos de forças políticas alimentam, a depender da correlação, maior ou menor intensidade discursiva. O que importa ressaltar, nesse sentido, é que não deixam de estar presentes subjetivamente esses discursos que garantem terreno fértil para a perspectiva belicista florescer, em especial nas ativações possíveis da ameaça do inimigo interno.

Isso demonstra que a memória como terreno de disputas político-ideológicas não é novidade na história mundial. Não à toa nossa história sofre por ausências, silenciamentos e deturpações por viés ideológico que servem ao pensamento dominante. É por isso que mesmo que a Ditadura civil-militar no Brasil tenha sido contraposta pelos valores da redemocratização, alicerçada em princípios liberais-democráticos, persistem as lutas em torno do reconhecimento

e memória dos opositores então considerados “subversivos” – mortos, desaparecidos, torturados e violentados – que apesar dos avanços em anos recentes, não é uma realidade.

As memórias são, portanto, sujeitas a conflitos e debates (JELIN, 2002) e servem de estratégia política na constituição de subjetivações. A sociedade civil organizada, movimentos sociais e organizações políticas fizeram essa disputa contra abordagens e ações institucionais que minimizam a gravidade da violência em nossa história e não permitem reconhecer não apenas os ocorridos nos anos de chumbo, mas os traumas e permanências que ecoam até os dias de hoje. A disputa, nesse sentido, é marcada por relações assimétricas, dado que a própria estrutura do Estado é caracterizada por mecanismos de manutenção do “discurso bélico”.

A assimetria foi extremada com a eleição de Jair Bolsonaro, que em período eleitoral homenageou o general Ustra e, desde o primeiro momento de seu governo enquanto presidente, fez uso de datas históricas para reafirmar seu lugar nessa disputa<sup>178</sup>. O aniversário do golpe de 1964, por exemplo, que derrubou o presidente João Goulart e demarcou o início da ditadura, mobilizado desde a redemocratização como data de memória e reafirmação da luta contra o autoritarismo, foi invertido por Bolsonaro. O presidente, junto a pessoas do alto escalão do governo, promoveu discursos públicos abertamente contrários aos direitos humanos e elogiosos ao período ditatorial. Em março de 2019, o governo determinou ao Ministério da Defesa que fossem realizadas as “comemorações devidas”<sup>179</sup> no aniversário do golpe. Mesmo com toda a repercussão reativa da sociedade, instituições e organismos internacionais contra sua declaração, Bolsonaro enviou, dias depois, um telegrama à ONU afirmando que “não houve golpe de Estado” em 1964, afirmando ainda que os 21 anos de governos militares foram necessários “para afastar a crescente ameaça de uma tomada comunista do Brasil e garantir a preservação das instituições nacionais, no contexto da Guerra Fria”<sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> Reservo-me aqui à brevidade do tratamento do tema a partir do exemplo das manifestações públicas proferidas por Bolsonaro e seu vice, ciente da extensão da temática a muitos outros campos, em especial no retrocesso – e retaliação – das políticas conquistadas ao longo dos anos, com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), por exemplo.

<sup>179</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>

<sup>180</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.



Figura 37 – Conteúdo compartilhados nos grupos de WhatsApp

**Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia, Holanda fundado em 1945**



**Reconheceu o regime militar do Brasil como um governo de regime democrático e nunca como uma ditadura opressora, tanto que jamais se propôs submeter nossos Generais Presidentes a Julgamento por crimes contra a humanidade!  
ACORDA BRASIL....**

Fonte: A autora, 2020.

Figura 38 – Print da página pessoal do Eduardo Bolsonaro



Legenda: Bolsonaro com o livro de Ustra<sup>181</sup>.

Fonte: A autora, 16 de dezembro de 2020.

<sup>181</sup> Aqui, cabe recordar que, em 2016, o então deputado federal Jair Bolsonaro, na sessão que votou pelo prosseguimento do *impeachment* de Dilma, fez apologia à ditadura militar, atacou o “comunismo” e defendeu o torturador Ustra: “Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (BOLSONARO, 2016)”.

Como resultado, no ano de 2020, o então presidente Bolsonaro se referiu publicamente ao aniversário do golpe de 1964 como “dia da liberdade”<sup>182</sup>, em conversa com apoiadores ao sair do Palácio da Alvorada. Em sequência, o vice-presidente, general Hamilton Mourão, publicou uma homenagem em seu Twitter, que dizia:

Há 56 anos, as Forças Armadas intervieram na política nacional para enfrentar a desordem, subversão e corrupção que abalavam as instituições e assustavam a população. Com a eleição do General Castello Branco, iniciaram-se as reformas que desenvolveram o Brasil<sup>183</sup>.

Novamente, no ano de 2021, o vice-presidente elogiou a ditadura militar no dia do aniversário do golpe em suas redes sociais. Dessa vez, o discurso foi mais diretamente alinhado com o propósito de incitação do medo e lógica da inimizade que vinham fundamentando o fortalecimento e radicalização do campo da extrema direita. Em suas palavras: “Neste dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse seus tenazes [sic] no Brasil. Força e honra”<sup>184</sup>. O presidente acompanhou a estratégia e, em sua conta do Twitter, criticou a decisão do Congresso de anular, como ato simbólico, a sessão legislativa que destituiu o então presidente João Goulart, no golpe de 1964. “Em abril/2013 o Congresso anulou a sessão de 02/abril/64, que destituiu o Presidente João Goulart. Não discuto a História, mas verdadeiros democratas não apagam fotos ou fatos. Deus abençoe o Brasil e guarde nossa liberdade!”<sup>185</sup>, escreveu.

Quando uma política ou discurso de Estado transforma o período de nossa história marcado por todo tipo de violação dos direitos humanos em motivo a ser celebrado e em homenagem aos violadores, estão agenciando mecanismos de subjetivação de lembranças e esquecimentos. Isso quer dizer que são produzidos os parâmetros do que convém ser lembrado

---

<sup>182</sup> COLETTA, Ricardo. Bolsonaro se refere ao aniversário do golpe de 64 como 'dia da liberdade'. Folha de São Paulo, Brasília, 31 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-se-refere-a-aniversario-do-golpe-de-64-como-dia-da-liberdade.shtm>. Acesso em 28 de dezembro de 2022.

<sup>183</sup> Disponível em: <https://twitter.com/generalmourao/status/1244929367773523969>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

<sup>184</sup> Disponível em: <https://twitter.com/generalmourao/status/1377260846301253637>. Acesso em: 21 de abr. de 2022.

<sup>185</sup> Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1377409408267812865>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

– e, conseqüentemente, esquecido –, consolidando imaginários políticos acerca do que foi o passado. “Trata-se de produzir o *quem* da memória”, nas palavras de Edson Teles (TELES, 2020: 291).

Mais do que uma política do esquecimento, se tenta operar uma política do abandono. Deixa-se os traços do passado abandonados sob a superfície achatada e lisa das políticas de memórias reconciliadas e pacificadas (TELES, 2020:290).

Ao passo que esse tipo de manifestação pública do alto escalão do governo seguiu ocorrendo, pela primeira vez desde a redemocratização, mais naturalizadas e subjetivamente acolhidas tornavam-se as relativizações feitas nas opiniões e conteúdos difundidos nos grupos de WhatsApp acompanhados. Se, inicialmente, em 2020, houve reação interna na interação dos grupos contrária à ditadura e, nesse momento, os conteúdos tinham um caráter mais pedagógico<sup>186</sup> e propagandístico dos ideais, em 2022, o caráter das informações era consideravelmente distinto. O debate sobre o período da ditadura militar pareceu superado – dada a ausência de contraditório – e a defesa de uma intervenção militar foi apresentada como reafirmação da democracia, da moral, da família e de Deus, e não como ditadura. Nesse sentido, houve a reivindicação de que “golpe” e “ditadura” não eram termos adequados para referir aos governos militares no Brasil<sup>187</sup>.

---

<sup>186</sup> Foram muitos os vídeos de curta duração massivamente compartilhados nos grupos em que constava uma espécie de cartilha para a atuação dos patriotas, o que deveriam reivindicar e qual é a interpretação correta da sociedade e da história brasileira. Até mesmo as *hashtags*, orientação de pauta única para o movimento (intervenção militar já com Bolsonaro no poder) e argumentos centrais foram replicados de tal modo que terminaram sendo mobilizados nas mais diversas circunstâncias: seja diante do que consideram a “ditadura do STF”, nomeadamente na Figura do Alexandre de Moraes (chamado de “Xandão”), seja em período eleitoral com o risco do comunismo e, de maneira extremada, alcançando seu ápice em 2022, o argumento de fraude nas urnas como mecanismo de não aceitação do resultado eleitoral em que o presidente Lula foi eleito.

<sup>187</sup> É importante destacar que a família Bolsonaro, em toda sua trajetória política, utilizou a data do aniversário do golpe de 1964 para fazer manifestações públicas – seja na Praça dos Três Poderes, dentro da Câmara dos Deputados e em suas redes sociais – em homenagem aos militares, identificando-os como heróis e agradecendo-os por ter impedido que o Brasil tivesse se tornado uma Cuba. Em 2014, inclusive, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), junto a apoiadores e esposas de militares, levaram faixas com dizeres como “Graças a vocês o Brasil não é Cuba” e “Fora corruptos, comunismo aqui não” à Câmara dos Deputados e tumultuaram a sessão solene de modo a inviabilizar o discurso de Luiza Erundina (PSB-SP), que pautou a revisão da Lei de Anistia (6.683/79), a partir da aprovação pelo Congresso do Projeto de Lei 573/11, de sua autoria, que exclui do rol de crimes anistiados após a ditadura militar (1964-1985) aqueles cometidos por agentes públicos, militares ou civis, para que possam ser punidos os agentes responsáveis por crimes comuns cometidos durante a ditadura, como tortura, assassinato, desaparecimento de corpos e estupro. No ano seguinte, em 2015, Jair e seus filhos voltam a manifestar-se na data em frente ao Palácio, com a faixa com os dizeres: “Parabéns militares - 31/mar/1964. Graças a vocês o Brasil não é Cuba”, alegando, em entrevista, que o Golpe foi uma intervenção democrática. Ver detalhes das ocasiões em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/manifestantes-pro-golpe-tumultuam-sessao-da-camara-sobre-ditadura-6533/> e <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-chama-ditadura-militar-brasileira-de-intervencao-democratica-29062022>

Figura 39 – Print da imagem circulada nos grupos de WhatsApp observados.

**Parabéns militares! Graças a vocês o Brasil não é Cuba.** 🇧🇷🇧🇷



Fonte: A autora, 2021.

Os chamados “atos antidemocráticos” pós-eleições de 2022, que culminaram em ataques golpistas<sup>188</sup>, seguiram de maneira protocolar o passo a passo divulgado nos materiais pedagógicos que circulam nos grupos de WhatsApp pelo menos desde 2020, quando iniciei a coleta de material para esta pesquisa. E, mesmo após a morte de Olavo de Carvalho, ele seguiu sendo mobilizado enquanto mentor da cartilha de ação como alguém que previu a estratégia mais adequada<sup>189</sup>. Os participantes fazem menção direta ao golpe de 1964, propondo uma

<sup>188</sup> Os ataques golpistas são referentes às ações do dia 8 de janeiro de 2023 que destruíram a Praça dos Três Poderes no Brasil. Milhares de autodeclarados “patriotas”, por meio de financiamento do agronegócio, igrejas evangélicas e empresários, foram a Brasília em ônibus fretados para cumprir o chamado que divulgavam nos grupos de “invasão de Brasília”. Os atos causaram destruição inestimável para o país e foram marcados pela violência brutal contra jornalistas que tentaram fazer a cobertura das ações. Dentre as perdas estão não somente os prédios dos três poderes e suas vidraças, mas também obras de arte, presentes presidenciais, versão original da Constituição de 1988, mobiliário do século XIX, computadores, televisões, móveis, além do roubo de armas, munição e aparelhos eletrônicos.

<sup>189</sup> Além dos vídeos com cortes de entrevistas e discursos públicos de Olavo, o autodeclarado filósofo é citado em textos e imagens divulgados nos grupos como insígnia de legitimação para o que está sendo dito. Alguns exemplos de vídeos podem ser identificados pelo perfil @olavo.tem.raza, da rede social TikTok, que tem uma série chamada “cortes de Olavo” (pequenos vídeos recortados do filme documentário ainda a ser lançado e que leva o título “Olavo tem razão”), utilizada para difusão nos grupos de WhatsApp. E também textos de tom premonitório ou mesmo dirigente indicados como respostas estratégicas para os momentos atuais. Por exemplo: “Olavo de Carvalho disse: A ÚNICA SAÍDA para por fim a essa Ditadura Comunista é INVADIR Brasília aos milhões e NINGUÉM entra ou sai, as FFAA terão que intervir! Ou lutamos contra o Comunismo ou vamos nos ferrar”. As citações são realizadas nesses canais sem indicação de fonte.

solução para o Brasil de hoje nos mesmos termos: “intervenção militar para conter a ameaça comunista”.

É notável que os grupos se tornaram importantes instrumentos de formação política dos aliados de Bolsonaro que passaram de um grupo amplo de pessoas com pensamentos diversos, eleitores do Bolsonaro por uma outra pauta específica, ou ainda sem recursos para tomar posicionamentos mais drásticos, a pessoas crescentemente mais envolvidas com o posicionamento político – também impulsionados pelo contexto de intensa polarização política no país. A relação nova com a participação política foi frequentemente constatada não apenas nos grupos como nas mobilizações de rua, nas quais muitas pessoas alegaram que foi a partir da figura de Bolsonaro ou de Olavo de Carvalho que o interesse na política foi despertado e sentiram-se aptos a acessar ativamente os debates políticos.

Esse é um ponto sugestivo quanto à indissociabilidade das categorias temáticas apresentadas, mas como todo o arranjo em torno da disputa da verdade mobiliza técnicas de distorção da realidade que alimentam a paranoia coletiva e um estado de irrealidade, caracterizado pelas teorias de conspiração e notícias falsas. Stanley (2020), no livro *Como funciona o fascismo*, trata de técnicas da política fascista do século XX, elencadas por ele como: o passado mítico, propaganda, anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união do bem-estar público. No momento da publicação de seu livro, ainda não era uma realidade o governo de Bolsonaro, mas o autor já faz referências à experiência de atualização da política fascista dos Estados Unidos com Trump.

Interessa, nesta seção, notar que a disputa da memória realizada pela família Bolsonaro não iniciou no cargo de Presidência e tampouco foi um empenho solitário ao longo de seus quase 30 anos de política enquanto parlamentar. A insistência sugere, portanto, importância em reinterpretar o passado e uma coerência entre as estratégias de Bolsonaro e aquelas que marcaram o fascismo no mundo. Nas palavras de Stanley:

Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum da história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias (STANLEY, 2020:16).

Vimos, ao longo deste capítulo, as compatibilidades com a formulação descrita por Stanley. É curioso pensar como partiu da própria família Bolsonaro e seus apoiadores a

designação de sua figura como um “mito”. A história confirma que foi a política fascista que alcançou as artimanhas para que o mito fosse tratado como um fato. “Na ideologia fascista, a função do sistema educacional é glorificar o passado mítico, elevando as conquistas de membros da nação e obscurecendo as perspectivas e as histórias daqueles que lhe são estranhos” (STANLEY, 2020:58), precisamente o que foi confirmado em situações das políticas de desmonte dos avanços realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) na luta pelo fim da anistia para agentes públicos que cometeram crimes como a tortura, assassinato, desaparecimento de corpos e estupro contra os presos políticos.

Também remonta os tempos de fascismo a noção simplificadora – e também manipuladora – das coisas, de modo a dialogar com o máximo de pessoas possível convencendo não pelo intelecto, mas pela ativação da vontade e da emoção. Stanley (2020) recorda que, ao longo de *Mein Kampf*, Hitler deixa claro que o objetivo da propaganda na esfera pública é substituir o argumento fundamentado por medos e paixões irracionais. Steve Bannon, estrategista político de Trump, afirmou que eles foram eleitos com base na lógica “*Drain the Swamp, Lock her up, Build a Wall*”<sup>190</sup>, segundo ele, é a raiva e o medo que levam as pessoas às urnas. E tanto o medo quanto a raiva são emoções que demandam o objeto ameaçador que as estimule.

O fortalecimento, no segmento político, da narrativa de negação não apenas da memória de violência e suas vítimas do período ditatorial, mas da própria designação de “ditadura”, é sustentado a partir da ancoragem socioexistencial em torno das relações afirmadas pela lógica da inimizade. É a partir da figura do inimigo como o “comunista”, a “esquerda” e a população mais vulnerável da cidade (demarcada por raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, etc.), que foi possível deslocar e inverter a realidade e a memória histórica por mediação do medo. Dedicarei o capítulo seguinte a essa relação.

---

<sup>190</sup> Do original: *We got elected on Drain the Swamp, Lock Her Up, Build a Wall, Bannon said. “This was pure anger. Anger and fear is what gets people to the polls.”* Disponível em: <https://money.cnn.com/2018/09/03/media/steve-bannon-new-yorker/index.html>

## 6 “NÃO SORRIA, ESTAMOS EM GUERRA”: AÇÃO E PARALISIA NO MEDO

*“Não sorria, estamos em guerra”  
(Frase escrita em um banner na manifestação bolsonarista do dia 15 de novembro de 2022,  
em frente ao Palácio Duque de Caxias)*

Fotografia 10 – Não sorria, estamos em guerra



Legenda: Manifestação no dia da Proclamação da República.

Fonte: A autora, 2022.

O modo psíquico de operar por meio de binarismos não é um mecanismo inerente aos indivíduos. Ele é criado e reproduzido por meio de recursos que orientam cognitiva e subjetivamente os sujeitos, recursos que são o conjunto de representações produzidas e

atualizadas na concretude das experiências vividas. O sintoma mais marcante dessa construção é a política da divisão. A “cidade cindida” que descreve Frantz Fanon para tratar da violência colonial é herança marcante dos processos de urbanização em países que foram colonizados. Os efeitos socialmente estruturantes de uma população dividida em “nós” e “eles” viveram distintos momentos até chegarmos aos moldes atuais de extremismo.

O sentido bélico orientador das sociedades contemporâneas transforma toda sorte de conflitos sociais em problemas enquadrados nos moldes de uma guerra interna: seja a questão da desigualdade econômico-social, crises sanitárias, questões culturais, disputas políticas, entre outras camadas...: o discurso belicista se faz presente.

A narrativa da guerra é central para tratarmos do bolsonarismo e, ao mesmo tempo, entendermos o caráter incontornável do debate da política do medo. Até aqui, as categorias que amalgamam o material antes disperso em quatro frentes, ao serem trabalhadas, foram permitindo que as intersecções entre elas espontaneamente demonstrassem que são imbricadas e que as separamos apenas para fins de apresentação. Ainda assim, um traço que se explicita, é como a lógica da inimizade termina sendo fundamentadora – porque é também aglutinadora –, a força capaz de reunir elementos dispersos, às vezes excludentes entre si – em um único complexo imaginário em que “tudo e “nada” parecem palavras elementares. Nesta categoria, pretendo retomar, antes de mais nada, o processo de construção da inimizade, sua relevância e formas concretas de operar. Assim, na última categoria, observaremos sua radicalização no sentido comportamental, ao assumir contornos militares e “patrióticos”.

### 6.1. “Terço na mão, inimigo no chão!”: A política da inimizade

Figura 40 – Print de imagem circulada nos grupos de WhatsApp observados.



Fonte: A autora, 2022.



Esse tipo de gente você não pode tratá-lo como se fosse um ser humano normal que deve ser respeitado, que é uma vítima da sociedade. Nós não podemos deixar os policiais continuarem morrendo na mão desses caras. [...] Ele [o policial] entra, resolve o problema, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros, ele tem que ser condecorado e não processado (BOLSONARO, 2018<sup>191</sup>).

Em uma célebre proposição, o general prussiano Carl von Clausewitz, em *Da guerra*<sup>192</sup>, disse que “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Para a guerra acontecer, é necessário escolher ou criar um inimigo. A relação de inimizade pode também ser tomada em sentido ontológico, conforme articulado por Schimit, que argumenta que a garantia da paz em casa depende da definição de um inimigo fora dela. “O que somos”, nesse sentido, é definido pelo que somos contra.

A guerra ao terror, conforme anteriormente trabalhado, foi acompanhada de uma mudança significativa na relação de inimizade, na medida em que o inimigo se apresenta como uma figura difusa, presente interna e externamente, e potencialmente com vínculos transnacionais. As reconfigurações do espaço urbano a partir da lógica estruturada no medo do ataque, do terror, são retroalimentadas pela criação de um inimigo à espreita e em proximidade.

Um recurso alimentado pelos aparelhos do poder – e reproduzidos socialmente – que funciona como amparo às angústias geradas por relações sociais traçadas a partir da desconfiança e medo do outro, foi o de designar inimigos. De maneira semelhante àquelas que remontam o período da escravatura, determinado pela relação entre senhores e escravizados, o processo pós-independência e, posteriormente, de urbanização, garantiram que não houvesse grandes rupturas nos marcadores dos conflitos enquanto forma de interação social (SIMMEL, 1992; BATISTA, 2012).

A longa história de polarização no Brasil teve importante inflexão no período da ditadura militar, em que o inimigo interno com potenciais vínculos transnacionais é designado como a ameaça do comunismo – que implicava em um terror moral, antirreligioso, anticivilizatório e disseminador da miséria. O Rio de Janeiro foi a iniciativa experimental, no contexto pós-ditadura militar<sup>193</sup>, para a campanha massiva de pânico social que recriou os

---

<sup>191</sup> Bolsonaro em Sabatina do Roda Viva, respondendo à pergunta do jornalista William Bonner acerca da violência nas favelas.

<sup>192</sup> O tratado *Da guerra* foi editado e publicado postumamente (1832) por Marie von Bruhl no mesmo ano da morte de Carl von Clausewitz.

<sup>193</sup> Vera Malaguti Batista realiza um estudo em que identifica que o período entre 1968 e 1988 – anos de ditadura civil-militar – demarca a gênese da paranoia em torno da questão das drogas. E era sempre, segundo ela verifica, um garoto, negro, pobre, muitas vezes descalço, que era representado como o inimigo e a favela, como locus do mal. Ela destaca que parte de uma campanha massiva a representação (que podemos acrescentar, integra hoje o

inimigos internos como fins de indução do medo para legitimação de políticas autoritárias. Nesse processo, é o jovem, negro, pobre e favelado que passa a corresponder, no imaginário social, a estética do portador dos medos. A construção pelas mais diferentes mídias dessa imagem foi acompanhada da criminalização da pobreza e da internalização da demanda por ordem e policiamento na população. Os mecanismos de contenção e apartação dessa juventude passavam a assumir feições de paradigma de segurança nacional<sup>194</sup>.

A sobredeterminação na alteridade trata dos mecanismos estigmatizantes em que é reunida a diversidade de medos alimentados ao longo do tempo, até então dissociados, para serem localizados e corporificados em uma mesma imagem. Isso ocorre por meio de processos psicopolíticos simplificadores de discurso que apostam em capacidades receptivas menos intelectualizadas. Desse modo, os problemas político-econômico-sociais e culturais são apresentados pela causa comum localizada no inimigo, sujeito que concentra todos os males designadores da própria contraposição existencial. Essa é, portanto, uma virada de chave central para explorar a ambivalência do medo e da esperança, dado que o objeto dos temores, angústia e desamparo assumiu um corpo localizável que, se destruído, é a própria expectativa de extinção de todos os problemas a uma só vez. Trata-se, portanto, de uma esperança quase que convocatória à ação para a eliminação do inimigo como resolução de todas as crises.

“A culpa é do PT!” não apenas foi um jargão muito utilizado em diferentes momentos políticos do Brasil desde o início das crises mais severas dos governos petistas, em 2013, como também constituiu a base dos mecanismos retóricos evasivos do Jair Bolsonaro. Sempre que questionado sobre alguma temática que dizia respeito às próprias opiniões ou, quando presidente, quanto aos problemas de sua gestão, a estratégia era aplicar o sentido adversativo “mas o PT...”, “mas o Lula...”. Com isso, ele não enfrentava as questões apresentadas. Houve, contudo, bastante adesão ao pensamento, tendo em vista que já existia no imaginário comum, especialmente da classe média, de que tudo era “culpa do PT”.

---

imaginário coletivo comum) da juventude pobre como aquela suja, imoral, ameaçadora e que precisa ser contida e apartada socialmente (BATISTA, 2012).

<sup>194</sup> Aqui faço referência à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), decretada na ditadura militar por meio Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que permitiu ao regime ditatorial perseguir, punir e eliminar os “adversários internos”, considerados ameaças à ordem estabelecida por “questionarem” e se “oporem” ao regime autoritário. A Doutrina surgiu na esteira da perseguição aos comunistas e faz menção direta a essas influências, destacando inclusive a dimensão do apelo emocional-cognitivo dessa ameaça, conforme se verifica no § 2º do decreto: “A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 de dezembro de 2022.

### 6.1.1. Então no que, afinal, consiste a política da inimizade e quais suas implicações?

Na medida em que classificações, sobredeterminações e divisões sociais se solidificam, o medo passa a ser o mediador e substitui a compreensão entre grupos. Nesse sentido, qualquer ampliação de espaço e progresso de um grupo marginalizado passa a ser ameaça ontológica à população dominante.

Desse modo, não apenas o inimigo pode agora ser visto e contido, como também os autores “salvadores” da situação atual do país, bem como sua iminência de piora, é atribuída ao virtuoso “nós”. Há, nesse sentido, um elemento heroico aos cidadãos legítimos ao “nós” em contraste com os criminosos sem lei, “eles”. É o que se expressa nos mecanismos de base religiosa e moral em que muitos apoiadores do Bolsonaro se veem – e esse elemento integra a agitação política promovida pelas igrejas, agente públicos e “militantes” – como designados para serem os salvadores da pátria, à luz das ameaçadoras situações da Venezuela e de Cuba, conforme propagandeiam. “Somos heróis acorrentados”, disse um integrante dos grupos de WhatsApp.

Stanley (2020) ao tratar das estratégias fascistas ressalta que à medida que o medo em relação a “eles” cresce, “nós” passamos a representar tudo que é virtuoso, o que sugere uma relação interdependente do outro para que se conforme o eu. Há, em cenários de polarização, um pertencer existencial ao grupo.

Esse é o fator elementar que leva à eficácia do discurso da inimizade. Contudo, há mecanismos de ancoragem sócio-históricas e existenciais que condicionam a concatenação imediata e designadora de pertencimento. Se retomarmos a um passado mais longínquo até o mais recente, conforme anteriormente esboçado, é possível destrinchar diferentes imagens do que foi, ao longo do tempo, tecendo o inconsciente que, conforme argumenta Lacan, no Seminário 5, não é o primordial e o instintivo, mas parte dos sentidos atribuídos pela experiência, elementos do significante. A própria criação, no âmbito da fantasia, é “elaborada” nos termos e condições do significante:

É absolutamente impossível estabelecer uma distinção válida entre as fantasias inconscientes e essa criação formal que é o funcionamento da imaginação, se não virmos que a fantasia inconsciente é desde sempre dominada, estruturada, pelas condições do significante. Os objetos primordiais bons e maus, os objetos primários a partir dos quais se faz toda a dedução analítica, constituem uma bateria na qual se desenham diversas séries de termos substitutos, fadados à equivalência (LACAN, 1999: 263).

A formação do inconsciente, nos termos da inimizade, retoma as experiências de vida, expressas como concatenação dos significantes, o que, na relação intersubjetiva, sugere relação especular diante do inimigo: “tu és aquele a quem odeias” (LACAN, 1999: 504). Nesse sentido, não se perde de vista que a construção de si, do Outro e, logo, da figura do inimigo, é invariavelmente social, porque íntima. No Seminário 1, de Lacan, essa relação é apresentada ao pensar a própria estrutura de nossos tempos como aqueles erguidos pelo ódio:

Porque já somos muito suficientemente uma civilização do ódio. O caminho da corrida para a destruição não está verdadeiramente bem traçado entre nós? O ódio se re-veste no nosso discurso comum de muitos pretextos, encontra racionalizações extraordinariamente fáceis. Talvez seja esse estado de floculação difusa do ódio que satura em nós o apelo à destruição do ser. Como se a objetivação do ser humano na nossa civilização correspondesse exatamente ao que, na estrutura do ego, é o pólo do ódio (LACAN, 1986:316).

Em crescente acentuação desses termos de organização e convivência na nossa sociedade, o ódio, apesar de uma emoção de aparente descontrole de si mesmo, a partir dessas “racionalizações extraordinariamente fáceis” nas relações intersubjetivas. Racionalizar um afeto, ou explorar sua ambivalência com a razão, sugere um formato *autorizado* de se operar socialmente o ódio e expressa ancoragens com as quais mantém vínculo retroalimentado de uma sociedade marcada pela separação – orquestrada pela política do medo.

(...) nossa era decididamente se define pela separação, pelos movimentos de ódio, pela hostilidade e, acima de tudo, pela luta contra o inimigo, em decorrência da qual as democracias liberais já tão escorchadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, estão sendo sugadas em um amplo processo de inversão (MBEMBE, 2020:76).

Em termos históricos de longo prazo, 1) a formação do Estado brasileiro, na chave da violência colonial e do projeto de branquitude da nação; 2) os encarceramentos em massa a partir dos códigos racistas e 3) projetos de urbanização por geografias de cor de pele são fatores centrais para a compreensão das relações de hostilidade e determinação dos corpos negros e pobres como encarnação dos inimigos sociais.

Em termos de médio e curto prazo, pensando em dinâmicas geopolíticas e também acontecimentos nacionalmente situados a partir da segunda metade do século XX e século XXI, podemos ressaltar, primeiramente, três eventos internacionais centrais: 1) Guerra Fria e Queda do Muro de Berlim, mobilizador da separação político-social a partir da polarização ideológica entre capitalistas e socialistas-comunistas, com consequências fundamentais à compreensão de

“fracasso da ameaça comunista” e acolhimento global do neoliberalismo; 2) “Guerra ao terror”, a partir do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 (e outros subsequentes), reorganizadores das políticas estatais, imagem do inimigo e mecanismos para combatê-lo; 2) a Grande Recessão, crise econômica de 2008, que acentuou a crise da democracia liberal e que, em decorrência, manifestações ao redor do mundo inteiro foram crescentes nos anos seguintes, culminando nos anos de 2012 e 2013, com a Primavera Árabe e mobilizações massivas na Grécia, Turquia, Brasil e Tunísia, por exemplo, com apelo ao direito à cidade; e, por fim, a 3) Crise dos Refugiados, em 2015, que orientou o debate acerca das fronteiras, o medo ao Outro e, a partir da xenofobia, significou espaço de fortalecimento e desmarginalização da extrema direita (MUDDE, 2021).

A nível nacional, recapitulando, vivemos 1) a Ditadura Militar no Brasil e o sequente processo de redemocratização, com traumas histórico-sociais a partir das relações de Anistia e justiça para torturados, assassinados e desaparecidos durante o regime, bem como centralidade dos militares em *lobby* da Constituinte; 2) a chegada do Partido dos Trabalhadores no poder – fantasmas e medos alimentados em processos de campanha e posteriores escândalos de corrupção midiáticos; 3) manifestações de Junho de 2013; 4) Golpe parlamentar e *impeachment* da presidenta Dilma. Esses eventos, conforme trabalhados anteriormente, foram elementares para a desmarginalização, fortalecimento e adesão popular à extrema direita e se aliam muito diretamente às dinâmicas sócio-históricas da política do medo em suas ancoragens autorizadoras dos mecanismos de localização e combate ao inimigo.

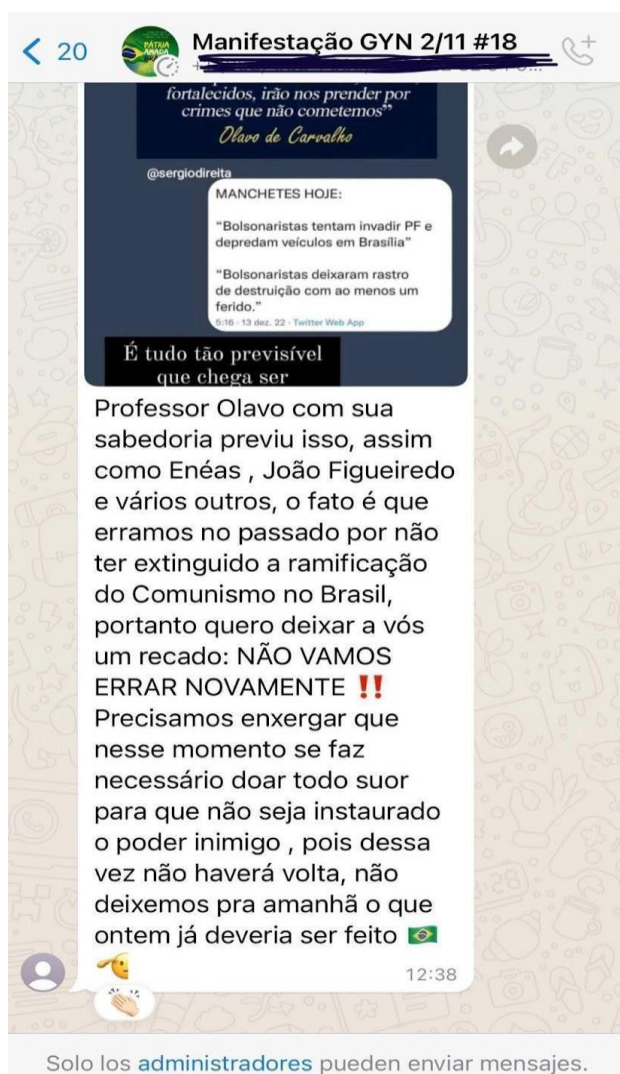
Se dermos atenção, ainda que pontualmente, ao que expressa a famosa proposição de Carl Schmitt, compreenderemos que a política é definida pela diferenciação entre amigo e inimigo. O que Lacan e Mbembe concordam, contudo, é que essa relação, em nossa era, ocupa uma amplitude tal de definição também existencial. E há de se recordar que, para Schmitt, a inimizade não designa o mero adversário ou oponente por que nutrimos antipatia. O inimigo se refere a um antagonismo total porque nega, de modo ontológico, o nosso ser. Portanto, tudo vale para sua supressão, incluindo a morte física. Mbembe explica como as sociedades contemporâneas radicalizam essa relação, em função de que a democracia liberal é, em síntese, a ampla reprodução do medo, política que demanda, continuamente, forjar espantelhos que amedrontam – dado que estão sempre de tocaia prestes à ação.

(...) por terem se convencido de que estão enfrentando uma ameaça permanente, as sociedades contemporâneas têm sido mais ou menos forçadas a viver seu cotidiano sob a forma de “pequenos traumas”

reiterados – um atentado ali, uma crise de reféns aqui, depois um tiroteio e o alerta permanente (MBEMBE, 2020: 88).

Diante da ameaça e do perigo constante, é lançado mão de recursos mítico-religiosos que são estratégicos para que sejam abertos caminhos livres para a completude dos Estados de segurança, amparados pelo combate ao terrorismo. As democracias liberais, segundo Mbembe, há muito não negam seu entusiasmo bélico. “A nação é convocada a derramar em público lágrimas de rancor e a se erguer diante do inimigo. E do pranto às armas, o caminho está sempre traçado” (MBEMBE, 2020:91). Sob as insígnias constitucionais, discursos da segurança, ou mesmo sob a comenda de “civilização”, o “militarismo já não precisa avançar disfarçado” e para que se alimente o ódio bélico, qualquer discordância é deslocada ao lugar de “inimigos da humanidade toda” e, assim, a violência bruta é retificada.

Figura 41 – Print da interação em grupo de WhatsApp observado.



Fonte: A autora, 2022.

A acentuada coexistência entre o raciocínio mítico-religioso com o conhecimento racional, destituindo sua alcunha antitética, serve para dar suporte a experiências viscerais e fanatismos, que acomodam os sacrifícios e martírios como componentes da realização política.

A *Folha Universal*, como expressão dessa relação, mobiliza a imagem do inimigo e o estado de guerra constantemente, salientando o fundamento maniqueísta do mundo, dicotomizado por Deus e o Diabo, e agitando os fiéis com a concepção de “exército de Deus”. “Você está no meio de uma guerra e pode ainda não ter se dado conta disso”, explica o bispo em matéria<sup>195</sup> e impondo como tarefa cristã o “sacrifício em vida terrena” para garantir a vitória do bem. Não à toa, um recurso importante da propaganda política bolsonarista é o de associar Lula com o diabo, bem como o PT e o comunismo. O vermelho atribui um valor estético a essa associação, que reivindica processos históricos como a excomunicação e perseguição de comunistas pela Igreja e o destino de “proibição” da religião por regimes comunistas. A lógica do inimigo que verificamos no argumento de Mbembe como sustentadora do arranjo social autoritário, é ressaltada pela *Folha Universal*, em matéria de 2021:

A estratégia do inimigo - O verdadeiro Evangelho exige sacrifício. Ele pede que a pessoa negue o pecado e se esforce para ter um relacionamento genuíno com Deus, alertou o Bispo: “a guerra é invisível. Você não vê o inimigo, mas ele está rodeando você o tempo todo. Ele está falando por meio do que você assiste na TV, pelas músicas que você curte, pelas séries e livros. Você segue aquela moda e aqueles influenciadores. Você vai seguindo as pessoas e, sem saber, está perdendo a batalha na mente, por causa de ideologias e pensamentos que vão derrubando as suas defesas espirituais” (*Folha Universal*, 6 de setembro de 2021<sup>196</sup>).

Em 2022, de maneira direta, a *Folha Universal* publica matéria intitulada “Unidos pelo Brasil”, em que são citadas falas de Edir Macedo e um jejum é convocado pela reeleição de Jair Bolsonaro contra o inimigo dos cristãos, o Lula. Na matéria, o voto é anunciado pelo trecho “Antes do primeiro turno, o Bispo Macedo já tinha declarado voto no presidente Jair Bolsonaro. O que nós, o povo de Deus, chamado pelo nome do Senhor Jesus Cristo, faremos? Vamos cruzar os braços esperando o resultado? Não” e, na sequência, é ressaltado que a base da decisão do

<sup>195</sup> Fonte: <https://www.universal.org/noticias/post/homens-de-guerra-entenda-a-batalha-que-enfrentamos-2/>. Acessado em 9 de janeiro de 2023.

<sup>196</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/homens-de-guerra-entenda-a-batalha-que-enfrentamos/>

Bispo foi encontrada no Texto Sagrado, que remete a “situações semelhantes às que vivemos hoje”. Edir Macedo diz que há muitos exemplos, mas que ele citaria apenas uma passagem: “Essa passagem da Bíblia mostra como um rei de Judá, Jeosafá, convocou todo o povo para uma peleja diferente contra os inimigos que avançavam sobre a região.” Em seguida, ele convoca os fiéis ao Jejum pelo Direito da Fé, Pátria e Família:

Homens, mulheres e crianças se reuniram em frente ao Templo de Jerusalém e oraram. Deus disse a todos que se acalmassem e confiassem nEle, que abraçaria a causa e lutaria aquela batalha. Como todos obedeceram e confiaram, o Altíssimo mostrou Seu poder, fazendo com que os inimigos se destruíssem uns aos outros. “Judá era pequeno perto do inimigo muito mais poderoso”, explicou o Bispo Macedo. “É o caso do que vemos agora no Brasil. A poderosa mídia brasileira da esquerda está trabalhando fortemente”. Ele citou que todas as pesquisas veiculadas por essa mídia deram errado quando comparadas ao resultado das eleições no primeiro turno (*Folha Universal*, 16 de outubro de 2022<sup>197</sup>)

Nas eleições de 2022, as *fake news* que ora associavam o candidato Lula com o satanismo, ora o apresentava como o próprio diabo, por meio de cultos e vídeos deles propagados, também de pastores e bispos fazendo apelos aos fiéis. Esse tipo de conteúdo foi tão numeroso que culminou em uma resolução<sup>198</sup> do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinando a retirada das publicações falsas. Bolsonaristas, como a deputada Carla Zambelli, se comprometeram com a exclusão do conteúdo, apesar de não assumirem que era calunioso.

---

<sup>197</sup> Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/unidos-pelo-brasil/>

<sup>198</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tse-manda-redes-sociais-removerem-publicacoes-que-associam-lula-ao-satanismo/>



Fotografia 11 – Acampamento antidemocrático



Legenda: Acampamento bolsonarista na Prainha-Vila Velha.  
Fonte: A autora, 2022.

Fotografia 12 – Não ao comunismo.



Legenda: Acampamento bolsonarista na Prainha-Vila Velha.  
Fonte: A autora, 2022.

Fotografia 13– SOS Forças Armadas



Legenda: Manifestação no acampamento da Central do Brasil- RJ.  
Fonte: A autora, 2022.

Ao ser localizado o inimigo, é depositada toda a hostilidade que não apenas foi construída no íntimo de cada um, mas ergueu o Estado de Segurança, mantido pela política do medo – que alimenta a reprodução do contínuo *estado de insegurança*. Atuam em conjunto, nesse sentido, os “movimentos de ódio, formações engajadas na economia da hostilidade, da inimizade, das lutas multifacetadas contra o inimigo” para a autorização de formas e níveis de violência, desde que justificadamente empregada contra os “inimigos” (MBEMBE, 2020: 93). Vimos como a política do medo foi central para um processo de instrumentalização dos vínculos sociais e mudanças profundas nos regimes de subjetivação – reorientaram desejos e afetos coletivos.

Segundo Graham, essa forma de compreender a inimidade nas dinâmicas internas às cidades, que mobiliza a noção de perigo e ameaça nas relações domésticas como mecanismo de confirmação do estado de insegurança, atribui contornos novos às sociedades contemporâneas. Segundo ele, vivemos um urbanismo militar em que:

Instead, the “security” concerns which until recently dominated abstract foreign-policy discussions now erupt within ordinary urban sites - spaces of the 'homeland: What had previously been international security concerns are now 'penetrating ... all levels of governance. Security is becoming more civic, urban, domestic and personal: security is coming home (GRAHAM, 2011:21)

Figura 42 – “Vacina contra o comunismo”



Legenda: imagem veiculada como “figurinha” em grupo de WhatsApp “Basta de Corrupção!!!”.  
Fonte: A autora, 2020.

É notável, e é argumento presente em autores como Graham, Chamayou e Weizman, que nesse processo de atualização da inimidade, as ameaças internas passam a ser tratadas com equivalência, agregando um conjunto de problemas sociais sob a mesma alcunha de vocabulário militar: “insurgências” urbanas. “Military doctrine has also come to treat the operation of gangs within US cities as 'urban insurgency: 'fourth-generation warfare' or 'netwar: directly analogous to what takes place on the streets of Kabul or Baghdad” (GRAHAM, 2011: 20).

A associação da inimidade com o “comunismo”, portanto, está, em muitos níveis, presente na apreensão compartilhada de perigos sociais. Weizman observa que as estratégias de violência, vigilância e controle de Israel contra a Palestina são exportadas globalmente como uma compreensão de como lidar com os “inimigos internos”. Tendo em vista que a ocupação militar israelense em território palestino caracteriza versão atualizada e tecnológica da violência

colonial, é possível resgatar a separação epistemológica entre colônia e metrópole para designar papéis de continuidade no processo histórico.

A noção, por exemplo, de que a verdade sobre a existência da metrópole não é visível nela própria: é preciso da colônia para que o contraste entre invisível e visível seja revelado. Esse mecanismo pode ser replicado nas dinâmicas internas aos Estados e até nas relações intersubjetivas ao analisarmos as sociedades contemporâneas. A superfície visível opera em ocultamento de sua violência originária e mantenedora, reveladas em brutal verdade (aquela intragável e recalável, porque traumática) nas periferias, prisões e favelas, onde o Estado existe pela linguagem da violência colonial.

(...) contemporary warfare and terror now largely boil down to contests over the spaces, symbols, meanings, support systems and power structures of cities. As has happened throughout the history of war, such struggles are fuelled by dichotomized, Manichaeic constructions of “us” and an othered “them” – the target, the enemy, the hated (GRAHAM, 2011:22).

#### 6.1.2. “O Brasil vai virar a Venezuela!” “Defendam o Brasil do comunismo!”: Quem são os inimigos do bolsonarismo?

No conjunto de elementos que configura a sobredeterminação do inimigo, é importante notar que nem tudo está totalmente fora da realidade. Ou seja, ainda que o inimigo seja a construção feita pelos apoiadores de Bolsonaro, nesse caso específico, os elementos mobilizados nessa construção conjugam fatores com lastro na realidade. Muitas vezes os fatos passam por procedimentos de tratamento, são deslocados de contexto e de atribuição de sentido, ou são misturados a outros elementos falsos, ou são atribuídos à autoria do “setor inimigo” tornando a informação uma mentira. Outras vezes, os elementos da “realidade” mobilizados são estritamente os sentimentos, mas não deixam de possuir esse lastro. Segundo Jacques Sémelin (2009), aí que reside o perigo desse processo imaginário, dado que se os elementos estivessem totalmente fora da realidade, “permaneceria em um estado de devaneio mortal”. Porém, “ele mergulha suas raízes na realidade para dizer com a certeza da verdade: ‘Aqui estão aqueles por quem vêm todos os nossos males’”. Assim, a dinâmica da imaginação “se alimenta da realidade para distorcer a realidade das próprias pessoas que designa como vítimas, a fim de torná-la verdadeiramente assustadora. Imaginário e real, portanto, parecem inextricavelmente ligados” (SÉMELIN, 2009:28).

Há, nesses termos, o que Freud identifica como fantasia primordial. Tomando-a como premissa básica, os indivíduos pensam as imagens de modo a evocar umas às outras associativamente, “como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não têm sua coincidência com a realidade medida por uma instância razoável”. A simplificação do raciocínio é, segundo ele, um elemento estratégico para a adesão coletiva, bem como seu exagero – nunca passível de dúvida. Em suas palavras, considera que, “Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa” (FREUD, 2011:31-32).

As dinâmicas internas aos grupos de WhatsApp acompanhavam as relações institucionais quanto à descartabilidade de pessoas por uma dinâmica bastante fluida de deslocamento entre os campos “aliados” e “inimigos”. Com isso, a relação de suspeição nunca era aliviada e o espaço nunca inteiramente seguro: precisamos estar em estado de alerta, o inimigo segue à espreita e pode estar em todo lugar. Aqueles que não acompanhavam a crescente radicalidade das ideias tenazmente defendidas, por exemplo, eram facilmente deslocadas ao outro polo da polarização política.

Não é recente na história do Brasil – e do mundo – a aversão ao comunismo, que compõem ideias que ameaçam a ideologia dominante capitalista. Também não é particularidade dos nossos tempos tecnológicos a disseminação de notícias falsas e todo tipo de desinformação sobre o que consiste esse conjunto de ideias e seus representantes. Desde a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, posteriormente, acentuadas com a Guerra Fria, os comunistas são alvos de boatos que os associam com a pedofilia, o satanismo, a invasão de propriedades, a destruição do núcleo familiar tradicional europeu e a desmoralização de mulheres. Mesmo com a reduzida influência da ideologia no Brasil, o discurso foi mobilizado para imprimir pânico moral que justificasse o golpe militar de 1964, conforme já destacado. Com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua força política nas disputas eleitorais, o medo foi novamente mobilizado como estratégia política para derrotar o “comunismo” e seus representantes.

Apesar de o comunismo não ter sido instaurado ao longo dos 14 anos em que o PT esteve no poder, o momento de crises sociais, políticas e econômicas, inflamado pelo escândalo de corrupção, foi colocado na conta do comunismo e, o partido, como seu representante. Para Nancy Fraser (2018), o que era oferecido, na verdade, configurava o que chama de “neoliberalismo progressista”, o que significa ser neoliberal quanto à política distributiva e progressista na política de reconhecimento. Nesse sentido, no lugar dos valores tradicionais,

promovia o multiculturalismo, igualdade entre gêneros, diversidade sexual e apresentava um mundo “pós-racial”. Importante salientar que o neoliberalismo progressista existe por oposição ao neoliberalismo conservador, que mantém a mesma política distributiva – igualmente expropriadora e plutocrática –, ao passo que não proporciona as mesmas possibilidades aos grupos sub-representados, como mulheres e minorias étnicas (FRASER, 2018:46-47).

Nunes (2022) destaca que essa forma de polarização foi crucial para retirar de cena o embate de projetos de sociedade que implica em sua reorganização integral a partir do paradigma econômico – e não estritamente cultural. Com efeito, essa espécie de blindagem da economia, mantendo o neoliberalismo como única alternativa, “reduzia a política à gestão e fazia da moral e da cultura os campos em que confrontavam calibragens diferentes de uma mesma coisa” (NUNES, 2022:115).

As crises econômicas dos anos 2000, contudo, facilitaram um discurso destinado à classe trabalhadora branca de que estavam perdendo lugar porque “eles” estão ganhando: mulheres, pessoas negras, população LGBTQIA+ e minorias étnicas. Nunes enfatiza que, como reforço, a ultradireita contou com décadas de ajuda de uma imprensa, que propagandeou repetidamente e massivamente pânicos morais relativos às populações marginalizadas como aquelas que roubam seu lugar social e que, eventuais ganhos de uns, se dão à custa dos outros.

A repetição dessa ideia, ao longo dos anos, fez com que o empenho da extrema direita tivesse crescente adesão e transformasse esse confronto, inicialmente cultural, em uma radical perspectiva desses “outros” como inimigos internos, que impedia seu desenvolvimento e eram a razão de toda a experiência de frustração. Aquele ressentimento que já transbordava em indignação, foi fator fundamental para o crescimento de uma extrema direita que se percebe em guerra contra os inimigos, os quais abarcam, nesse sentido, não apenas a tradicional compreensão de comunistas, mas também: mulheres feministas – tanto liberais quanto socialistas; população LGBTQIA+; pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica (favelados, encarcerados, imigrantes, pobres, etc.); pessoas negras e seus simbolismos (como as religiões de matriz africana); povos originários e comunidades tradicionais, além de seus defensores (o que, ironicamente, engloba toda a ampla gama de partidos, organizações e movimentos social-democratas e liberais orientados pelas políticas de reconhecimento, apesar de que também pelo livre mercado).

Inicialmente, os discursos da extrema direita eram estritamente caracterizados pela *negação* e *antagonismo* a todo referencial simbólico que se vinculasse ao imaginário cultural-identitário à esquerda – cada vez mais amplo, como acabo de destacar. Com isso, quero dizer que ainda não havia uma *afirmação* veemente do ser de direita, ser conservador e ser

bolsonarista, o que foi aparecendo aos poucos, na medida em que eram rompidas a lógica do “pós-política”, pela necessidade de auto-organização e afirmação de projetos. Nas disputas iniciais, ainda versava o discurso pós-ideológico contra o comunismo – na chave da compreensão que pauta Zizek (2014) de que ideológico é sempre o outro.

Ao longo dos mais de três anos de coleta de materiais e observação dos grupos das direitas, foi notável como os arranjos argumentativos que se multiplicavam e poderiam, em princípio, ser excludentes entre si, foram capazes de articular uma raiz comum de causalidade das crises na esquerda comunista petista. É claro que, para tanto, houve crescente flexibilidade do que o termo compreende. Aos poucos, esse campo passou a abarcar todos aqueles que não correspondiam aos seus aliados eleitores de Bolsonaro.

Figura 42 – Representação daqueles que configuram os “marxistas” na perspectiva bolsonarista



Legenda: Print de vídeo didático que circulou massivamente nos grupos de WhatsApp, em 2020.  
Fonte: A autora, 2020.

Figura 43 – Partidos apresentados como comunistas por bolsonaristas



Legenda: Imagem que circulou no fim de 2020, ao longo do período eleitoral de parlamentares.  
Fonte: A autora, 2020.

Figura 44 – “Lista vermelha”



Legenda: Imagem que circulou nas eleições de 2022. Interessante notar como foram crescendo os partidos designados como comunistas/esquerda  
Fonte: A autora, 2022.



O clima de questionamento e desconfiança total cultivado pelo negacionismo e teorias da conspiração, contudo, não permitiram aos simpatizantes de Bolsonaro “baixar a guarda” mesmo entre semelhantes. Novos “traidores da pátria” eram continuamente revelados, bem como “infiltrados petistas” passaram a ameaçar a confiança entre membros dos grupos. Isso permitia, por um lado, que houvesse a livre exigência de compatibilidade discursiva entre os integrantes. Com isso, cresceu o medo de discordância de qualquer nível e para evitar estar sob suspeição, as possíveis dúvidas eram contornadas. Diante de questões aparentemente polêmicas, era notável o crescente silêncio face às informações e certo conformismo entre participantes. Com isso, era fortalecida a noção de que determinados absurdos e discursos de ódio eram aceitáveis, tratando de normalizar a maneira violenta de lidar com a diversidade de pensamento. O fracasso daqueles que “traíram” o capitão e, logo, a pátria, também foi reivindicado como um troféu e divulgado como exemplo. E é bem verdade que as eleições de 2022 comprovaram que a direita que se dissociava do Bolsonaro não mantinha seu eleitorado – o que sugere a força desses mecanismos de informação (ver Figura 45).

Figura 45 – Traidores de Bolsonaro e seu futuro

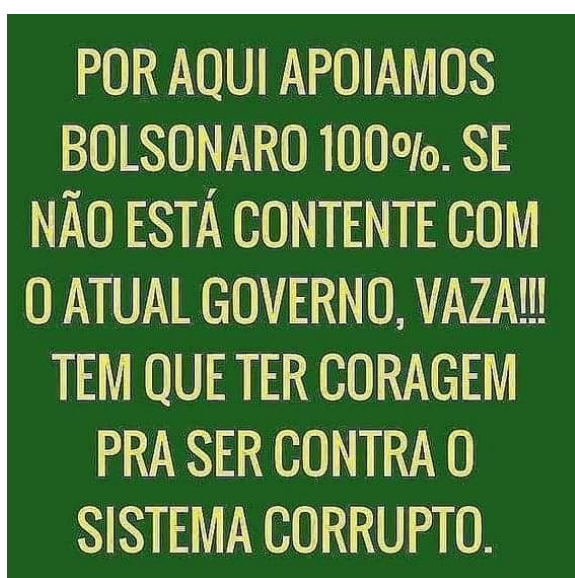


Legenda: Imagem com prints referentes a uma postagem quanto ao fracasso daqueles que antes foram apoiadores do Bolsonaro e depois o "traíram". Demonstra também como são, imediatamente, transformados em "comunistas".

Fonte: A autora, 2022.

O efeito da polarização crescente e assimétrica é determinante para esse deslocamento da relação amigo/inimigo, em que não é aceitável não tomar uma posição que eleja entre um polo e outro. É relevante destacar, por exemplo, como ao longo dos anos de minha pesquisa, minhas entrevistas e conversas com as pessoas – incluindo com crianças – em toda oportunidade possível levavam sempre ao uso do termo “dividido” para se referir à situação das famílias, ambientes de trabalho, salas de aula, etc. A divisão, cabe ressaltar, se dava sempre em dois e, conforme as eleições de 2022 verificaram, não havia espaço para indecisos.

Figura 46 – Imagem circulada em grupos de WhatsApp “Se não está contente, vaza”



Fonte: A autora, 2020.

### 6.1.3 Pensamento mágico e paranoia coletiva

*“Nossa Senhora da Conceição Aparecida rogai por nós e livrai o Brasil do comunismo”*

(Trecho da reza proferida por uma criança no acampamento da Prainha-Vila Velha, e filmado por mim em trabalho de registro e observação de campo).

Os acampamentos bolsonaristas tinham cores, estética e sonoridade padronizadas. Alguns cartazes espalhados, barraquinhas com caixa de som e microfone e os trios elétricos anunciavam a devoção daqueles espaços. “Venha rezar conosco 24 horas por dia a cada 2 horas”, era o convite. Na Central do Brasil, os múltiplos estímulos sensoriais reconhecidamente presentes naquele espaço de enorme fluxo de trabalhadores foram atravessados – em uma

compatibilidade pouco provável – por um público majoritariamente branco, bandeiras do Brasil, cores verde e amarela, camisa da seleção brasileira e um clima que não permitia confundir a estética com aquela tradicionalmente atribuída à Copa do Mundo. Uma atração vertiginosa era concentrada no quartel do Palácio Duque de Caxias, e uma multidão se voltava para ele, intercalando orações e o canto do hino do Brasil por todo o dia. Parecia um transe coletivo que reverenciava ora o trio elétrico (onde por vezes militares fardados, pastores e outras lideranças discursavam), ora as FFAA. A todo momento, irrompia o coro de tom grave: “SOS forças armadas”.

Fotografia 14 – Devota às forças armadas.



Legenda: Registro realizado no dia 15 de novembro de 2022, em frente ao QG Palácio Duque de Caxias, para onde as pessoas se dirigiam ao cantar o hino nacional.  
Fonte: A autora, 2022.

Enquanto filmava a cena bastante intensa do canto do hino nacional e tentava me mover entre as pessoas encontrei um grupo que se mantinha ajoelhado como que em penitência de oração. Logo, quando entrou a reza, todos foram convidados a ajoelhar-se. Vi pessoas de todas as idades, voltados para o Quartel como se ali fosse a “meca” que dava a direção. No retorno, ao pegar o metrô sentido zona sul, para onde maior parte das pessoas do ato se dirigiam, ouvi as senhoras comentando do quanto esses atos eram abismalmente distintos daqueles promovidos pela esquerda. “Se fossem petistas, estariam quebrando tudo. Essa é a diferença de cidadãos de bem, estávamos honrando a bandeira do Brasil e orando a Deus”.

Fotografia 15 – Política sagrada



Fonte: A autora, 2022.

Fotografia 16 – Exército e Religião



Legenda: Fotos nas proximidades do acampamento, no dia 15 de novembro de 2022, registrando a reza de joelhos que se diria ao QG do Palácio Duque de Caxias. Fonte: A autora, 2022.

Fotografia 17 – Invisível aos céus



Legenda: “Patriotas” começam a se agachar para seguir a reza, enquanto uma catadora de latinhas transita entre os devotos. Fonte: A autora, 2022.

Os medos e percepções de ameaças iminentes permitiram a criação de imagens do inimigo que se aproximam tanto do absurdo que poderiam ser designadas como “pensamento mágico”<sup>199</sup> ou “paranoia coletiva”. A desconfiança do grupo político já era de meu conhecimento, dado o acompanhamento que realizava no WhatsApp, mas me surpreendeu em um nível totalmente inesperado. Tratando da ocupação de espaços públicos, não pensei que transitar nesses locais seria tão difícil e ameaçador. Em uma primeira vez, no acampamento da Prainha, de Vila Velha, localizado na praça em frente ao quartel, não me preocupei com a vestimenta – apesar de não estar utilizando vermelho – ao acessar um dos acampamentos em uma segunda-feira de feriado. Fui apenas com o celular para realizar registros fotográficos e, se sentisse que era possível, conduzir algumas entrevistas. Em pouco tempo circulando no acampamento e tirando fotos das estruturas e dos cartazes, uma senhora que estava ajudando em uma das barracas, a de distribuição de comida, pegou seu celular e agressivamente começou a gritar “olha pra cá e sorri, bonita! Olha a comunista, gente! vagabunda!”. O efeito foi imediato a partir de seu grito. Não respondi à provocação e antes que eu pudesse pensar uma multidão se aproximava de mim gritando para que eu fosse embora, me xingando com vocabulário misógino, me acusando de ser jornalista enquanto exclamavam “sai TV Globo”, “olha aqui TV Gazeta, eu quero liberdade!”, enquanto um coro engrossava de gente por trás que cantava: “eu vim pra rua, porque me importo, quero saber onde está meu voto!”. Um senhor comendo sua marmita do acampamento veio para cima de mim com o dedo no meu rosto, gritando e cuspidando comida exigindo que me explicasse quem eu era e mostrasse credenciais, dizendo que era juiz. Um casal passou pela praça no momento, viu a situação e buscou me ajudar, me levando até a polícia e pedindo proteção a eles pela violência que eu estava sofrendo. Alguns dos policiais apenas seguiram comendo a marmita do acampamento bolsonarista e os que deram atenção, debocharam. Disseram para eu não provocar e sair dali. Me afastei do casal, que ainda insistia por uma solução da polícia, e uma multidão me cercou me ameaçando. Um dos acampados me reconheceu como professora e tentou me ajudar. Pedi que ele me acompanhasse até o carro. Por

---

<sup>199</sup> A expressão *pensamento mágico* designa um pensamento tipicamente infantil e é utilizada para descrever a crença de que certos pensamentos levam não apenas à realização de desejos, mas também à prevenção de eventos desagradáveis. A persistência deste tipo de pensamento na fase adulta sugeriria um sintoma de imaturidade ou de desequilíbrio psicológico. Freud (1913), em *Totem e Tabu*, dedica-se à origem e à importância do pensamento mágico no desenvolvimento da história libidinal da humanidade, demonstrando a persistência histórica do pensamento e suas degradações. Viveiros de Castro (2002), em *A inconstância da Alma Selvagem*, por outro lado, tratará de complexificar essa lógica por meio do pensamento ameríndio e atribuindo-lhe um recorte antropológico.

mais que ele pedisse para pararem, as pessoas me seguiram até que eu entrasse e seguiram em marcha e gritando atrás do carro.

No dia seguinte, no Rio de Janeiro, tratei de fazer diferente. Esperei nas proximidades passar alguém com roupa que estivesse indo para a “manifestação” no acampamento para que eu pudesse chegar acompanhada. Depois de algumas tentativas, consegui um homem sozinho que foi junto comigo. Aproveitei para entrevistá-lo de maneira informal e o acesso foi bem mais tranquilo. Lá encontramos seu grupo de amigos, todos de Bangu, e consegui fazer os registros com o apoio do grupo. Mas eles desencorajaram as entrevistas.

Voltei quatro dias depois, no Dia da Bandeira. Fui sozinha, mas trajada com calça verde bandeira, sandália amarela e blusa bege, achando que, dessa forma, eu não despertaria tanta desconfiança. Fui com a intenção de realizar entrevistas. Depois de algumas tentativas frustradas, consegui o apoio de uma família que passou a me acompanhar nas entrevistas. Em pouco tempo, contudo, fui ameaçada por um sujeito e seu escândalo logo chamou a atenção de outros, causando o mesmo contágio que havia presenciado na Prainha. As pessoas foram me cercando, me questionando, me pedindo identificação, e sendo violentos em suas palavras. Mesmo eu acompanhada de pessoas totalmente trajadas com roupa do Brasil e bandeiras, o simples fato de estar conduzindo entrevistas no local foi suficiente para o estardalhaço. Notei que era tão ameaçador quanto qualquer outra coisa, nas duas ocasiões, que eu fosse uma jornalista. Muito menos socióloga, conforme um deles acusou, de maneira pejorativa: “Deve ser socióloga!”, como se isso já implicasse ser inimiga. Dessa vez foi ainda mais amedrontador, porque fui conduzida por pessoas bem estranhas, de perfil totalmente diferente dos outros manifestantes, que estavam ali para realizar a segurança e pretendiam me levar para uma barraca a fim de que eu mostrasse minhas redes sociais e fosse identificada. Enquanto essa situação era colocada por eles, a multidão ao redor ia aumentando, alguns tocaram a minha bolsa, eu via as pessoas repassando a informação e me exibindo como perigo, outros gritando e a família que me acompanhava se sentindo cada vez mais acuada. Senti muito medo.

Estive lendo e ouvindo<sup>200</sup> relatos de jornalistas que fizeram incursões semelhantes às minhas e que terminaram da mesma maneira: amedrontados e fugindo de multidões. Outros, que chegaram com câmeras ou algum equipamento para realizar seu trabalho, foram

---

<sup>200</sup> Relato de jornalistas que tentaram fazer uma matéria em um acampamento bolsonarista em Brasília. <https://open.spotify.com/episode/0hREelkEOKLVEjKoeI0IqO?si=hZ9pmV66TDO2QBySSy1P-w>



gravemente agredidos, tiveram seus equipamentos danificados ou roubados e foram ameaçados de morte<sup>201</sup>. Entendi, então, que essa prática merecia maior atenção e destaque.

São muitas as análises que terminam por patologizar as condutas dos bolsonaristas radicalizados, associando-os a “casos de psiquiatria”, ou fazendo referência à loucura. Mas também abundaram as interpretações, após a vitória eleitoral de Lula e derrota de Bolsonaro, em 2022, que viram na reação bolsonarista uma resposta “hipnótica”<sup>202</sup>, atividades paranoicas, de “histeria coletiva”, um “Brasil em transe”<sup>203</sup>.

Acredito que seja possível tratar boa parte dos bolsonaristas de modo diferente de “apoiadores” e “simpatizantes”, como frequentemente reproduzimos, mas como fiéis. A representação messiânica de Jair Bolsonaro produz reflexos naqueles que com ele se identificam. Avalio que tem que haver uma força de lealdade do campo religioso, de relação de fiéis com seu líder, para seguir um presidente que operou um governo contra o Estado, e funcionou. Esteve por anos na política e se apresentou como antipolítico e antissistema, e funcionou. Toda sua ineficiência e equívoco já tinham a justificativa como ponto de partida: “estou amarrado, não tenho como agir pois o Estado me impede. A imprensa me impede. O STF me impede. Os comunistas me impedem”.

Os sintomas de grandeza e da perseguição conduziram a associação de Bolsonaro à paranoia. Mas não somente ele. Também os seus fiéis. Na estrutura clínica psicanalítica, a paranoia é ainda concebida de maneira não muito distinta daquela que encontramos em Freud, desde 1895. Para ele, a paranoia era entendida como um “[...] modo patológico de defesa”, que se servia de mecanismos como o delírio e uma forte tendência à projeção de representações inconciliáveis com a coerência ideal do Eu.

Safatle (2011) argumenta que há uma “*intuição psicanalítica fundamental* que se refere à impossibilidade de alguma forma de mediação simbólica das identificações e da alteridade, devido à fixação em um estado de desenvolvimento e de maturação, que Freud chamava de “narcísico”. Assim, devido a tal fixação, todo reconhecimento de si em um outro aparece como anulação catastrófica dos regimes de identidade”. Dito de outro modo, todo reconhecimento de

---

<sup>201</sup> Um exemplo de jornalista ameaçado, roubado e agredido, em Brasília. <https://www.otempo.com.br/canal-o-tempo/editor-de-politica-do-jornal-o-tempo-fala-sobre-a-cobertura-das-eleicoes-2018-1.2007469/ameacas-de-morte-e-roubos-veja-relato-de-reporter-de-o-tempo-agredido-em-brasilia-1.2794450>

<sup>202</sup> Disponível em: <https://diplomatie.org.br/brasil-em-transe/>

<sup>203</sup> Dois artigos levam esse título, além de um livro publicado, de Rodrigo Nunes (2022), que se chama “Do transe à vertigem”. Os dois artigos estão disponíveis em: <https://www.marxismo.org.br/brasil-em-transe/> e <https://diplomatie.org.br/brasil-em-transe/>

si em um outro é vivenciado de maneira ameaçadora e invasiva, o que coloca a subjetividade em vias de colapso. Contudo, o fato de o paranoico manter a estrutura normal e modos formais de raciocínio, apresenta a complexidade de que “[...] mesmo formações mentais tão extraordinárias, tão afastadas do pensamento humano habitual, tiveram origem nos mais universais e compreensíveis impulsos da vida psíquica” (FREUD, 2010:24). Foi essa estrutura de fronteiras confusas entre realidade e fantasia que vimos como elemento perigoso – e eficaz – na produção e disseminação de *fake news*, ancoradas na apreensão negacionista do grupo.

Em *Massa e Poder*, de Elias Canetti, essa absorção de modos formais de raciocínio e comportamento próprios à estrutura normal pode ser identificada como um “vício da causalidade” e um “vício da fundamentação”. Uma espécie de *princípio de razão suficiente* elevado à defesa patológica: nada acontece que não tenha uma causa. E essa causa sempre encontra a mesma face, particularmente ancorada, no caso brasileiro, na fantasia do inimigo íntimo – o amplo guarda-chuva do “comunismo” estabelecido pelos bolsonaristas. “Tudo o que é desconhecido deve ser remetido a algo conhecido e referido ao doente. Isso leva o paranoico à necessidade compulsiva do *desmacaramento*. Ele quer que haja algo por trás dos fenômenos ordinários e só se acalma quando uma relação causal é encontrada” (SAFATLE, 2011:223). É emblemático recuperar a reatividade negacionista quanto às mudanças climáticas, por exemplo. Talvez diante de um medo de uma ameaça apocalíptica que não podemos controlar, foi preciso negá-la e localizar o problema na causalidade comum e possível de ser combatida, fortalecendo a narrativa anticomunista. O mesmo ocorreu, por exemplo, com a pandemia de covid-19.

Com o cuidado de não partir da perspectiva da patologização, mas recorrer aos mecanismos de organização e estruturação das subjetividades que a psicanálise oferece ao tratar da psicose, podemos, com facilidade, traçar associações e correspondências com o que foi ressaltado até então nos enquadramentos discursivos do líder Bolsonaro, mas, especialmente, na maneira de lidar com a verdade e conduta comportamental de seus fiéis e apoiadores.

Acrescentaria, ainda, que os reflexos não se reduzem ao seu próprio grupo político, mas ele é capaz de reorganizar a conduta de uma oposição frágil e suscetível, como se demonstrou a esquerda brasileira. Essa reflexão demandará maior dedicação posteriormente, mas não poderia deixar de aparecer aqui como parte estruturante da fantasia e fator de importância para a manutenção de absurdos, como por exemplo a identidade antissistema dos grupos bolsonaristas. É preciso ressaltar que, face aos ataques golpistas às instituições de peso oligárquico no país e com problemas estruturantes – tradicionalmente criticados pela esquerda –, a reação da esquerda foi partir em defesa das instituições, tal como elas são, aderindo ao

mecanismo simplista discursivo dos bolsonaristas e, em grande medida, alimentando a percepção do grupo de que essa estrutura e seus interesses servem ao “comunismo”.

A armadilha parece se desenvolver na medida em que há um conjunto de valores *políticos* norteadores do sofrimento paranoico, segundo Safatle argumenta.

Falamos de unidade, identidade, controle e risco de invasão. Como se fosse questão de assegurar a posse e a unificação de um território a todo o momento ameaçado. Não é difícil perceber, já neste momento, como os motivos paranoicos parecem derivados de uma certa compreensão a respeito daquilo que uma *ordem* deve ser capaz de produzir (SAFATLE, 2011:226).

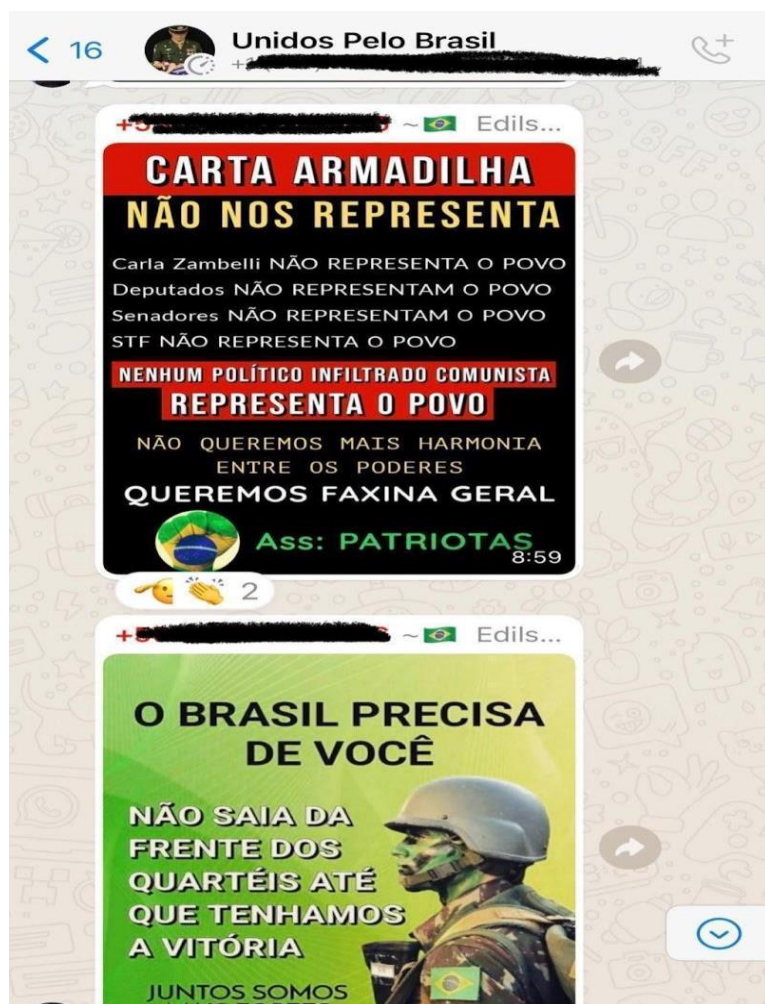
Nesse sentido, os delírios e alucinações paranoicas são feitos recursos para conseguir compor uma narrativa que seja capaz de assegurar o sentido da existência (que pode, aliás, ser um recurso para evitar lidar com o possível colapso mundial causado pela mudança climática, por exemplo, multifatorial e de pouca capacidade de incidência por meio da própria grandeza). Conforme afirmava Lukàcs, a paranoia aparece como uma ferramenta para construir um meio social privado e narcísico que aspira a valer por toda realidade. De antemão, todas as respostas já estão atribuídas ao conhecido terreno inimigo dessa categoria construída de maneira quase ilimitada de “comunistas”.

Após a derrota nas urnas e uma sequência de previsões que foram afogadas pela realidade e prazos que não se efetivaram, os fiéis de Bolsonaro entraram em uma dinâmica que alguns chamaram de “transe coletivo”<sup>204</sup>, produzindo ações como resposta ao sofrimento frente ao abismo das realidades dos fatos e as psíquicas. Novamente, as teorias conspiratórias foram retomadas. O inimigo fraco e vulnerável diante da força das armas que eles próprios detinham, passou agora a ser designado como poderoso, capaz de tudo por sua ausência de valores e de inteligência estratégica. Nesse processo de negação, teorias conspiratórias se confirmavam. Era preciso, então, combater o grande mal com tudo (inclusive a vida) para que ele não dominasse o país e subjugasse os cidadãos de bem. Um resultado desse transe foi a violenta e catártica insurreição do dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão e destruição da Praça dos Três Poderes.

---

<sup>204</sup> Disponível em: <https://diplomatie.org.br/brasil-em-transe/>

Figura 47 – Print de Grupo de WhatsApp bolsonarista “Unidos pelo Brasil”



Fonte: A autora, 2022.

#### 6.1.4 “Vamos metralhar a petralhada!”<sup>205</sup>: Recurso à violência e legalização das armas

Inicialmente, pensei que a violência deveria ser uma categoria temática separada, dado o volume de elementos perpassados por ela. Contudo, ao longo da pesquisa, entendi que a dificuldade de separar as mensagens na categoria “violência” correspondia à maneira como ela é estruturante dos conteúdos nesses grupos políticos. São raras as vezes em que a violência pode ser dissociada das mensagens circuladas, em maior ou menor grau.

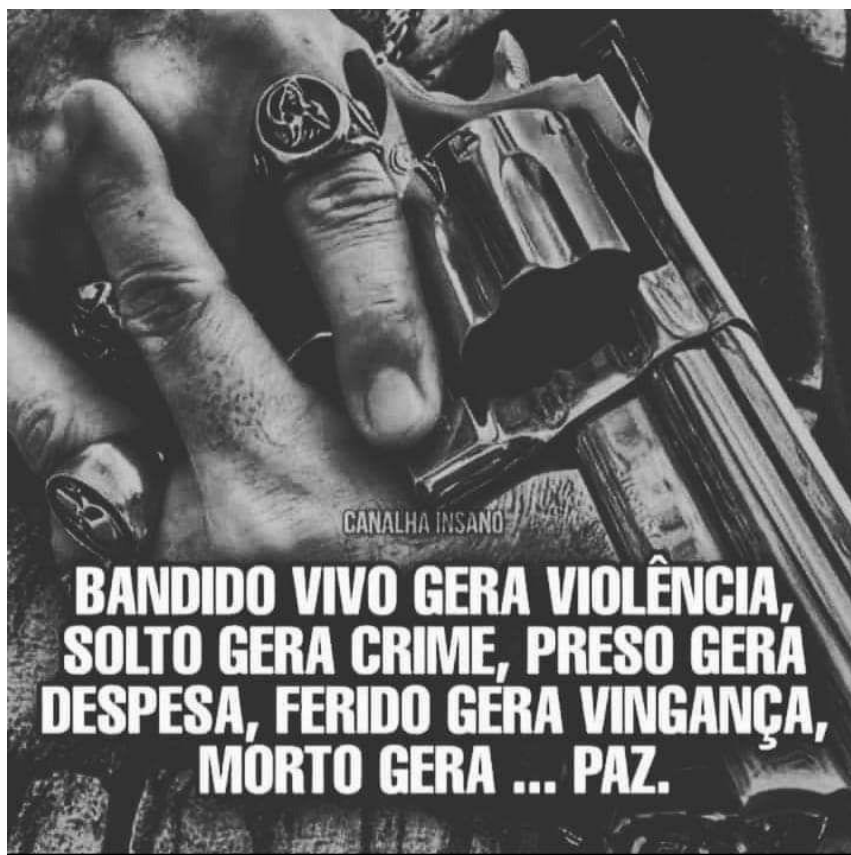
No Rio de Janeiro, a partir da década de 1950, conforme sublinhado por Michel Misse (2010), começa a assumir contornos mais definidos o processo de “acumulação social da violência”, ao qual integra a justificativa para a eliminação física de indivíduos portadores da

<sup>205</sup> Frase dita por Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018, em comício público, no Acre.

ameaça e do perigo. Nesse momento, a cidade ainda não era vista pela violência difusa e ilocalizável, o que tornava os usos da violência menos permissivos.

Foi sendo histórica e culturalmente instituída uma maneira de associar a “acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos tipos sociais”, designando sujeitos a determinadas categorias a partir daquilo que Misse chamou “sujeição criminal” – mecanismo de punição a partir da culpa atribuída pela subjetividade “essencialmente criminosa, má” do sujeito – e não por um ato concreto cometido. O sujeito é, de antemão, percebido socialmente como “incorrigível” (MISSE, 2016:19). A produção do inimigo é corporificada e territorializada, mantendo-se e expandindo-se como espectro que assombra, enquanto anúncio de perigo, as cidades: “O fantasma da sujeição criminal alarga-se, na representação social, ao ponto de compreender toda uma comunidade favelada, ou todo um conjunto habitacional ou áreas e bairros inteiros da cidade” (MISSE, 1999:334). Essa apreensão alicerçada sócio-histórica e culturalmente é o que permite circular, com certa naturalidade, imagens como essa:

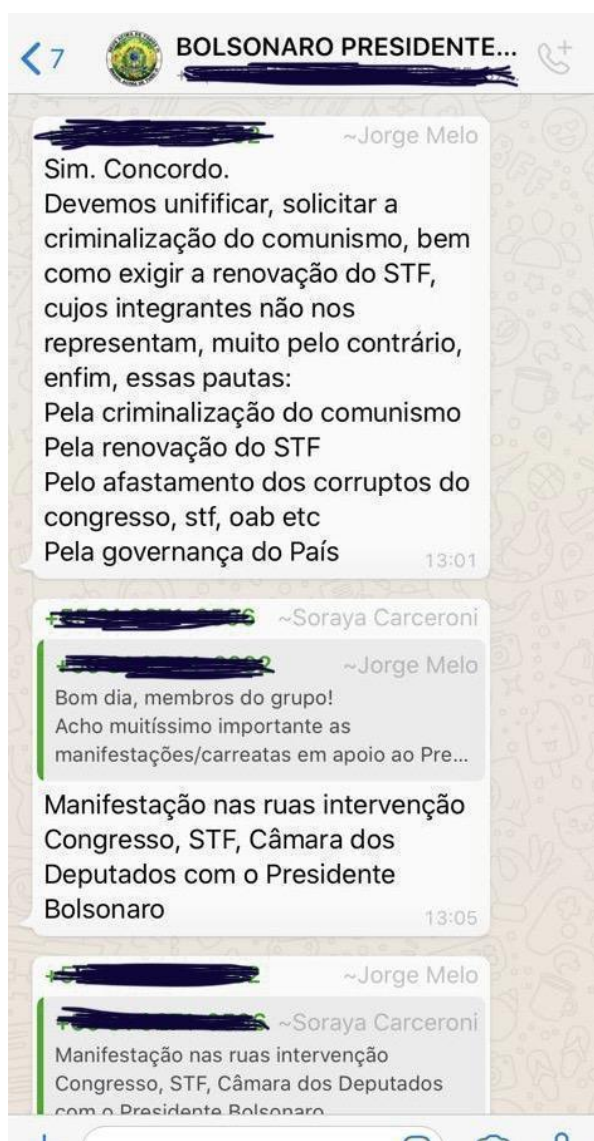
Figura 48- Imagem altamente circulada nos grupos bolsonaristas



Fonte: A autora, 2021.

É verificável, nesses termos, que o processo de criminalização não se restringe aos termos da lei penal. E o que particularmente interessa, ao ver a narrativa da violência punitiva que extrapola os próprios códigos “desinibir-se” com a ascensão da extrema direita, não é o crime e o desvio em si. Ao contrário, trata-se da maneira como no curso de nossa história foi sendo assegurada como legítima a autoridade autoritária e a violência como sustentadora da ordem.

Figura 49 – Print do grupo “Bolsonaro Presidente”

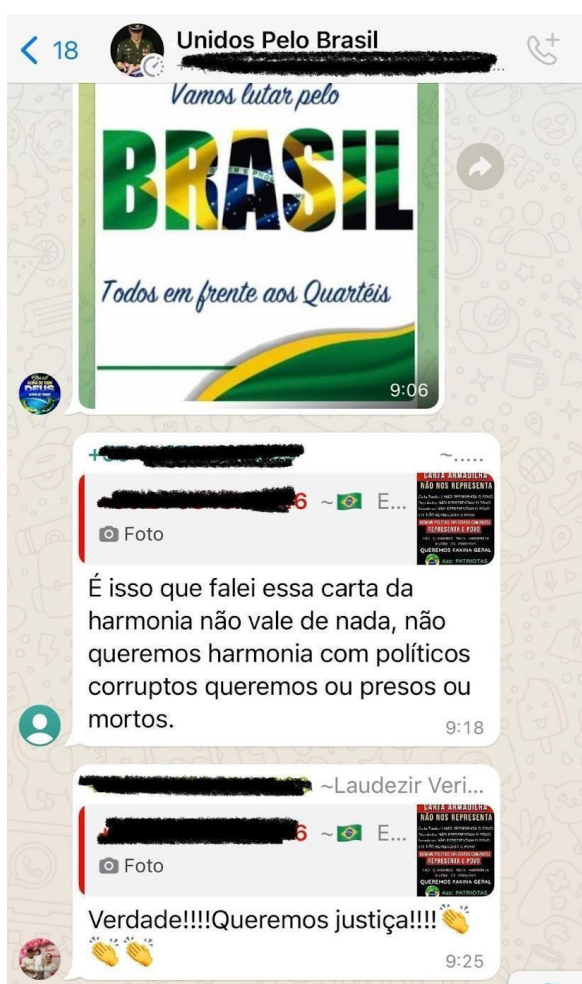


Fonte: A autora, 2020.

A punição, como já alertavam autores como Georg Rusche e Otto Kirchheimer, em *Punição e estrutura social*, não é simples decorrência do crime. É, ela própria, um sistema social, cultural e histórico de controle de corpos e subjetividades. Com autores como Foucault

e Butler, vamos entender que, por sua ocorrência na história, podemos concluir que há na punição uma forma de compreender a relação com o Outro na sociedade. Diante do estranhamento pela diferença, o Outro é antecipadamente compreendido como potencial ameaça. Vimos, ao longo desses dois últimos capítulos analíticos, que a ameaça pode existir em muitas frentes e, potencialmente, sobrepõem camadas. As direitas do atual contexto brasileiro designam, então, ameaças de cunho ideológico, por pânico moral, por uma dimensão estética e cultural, por perda de privilégios, etc., que culminam, por fim, em percepção de ameaça à própria integridade física.

Figura 50 – Print da interação do grupo “Unidos pelo Brasil”



Fonte: A autora, 2022.

Como quem defende a própria vida, portanto, é alimentado o ódio e o ressentimento dos “inimigos da nação”. E, como homens bravos, corajosos, poderosos e masculinos, não serão pegos desprevenidos. É nessa chave argumentativa que, por exemplo, a relação com as armas sofreu alterações ferozes ao longo dos governos de Bolsonaro. Hoje, um dos medos

alimentados, por meio de *fake news*, é de que os comunistas e o Lula, irão tirar dos “chefes de família” o direito à posse de armas e acabarão com o exército.

Uma das pautas fundamentais alimentadas por Bolsonaro desde sua campanha como candidato à Presidência é a da legalização do porte de armas. Quanto a isso, não podemos dizer que, enquanto presidente, ele não cumpriu sua palavra: foram 15 decretos, 19 portarias e duas resoluções para facilitar o acesso a armas no Brasil<sup>206</sup>. E, conforme expresso pelo senador Jorginho Mello (PL), o “mérito” da redação e dos comandos para boa parte das iniciativas legislativas são devidas ao presidente do Proarmas – entidade privada nacional pró-armamentismo, o Marcos Pollon<sup>207</sup>. “A pauta dele é minha pauta, ele que manda em mim”, disse o senador sobre Pollon. Atualmente deputado federal, eleito em 2022, Pollon (PL) teve passagem livre pelos gabinetes do congresso ao longo do governo Bolsonaro, mesmo antes de assumir o cargo público e, a portas abertas, tornou visível o funcionamento do *lobby* das armas de fogo no país.

Fato é que essa parceria política definiu rumos de uma verdadeira corrida armamentista no Brasil. O número de armas de fogo nas mãos de civis mais do que dobrou, nos três primeiros anos com Bolsonaro na Presidência, chegando a uma arma a cada 100 brasileiros, em 2021, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>208</sup>. Bolsonaro transformou o Brasil em um dos dez principais destinos de armas de fogo civis fabricadas nos Estados Unidos, de acordo com dados do Security Assistance Monitor<sup>209</sup>, subindo da 26ª posição em 2018 para a nona, em 2022. O crescimento exorbitante dos índices demonstra que houve adesão ao discurso do então presidente.

Mas não apenas no Congresso e nos despachos dos gabinetes o Proarmas esteve presente. A organização esteve em palanques de mobilizações bolsonaristas e cumpriu papel ativo de liderança nas mobilizações promovidas nos acampamentos que pediam intervenção militar. O lema do Proarmas é sugestivo: “Não é sobre armas. É sobre liberdade”. Em uma

---

<sup>206</sup> Fonte disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2022/06/podcast-como-atua-o-lobby-das-armas-de-fogo-em-brasilia.shtml>

<sup>207</sup> Marcos Pollon também é amigo pessoal da família Bolsonaro e foi, por diversas vezes, homenageado pelo presidente e filhos, aparecendo em eventos com eles e também nas redes sociais da família. Por exemplo: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1522553566497583107>

<sup>208</sup> Levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>

<sup>209</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/12/13/especial-bolsonaristas-apaixonados-por-armas-desafiam-promessa-de-lula-de-desarmar-o-brasil.htm>



sociedade em que o medo rege, estar armado seria, segundo os armamentistas, a própria liberdade.

Fotografia 18 – Armas e Liberdade



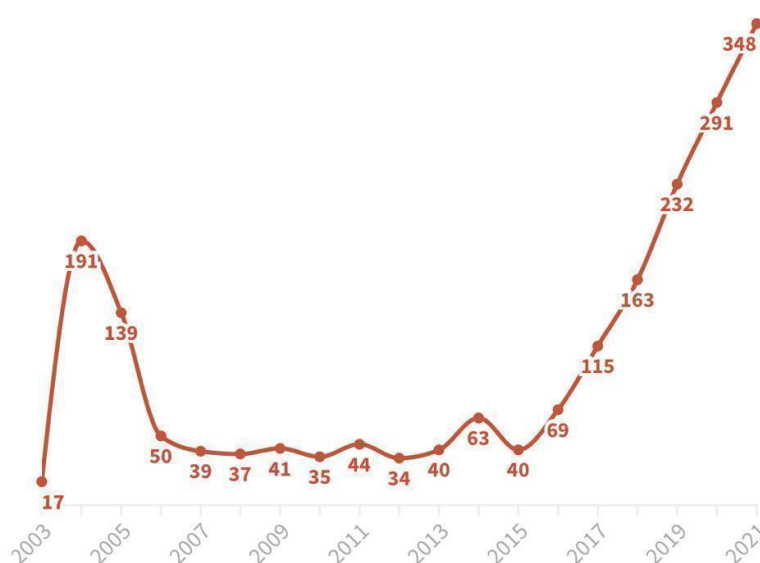
Legenda: Representante do Proarmas em cima do trio elétrico, no acampamento em frente ao Palácio Duque de Caxias- RJ, onde participou com intervenção e também organização do espaço. O ato público pedia intervenção militar no Brasil. Na camisa, lê-se o lema do Proarmas. Fonte: A autora, 2022.

A defesa do uso de armas para defender-se face ao pânico moral e também como recurso para o ataque de “petistas” foi traço contínuo e crescente nas interações dos grupos de WhatsApp, especialmente nos conteúdos de áudio e vídeo. Um diferencial que chamou a atenção nessa temática, foi que o conteúdo encaminhado era equilibrado com o envio de

conteúdo elaborado pelos próprios membros dos grupos. Seja para mostrar ou falar de seu próprio armamento, seja para manifestar raiva reivindicando que “somos nós que estamos armados” e indicar correspondência entre grupos de pessoas na mesma proximidade, armados e dispostos a agir.

A partir de uma certa culturalização do uso e porte de armas, também foi sentido, pelos olhos mais atentos, o aumento significativo de clubes de tiro pela cidade e suas propagandas chamativas em *outdoors*. Não se trata apenas de uma percepção, os números mostram que os clubes de tiro cresceram em 168% desde o início do governo Bolsonaro, o que significou a inauguração de quase um clube de tiro por dia. Somente nos três primeiros meses de 2022 foram abertos 268 clubes, uma média de quase três por dia<sup>210</sup>.

Gráfico 2 – Número de clubes de tiro no Brasil por ano



Fonte: Exército

Legenda: Gráfico elaborado pelo exército, retirado da matéria jornalística escrita por Rafael Neves<sup>211</sup>.

Fonte: O Exército, 2021.

Somado ao elevado número de armas de fogo na posse de civis, o aumento exorbitante e acelerado dos clubes de tiro, especialmente em 2022, ano de eleição, gerou receio e medo em agentes estatais e nos eleitores da oposição. O medo acompanhou os fatos, que indicaram uma

<sup>210</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2022/07/aumento-de-numero-de-armas-e-de-clubes-de-tiro-e-assustador-em-ano-eleitoral.shtml>

<sup>211</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/16/brasil-abriu-quase-um-clube-de-tiro-por-dia-sob-governo-bolsonaro.htm>

alteração moral no modo de compreender a violência nas relações interpessoais. A maneira exponencialmente mais agressiva que vinha dividindo os espaços por viés ideológico passou a assumir contornos de fanatismo e extremismo ao serem expressas por meio de violência também física e chegando a ser, em muitos casos, fatais.

Se muitas análises na literatura nos permitem reafirmar a noção de política do medo como justificadora da autoridade autoritária e da demanda por ordem e segurança como permissividade a incidências violentas contra populações às margens, proponho tomarmos essa perspectiva e ir além. O bolsonarismo parece revelar um outro momento da participação popular na política, que está para além da aquiescência adquirida a partir da insistência da política do medo e reprodutibilidade do estado de insegurança. A participação não está circunscrita à autorização que se dá a partir da delegação de poderes absolutos ao Estado. Mais do que isso, cada apoiador de Bolsonaro sente-se vetor responsável pela expansão das ideias defendidas e engajado na medida da realização, pelas próprias mãos. Armar-se diz respeito a isso. Trata-se de um pacto não mais com o Estado, mas a partir do qual o indivíduo entende: “o Estado sou eu”. E, assim, uma compreensão individualizante de “todo poder emana do povo” emerge com distorções para que seja acomodada a ideologia do grupo.

O que motiva as ações pautadas pelo “matar ou morrer” de tantos brasileiros? Quais são os afetos mobilizados nessa passagem ao fanatismo?

## 6.2 “Derramar sangue pela pátria livre!”: Patriotismo<sup>212</sup> e militarismo

*“Guerreiros, é preciso sacrifício para libertar o Brasil do comunismo!”*  
(Frase reproduzida em grupos de WhatsApp).

O Brasil à altura de sua bandeira, conforme reivindicado pela direita conservadora, está relacionado com o passado mítico atribuído aos anos de verdadeiro patriotismo, período, segundo eles, equivocadamente conhecido como “Ditadura” militar. Graças aos militares, a ameaça comunista foi contida por regimes militares. Desde o fim desse cenário e a nova constituição, os comunistas vêm corrompendo o Estado e a sociedade, com sua ganância, autoritarismo e moral degenerada. “Uma quadrilha de ateus satanistas que afastam o Brasil de

---

<sup>212</sup> Importante ressaltar a originalidade da pesquisa e, portanto, a dificuldade de dialogar com outras literaturas. Na busca por meio do site Periódicos Capes, por exemplo, foram encontrados apenas 87 resultados com a busca “patriotismo Brasil” e nenhum resultado com a busca “patriotismo Brasil Bolsonaro” ou “patriotismo Bolsonaro”.

Deus!” Se hoje há desemprego, há pedofilia, há insegurança pública, há tráfico de drogas, há o crime organizado, há a deterioração da família por gays pervertidos, há fome, se minha empresa não vinga, se o dólar está alto, etc. é porque os comunistas estiveram à frente do Brasil por todo esse tempo. Toda humilhação, ressentimento e perda existe porque a pureza do passado foi ameaçada pelos comunistas – o que inclui feministas, LGBTQIA+, populações originárias e povos tradicionais, etc.

A capacidade de explorar sentimentos como o ressentimento e o medo significou, na história mundial, grandes atrocidades humanas. O autoritarismo em sua face mais nefasta prospera a partir do sentimento de perda e da “vitimização resultante da luta cada vez mais tênue e difícil para defender um senso de superioridade cultural, étnica, religiosa, de gênero ou nacional” (STANLEY, 2018:96). Os conflitos sociais que ora podem significar a angústia que acompanha a perda do *status* dominante por atenuação de desigualdades resultantes de políticas de reconhecimento, por exemplo, geram um sentimento de perda genuíno, mobilizado para justificar formas de violência passadas ou atuais.

No processo de urbanização carioca e seus diferentes atravessamentos por contextos sócio-históricos, foram construídas e mantidas, no curso do tempo, práticas que permitiram problemas e conflitos sociais fossem transmutados em questão de polícia e isolamento social. Essa maneira de organizar as práticas estatais, tiveram efeitos psíquicos fundamentais à constituição da subjetividade coletiva na cidade, em especial porque parte daí a contínua mobilização militar contra os inimigos fantasmáticos – ameaças criadas e que, por não existirem de fato e, logo, não serem identificadas e neutralizadas, assombravam e penetravam todo o ambiente.

Zaverucha (2010) argumenta que o processo designado como transição democrática no Brasil foi, na verdade, atribuir contornos “democráticos” ao autoritarismo, mantendo-o em sua estrutura por meio de um Estado que segue institucionalmente militarizado. Isso pode ser evidenciado pela relevância dos militares e das FFAA na política nacional, assentada na manutenção de privilégios e capacidade de influência nos rumos políticos do país – o que não deixou dúvidas quando o governo Bolsonaro garantiu mais de 8 mil militares em cargos públicos (civis), ao longo de sua gestão.

Os “guardiões da ordem” têm posição privilegiada no orçamento brasileiro e poderes extensivos inclusive face ao Executivo – conforme comprovam as prerrogativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI). O *status* é justificado pela responsabilidade de garantia da própria nação, tal como preconiza o tão reivindicado pelos bolsonaristas, artigo 142 da Constituição, acerca da sua destinação: “à defesa da pátria, à

garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. O artigo tem sido elemento fundamental do clamor por intervenção militar pelos simpatizantes de Bolsonaro, uma vez que a garantia da “ordem” não possui especificação, permitindo interpretações oportunistas e fluidas.

Ainda segundo Zaverucha, a amplitude dessa prerrogativa e a falta de especificação a ela relativa, permitindo recair sobre os próprios militares o julgamento acerca do auto acionamento para garantia da soberania nacional, acaba por perversamente sugerir que “a Constituição de 1988, tal como a anterior, tornou constitucional o golpe de Estado, desde que liderado pelas Forças Armadas” (ZAVERUCHA, 2010:49).

A partir de uma perspectiva sociológica, podemos afirmar que há impactos fundamentais na maneira como a sociedade acumula compreensões acerca dos significados de “autoridade”, que integra, no imaginário comum, a estética fardada. O apelo à garantia da ordem, sustentador das estruturas autoritárias, demanda, conforme já vimos, a produção contínua da inimizade (e, logo, do medo, da ameaça) – o que é fator fundamental para criar coesão social e identidade de grupo.

Podemos, portanto, dizer, que a identidade nacional brasileira está, em muito, alicerçada nos mecanismos organizados pela política do medo. Isso se assemelha ao que Stanley constata no funcionamento do fascismo.

O líder fascista emprega um sentimento de vitimização coletiva para criar uma noção de identidade de grupo (...) A identidade de grupo pode se basear em diversos elementos... (...) Mas é sempre contrastado com um “outro”, contra o qual a nação se define. O nacionalismo fascista cria um “eles” perigoso, contra o qual devemos nos proteger, às vezes combater, controlar, a fim de restaurar a dignidade do grupo (STANLEY, 2018:109).

É o que faz a política estatal-militar israelense, que mobiliza a história do holocausto – apoiada em uma indústria de propaganda tão intensa que tornou as ações dos judeus israelenses inquestionáveis – para afirmar o domínio judaico sobre terras e vidas palestinas. O estado de Israel, portanto, recorre ao “sentimento de vitimização – ameaça – para obscurecer a contradição entre uma luta por direitos iguais e uma luta por dominação” (STANLEY, 2018: 110).

As identidades nacionais surgem a partir do momento em que fronteiras geográficas passaram a delimitar os territórios nacionais (GARCÍA-GARCÍA, 1994), e que, com os conflitos emergentes com outras nações, foi edificada certa coesão nacional fundamentadora de

paixões pátrias. Nessa esteira, surgem o nacionalismo, base ideológica que promove aos habitantes de uma nação a percepção de que são um povo especial (HASTINGS, 1999), e o patriotismo, que, dentre outras coisas, refere-se a um sentimento de lealdade e de paixão ligados à nação (VIROLI, 1997; SEWPAUL, 2009). Os termos muitas vezes são tratados como sinônimos e eu diria que, para efeitos analíticos de suas atualizações e apropriações, faz sentido que se complementem e, em alguma medida, se confundam.

Três elementos me parecem centrais para discutir acerca do sentimento patriótico e suas reverberações no bolsonarismo para esta seção. A primeira, é a relação com a hierarquia e os modos de resposta à liderança, o Bolsonaro, nomeado por seus apoiadores de “Mito”, “Messias” e “Capitão”. A segunda é a lealdade apaixonada, de disciplina militar, que trata de um patriotismo em estado de guerra. A relação que chegou ao fanatismo na disputa política em que há uma predisposição a matar e a morrer e, com recorrência, os discursos entrelaçam as ideias de “derramamento de sangue” com os símbolos pátrios, como a bandeira. E, assim, chegamos ao último, que possui centralidade para a conformação identitária do grupo político<sup>213</sup>, os ícones pátrios e o poder da estética como instrumento de coesão e identidade do grupo.

Quanto ao líder Bolsonaro, seu posicionamento de vitimização contínua, orientado por discursos paranoicos de perseguição e ataques foram centrais para apresentar-se como aquele que está sacrificando-se em prol do Brasil, movendo-se contra tudo e todos por “Deus, pátria, família e liberdade”. Sua condição de vítima foi consagrada no processo eleitoral de 2018, depois do ataque que sofreu de uma facada. Segundo o próprio presidente, o atentado foi promovido por um militante de esquerda. Assim, a uma só vez, Bolsonaro alimentou o espectro da ameaça comunista, dando corpo e fato a ela, e demonstrou a que estava disposto, entregar o próprio corpo em prol do Brasil. Mesmo quatro anos depois, o fato é lembrado nos discursos do ex-presidente.

---

<sup>213</sup> Como já exposto no capítulo 3, desde as manifestações de Junho de 2013, a bandeiras e as cores verde e amarelo significaram potencial de coesão identitária do grupo político.

Figura 51 – Polarização política é guerra



Legenda: Imagem circulada nos grupos de WhatsApp observados.  
Fonte: A autora, 2020.

Outro elemento fundamental para construir o laço de confiança que a lealdade implica, mesmo tendo fomentado desconfiança em relação a todas as outras pessoas, inclusive quanto a seu vice-presidente, foi o de apresentar-se como pessoa pura de valores, por meio do respaldo religioso; idôneo como um *outsider* da política, aquele que não tem medo de dizer o que bem entende e que qualquer brasileiro gostaria de manifestar; o seu populismo de direita, que faz com que o brasileiro identifique-se profundamente com o líder, ao ponto de que a quebra desse espelho, seria a desintegração de si mesmo; e, por fim, o recurso discursivo orientado por meio de “cadeias de equivalência”, a partir do qual todo questionamento em relação a suas atitudes era respondido de maneira evasiva utilizando equivalentes da oposição como resposta. Devolvia-se, assim, em forma de acusação do outro e de alimento de que estava sob ataque de uma injustiça seletiva, que o tinha como alvo. Bolsonaro ofereceu-se, portanto, como pai

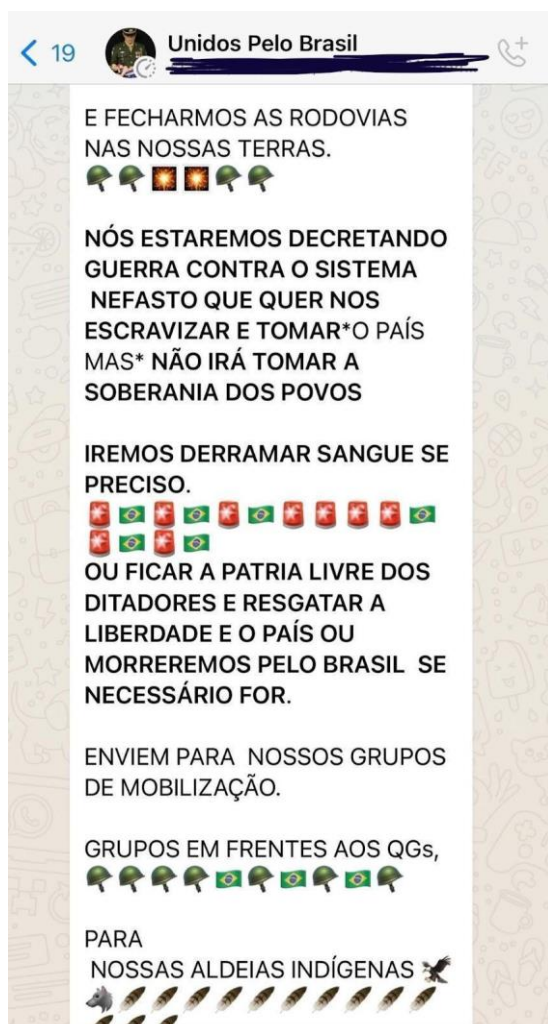
protetor da pátria, ao passo que cada cidadão apoiador deveria ser parte fundamental de seu exército em uma guerra de difícil vitória, mas que prometia a salvação.

O grau da lealdade – e devoção – pôde ser constatado no momento pós-eleitoral de 2022, quando a vitória prometida do Bolsonaro não chegou, quando os ânimos estavam já bastante inflamados por meio das mentiras que asseguravam que as urnas foram fraudadas e pela insistente informação de que a intervenção militar era um recurso não apenas aceitável para a manutenção da própria democracia, como também desejável. Bolsonaro demorou mais de 40 horas para pronunciar-se depois do resultado das eleições e o que era notável nos grupos era a apreensão, por um lado, que dizia respeito a um total desnorteamento quanto a como agir e, por outro lado, uma difusão desordenada de interpretações desse silêncio, que implicaram em ações inicialmente descoordenadas e enfraquecidas, como os bloqueios de rodovias.

A disciplina militar de resposta aos comandos dados e o sacrifício perseverante em nome da nação, constitui importante passagem do medo, ressentimento, angústia e falta de pertencimento nas relações sociais para a esperança e promessa de vitória e neutralização dos problemas sociais de toda sorte. Com isso, podemos dizer que o patriotismo enquanto sentimento, paixão, emerge da ambivalência do medo convertido em esperança. Desse modo, o corpo amedrontado, depressivo por uma providência nunca alcançada, dá lugar ao corpo providencial, imbuído da temporalidade futura, que implica na corporeidade da crença esperançosa no que está por vir (SAFATLE, 2015). Note que a ambivalência aqui demarcada foi, no caso do governo Bolsonaro, não apenas constatável, como visível. E, assim, foi também possível identificar as possibilidades de gerir afetivamente por meio do poder.



Figura 52 – Print da interação no grupo de WhatsApp “Unidos pelo Brasil”



Fonte: A autora, 2022.

A continência dedicada ao papel que tinha a defesa do conservadorismo de direita e do Bolsonaro enquanto líder foi crucial para a adesão popular, sua manutenção e convencimento de novos integrantes. Falhar com esse propósito passava a significar um abandono de si mesmo e da sua pátria, das próximas gerações. Não é à toa que o perfil de pessoas brancas mais velhas sempre foi o mais presente entre os ativamente envolvidos com a ideologia: em todas as entrevistas, manifestaram a garantia de um futuro para seus filhos e netos como motivação maior de suas ações.

Figura 53 – Imagem circulada em grupos de WhatsApp bolsonaristas



Fonte: A autora, 2020.

Por fim, sendo o projeto de nação brasileira um projeto de branquitude, e as geometrias de poder expressam essa relação – ou seja, um projeto que se opõe às manifestações que lhe escapam – a reivindicação do símbolo pátrio como representação do movimento projeta uma mensagem que diz: “aparte de nós, não existe mais nada”. O que é exposto, nesse sentido, é a fratura cada vez mais profunda do sempre tão relativo conceito de “todos” na comunidade brasileira.

“Nossa bandeira jamais será vermelha!” foi um dos jargões mais exclamados ao longo dos anos de bolsonarismo e foi importante palavra de ordem quando estiveram nas ruas. O apego à bandeira foi um critério de coesão do grupo. Em uma de minhas incursões em manifestação bolsonarista, mesmo depois de ter conseguido me aproximar de um grupo, fui indagada: “mas você é de esquerda, né?”. Surpresa com a pergunta, neguei a informação e perguntei por que pensavam isso. A resposta foi: “é que você não é patriota orgulhosa, não tem orgulho da bandeira do Brasil”. Achei o comentário muito curioso, dado que eu tinha me preparado para aquele momento e estava trajada com as “cores do Brasil”. Nada disso foi suficiente, dado que eu não portava a bandeira de fato em nenhuma parte do meu corpo. Em uma entrevista com um homem branco, acampado em frente ao Palácio Duque de Caxias, surgiu o seguinte comentário quando perguntei sobre como ele identifica a própria orientação político-ideológica:

Eu tenho certeza que se eu deixar essa minha bandeira aqui no chão, de qualquer jeito, alguém que está aqui vai passar e retirar, colocar ali no cantinho em pé,

ou pendurada. [Você quer dizer que ninguém vai furtar?] Não. Eu quero dizer que as pessoas aqui sabem o valor que tem essa bandeira. Isso aqui é o símbolo do nosso país, sabe. É o nosso valor. E qualquer pessoa presente aqui hoje sabe dessa importância, ninguém ia deixar nossa bandeira de qualquer jeito, ao chão. Isso é muito importante. Bolsonaro resgatou isso no povo brasileiro. Esse orgulho do nosso país, de entender nossa importância. Foi ele que mostrou que não era possível um país tão rico como o nosso vivendo em tamanha pobreza. Isso é roubalheira. Desmoralização. A gente precisa lutar pelo país (Entrevista realizada com Valdeci, no contexto da manifestação do dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, no Rio de Janeiro).

O projeto estético de nação, que pautou a constituição da identidade nacional pós-independência, escancarou a cisão que caracteriza o país e traçou pontes entre o invisível e o visível dos conflitos sócio-político-culturais do país. É também estética a separação entre classes, raças, etnias e orientações político-ideológicas e, portanto, problemática a perspectiva identitária universalizante de Brasil. E é na defesa da identidade unitária e homogeneizante que o setor “patriótico” fez das cores do Brasil suas “fardas”. A lógica de uniformização das cores, que mobiliza a mensagem de representação de todo o povo brasileiro, sugerindo que “há apenas um Brasil e é este aqui”.

Segundo a autora Susan Sontag destaca em texto dedicado à estética e fascínio fascista,

hay una fantasía general acerca de los uniformes. Los uniformes sugieren comunidad, orden, identidad (por medio de grados, insignias, medallas, cosas que declaran quién es su portador, y qué ha hecho: su valor queda así reconocido), competencia, autoridad legítima, el ejercicio legitimado de la violencia (SONTAG, 2011)

E é sugestivo o poder simbólico que se deseja apresentar, dado que, conforme é verificável por meio dos registros das manifestações públicas dos grupos bolsonaristas, apenas fardas e roupas militares são estética aceita para além das camisas da seleção brasileira de futebol e as cores da bandeira do Brasil, confirmando o propósito do que Sontag sugere com fantasia geral dos uniformes. São conjugadas, assim, duas instâncias de representação do país diante do *resto* do mundo – note, todo esse resto é exterior, mesmo que esteja dentro. São imagens simbólicas designadoras de fronteiras: meu time contra o seu; meu exército contra o seu. Ambos celebradores da identidade *una* de nação.

Vincular-se a certas normas estéticas foi central para a direita ascendente em seu processo identitário e na produção de uma autorização justificada e legitimada entre eles próprios de exercer um poder total sobre aqueles considerados inimigos, *restos*. Notemos, por exemplo, as condições que estão por trás dessa experiência estética, como a enunciação cínica e a compensação narcísica presentes nas imagens de camisas de jogadores da seleção brasileira,

portadores do maior símbolo nacional, a bandeira, e militares do exército nacional. São referências que falam sobre um papel ativo individual e certa autoridade face o povo brasileiro. Os maiores “heróis” nacionais, ou assim massivamente difundidos, são jogadores de futebol e homens do exército. O referencial estético, portanto, já é performativo quanto à grandeza narcísica de poder, disciplina e papel determinante para o sucesso e a ordem.

Essa relação se confirma em duas ocasiões recentes que podem ser tomadas como exemplares da relação estética com seu poder constitutivo. O papel ativo e totalizante – que se revela também totalitário – das imagens de jogadores, soldados, capitães, que, de algum modo, são referenciais de nossos salvadores, é tomado para si de tal maneira fantástica que justifica termos antes tratado do pensamento mágico. A autoidentificação com as insígnias reivindicadas é tão forte que foram tomadas para si, em ato redentor do país, quando foi identificada insuficiência que os convocava à substituição. Ficará mais claro ao mencionar o caso. Ocorrido no dia 12 de dezembro, após um mês e 10 dias de acampamentos bolsonaristas com demandas antidemocráticas de intervenção militar, bolsonaristas ressentidos tentam invadir o prédio da Polícia Federal em Brasília<sup>214</sup> após a ordem de prisão de um dos seus. Na mesma noite, entram em confronto físico com a Polícia Militar. Notemos o contrassenso, dado que a categoria é imagem e referencial do grupo. Quanto aos “jogadores”, os “patriotas” – conforme se autodenominam, vestidos com a camisa da CBF, convocaram o boicote aos jogos da Copa do Mundo de 2022 e foram às ruas em manifestação, tratando de dizer que “Nossa copa é outra”.

---

<sup>214</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radicaais-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>

Figura 54 –Prints do Grupo de WhatsApp Israel/Brasil/EUA



Legenda: Imagens circuladas nos grupos de WhatsApp ao longo da Copa do Mundo, em 2022. Fonte: A autora, 2022.

“Meu partido é o Brasil”. Ou “Meu Brasil é partido”? O lema que vem, desde junho de 2013, moldando a ascensão dessa direita, foi cartão de visita na construção identitária do grupo. Revelou-se fundamental para o entendimento exclusivo, no sentido de um Brasil tal qual os anos de chumbo enunciaram: ame-o ou deixe-o. Meu Brasil é esse dos que aderem ao que estabelecem e dão volume ao “nós”. Na disjunção, todos aqueles que extrapolam esta margem, configuram “eles” e figuram como o “resto” que não cabe nas fronteiras de determinação identitária reivindicada. A prática mostrou, nos anos de governo Bolsonaro, que a mensagem melhor dita poderia ser “Meu Brasil é partido”.

Dentre muitos outros, um conjunto de elementos estéticos e gestuais chamam particular atenção no grupo político de fiéis a Bolsonaro. Segue intrigante e contraditório, para muitos, o que identifico como um sintoma de grande importância para a compreensão do fenômeno. As

bandeiras de Israel, o uso da suástica e até o gestuário da saudação nazista a Hitler são simbolismos apropriados e compatibilizados pela direita conservadora brasileira atual. Símbolos de poder, são referências que terminam por reverenciar genocídios dos mais brutais da história mundial. O maior e ainda vigente, o do povo palestino pelos israelenses; e o trauma mais repercutido na história, o holocausto dos judeus, comunistas e negros pelos nazistas. O repertório signico, nesse sentido, aporta a prática de horror e sua redenção a uma só vez, na confusão que se produz entre algozes e vítimas.

A relação entre o bolsonarismo e o Estado de Israel já foi trabalhada em capítulos anteriores, e ela se reafirma todo tempo por meio da bandeira de Israel presente na estética Bolsonarista e religiosa<sup>215</sup>, integrando a partilha do sensível quanto ao visível e dizível dos processos históricos (Israel é um povo poderoso, armado, militarizado, civilizado e heroico contra os terroristas palestinos). Por outro lado, a Alemanha nazista de Hitler é uma referência de liderança que soube, “de uma forma ou de outra, impor ordem e disciplina”<sup>216</sup>, disse Bolsonaro. As repercussões foram muitas, desde saudações nazistas de seus apoiadores<sup>217</sup> até o próprio ministro da Cultura, Roberto Alvim, diretor de teatro, que mimetizou<sup>218</sup>, abusando do processo de estetização (BRITO, 2020), um discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda do governo Hitler.

---

<sup>215</sup> Exemplo de como a questão entre Israel e Palestina é tratada na Folha Universal, em matéria recente: <https://www.universal.org/noticias/post/ataques-terroristas-contr-israel-nao-podem-ser-tolerados/>

<sup>216</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-e-o-nazismo/>

<sup>217</sup> São exemplos: [Diário de Pernambuco Professora bolsonarista faz gesto nazista em sala de aula no Paraná | Últimas: Diário de Pernambuco](#) ; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/bolsonaristas-fazem-saudacao-nazista-em-sc-e-ministerio-publico-inicia-investigacao.shtml>; <https://www.brasilefato.com.br/2022/11/03/embaixador-alemao-no-brasil-condena-uso-de-simbolos-nazistas>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/bolsonaristas-fazem-saudacao-nazista-em-sc-e-ministerio-publico-inicia-investigacao.shtml>; <https://capricho.abril.com.br/comportamento/professora-faz-saudacao-nazista-e-campanha-pro-bolsonaro-em-sala-de-aula/>

<sup>218</sup> O discurso está disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ>

Figura 55– Montagem de fotos de Goebbels e Alvim.



Legenda: Montagem com o discurso de Goebbels, proferido em 1933, e a reprodução de Alvim, em 2020, como Ministro de Bolsonaro.

Fonte: Folha Uol, 2020<sup>219</sup>.

A partilha do sensível que permite adesão ativa aos discursos e a reprodução das práticas do líder Bolsonaro demonstra que os sentidos de militarização e patriotismo fanático ocupavam, em algum nível, os imaginários sensibilizados com as questões levantadas. “O fascismo parece que vem de fora”, diz Guattari (2009:171), “mas é no coração do desejo de cada um onde ele encontra a sua força”.

### 6.3. “Eu sou ‘imbrochável’, não vou sair de combate”<sup>220</sup>: Masculinidade e Poder

*Imbrochável! Imbrochável! Imbrochável! Imbrochável! Imbrochável!*

Coro puxado por Bolsonaro, ao repetir cinco vezes a palavra, no discurso na Esplanada dos Ministérios durante a celebração do 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, em 2022

Antes de mais nada, importa dizer que nesta seção não me debruçarei sobre a extensa e rica literatura que trata das expressões do patriarcado na ocupação majoritária dos homens na política institucional, nem mesmo as dificuldades e obstáculos para as mulheres também ocuparem esse poder, sofrendo muitas camadas de violência. Apesar da importância do assunto

<sup>219</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/01/um-ano-apos-video-com-discurso-nazista-alvim-prepara-um-novo-trabalho.shtml>.

<sup>220</sup> Fala de Bolsonaro em discurso público enquanto pré-candidato à Presidência da República, em 2018.

para a compreensão da política e das relações da masculinidade e poder, entendo que minha abordagem precisa limitar-se aos necessários recortes de uma tese e o que mais interessa para mim na análise da corrente pesquisa é compreender o aspecto mais subjetivo da masculinidade e sua funcionalidade nos mecanismos de interpelação ao público.

Com isso, ressalto que o funcionamento regular da política é, em si mesmo, uma manifestação da masculinidade e que, justamente por seu aspecto rotineiro, muitas vezes não é percebido como um projeto político. Ainda assim, determinados momentos conjunturais fazem emergir mecanismos que buscam explicitar a política da masculinidade. Gostaria, portanto, de dedicar-me a esses interstícios políticos que fazem interagir camadas visíveis e invisíveis das dimensões da íntima relação entre masculinidade e poder.

A vontade do povo se fará presente no próximo dia dois de outubro. Vamos todos votar, vamos convencer aqueles que pensam diferente de nós, vamos convencê-los do que é melhor para o nosso Brasil. Podemos fazer várias comparações, até entre as primeiras-damas [...] Não há o que discutir, uma mulher de Deus, família e ativa na minha vida, não é ao meu lado não, muitas vezes ela está é na minha frente. E eu tenho falado para os homens solteiros, para os solteiros que estão cansados de serem infelizes, procurem uma mulher, uma princesa, se case com ela para serem mais felizes ainda [continuou o presidente]<sup>221</sup>.

O discurso foi feito num caminhão de som do agro, próximo do local do desfile oficial, que havia acontecido minutos antes. Estavam presentes o vice-presidente, Hamilton Mourão, o empresário investigado pelo STF (Supremo Tribunal Federal), Luciano Hang, o pastor da Assembleia de Deus, Silas Malafaia, além de deputados bolsonaristas e outros apoiadores.

A palavra que não está no dicionário, mas indicaria suposta potência sexual inabalável, imbrochável, sugere a obsessão sexualizada que Bolsonaro tem pelo poder. Conforme lembrado por Senra (2022), não é a primeira vez que o então presidente utiliza o termo. “Tenho certeza, eu sou ‘imbrochável’, não vou sair de combate” disse, em maio de 2018, na época pré-candidato, em discurso na Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern). Quando já presidente, em setembro de 2019, Bolsonaro surpreendeu simpatizantes na entrada do Palácio da Alvorada com o termo: “Eu sou imbrochável”, disse, simplesmente. Em fevereiro de 2020: “Não estou preocupado com reeleição. Não vou brochar para atender vocês (jornalistas) pensando em reeleição. Eu sou imbrochável”, disse Bolsonaro. Agosto de 2020: “Com todo respeito, na política, eu sou imbrochável”. Em maio de 2021, ele foi além: “Fique tranquilo. Já

<sup>221</sup> Mais do discurso está disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/07/bolsonaro-puxa-coro-de-imbroxavel-e-compara-mulheres-michelle-e-princesa.htm> Acesso em: 30 de dezembro de 2022.



falei que sou imorrível, imbrochável e também sou incomível”. Em 31 de agosto de 2021, na saída do palácio, Bolsonaro mostrou uma medalha prateada para as câmeras. Junto à sua foto, lia-se a frase: “Clube Bolsonaro – Imorrível, imbrochável e incomível”. “Minha mulher não pode ver isso, não. Essa medalha não é qualquer um que tem, não, pô”, afirmou (SENRA, 2022<sup>222</sup>).

Esse comportamento expressa, segundo Christian Dunker avalia em entrevista à BBC, uma síntese do bolsonarismo: a “masculinidade frágil”. Um apelo a uma segurança genérica em que ele se apresenta como o líder grandiosamente masculino que cumprirá o papel do pai protetor chefe de família. Cria, ao mesmo tempo, inimigos que devem ser vistos como fracos – ou ainda, brocháveis – e que não são suficientemente violentos, armados, masculinos. É o caso das inúmeras interações nos grupos bolsonaristas ao longo do processo eleitoral de 2022 que incitava a violência contra os “petistas” (englobando todos aqueles que não eram bolsonaristas) e falavam de deixá-los “ter medo de nós”. Quando indagados se eles também tinham medo de serem atacados por petistas, responderam: “não há razão pra isso. Nós é que estamos armados”.

A representatividade da figura do Bolsonaro, portanto, não apenas autoriza e legitima ações violentas por parte dos grupos de apoiadores, como também confere proteção para que se sintam seguros ao realizá-las. Dunker chama a atenção para o sentido mobilizado em imbrochável como aquele que está “permanentemente ereto, que nunca fraqueja” e que, desse modo, oferece, “tal como uma arma cheia de balas, sempre prontas para serem empregadas, a sua masculinidade como forma de garantir proteção para aqueles que estão se sentindo inseguros” (DUNKER, 2022b<sup>223</sup>).

Se recorrermos à Federici (2017), em *O calibã e a Bruxa*, entenderemos que o assunto falocêntrico demarca questões de masculinidade que orientam questões de autoridade e poder pelo menos desde o século XVI. Segundo ela, naquele momento, se desenvolvia um novo código patriarcal concomitante à caça das bruxas e a “impotência física era a contrapartida da impotência moral”. Era, segundo expressa a autora, “a manifestação física da erosão da autoridade masculina sobre as mulheres”. A potência sexual, continua ela, dizia respeito à capacidade de governo de si e dos outros do homem. O período entre os séculos XVI e XVII inaugurou, assim, a era de repressão sexual das mulheres (FEDERICI, 2017:343).

---

<sup>222</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>

<sup>223</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/07/imbrochavel-e-a-sintese-do-bolsonarismo-masculinidade-fragil-aponta-psicanalista> Acesso em 9 de janeiro de 2023.

Importante notar, portanto, a repercussão que têm os discursos de Bolsonaro como autorização para o acirramento dos ânimos, violência e autoritarismo entre seus simpatizantes. A adesão se justifica também por um elemento crescente que é a crença compartilhada entre homens brancos e héteros de que estão perdendo seu lugar de poder. Nas palavras do psicanalista:

Imbrochável é um significante fundamental do Bolsonaro desde sua campanha e ele se refere a esse apelo pela masculinidade que compõe boa parte dos apoiadores e cria um conjunto de identificações com aquelas pessoas que sentem que a sua masculinidade tradicional heteronormativa está ameaçada com as transformações recentes. (DUNKER, 2022<sup>224</sup>)

Michael Kimmel (2013), em seu livro *Angry white men*, se refere ao contexto dos Estados Unidos, depois da crise econômica de 2008, momento em que a raiva atingia a todos, mas nenhuma outra categoria transbordou ressentimento com maior intensidade do que o homem branco de classe média. Ele sugere, já naquele momento, a reação desses homens aos avanços das mulheres e homossexuais, por exemplo, como ameaçadoras, especialmente em um período de crise econômica. “O que acontecia a esses homens era que, antes de tudo, eles estavam com medo”, disse Gary Baker, presidente da ONG Promundo<sup>225</sup>, à revista *Época*<sup>226</sup>.

Além das falas do então presidente que tratam da própria desenvoltura sexual, cabe também ressaltar a frequente manifestação pejorativa e os ataques contra homossexuais, transexuais e mulheres como parte dessa reatividade vinculada à sensação da masculinidade ameaçada. “O que nós queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda e que Mariazinha seja Mariazinha a vida toda e que constituam família”<sup>227</sup> e completa fazendo menções ao seu opositor político como “abortista”. Ele garante, nesse discurso, que governa para fazer valer como “nós” pensamos.

Esse comportamento expressa, segundo Dunker, uma novidade no cenário político mobilizada por Bolsonaro, que é jogar com “uma característica curiosa da cultura brasileira: essa dupla moral, essa hipocrisia assumida publicamente”. Bolsonaro, nesse sentido, sobrepõe

---

<sup>224</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997> Acesso em 9 de janeiro de 2023.

<sup>225</sup> A ONG Promundo foi fundada nos anos 90 para pesquisar desigualdades raciais e de gênero, a Promundo trabalha entre o Rio de Janeiro, onde fica uma de suas sedes, e Washington.

<sup>226</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/o-macho-bolsonarista-em-questao-23212524>

<sup>227</sup> Disponível em: <https://correiadoestado.com.br/opiniao/o-que-nos-queremos-e-que-o-joaozinho-seja-joaozinho-a-vida-toda-e-que/402605/>

aspectos do que é público e do que é privado e íntimo. Aplica, nesse sentido, uma alternância entre os discursos da família, da moral e dos bons costumes, com manifestações chulas e libidinais.

“Aos amigos, tudo. Aos inimigos, nada” é um conhecido ditado popular brasileiro que é revelador quanto à dupla moral referida, mas, mais ainda, toca diretamente na base fundamental do governo que anuncia a todo tempo que trabalha pelo “nós” e, aos inimigos, destina a eliminação. Fica exposto, nesse sentido, que a relação entre masculinidade, poder e a dominação autoritária possuem correspondência que valem nosso interesse.

Mackinnon (1987) argumenta que a masculinidade enquanto dominação deu forma às sociedades contemporâneas e é, a partir da sexualidade masculina e suas imposições, que podemos compreender a noção de poder. Não à toa, é pela pornografia, estupro e prostituição que se adentra a própria história, a partir de seus marcadores, o conflito e a guerra. A psicologia masculina é definidora dos paradigmas sociais presentes,

(...) their experiences and obsessions define merit, their objectivation of life defines art, their military services define citizenship, their presences define family, their inability to get along with each other... defines history, their image defines God, and their genitals define sex” (MACKINNON, 1987:36).

Nancy Chodorow, ao explorar o vínculo entre masculinidade, nacionalismo e violência, atribui a agressividade masculina mais aos ciclos de humilhação e dominação entre homens mais velhos e mais jovens do que à exploração sexual dos homens com as mulheres, como sugere MacKinnon. Contudo, a questão de gênero fundamenta essa agressividade, na medida em que a autora verifica que os homens respondem com mais violência à humilhação do que as mulheres (CHODOROW, 2002). Já na chave da teoria ecofeminista, Joni Seager argumenta que a guerra é derivada do “militarizado culto à masculinidade”, no qual o homem conquista a natureza e define segurança nacional a partir da proteção do privilégio masculino. O “environmentally destructive ethos includes a cultivation of hypermasculinity, secrecy, fraternity, and an inflated sense of self importance” (SEAGER, 1999:168-169).

Todos esses elementos, de maneira complementar entre si, expressam questões vinculadas ao bolsonarismo e ao que a ideologia autoritária e conservadora preserva. Importante frisar que, em um mundo estruturado pelo patriarcado, as relações entre masculinidade e poder não são inauguradas a partir – e nem constituem particularidade – da extrema direita. Contudo, a intencionalidade explícita de convocar a masculinidade enquanto atributo próprio, a partir da violência e da prática política orientada pelo belicismo, são características das políticas

neoconservadoras e buscam ancoragem em um público que se identifica com a ameaça do “politicamente correto”<sup>228</sup> e que busca afirmar a masculinidade viril, heteronormativa e branca.

Figura 56 – Print do grupo de WhatsApp bolsonarista “Brasil um País do Futuro”



Fonte: A autora, 2023.

Raewyn Connell (2005), por exemplo, recorda que foi com a extrema direita que o assunto das armas apareceu pela primeira vez na política australiana, em 1977, quando o “lobby das armas” – particularmente influente nos Estados Unidos – agiu em campanha massiva e organizada promovendo a posse e uso de armas. A National Rifle Association (NRA), dirigida

<sup>228</sup> O termo foi inclusive mobilizado por Jair Bolsonaro em seu discurso de posse, em que ele manifesta, ao situar-se como salvador da nação brasileira: “É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (BOLSONARO, 2019).

pela direita supremacista, entrou em insistente disputa legislativa pela flexibilização do controle das armas, o que teve efeitos socioculturais de grande relevância. A autora cita ainda o livro *Warrior Dreams*, de William Gibson, que, segundo ela, traçou vínculos íntimos entre “a NRA, a indústria das armas, e uma variedade de grupos paranoicos treinando em violência e promovendo mitos de “Nova Guerra” articuladas em fantasia, mas com consequências todas muito reais” (CONNELL, 2005:212).

Ora, conforme vimos na seção anterior, a narrativa de que estamos vivendo uma grande guerra pelo enfrentamento de crises éticas, morais, econômicas e sociais tem sido alimento primordial para o engajamento dos apoiadores de Bolsonaro e a força da ascensão da extrema direita – não apenas no Brasil, como já enunciado. Se estamos em guerra, o caso é “matar ou morrer”, o que implica em demonstrar superioridade em violência e armamento como estratégias nessa batalha.

Já é uma associação clichê a de que a pistola seja um símbolo peniano além de ser uma arma. A cultura da masculinidade foi tão fortemente promovida e, logo, introjetada, que a necessidade de esforços é bem reduzida para que haja a inferência de que a proibição das armas por meio da política é, em verdade, uma castração da sociedade. Ainda conforme argumenta Connell (2005), nos níveis simbólicos e práticos, a defesa da posse de arma é eminentemente uma defesa da masculinidade hegemônica (CONNEL, 2005:212).

No começo do século, as representações cinematográficas hollywoodianas, por exemplo, foram concentrando-se crescentemente na prova da masculinidade pela violência (CONNELL, 2005:214-215). Fez-se notar a estratégia de produzir estímulos que agem na intersecção entre a manutenção da regularidade do patriarcado e as políticas de masculinidade explícita, a partir de três frentes: violência masculina, promoção de masculinidades exemplares e a gestão de organizações.

## CONCLUSÃO

*Faz escuro, mas eu canto*  
Mario Benedetti

No decorrer da pesquisa e escrita da tese busquei ressaltar o entrelaçamento do medo nas redes, ruas, instituições e corpos, amalgamados em espacialidades e temporalidades próprias. Se as discussões de cada uma dessas esferas são habitualmente realizadas de maneira segmentada, construí ao longo da pesquisa um percurso oposto: tentei identificar e examinar as sobreposições entre dimensões e planos distintos, porém interconectados, da política do medo. Diante desta árdua tarefa de diálogos entre disciplinas e campos do conhecimento, abandonei qualquer pretensão de busca de linearidade causal e optei por apreender a dinâmica sociopolítica, a processualidade e as forças de dispersão e afluência.

O caminho percorrido apresentou uma estrutura que partiu de uma apreensão mais geral e conceitual, de modo a assentar o afeto na importância e centralidade que lhe é devida neste estudo, até chegar em aplicações mais empiricamente orientadas sobre a política do medo no Rio de Janeiro e no Brasil contemporâneo, com destaque para o fenômeno do bolsonarismo. Em um primeiro momento, apresentei a política do medo como característica fundamental do Estado Moderno – o fiz a partir de sua formação no Brasil, buscando orientar-me territorialmente desde o princípio da tese. Logo, examinei a política do medo a partir do que considero serem seus eixos centrais (o político-institucional e o social-cultural-subjetivo), amalgamados por sua estruturação temporal e espacial.

Assim, a compreensão de que a política do medo é perpetuada ao longo do tempo parte de uma perspectiva atenta à indissociabilidade entre espaço e tempo. Com respeito a esse critério orientador da pesquisa, foi indispensável trabalhar a dimensão sócio-histórica. Por meio dela, busquei demonstrar não apenas que o que se intensifica na atual conjuntura não é novo, mas foi também possível colocar em relevo na história outras faces e representações daquilo que adquire semblante de circunstancial no tempo presente. Esse esforço conduziu à identificação da permanência da política do medo e o desenvolvimento dos alicerces de expressões do autoritarismo por diferentes frentes e escalas sociais.

A temporalidade possui múltiplas camadas e apreensões que transversalizam e organizam os sentidos do presente. É certamente limitada a discussão realizada na tese a partir da história referente às instâncias político-institucionais, às organizações sociais e mobilizações públicas. Seria preciso, ainda, acessar as casas, as relações afetivas, familiares, de trabalho e as

autonarrativas de cada um desses elos e momentos. Os atravessamentos da temporalidade nessas dimensões, no entanto, foram tematizadas transversalmente no aprofundamento do estudo empírico a partir dos aparatos tecnológicos – que guardam em si um tempo próprio –, das análises discursivas presentes ao longo da tese e a partir da perspectiva que situa os agenciamentos dos afetos.

Desse modo, o acúmulo apresentado quanto à dimensão sócio-histórica revelou um ponto central na tese: o medo vem produzindo e moldando subjetividades no atravessar dos tempos ao incidir sobre matrizes discursivas (linguagens) em uma relação insonômica e móvel com a sensibilidade e corporeidade. Estão presentes, na história, elementos estruturais e estruturantes do medo, que vão se reinventando, mas não deixam de existir e que organizam relações sociais e interpessoais.

Examinamos também dispositivos e ancoragens da política do medo mobilizados como justificações para que se lance mão de práticas autoritárias, seja nas relações interpessoais, entre grupos e entre sociedade e Estado. Após uma leitura de conjunto, chama a atenção sua dispersão e multidimensionalidade, se mostrando um aspecto social de difícil decantação. São camadas visíveis e invisíveis, que estão relacionadas com o medo em movimento mútuo de sustentação. O aprofundamento na multiplicidade dos dispositivos do medo como afeto político conduziu à constatação de que há agenciamento e instrumentalização para estratégias de dominação e controle social, que influem nas formas de interação e constituições subjetivas.

Partindo dessas perspectivas enquanto pressupostos, adentramos nas tramas das experiências do medo na cidade do Rio de Janeiro, pensando as diferenças não apenas entre favelas e asfalto, mas as particularidades da vida em condomínios de luxo e do alto e baixo do morro, buscando compreender se há maneiras distintas de experienciar o medo a depender da territorialidade em questão. Não apenas essa distinção se confirmou, como também o corpo aparece como território, na medida em que o modo como as pessoas se movimentam na cidade, traços racializados e de classe se relacionam com o lugar de moradia e tendem a gerar diferenças abismais na maneira como sentem – e localizam – o medo e a segurança.

O território, que em um primeiro momento poderia representar aquilo que temos de mais concreto, revela arranjos visíveis e invisíveis, mediados e não mediados. Não há dificuldade sensível na apreensão do espaço da cidade do Rio de Janeiro pelo paradigma bélico de urbanidade. Isso não apresenta nenhuma novidade em termos de agenda de pesquisa e, de fato, trata-se de algo bastante trabalhado pela sociologia urbana. Entretanto, fazer das frestas possibilidades de olhares contribui para compreender que há convergências estridentes entre as

maneiras como somos afetados e que afetamos socialmente e a forma como é moldado o espaço e o corpo.

Esse arranjo conversa diretamente com a lógica da inimizade e sua necessidade de atualização e renovação apresentadas na tese. São inúmeras as constatações do medo de outros sujeitos como potenciais inimigos, verificável desde as trancas nas portas de casa e os muros cada vez mais altos, reforçados e multiplicados, até as câmeras de vigilância e contratação de seguranças privados. Os laços são desfeitos e as interações passam a ser mediadas por aparatos que ao invés de aproximar, garantem a contenção das ações do outro.

O fenômeno do bolsonarismo, tal como discutido abundantemente no Brasil nos últimos anos, não pode ser lido sem todo esse pano de fundo, pois não é exclusivo da arena político-eleitoral, nem se restringe aos anos mais recentes. É produto e produtor de um *zeitgeist* global, mas também de uma série de especificidades do processo sociopolítico nacional em níveis distintos, porém imbricados. A partir dele, são atualizados imaginários prévios das direitas e são demandadas medidas mais drásticas para que a ordem e a previsibilidade sejam retomadas, na medida em que o inimigo passa a representar parte significativa da sociedade e é complexa sua identificação. Mesmo que more em um condomínio, o inimigo pode ser um vizinho. Isso ocorre, por exemplo, por meio de um uso elástico do conceito de “comunista” como inimigo, que possibilita infinitas associações e responsabilizações que o reforcem enquanto “ameaça” real e perigosa.

Assim como em outros momentos na história, a representação do comunista não deixava de incorporar aqueles que perpetuam como um perigo ao projeto de civilidade da branquitude: a população negra e pobre. Enquanto o anticomunismo precisa ser ainda difundido e propagandeado com maior intensidade, o conservadorismo social que toma negros, pobres, povos indígenas e população LGBTQIA+ como escárnios, já se encontra bastante disseminado na sociedade. Se soma, aliás, como mais um estimulante do pânico gerado pela imagem do comunista o fato de “defenderem” e constituírem um mesmo lado com esses sujeitos.

Desse modo, todo problema endêmico e de escala global era convertido em responsabilidade da esquerda. E mesmo os tímidos avanços sociais do reformismo petista reforçavam a ameaça comunista. A suspeição de tudo que era identificado como um plano comunista rumo à tirania, abriu espaço para reações extremas, violentas e urgentes por parte da extrema direita. Com efeito, a produção do medo e do pânico funcionam como um mecanismo de ocultamento de uma crise profunda de esgotamento do próprio capitalismo. O que explica por que mesmo uma figura instável e que não era parte da elite político-econômica como o Bolsonaro serviu momentaneamente aos interesses do capital.



Apesar da lógica da inimidade ser aplicada tanto para o amplo enquadramento de “comunistas” como para a população negra, pobre, LGBTQIA+, povos indígenas e feministas, os comunistas divergem por não serem geograficamente e corporalmente identificáveis (mesmo que possam ter alguns elementos estigmatizantes). Assim, outros recursos sociotécnicos foram mobilizados para essa perseguição, tendo em vista que o mais fundamental para os apoiadores de Bolsonaro é perpetuar o pânico em torno do perigo iminente. Para os sujeitos e populações que encarnam o inimigo, contudo, essa relação implica em experiências e modos de serem afetados que são também territorializados. Esse elemento não é lateral, tendo em vista que as disparidades entre as sensibilidades diferenciam os dispositivos de respostas, de imaginário e de apreensão da realidade não apenas designados a partir da relação “nós” e “eles”, mas também com implicações internas a cada campo sociopolítico.

Por outro lado, as ancoragens histórico-existenciais de compartilhamento comum, que podem ser pensadas a partir de sujeitos amplamente permeáveis à racionalidade neoliberal que tudo toca, produzem disposições semelhantes de condutas autoritárias. Mesmo partindo de diferentes experiências diante da política do medo e que reproduzidas com direcionamentos antagônicos ou mesmo em escalas distintas (relacional amorosa, familiar, de classe ou do trabalho, por exemplo), a referência de uma autoridade autoritária e mecanismos de punição são mantidos. Isso aponta deslocamentos de posição das condições de *algoz* e *vítima/senhor e escravo* nas distintas camadas de relações sociais – do micro ao macro – sugerindo marcas limitadoras, porque definidoras, dos referenciais de exercício da autoridade.

A finalidade, em todo caso, da eficácia dessa autoridade é a manutenção de uma ordem determinada. É ela, regida pelas estruturas de dominação, que norteia por fim, toda justificção da violência política exercida. Ao nos aprofundarmos nas manifestações empíricas dessas justificativas, observamos o peso que a moral, a religiosidade, as regras acima das leis, os referenciais de ordem, civilidade e boa conduta exercem enquanto dispositivos agenciadores do medo.

A perpetuação do medo ao longo do tempo mostra que o medo como política já ocupou diferentes graus de importância e também foi manipulado com variados propósitos. Em outros momentos da nossa história houve a instrumentalização do medo para fins políticos determinados, servindo aos interesses dominantes daquele tempo (observem que o imperativo do verbo domar, “dome”, é anagrama de “medo”).

A presente tese identificou que o bolsonarismo é mobilizador da política do medo enquanto ferramenta de adesão, engajamento e recrutamento de sujeitos. Por outro lado, mostrou também, que a nível mais concentrado, há evidente instrumentalização que é

orquestrada por aparatos tecnológicos e sociotécnicos de difusão de informações falsas ou desinformações, os quais afetam a maneira como as pessoas experienciam e sentem a realidade. As intenções são de estímulo sobretudo do medo e do ódio. Não quero com isso dizer que se trata de um todo artificial, uma manipulação estritamente objetiva e racional para alcance dos interesses. Entendo que há envolvimento emocional-afetivo mesmo dos líderes na chave do que propagam em ampla escala. Isso ficou mais evidente na medida em que transitamos pelos anos de observação encoberta dos grupos de WhatsApp, no jornal impresso de maior circulação do Brasil, o da Universal (que conta também com versão digital), nos enquadramentos dos discursos de lideranças e agentes públicos e por meio das experiências de campo nas manifestações e acampamentos bolsonaristas, trabalho empírico concentrado nos dois últimos capítulos.

### **Entrelaçamentos do medo e tendências societárias: sentido de urgência, sociedade da imagem e individualização**

O bolsonarismo não é redutível a uma particular emersão de legados presentes na história brasileira e tampouco a uma simples repetição do fascismo dos anos 1930 e 1940. Trata-se de um sintoma da contemporaneidade, atualmente manifesta em diversas partes do mundo. É verdade que, entre recuos e avanços, elementos são perpetuados desde a formação do estado brasileiro, o que se nota pelo legado colonial e escravagista. Após anos à espreita e, mais recentemente, coexistir nas sombras do neoliberalismo, grupos de extrema direita suspenderam – estrategicamente – as diferenças entre si, de modo a apresentarem-se audaciosamente na vida pública.

Os grupos vêm sofisticando-se e multiplicando-se em termos de lideranças nacionais e ações políticas – tanto nas instituições, como nas redes sociais e nas ruas –, com cada vez menos pudor de mostrarem-se racistas, homofóbicos, sexistas, cristãos antisseculares, islamofóbicos, antissemitas. Para a própria surpresa, alcançaram bases políticas inimagináveis há uma década. Se, por um lado, esse recrutamento segue crescendo, centristas, neoliberais *mainstream*, liberais e a esquerda hesitam e têm dificuldades em se atualizar na disputa.

As organizações que exerceriam a oposição reagiram com “indignação, moralização, sátiras e esperanças vãs de que facções internas ou escândalos na direita produzirão sua autodestruição” (BROWN, 2021:10). A extrema direita soube pautar o debate público de modo a inviabilizá-lo. Acusações e discursos engajados pela via do absurdo deslocaram as agendas de importância para fora do centro das discussões e ocuparam o campo progressista com a busca

perturbadora por desvincular-se de associações esdrúxulas ou de contra-atacar nos mesmos termos. Assim, a direita radical conseguiu reger o conjunto das forças políticas, na medida em que operaram nos limites impostos por ela.

Estamos vivendo um momento de esgotamento do neoliberalismo e das instituições democrático-liberais que demandam alterações robustas. Com crises econômicas que acentuaram a desigualdade, alastrando a fome e dificultando o acesso à moradia para muitos cidadãos ao redor do mundo; com as mudanças climáticas e anúncio de esgotamento de recursos naturais justificadores de privatizações de bens comuns; com a crise das instituições democráticas e os dispositivos de representatividade; com os genocídios negro, indígena e árabe; com a crise sanitária da pandemia de covid-19; com a crise dos refugiados entre tantos outros elementos, era preciso recriar os sentidos da vida.

É certo que esses elementos compõem um espaço-tempo concreto que define tendências societárias das sociedades contemporâneas, sobre as quais gostaria de tratar, pensando suas inter-relações com a política do medo. Pegando de empréstimo a reflexão realizada por Kathya Araújo e aplicando-a à empiria desenvolvida ao longo da tese, podemos dizer que a política do medo é sustentada por ancoragens socioexistenciais, as quais possuem aspectos abstratos e dimensões práticas. Elas funcionam como uma espécie de mediação entre a política do medo e a dimensão concreta das subjetividades. Podemos dizer que a própria racionalidade neoliberal tornou mais fluidas e menos consistentes as fronteiras entre economia, lei, cultura política e subjetividade política. Talvez essa ausência de contornos das diferentes esferas tratadas tenha também facilitado a manipulação instrumental dos afetos.

De todo modo, destaco três tendências societárias que caracterizam a contemporaneidade e devem ser acentuadas enquanto traços distintivos fundamentais para a apreensão dos fenômenos trabalhados. Essas tendências foram aparecendo no percurso analítico do material empírico e demarcam uma especificidade societária da política do medo no mundo contemporâneo. São elas: o sentido de urgência; o império das imagens na digitalização e a individualização.

### **Sentido de urgência**

Ao tornar-me professora na universidade, as aulas de Marx eram as mais esperadas – por mim e pelos estudantes. Eu, porque adoro estudar sua teoria e me ver continuamente desconstruindo aquilo que ouvia sobre ele. E os estudantes, porque é o momento que pensam

ter diante de si um autor que é um inimigo de que já estão familiarizados. Adoro observar os olhares de surpresa quando se deparam com o desconhecido. No avançar das aulas, sempre faço uma pergunta: afinal, o que é que os indivíduos tanto desejam? Qual a razão de sua luta revolucionária contra a exploração? E para quê outros exploram? “Dinheiro!” Imediatamente respondem. Faço que não. As tentativas seguem até que alguém diga: tempo! Sim: tempo livre. Karl Marx localizou o tempo como medida da exploração e, logo, como o critério da liberdade. Ter tempo livre para desenvolver capacidades múltiplas e pelo direito ao ócio. Por isso mesmo o comunismo foi pensado a partir da necessária automatização e avanço da tecnologia a serviço do trabalhador, de modo a liberá-lo e, assim, ter mais tempo livre.

No capitalismo contemporâneo, contudo, vivemos o paradoxo do desenvolvimento tecnológico com a proporcional aceleração do tempo que implica em nos lançar a contínuo estado de urgência pela falta de tempo. O que parecia apontar para uma exuberante economia de tempo, dado o aumento da velocidade dos transportes, da comunicação e, principalmente, da produção, transformou-se, na verdade, no esgotamento do nosso tempo. Isso não significa que a previsão de Marx para o comunismo também estaria equivocada, como alguns apressadamente poderiam concluir. Mas sim que a tecnologia é instrumentalizável e serve a interesses. No caso da contemporaneidade: aos dos detentores do capital.

Ao se debruçar sobre as condições sociais do mal-estar na modernidade, Hartmut Rosa (2019) trata da expectativa frustrada em torno do projeto de modernidade como promessa de progresso por meio da constante inovação tecnológica, dando lugar ao que chama de “modernidade tardia”. Uma característica fundamental desta é a centralidade do tempo em sua definição, que não apenas situa processualmente a modernidade, como também a invoca a partir de suas mudanças estruturais e culturais na própria relação com o tempo, como dimensão estruturante das experiências da vida cotidiana, das relações, das subjetividades, da política, dos desejos e objetivos. A temporalidade é constitutiva da ordem social.

A questão que se mostra fundamental para o autor é que a aceleração social da modernidade implica em uma dessincronização da sociedade, em que o indivíduo se percebe sempre em atraso e com medo da perda das possibilidades. Segundo ele, isso altera em definitivo o direcionamento social bem como as relações psíquicas de autocobrança e frustração. Desencaixes a nível institucional e individual tornam os primeiros ineficientes e os últimos alienados de sua própria relação com o tempo.

O desenvolvimento da tese me permitiu identificar três principais dimensões da relação com a temporalidade entre os bolsonaristas. A primeira é a sensação contínua de atraso dos atores diante do enorme fluxo de acontecimentos; segundo, o sentido de urgência das ações

políticas em que tudo é um ultimato e que está aliada ao medo contínuo de perder possibilidades de ação que sempre parecem únicas frente ao colapso iminente; por fim, a obsolescência das instituições e seus aparelhos, que se mostram lentos diante da celeridade das necessidades em fluxo.

Todas essas dimensões decorrem da dinâmica de aceleração do tempo refletida por Rosa, que incide na compreensão coletiva e individual do espaço-tempo. Se operar no sentido de urgência se impõe a despeito das vontades individuais, por meio das estruturas sociais, podemos dizer que há meios também de agenciamento disso. “Sentido de urgência”, aliás, frequentemente aparece de modo explícito na lista de requisitos em ofertas de emprego. A própria regularidade é urgente: tanto quanto os recursos naturais, parece que vivemos o esgotamento do tempo no mundo. Agir no curto prazo, portanto, é a única maneira de encaixe na ordem social da “modernidade tardia”, se fizermos uso do termo de Rosa.

Um dispositivo de instrumentalização interessada disso é notável nas técnicas de comunicação mobilizadora dos bolsonaristas nas redes sociais. “Urgente, urgentíssimo!” “Precisamos agir e precisamos agir rápido!” “Se não agirmos agora, será nosso fim”. Esses são alguns exemplos das formas de apelação à consciência utilizadas como recursos ao engajamento. A constância desse tipo de mensagem torna o sujeito alerta, operando de maneira reativa e desesperada. Afinal, não é possível esperar. Os meios de comunicação são ferramentas fundamentais para alimentar o medo do perigo iminente que cria a demanda por uma tomada de ação urgente e extrema.

Contudo, a iminência do colapso anunciada pela crise climática que tem ocupado centralidade na agenda internacional nos últimos anos dada sua gravidade foi tratada com enorme desdém pela extrema direita. As razões dessa reatividade giram em torno de que o ambientalismo foi associado à esquerda, porque envolve um governo inchado, mas especialmente porque é papel da esquerda preocupações com o sofrimento humano, a devastação ecológica e injustiça ambiental. Interessa, portanto, relacionar a questão de que um certo estado de negação quanto à situação como a crise ambiental – que demanda cuidado, projeto e dimensão de futuro –, não pode ser comportada por sujeitos presos ao curto prazo, com necessidades instantâneas da sensação de poder.

Quando a afirmação do mundo ou a construção do mundo não estão disponíveis, que é o que o colapso ambiental nos apresenta, o estado de negação da realidade pelo sujeito pode expressar sintomas daquilo que Nietzsche chamou de “destruição da vontade” (BROWN, 2019: 213). Trata-se de um mecanismo psíquico de busca pela sensação de poder por meio da

agressividade contra os outros – o que parcialmente explica os meios agressivos por meio dos quais a extrema direita brasileira (e não somente) se comunica, por exemplo.

A ameaça de algo como a força da natureza, que te retira da possibilidade de um combate imediato e um inimigo localizável, pode ser uma realidade intragável para aqueles inseridos na racionalidade neoliberal de tal modo que se veem em uma liberdade desenfreada, acima das normas e caracterizada por um total “descompromisso com o cuidado com o amanhã” (BROWN, 2019:210). Na humanidade do tempo preso ao curto prazo não há projeto e sonho de futuro senão a vingança.

Filmes apocalípticos, de catástrofes mundiais e de zumbis<sup>229</sup> foram o grande sucesso cinematográfico dos últimos anos. A iminência do fim parece ser uma realidade pelo menos desde o seu incisivo anúncio, quando viramos para o ano 2000, ou em dezembro de 2012, segundo uma antiga profecia maia. “O valor intrínseco abandona o mundo”, segundo o niilismo de alguns – componente indispensável à ideologia neoliberal, segundo Brown (2019). Para Stephanie Borges (2020), em “Nosso apocalipse zumbi”, esse tipo de apelo é sintoma de uma desilusão generalizada com a política e uma alta reprodutibilidade imagética de um futuro de escassez, esgotamentos de recursos naturais e luta pela sobrevivência. Segundo a autora, o efeito disso é uma dificuldade de imaginar futuros que não envolvam a extinção da humanidade.

A relação conflitiva na base das narrativas de zumbis é a encarnação radical da distinção entre “nós” e “eles”. Borges argumenta que há ecos nada desprezíveis na retórica bolsonarista, agenciadora de todo ressentimento, na construção de inimigos e demonização do Outro. A partir da lógica zumbi é operada ainda uma inversão perversa: “em suas percepções distorcidas, quem se alia à morte e demonstra maior desprezo pela vida ainda consegue se imaginar como herói”. Nesse caso, tudo que é preciso para tornar-se um líder heroico é ter uma arma e usá-la. A autora destaca ainda que ter medo de um declínio civilizacional é compreensível, contudo, seu uso estratégico de modo a atribuir responsabilidade pelo colapso ao Outro é onde reside o perigo. Afinal, nada mais conveniente que não colocar em questão nosso modo de vida. Era preciso ocultar, de algum modo, que a crise econômica e os problemas sistemáticos vividos no mundo eram fruto da sobreposição do lucro às vidas – majoritariamente descartáveis. O necessário inimigo. É ele que cria os problemas, seja por meio de mentiras conspiratórias (forma como o

---

<sup>229</sup> *Extermínio*, de Danny Boyle (2002), *Guerra Mundial Z* (2013), a releitura de Zack Snyder (2004) para *Madrugada dos mortos*, de George Romero, o jogo *Resident Evil* e a série *The Walking Dead* (2010) são alguns exemplos dessa cultura.

negacionismo e as teorias da conspiração enxergam as crises), seja por meio de suas ações destrutivas, que nos engolem o tempo e exigem uma reação urgente e eficaz de sua eliminação.

### **O império das imagens**

Sempre me pareceu impossível tratar de política e ler o social sem adentrar o vasto oceano do registro imaginário, pensar a subjetividade nos termos da consciência, inconsciência e afetos. Se há dez anos encontrei resistência no meio acadêmico brasileiro para aprofundar no tema, hoje a sociologia das emoções e a chamada virada afetiva demonstram que progressivamente mais pesquisadores observam os afetos como imprescindíveis para pensar a complexidade social, cultural e subjetiva que constituem os imaginários.

O poder de penetração das imagens mostra-se crescente em uma realidade em que a aceleração do tempo é uma marca fundamental e que sustenta – e é sustentado – um alto fluxo de informação, o avanço tecnológico contínuo com implicações nos meios de comunicação e nas formas de relacionar-nos, de atenção dispersa pelo curto prazo que acomoda múltiplas possibilidades e, logo, pelo poder instantâneo da imagem.

A imagem tem “eficácia simbólica”, ou seja, já carrega um conteúdo objetivo e produz sentido imediato na relação com os significantes que conformam a unidade imaginária do Eu. É daí que o imaginário é deduzido. A centralidade da imagem, entrelaçada à digitalização da sociedade, produz efeitos importantes na própria linguagem e na circulação de ideias.

Se, conforme vimos na história, a produção de imagens de representação do “desviante”, do criminoso, a tradução da violência urbana por meio de jovens negros, sujos e descalços, em sua forma de repetição, determinou o imaginário racista na subjetividade coletiva, imagine a forma como essa circulação de ideias se dá quando vivemos o fluxo informacional por dispositivos antigos e novos de comunicação, da televisão ao celular com internet? A imagem passa a assumir importância ontológica. Inaugurada pela fotografia, as chamadas imagens técnicas, conforme definidas por Benjamin, nos auxiliam a compreender processos que contam com outras inventividades e tecnologias, e que operam uma mudança cultural profunda, capaz de abalar as estruturas não somente da arte, como em princípio eram associadas, mas da política e da moral.

São incontáveis os modelos cotidianos de como a manipulação da informação por meio da imagem é feita para fins interpeladores. Por exemplo, atribuindo imagens de pessoas negras a notícias de algum crime, mesmo quando quem o cometeu é uma pessoa branca. Ou utilizando termos completamente distintos para uma mesma caracterização de crime a depender de seus

sujeitos. Importante aqui ressaltar que mesmo em uma polarização política intensificada como a nossa, o que se exige é tão razoável quanto o tratamento equivalente para as raças – e não uma profunda problematização dos métodos de punição, do tipo de imagem veiculada e das exposições violentas das pessoas, como poderíamos reivindicar. O desejado é, por outro lado, que meu próprio inimigo ocupe o lugar de alvo da violência. Isso retoma a questão levantada antes quanto à reprodutibilidade do sentido comum de autoridade.

Inicialmente, na pesquisa, atenta à era das imagens que vivemos, busquei na netnografia concentrar especial atenção ao poder simbólico produzido pelas imagens, observando a importância de seu caráter de performatividade. Contudo, as palavras detinham também papel fundamental e, muitas vezes, eram inclusive somadas às imagens. Em uma espécie de inversão lógica, as próprias palavras assumem a funcionalidade da imagem, produzindo uma verbalização que é imaginária: a palavra adquire feições imagéticas por já remeterem diretamente a um dado conteúdo, uma gramática consolidada. É o caso do “comunista!”, enquanto acusação/ designação do inimigo: a palavra já esboça antecipadamente seu significado conclusivo, com uma concatenação de imagens difundidas ao ponto de consolidarem-se como significado a despeito da história. Mais possivelmente é associado um avermelhado do fogo do inferno e sua representação satânica, da miséria, da invasão de terras e roubo dos seus bens pelo Estado, etc.

As expressões “acabou a mamata!” e “estamos em guerra!”, por sua vez, são verbalizações que satisfazem uma pulsão do sujeito de que aquilo seja realidade. Nesse caso, antecipa-se uma imagem de algo não realizado, mas que cria uma efetividade em si mesma, ou seja, é instituído simbolicamente. A sustentação da imagem palavra por meio do que ela produz de tradução imediata, em nossas dinâmicas de urgência e digitalização, tem efeitos de “legitimidade e eficácia práticas” (GURGEL, 2015:48).

Considero o maior exemplo disso a contínua mobilização da palavra “liberdade”. A despeito de já ser um termo de larga e controversa tradição, a maneira como ele é mobilizado pela extrema direita, enquanto palavra de ordem, mostra que nem mesmo o sujeito a verbalizá-la acredita em sua realização e poder de fato. O que conta, nesse caso, é o peso interpelativo que a palavra possui dada sua sobrerrepresentação imagética – como se seu pronunciador acreditasse mais que as pessoas acreditam na palavra do que ele próprio. Clarisse Gurgel (2015) salienta a questão de que é possível “extrair algo de não dito pela aparência de tudo dizer”. Ficou demonstrado que a evocação da palavra “liberdade” mascara os anseios mais autoritários de nossa história, inclusive incitando o saudosismo do período de ditadura militar no país e apostando na eliminação do Outro, tomado como inimigo.



No acampamento bolsonarista em frente ao Palácio Duque de Caxias, “liberdade” era freneticamente repetido como objetivo da luta. Estava estampado nos cartazes, faixas, palavras de ordem, campanhas pró-armamento etc. Em uma das entrevistas, a senhora que era minha interlocutora reagiu agressiva quando perguntei: “mas o que a senhora quer dizer com ‘liberdade’? O que é isso para a senhora?” e não quis seguir com a entrevista desconfiando de mim pela pergunta. Em outra entrevista mais acolhedora, quando fiz o mesmo questionamento a partir da resposta da interlocutora, ela respondeu: “ah, liberdade... você sabe. Liberdade de tudo, né.” Eu insisti e pedi que ela desse exemplos, ao que ela titubeou, mas respondeu: “Liberdade do mercado, liberdade de criar seu próprio negócio, liberdade em relação ao Estado, essas coisas”.

A lógica da confirmação e validação do outro por meio de uma palavra que une e estimula e é tão cheia de significados que termina por significar nada é a mesma da busca por uma imagem exterior do próprio corpo, completa e sem falhas. Por meio do ocultamento da falta, é projetada uma imagem especular de algo perfeito, estimulada pelo investimento narcísico em que cabe a cada um promover seu “capital humano”. Aqui se encontram a liberdade do mercado, a teologia da prosperidade e a lógica da individualização e empreendedorismo de si.

### **Individualização**

“E daí?”<sup>230</sup>, retrucou Bolsonaro quando foi questionado sobre o recorde mundial de mortes por covid-19 no período de 24h registrado pelo Ministério da Saúde, em 2020. “Quer que eu faça o quê?”, acrescentou. “Tá, e daí? Já tá feito, já pegou fogo, quer que eu faça o quê?” Também foi assim que Bolsonaro reagiu quando questionado sobre o incêndio que atingiu quase 20 milhões de itens e destruiu quase todo o acervo histórico e científico com mais de 200 anos no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2018. No ano seguinte, enquanto era acusado de nepotismo por tentar indicar o próprio filho, que não tinha qualquer formação ou experiência, ao posto máximo da embaixada do Brasil em Washington (EUA), Bolsonaro foi questionado e, mais uma vez, recorreu à expressão: “Tem ministro com toda certeza que tem parente empregado, com DAS (cargo comissionado). E daí?”. Pelo menos outras duas vezes a expressão foi usada, uma quanto a ser réu no processo do STF por apologia ao crime de estupro e injúria

---

<sup>230</sup> Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sobre-mortes-por-covid-19-e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que/>

após ter afirmado que a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) “não merece” ser estuprada, em 2018. E a outra foi ao ser indagado quanto à nomeação de um amigo da família para diretor-geral da Polícia Federal<sup>231</sup>.

Se isso diz muito sobre sua responsabilidade – ou falta dela – enquanto presidente, também expressa sobre o que nos dirige ao tema da individualização, entendida como uma tendência societária geral (e que, portanto, afeta a sociedade como um todo), mas também como uma ancoragem socioexistencial da extrema direita, que trata de uma relação rompida do indivíduo com os outros seres exteriores a ele e quanto à temporalidade posterior à própria existência. O sociólogo Arlie Hochschild (2017<sup>232</sup>) relatou, com simpatia, o desejo de seus entrevistados de direita de se verem livres das regras de sentimento impostas pela esquerda e liberais. As regras de sentimento se referem à comoção e preocupação diante do sofrimento humano, injustiças sociais, dentre outros.

Conforme ressaltado por Wendy Brown, a razão neoliberal cultivou o cenário de desintegração da sociedade e o descrédito do bem público pela razão neoliberal. Para Hayek, a ascensão do social implica no fim da liberdade. É preciso, nesse sentido, derrotar o social e dismantelar a sociedade – e a liberdade diz respeito a isso. Decorre, então, a afirmação frenética da liberdade individual.

Se voltarmos ao bolsonarismo, torna-se importante observar trajetórias e diferenças tão grandes entre seus membros e simpatizantes e não conseguir apresentar uma razão estrutural que sugira a causa dessa adesão. Como explicar que indivíduos que compartilham de posições sociais muito parecidas, dispõem de recursos semelhantes, podem enfrentar as questões de maneira tão diferentes? E o mesmo para seu contrário, sujeitos com realidades tão diversas, encontrando-se em percepções semelhantes da realidade?

O que a corrente pesquisa me permitiu ver, é não somente que estamos tratando de um autoritarismo violento que se projeta para muito além dos desejos políticos do indivíduo, a saber, em manifestações íntimas e interpessoais do autoritarismo. Mas, especialmente, a necessidade de olhar para os fenômenos da atualidade partindo de uma análise sociológica que faça uso de ferramentas menos bicéfalas, por um lado, mas menos ainda que recaia em olhar que trate estritamente da dominação estrutural e biopolítica (Foucault), ou que seja levada por um psicologismo absoluto a partir de Freud e Lacan (Zizek) ou ainda que flutue com o relativismo total (Butler). Pesquisar a extrema direita a partir do agenciamento do medo me

---

<sup>231</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52478242>

<sup>232</sup> Entrevista disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276417739113>

impeliu a sair de lugares confortáveis dos esquemas teóricos que me permitiam significantes a partir da lógica dos opressores e oprimidos, as mediações de dominação e forças de certa forma homogêneas nas estruturas e no processo de socialização. Em minhas observações, sinto que as ferramentas sociológicas estáticas não me ajudavam e foram muitos os desafios encontrados até me apropriar de outras sensibilidades necessárias.

E essa é uma conversa que retoma os mais antigos debates da sociologia em torno do indivíduo e da sociedade e inúmeros esforços de articulação entre eles *vis-à-vis* as marcas atuais de nosso tempo. Mas e se o processo de individualização – e a própria expressividade no individualismo – significa contínua atualização no âmbito das singularidades e isso revela muito, ainda que não tudo, sobre nossos vínculos? Se os vínculos sociais foram historicamente orquestrados pelo medo, o que difere o agora? E como explicar os laços comunitários? Nisto consiste o que entendo como uma aposta forte da tese: analisar a extrema direita a partir da ambivalência do medo. Foi a complexidade dos afetos que me permitiu então pensar outras formas de relacionar o individual com o social.

Autores como Danilo Martuccelli, em solitário ou em seu trabalho conjunto com Kathya Araújo, têm buscado combinar uma agenda teórica e empírica para desvelar como se produz a individualização crescente e quais são seus desafios ao social. Segundo Martuccelli e Araújo (2010), os atores têm expectativas, a partir de desejos engendrados pela cultura, que ultrapassam estruturalmente as possibilidades de realização, dadas as situações sociais incapazes de satisfazê-las. Desse modo, a cultura pode ser um fator importante de fissura entre o indivíduo e a sociedade. Os desejos compartilhados em contexto neoliberal constituem uma cultura que funciona mais como agente de diferenciação e competitividade, do que como um propósito de integração, o que antes era sentido comum na sociologia. Para os autores, nesse sentido, a socialização está sujeita ao antagonismo social e buscas por singularizações.

Seria o processo de individualização, e não mais o de socialização, que passa a ser então central para a análise sociológica. Contudo, os autores ressaltam que as tentativas de abarcar essa mudança por parte da teoria social foram até então insuficientes, seja centrando-se totalmente no indivíduo e autonomizando-os totalmente dos aspectos da socialização, seja seu inverso. A proposta que realizam para estabelecer esse vínculo indivíduo e socialização sob novas bases, é que se parta da noção de “prova”, que versa sobre o trabalho por meio do qual o indivíduo se constitui enquanto sujeito. O olhar se volta, portanto, a:

un conjunto de pruebas estructurales a las que están sometidos todos los individuos, pero desde posiciones diversas, en el marco de una sociedad. Las pruebas son en este sentido desafíos históricos, socialmente producidos, culturalmente representados, desigualmente distribuidos que los individuos

están obligados a enfrentar en el seno de un proceso estructural de individuación (MARTUCCELLI, 2006)

São articulados, desse modo, os processos societários e as experiências individuais, mas onde a teoria da socialização incidiria de modo a estabelecer vínculos necessários e a inferir conclusões do macro ao micro, o estudo da individualização a partir das “provas” deixa aberta essa inter-relação. Esse é um detalhe fundamental para a forma como apreendo o próprio desenvolvimento da tese, dado que tem repercussões significativas nos processos de identificação do trabalho singular do indivíduo ao constituir-se como sujeito.

O estudo da individualização por meio de um conjunto de dispositivos que se fixam ao passo que deixam em aberto a inter-relação entre experiências individuais e processos societários permite que se alterem as coordenadas analíticas segundo as condições histórico-existenciais dadas, assumam maior ou menor relevância de aspectos determinados. É reafirmado, assim, que não existe um vínculo estreito e unidirecional entre os diferentes níveis sociais (LATOURE, 2006).

Nem todos os atores estão igualmente expostos às “provas” estruturais. Por exemplo, estão submetidos diferencialmente a riscos, em relação à sociedade em que vivem (se do Norte ou do Sul), de gênero, de posição social, ou dentro de uma mesma posição social, com diferenças relativas à atividade laboral, assalariado ou independente, tipo de contrato de emprego, dentre outras. Igualmente, as “provas” permitem singularizar a análise sociológica, sem, contudo, romper com uma visão estrutural ampla.

A base fornecida pelos autores é funcional e relevante, ainda que seja necessário levar em conta outras provas que não são pensadas por eles como dimensões guarda-chuva – e, por essa razão, não as mobilizei aqui. Importa, de todo modo, que a análise considere as diferenças resultantes de variações interpessoais antes apresentadas como inquietação quanto às explicações possíveis do porquê perfis tão diferentes aderem ao imaginário da extrema direita. O mesmo quanto a posições sociais tão semelhantes, mas que levam a imaginários antagônicos.

A compreensão não cristalizada dos processos de individualização permite a constatação de que o bolsonarismo é, na verdade, a convergência de diferentes tendências societárias – um arranjo nem coerente e nem estável, mas que possibilita abarcar as angústias sociais expressas até aqui, que se referem às diferentes crises (sociais, políticas, ambientais, existenciais, culturais e de relações interpessoais). Outra cara desta moeda, igualmente importante é a gramática moral que une neoliberalismo e conservadorismo e que serve de elo entre as visões de mundo que vão se concatenando: o individualismo, o punitivismo e a valorização da ordem acima da lei.

Não depender de ninguém é, como sugere Nunes (2022), um discurso de alto valor para o neoliberalismo. O engendramento dessa ideia travestida de “autonomia” permite formatos estratégicos e funcionais aos relacionamentos interpessoais, das instituições com os sujeitos e no mundo do trabalho, além de ser elemento constitutivo da maneira como os indivíduos percebem a si mesmos, no neoliberalismo. É nessa chave, em que a responsabilidade do sucesso ou fracasso repousa estritamente sobre o indivíduo (“teologia da prosperidade”) que houve o deslocamento da busca por autonomia ao empreendedorismo.

O que concerne elaborarmos é que como a incerteza impera e a responsabilidade pelo destino passa a ser entendida como exclusivamente da gente mesmo, os laços sociais são comprometidos. As relações solidárias e apoio mútuo fundamentais às trajetórias individuais são invisibilizadas em face dos constrangimentos estruturais que as limitam, por exemplo. Esse jogo ancorado em uma gramática individualista esvazia a noção de que haveria um espaço social para além da esfera privada imediata, com possibilidades de futuro pautados por outras dinâmicas relacionais.

### **Encruzilhada**

Na psicanálise, aprendi que sempre há rastro, resto e resíduo. Traços do imaginário bolsonarista perpetuarão ao longo dos anos em parcela da sociedade e não oferecem descanso às disputas sociais e políticas que necessariamente devem ser feitas, em especial no que tange à elaboração de como funcionar diante da temporalidade das urgências, escapando do curto prazo, sonhando e realizando futuros.

Não é possível simplesmente suspender o fato de que Bolsonaro armou os mais reacionários do país, no campo e na cidade, e conseguiu inflar de maneira estruturada bancadas parlamentares, antes consideradas de pouca força política. Há sede de vingança e uma fúria fortemente armada. Nesse contexto, será a não homogeneidade do campo uma fresta para a incidência política?

As entrevistas, as conversas paralelas nas manifestações e acampamentos bolsonaristas, além das observações em grupos de WhatsApp, me levam a sugerir que existe um alto grau de dinamicidade e sobreposição entre os diferentes repertórios e gramáticas<sup>233</sup> dos bolsonaristas. Isso se reflete em duas características. A primeira é o tipo de relação construída entre os sujeitos com a ação política, pensando nas diferentes intensidades de engajamento, o que confirma as

---

<sup>233</sup> Gramática aqui não se restringe à linguagem, mas, conforme afirma Wittgenstein, é parte de uma forma de vida.

diferenças internas no campo político. E a outra é a dificuldade que se cria em termos analíticos na medida em que as inconsistências entre as diferentes dimensões político-ideológicas dentro do campo bolsonarista não fragilizam a adesão e pertencimento do sujeito ao grupo.

A segunda característica sinaliza para algo importante de ser aprofundado para pensar contraposições. Os conteúdos que revelam falsas determinadas informações, ou que efetivamente/concretamente desestruturam determinado argumento são ineficazes em seu poder de modificação do pensamento do bolsonarista. Isso se explica porque estamos lidando com laços afetivos, com respeito ao pertencimento, reconhecimento e identidade do sujeito atrelados ao seu projeto político. E à dimensão afetiva, então, que está na base dessa relação: é o medo que constrói o inimigo, mas é também o medo que constrói a própria identidade. O medo da indeterminação é superior ao desejo de acessar uma verdade. Assim, tanto as dinâmicas ideológicas de “eu prefiro não saber e ignoro esses elementos”, quanto “eu sei disso e ainda assim o faço” operam em função do medo de deixar de pertencer.

Portanto, não é de maior relevância que todo um arranjo de argumentos e elementos coesos comprovem verdades. Ganha mais peso que o medo seja alimentado e uma resposta mágica se apresente de modo a aliviar a angústia do indeterminado. Assim, é como se esse grupo identificasse uma verdade inacessada por todos quanto à ameaça existencial a ser combatida. É gerado, portanto, um engajamento em seu formato mais intensamente comunicado na sociedade: a guerra. É a partir do paradigma bélico que o sujeito constrói uma imagem de si mesmo enquanto herói, o responsável por salvar a pátria em seu último recurso disponível. Nesse sentido, “tudo vale” – reatualizando uma expressão repetida por tantos governantes, tendo como justificados de antemão todos os métodos para alcançar o fim “justo”. Assim, o sujeito entende que essa é uma batalha pela vida, sua derrota implica em morte. Na batalha tudo é permitido, até a morte, menos sorrir.

O que continuamente me veio à mente e que responde-perguntando à questão levantada é: o que estamos propondo de diferente deles? Quando e como é que quebraremos esse espelho que toma a prática autoritária fascista como medida equilibrada da oposição? Este seria tema de outra tese. E se o trabalho sociológico é, necessariamente, inconcluso, mais difícil talvez seja enfrentar um objeto de análise que consiste em fenômenos que estão em pleno acontecimento, nos afetando diretamente enquanto sujeitos dessa conjuntura. Acredito, contudo, que a tese cumpriu o desafio de encarar de frente e, em alguma medida, colocar em perspectiva os elementos que pareciam dispersos, de enorme magnitude, múltiplos e arrasadores de nossas tentativas analíticas enquanto sociólogos que buscamos explicar o *modus operandi* da política do medo. Com efeito, entendo que esta pesquisa é, antes de tudo, engajadora de inúmeras

agendas e espero não apenas seguir desbravando-as no futuro como também despertar o interesse de outras colegas.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGENJO, A. Sostener la vida: respuestas feministas en torno a la organización social de los cuidados. Vicent, L., Castro, C., Agenjo, A. et al., El desigual impacto de la crisis sobre las mujeres. Madrid: Dossier FUEM ecosocial, 22-28.
- AGUIAR, Thais Florencio de. Demofobia e demofilia: dilemas da democratização. Rio de Janeiro, Editorial Azougue, 2015.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “Professor Terra Plana”. Revista Mídia e Cotidiano, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.
- ALMEIDA, Brena Costa de. Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta. Rio de Janeiro, 2019, 418p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Raquel. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. Cienc. Cult. vol.70 no.2 São Paulo abr /jun 2018.
- ALMEIDA, Ronado de. (2019) Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt#> Acesso em 02 de dezembro de 2022.
- ALMEIDA, Ronado de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, (50), e175001. Epub June 26, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. Neoconservadorismo e liberalismo. In: SOLANO, Esther (Org.). *O ódio como política*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2018.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann (2015) *June demonstration in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest. From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests- ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference 19-20, 2015*
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. *Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests, Journal of the society for Latin American Studies*, Oxford, 2016.
- ANDRÉS, Roberto. Jeitinho sobre rodas: O bolsonarismo e o trânsito. Revista Piauí, Edição 154, Julho de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-sobre-rodas/> Acesso em: 15 de fev. 2023.
- ARAUJO, Kathya. El Miedo a los Subordinados. Una Teoría de la Autoridad. Lom Ediciones: Santiago, 2016.



ARAUJO, Kathya. Los anclajes socio-existenciales: el caso de las expectativas de futuro. *Dados*, v. 61, p. 341-371, 2018.

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. La individuación y el trabajo de los individuos. *Educação e pesquisa*, v. 36, n. número especial, p. 77-91, 2010.

ARTIGO 19 ONG. Relatório. Acesso disponível em:  
[http://protestos.artigo19.org/Protestos\\_no\\_Brasil\\_2013.pdf](http://protestos.artigo19.org/Protestos_no_Brasil_2013.pdf)

ASAD, Talal (2007) On Suicide Bombing. *The Arab Studies Journal*. Vol. 15/16, No. 2/1, pp. 123-130. <https://www.jstor.org/stable/i27934020> Acesso em 18 de dezembro de 2022.

AVRITZER, Leonardo (2016), *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

AVRITZER, Leonardo (2018), *O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018*. *Novos estud. CEBRAP*. Vol.37, n.2, pp.273-289.

BALANDIER, Georges (2005) *Le grand dérangement*, Paris: PUF.

BARREIRA, Irllys (2014), *Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”*: notas para uma sociologia das manifestações. *Revista Contemporânea* ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 145-164.

BASSOLS, Miquel. *O império das imagens e o gozo do corpo falante*. VII ENAPOL. Disponível em: <http://enapol.com/vii/pt/miquel-bassols-o-imperio-das-imagens-e-o-gozo-do-corpo-falante/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

BAUMAN, Z. (2007). *Miedo líquido*. Buenos Aires: Paidós.

BORGES, Stephanie. *Zumbi*. Disponível em:  
<https://www.revistaserrote.com.br/wp-content/uploads/2020/07/serrote-especial-em-quarentena.pdf>

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

BENNETT, L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. *Digital media and the personalization of contentious politics*. *Information, communication e society*, vol. 15, n 5, p. 739-768, 2012.

BIROLI, Flávia (2017) *O rastro da onda: derrocada dos direitos e moralismo compensatório*. <https://blogdaboitempo.com.br/2017/10/20/o-rastro-da-onda-derrocada-dos-direitos-e-moralismo-compensatorio/>

BLEE, Kathleen; CREASAP, Kimberly (2010) *Conservative and right-wing movements*. *Annual Review of Sociology*. v. 36, abr., p. 269-286.

BOBBIO, Norberto. (2012). *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP.

BORGES, Stephanie. *Zumbi*.

<https://www.revistaserrote.com.br/wp-content/uploads/2020/07/serrote-especial-em-quarentena.pdf> Acesso em 6 de novembro de 2022.

BROWN, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

BRIGAGÃO, Clovis. *Mercado de Segurança-Ensaio sobre economia política da defesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984); Kenneth L. Conca, 'Global Markets, Local Politics, and Military Industrialization in Brazil' (PhD dissertation, University of California, Berkeley, 1992).

BRIGHENTI, A.; KÄRRHOLM, M. (2018) *Urban Walls: Political and Cultural Meanings of Vertical Structures and Surfaces*. Routledge: Classical and Contemporary Social Theory.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. *The Wall and the City: Il Muro e la Città: Le Mur et la Ville*. Trento: Professional Dreamers, 2009.

BRINGEL, Breno (2013) *Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013*. Insight Inteligente.

BRINGEL, Breno (2022). "35: Global Chaos and the New Geopolitics of Power and Resistances". In *Social Movements and Politics During COVID-19*. Bristol, UK: Bristol University Press. Retrieved Feb 23, 2023, from <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/book/9781529217254/ch035.xml>

BRINGEL, B. e DOMINGUES, J.M. (2018) *Brasil: cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos*. Madrid: La Catarata.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (2015) *Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Nueva Sociedad* edição especial em português, v. 30, n. 88, jun. p. 4-17.

BRITO, Nayara M. (2020). *Ou então não será nada: reflexões sobre arte, estética e política em tempos de Brasil fascista*. *Conceição/Conception*, 9(00), e020023. <https://doi.org/10.20396/conce.v9i00.8661800>

BUCHSTEIN, H. Bytes that bite: the internet and deliberative democracy. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

BUTLER, Judith (2016). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BURITY, Joanildo (1997). *Cultura e identidade no campo religioso*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 9 de outubro. 137-177. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/burity9.htm>

BURITY, Joanildo (2018) glocalização e mudança de identidade: missionários brasileiros pentecostais e carismáticos no reino unido. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 38(1): 14-35. Disponível em:

[https://www.academia.edu/37175607/Glocalização\\_e\\_mudanca\\_de\\_identidade](https://www.academia.edu/37175607/Glocalização_e_mudanca_de_identidade)

CALDEIRA, Teresa P. do Rio (2000) *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 448-463  
*Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 2, p. 215-236, 2011

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. *Comandando e controlando à distância: modernização tecnológica, integração institucional e segurança pública*. *Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, v. 1, n. 1, 2014.

CARDOSO, Fernando da Silva; DE ANDRADE GOMES, Graciele Maria Coelho; DE

FARIA CARVALHO, Mário. *Memória, imaginário e subjetividade: notas a uma categoria estética à rememoração da história de horror brasileira*. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 20, n. 28, p. 1-17.

CAROU, Heriberto Cairo. *Territorialidad y fronteras del estado-nación: Las condiciones de la política en un mundo fragmentado*. *Política y Sociedad*, 36 (2001), Madrid (pp. 29-38).

Disponível em:

<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0101130029A/24389>

CARVALHO, José Murilo (2019) *Forças Armadas e política no Brasil*. Editora Todavia.

CARVALHO, Laura (2018) *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Letras, Sociedade & Política: imagens do Rio de Janeiro*. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 20, p. 3-22, 1985.

CASANOVA, Pablo González. *Colonialismo interno (una redefinición)*. in *Revista “La teoría marxista hoy”* p. 409-434.

CASTEL, R. (2006). *La Inseguridad social: ¿qué es estar protegido?*. Buenos Aires, El Manantial.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. *\_. A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. 1, 10ª ed. Tradução: Roneide Venancio Majer. Atualização: Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 2007, 698p.

CAVALCANTE, Sávio. *Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro*. *Crítica marxista*, v. 50, p. 121-130, 2020.

CÉSAIRE, Aimé (2006). Discurso sobre el colonialismo. In: Discurso sobre el colonialismo. Madrid: Akal.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. *Ilha*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CHALHOUB, Sidney (1996) *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. In: *Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade*, n1. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/ Relume Dumará, 1996.

CHAMAYOU, Gregoire (2015). *Teoria do Drone*. São Paulo: Cosac Naify.

CHAMAYOU, Gregoire (2020). *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. Coleção Explosante. São Paulo: Editora Ubu.

CHODOROW, N. J. (1994). *Femininities, masculinities, sexualities: Freud and beyond*. Lexington: University Press of Kentucky.

CHODOROW, N. J. (1999). *The power of feelings*. New Haven, CT: Yale University Press.

CHODOROW, N. J. (2002). The enemy outside: Thoughts on the psychodynamics of extreme violence with special attention to men and masculinity. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity studies and feminist theory: New directions* (pp. 235-260). New York: Columbia University Press.

CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (Org.). *Direita Volver: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2015.

COMBLIN, José. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Ed. Civilização Brasileira, 1978.

Megaventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (maio de 2013). 2013. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf> Acesso em 12 de janeiro de 2023.

CONNELL, Raewyn W. (2005). *Masculinities*. University of California Press.

CONNELL, Raewyn W. *On hegemonic masculinity and violence: Response to Jefferson and Hall*. Sage Publications: *Theoretical Criminology*. 2002. <http://tcr.sagepub.com/content/6/1/89> Acesso em 2 de dezembro de 2022.

COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela Oliveira. Brasil - ¿La catástrofe perfecta?». In: CORRÊA, Sonia (Org.). Género y Política en América Latina. Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA: Rio de Janeiro, 2019. <https://sxpolitics.org/GPAL>. Acesso em 3 de fevereiro de 2021.

DAS, Veena (2007) *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press.

DAS, Veena (2005) Sexual violence, discursive formations and the state. In: Coronil, F. e Skurski, J. (eds.) *States of Violence*. Michigan, Univ. Mich. Press, pp.323-425.

DELCOURT, Laurent. Um tea party tropical: A ascensão de uma “nova direita” no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.126-139, 2016.

DENGLER, Corinna; LANG, Miriam. Commoning care: feminist degrowth visions for a socio-ecological transformation. *Feminist Economics*, v. 28, n. 1, p. 1-28, 2022.

DIEESE.(2012), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Balanço das greves em 2012. Estudo e pesquisas, número 66, maio de 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.html>

DINIZ, Eli (2010) Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política&Sociedade*, vol. 9. N.17. pp. 101-139.

DIVINO NUNES, T. O crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil: Um olhar sobre a política da Igreja Universal, *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 35, p. 127-132, 2006. <https://doi.org/10.14393/cdhis.v1i35.503>

DU BOIS, W.E.B. *Black Reconstruction*. Nova York: Oxford University Press, 2014.

DUNKER, Christian (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo Editorial.

ELIAS, Norbert (2002) *O processo civilizador* . vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ENGELS, F. (1982) [1888] O papel da violência na História. Tradução Eduardo Chitas. Editorial “Avante!”

FANON, Frantz (2013) *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad.). Salvador, BA: EdUFBA, v. 24, 2008.

FANTTI, Bruna. Ministro da Defesa diz que cerca de 500 mil pessoas são suspeitas de terrorismo.2016.<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-07-16/ministro-a-defesa-diz-que-cerca-de-500-mil-pessoas-sao-suspeitas-de-terrorismo.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

FAROCKI, Harun. *Phantom images*. public, 2004.

FAROCKI, Harun et al. *Trailers escritos*. Harun Farocki: por uma politização do olhar. São Paulo: Cinemateca Brasileira, p. 64-97, 2010.

- FEDERICI, Silvia (2004) O Calibã e a Bruxa. Bibliopreta. Acessado em 2 de janeiro de 2022: [https://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Federici-Silvia-Caliba-e-a-bruxa\\_pdf-1.pdf](https://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Federici-Silvia-Caliba-e-a-bruxa_pdf-1.pdf)
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Editora Brado, 2017.
- FONTES, Virgínia. Velhas e remodeladas formas da direita no Brasil. In: LA OFENSIVA DE LAS DERECHAS EN EL CONO SUR. Asunción: Fundação Rosa Luxemburgo. p. 77, 2010.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. EPSJV/UFRJ, 2010.
- FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o protofascismo. Racismo Ambiental, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Leya, 1975/2014.
- FOUCAULT, Michel. Security, territory, population: lectures at the Collège de France, 1977-78. Springer, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal. 1988
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975- 1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FREUD, Sigmund. (1992) Inhibición, síntoma y angustia. (J. L. Etcheverry, Trad.). In J. Strachey (Ed.). Obras completas de Sigmund Freud. (Vol. 20, pp. 71-164). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1926).
- FREUD, Sigmund. “Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)”. Apple Books.
- FREUD, Sigmund. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia. In: O caso Schreber e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 24
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). Cienbook, 2020.
- GAGO, Verónica. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. Editora Elefante, 2020.
- GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho (2017) Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff: (as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016). Dissertação de mestrado. Porto Alegre - UFRGS
- GARCÍA-GARCÍA, J. (1994). Nación, identidad y paradoja: una perspectiva relacional del nacionalismo. Revista Internacional de Investigaciones Sociológicas, 64, 165-183. doi: 10.2307/40183739

GARRISON, J. W. 2000 Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial

GIDDENS, Anthony (2009). A Constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

GINZBURG, Carlo (2014). Medo, reverência e terror: Quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das letras.

GIORDANO, Verónica. (2014). “¿Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”?” Nueva Sociedad, n. 254, novembro-dezembro, pp. 46-56.

GOMES, Simone. Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México). Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GOMES, Simone. (2021) O contraprograma dos drones: Usos das tecnologias de vigilância nos presídios brasileiros. *Criminological Encounters*. Vol. 4 (1). p. 115-133.

GOHN, Maria da Glória (2016) Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, 16(47), pp. 125-146.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. (Org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: Anpocs, 1983.

GONZALEZ, Vitória (2020) Uma interpretação cíclica da história do Brasil. No prelo

GRAHAM, Stephen (2016) *Cidades sitiadas: um novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo.

GRAHAM, Stephen (2011) *Cities under siege: The new military urbanism*. Verso Books.

GRAHAM, Stephen. *Cities, war, and terrorism: Towards an urban geopolitics*. John Wiley & Sons, 2008.

GRIFFIN, Roger. *The nature of fascism*. 1991

GRIFFIN, Roger. *Modernism and fascism*. Palgrave Macmillan UK. 2007

GURGEL, Clarisse. O Império das Imagens. A Ação Performática entre Acting Out e Passagem ao Ato. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 4, n. 7, p. 39-60, 2015.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Editora Vozes Limitada, 2015.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. EDITORA VOZES, 2017.

HARAWAY, Donna. *Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective*. *Feminist studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARVEY, D., (1993). "Class Relations, Social Justice and the Politics of Difference" In Keith, M. and Pile, S. (eds) *Place and the Politics of Identity*, London: Routledge, pp. 22–40.

HARVEY, D., (1998). "The Body as an Accumulation Strategy," *Environment and PlanningD: Society and Space*, 16: 401–421

HASTINGS, A. (1999). *Special people*. *Nations and Nationalism*. 5(3), 381-396. doi: 10.1111/j.13545078.1999.00381.x

HEGEL, G.W.F. (1974) *Fenomenologia do espírito*. São Paulo: Ed. Abril, Col. Os Pensadores, XXX.

HERRERO, Yayo. *Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible*. *Revista de economía crítica*, n. 16, p. 278-307, 2013.

HERRERO, Yayo. *Economía feminista y economía ecológica, el diálogo necesario y urgente*. *Revista de economía crítica*, n. 22, p. 144-161, 2016.

HERRERO, Yayo. *Apuntes para repensar la vida en tiempos de emergencias*. *Libre pensamiento*, n. 103, p. 53-62, 2020.

HERRERO, Yayo. *Golpe de estado en la biosfera: los ecosistemas al servicio del capital*. *Investigaciones feministas*, v. 2, p. 215-238, 2011.

HOBBS, Thomas (2003). *Leviatã*, trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes.

HOBBSBAWN, E. J. (2011). *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. (Edição Esp., Vol. 18). Rio de Janeiro, RJ: Saraiva.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. *Revista Estudos Feministas*, ano 3, n. 2, p. 464-478. 1995.  
IASI, Mauro (2013), *A rebelião, a cidade e a consciência* in MARICATO, Ermínia et al (orgs), *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo:Boitempo.

JASMIM, Marcelo. *Despotismo e História na Obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: IEA USP, 2013. Acesso 3 de janeiro de 2021  
<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/jasmintocqueville.pdf>.

JELIN, Elizabeth. *Las luchas políticas por la memoria*. In: JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI De España Editores S. A, 2002.



JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Mana*, v. 18, p. 471-509, 2012.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. (2014). “La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad”. *Nueva Sociedad*, n. 254, novembro-dezembro, pp. 34-45.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. *Direita, volver*, p. 49-74, 2015.

KAYSEL, André; CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião Velasco. *Direita, volver. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KEHL, Maria Rita. Imagens da violência e violência das imagens. *Revista Concinnitas*, ano 16, vol 1., 2015.

KOLLONTAI, Alexandra (2004) A nova mulher e a moral sexual. Rio de Janeiro: Expressão Popular. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/67835/mod\\_resource/content/2/Alexandra%20Kollontai.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/67835/mod_resource/content/2/Alexandra%20Kollontai.pdf) Acesso em 29 dez. 2021.

KORSTANJE, Maximiliano (2010) El Miedo en el Nuevo milenio, un abordaje antropológico. Disponível em: [http://www.academia.edu/353067/El\\_Miedo\\_en\\_el\\_Nuevo\\_milenio\\_un\\_abordaje\\_antropologico?email\\_work\\_card=title](http://www.academia.edu/353067/El_Miedo_en_el_Nuevo_milenio_un_abordaje_antropologico?email_work_card=title) . Acesso em 20 de dez. 2021

LACAN, Jacques (1971-1972). *Estou falando com as paredes*. Rio de Janeiro: Zahar 2011.

LACAN, Jacques (1970-1971) *O seminário, livro 18. De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, Jacques. (1991) *Séminaire XVII*. Paris: Seuil.

LACAN, Jacques. (1975) *Séminaire XX*. Paris: Seuil.

LACAN, Jacques. *De la psychose paranoïaque dans ses rapports à la personnalité*. Paris: Seuil, 1975, p. 56.

LAVIN, Talia. *Culture warlords: My journey into the dark web of white supremacy*. Legacy Lit, 2020.

LERMAN, Ricardo Terdiman. *Harun Farocki e a (des) montagem do olhar*. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LIMA, Pedro, SAWAMURA, Mateus (2016), O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013. *Leviathan Cadernos de Pesquisa Política* N. 13, pp.91-119.

LIMA, Renato Sergio de [org.]. (2022) *Violência e democracia : panorama brasileiro pré-eleições de 2022 [livro eletrônico]: percepções sobre medo de violência, autoritarismo e*

democracia / organização Renato Sérgio de Lima. — 1. ed. — São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, PDF.

LO, Clarence. Countermovements and conservative movements in the Contemporary U.S.. *Annual Review of Sociology*. vol. 8, p. 107-134, 1982.

LOKANEETA, Jinee. (2012). Walled States – Performing Desires and Allaying Fears: Brown's Walled States, Waning Sovereignty. *Theory & Event*. 15.

LOURENÇO, Nelson. Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. *O Espectro axial da relação Direitos, Liberdades e Garantias e Poderes do Estado*. 2009.

LYNCH, C. (2015) Cultura política brasileira. In: SANTOS, G.; BRITO, E. (orgs.). *Política no Brasil*. São Paulo: Oficina Municipal, 2015. p.57-83.

LYNCH, C. (2008) O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808- 1850). *Lua Nova*, n.74, São Paulo, Cedec.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais. *Cadernos do CEAS*, v. 145, p. 39-49, 1993.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. *Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro*. 1971.

MACHADO da Silva, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. Descontinuidades na experiência de 'vida sob cerco 'e na 'sociabilidade violenta'. 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos (2005) Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Dossiê Gênero e Religião. Revista Estudos Feministas, Volumen: 13, Número: 2*. Acesso em 5 de janeiro de 2022.  
<https://www.scielo.br/j/ref/a/WspmXzNp7XKHytvBzvwfL/abstract/?lang=pt>

MACHADO, Maria das Dores Campos (2020) Entrevista por Paula Reverbel ao Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/avanco-da-pauta-de-igrejas-e-planejado-afirma-sociologa/>

MACHADO, Maria D. C.; BURITY, Joanildo (2014) A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, 2014, pp. 601 a 631.

MACHADO, Maria D. C.; MARIZ, Cecília L.; CARRANZA, Brenda (2022) Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Revista; Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 42(2)225-248. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rs/a/CQGqnNvQcWHcqV7yDK3Q5Yz/?format=pdf&lang=pt>

MACHADO, Maria D. C.; MARIZ, Cecília L.; CARRANZA, Brenda (2021) articulações político-religiosas entre brasil-usa: direita e sionismo cristãos. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Campinas*, v.23, e021021.

MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Dífceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2003.

MALAGUTI BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro. In O olho da história. Salvador. No 14, p. 1-10, junho, 2010.

MALAGUTI BATISTA, Vera. O Alemão é muito mais complexo. Revista Justiça e Sistema Criminal, v. 3, n. 5, p. 103-125, jul./dez. 2011.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. Revista brasileira de ciências sociais, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucittec, 1981.

MARTINS, J. M. L.; CHAIA, V.; ALVES, M. Campanha negativa e estratégias do medo: a mudança na eleição presidencial de 2014. Lumina, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 147–166, 2022. DOI: 10.34019/1981-4070.2022.v16.31860. Acesso em 10 de fevereiro de 2023. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/31860>.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille (2020) Política da inimizade. N-1 Edições.

MBEMBE, Achille (2016) Cuando el poder brutaliza el cuerpo, la resistencia asume una forma visceral. El Diario. Entrevista em: [https://www.eldiario.es/interferencias/achille-mbembe-brutaliza-resistencia-visceral\\_132\\_3941963.html](https://www.eldiario.es/interferencias/achille-mbembe-brutaliza-resistencia-visceral_132_3941963.html) Acesso em 3 de março de 2021.

MENEZES, Palloma Valle. Entre o “Fogo Cruzado” e o “Campo Minado”: Uma Etnografia do Processo de “Pacificação” de Favelas Carioca. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. Cadernos pagu (62), 2021:e216216 ISSN 1809-4449

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordça no parlamento brasileiro”. Direito e Práxis, n. 15, 2016, pp.590-621

MIGUEL, Luis Felipe. Carreira política e sistema partidário no Brasil: entropia ou reconfiguração? Revista Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 21 - Nº 50.

MIGUEL, Jorge Luiz. Pânicos sexuais: do “kit gay” aos ataques à arte. Revista Fórum, 16 de outubro de 2017 <https://www.revistaforum.com.br/panicos-sexuais-do-kit-gay-aos-ataques-arte/> Acesso em 2 jul. 2018.

MISSE, Michel. (1999), Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, Rio de Janeiro.

MISSE, Michel. (2010), Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova [online]. n.79

MISSE, Michel. (1997) CRIME URBANO, SOCIABILIDADE VIOLENTA E ORDEM LEGÍTIMA Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. (mimeo). Rio de Janeiro, 1997.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016.

MOHAMMED, Saba (2009). Religious Reason and Secular Affect: An Incommensurable Divide?. In: Is critique secular? blasphemy, injury, and free speech/Talal Asad...[et al.]. Berkeley: University of California Press

MUJICA, Jaris; VAGGIONE, Juan (Org.). Conservadurismos, religión y política: perspectivas de investigación en América Latina. Católicas por el Derecho a Decidir: Córdoba, 2013.

MUÑOZ, Lina Gálvez; AGENJO-CALDERÓN, Astrid. La economía de los cuidados. Deculturas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias (1980). O quilombismo. Petrópolis: Editora Vozes. Acesso em 5 de junho de 2022. <https://estudosetnicoraciaisufabc.files.wordpress.com/2016/02/09-b-nascimento-o-quilombismo-pag-1-280-1.pdf>

NEDER, Gizlene (2009) Cultura, poder e violência. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental [online]. v. 12, n. 1 [Acessado 16 Dezembro 2021] , pp. 17-30. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000100002>. Epub 27 Jul 2009.

NEDER, Gizlene (2000). Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão. Instituto Carioca de Criminologia.

NEDER, Gizlene (2016). “Casamento perfeito”: cultura religiosa e sentimentos políticos. Acesso em 3 de março de 2022. <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337343589002.pdf>

NEDER, Gizlene. Em nome de Tântatos: aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil. Violência & Cidadania. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, p. 11-34, 1994.

NEIMAN, Susan. Modern kwaad. Nexus, v. 34, 2002.

NETSAL. Dossiê Temático n.3. As Jornadas de Junho em perspectiva global. 2013. Acesso 20 de junho de 2021. [https://www.academia.edu/10068329/\\_2013\\_As\\_Jornadas\\_de\\_Junho\\_em\\_perspectiva\\_global](https://www.academia.edu/10068329/_2013_As_Jornadas_de_Junho_em_perspectiva_global)

NEVES, Lúcia M. W. (org.) (2005) A nova pedagogia da hegemonia. SP, Xamã. (Publicada em espanhol por Miño Dávila, B. Aires, 2009)

NEVES, Lúcia M. W. (2010) Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. SP, Xamã.

NUNES, Raul. Atores e práticas ciberativistas no Brasil: esboço de uma história. Anais Da VIII COMPOLÍTICA, 2018.

NUNES, Raul. O campo ciberativista no Brasil: atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018). 2022. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

NUNES, Rodrigo. Geração, acontecimento, perspectiva. Nueva Sociedad especial em português, dezembro de 2014, ISSN: 0251-3552, [www.nuso.org](http://www.nuso.org).

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, Rodrigo (2020) Todo lado tem dois lados. Revista Serrote. Acessado em 29 de dezembro de 2021:

<https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/todo-lado-tem-dois-lados-por-rodrigo-nunes/>

O'DONNELL, Guillermo. El estado burocrático-autoritário: triunfos, derrotas y crisis. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1996.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

Ó TUATHAIL, Gearóid. Critical Geopolitics. In: Critical Geopolitics: the politics of writing global space. London: Routledge, 2005. p. 44-57.

ORNELAS, Pablo (org.) (2019) Fascismo Tropical. Espírito Santo: Editora Mil Fontes.

REZENDE, Patrícia Jimenez; CRUZ, Rodrigo. (2020), ““Pela família e pela vida!”: mobilizações antigênero e conservadorismo”. Horizontes ao Sul. Acesso 2 de agosto de 2021: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/18/PELAFAMILIAEPELAVIDA>

PAPPÉ, Ilan, (2006). The Ethnic Cleansing of Palestine, London: One World.

PASTANA, Débora Regina. Terrorismo, medo e recrudescimento do controle: traços da política punitiva no mundo contemporâneo, in Dossiê Ecos do 11/09: Dez anos depois, 2011.

<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

REIS, Elisa Maria Pereira. Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo. Dados, Volume 25, N 3, pp. 331-348, 1982.

PIAIA, Victor Rabello. Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018. Tese de Doutorado em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), 2021.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. Novos Estudos, n° 1, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). *A violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Coord.). *Continuidade autoritária e construção da democracia: Relatório Final*. Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e transição*. Revista USP, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O passado não está morto: nem passado é ainda*. In *Continuidade Autoritária e construção da democracia: Relatório Final*. Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP, 2002.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil*. *Tempo social*, v. 19, p. 33-49, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2022) *Uberminion como precarização do trabalho recruta membros à direita*. Acesso em 5 de dezembro de 2022: <http://abet-trabalho.org.br/uberminion-como-precarizacao-do-trabalho-recruta-membros-a-extrema-direita/>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana et al. *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 1999.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo na América Latina*. In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUINTELLA, J. P. G., & CARVALHO, J. L. F. (2017). *Public security, urban violence and the growth of the private security industry in the city of rio de janeiro*. *Revista Produção E Desenvolvimento*, 3(2), 1–20. <https://doi.org/10.32358/rpd.2017.v3.223>

RECLUS, Élisée. *El Hombre y la Tierra*, Vol. 4, cap. XI, Casa Editorial Maucci, Barcelona, s/d. Tradução de Ruy Moreira. *GEOgraphia – Ano 1 – N. 2 – 1999*, p. 109-135.

REIS, João José dos (1986). *Rebelião escrava no Brasil - a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense.

REGHIM, Mariane, SARTORIO, Lara, BACHINI, Natasha, REZENDE, Rafael (2020), *Cronologias das Jornadas de Junho de 2013 no Rio de Janeiro*. No prelo

RELATÓRIO “O bom policial tem medo” *Os custos da violência policial no Rio de Janeiro*. Human Rights Watch, 2016.

RELATÓRIO “Força Letal: Violência Policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo”. Human Rights Watch, 2009.

RESENDE, Leandro Fernandes de Barros. Antes, durante e depois de Amarildo: o desaparecimento do pedreiro como episódio crítico para a “marca” das UPPs. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Rio de Janeiro, 2018.

RHEINGOLD, H. The virtual community: homesteading on the electronic frontier. Reading: Addison-Wesley, 1993.  
Addison-Wesley, 1993.

RICHMOND, Matthew A. Understanding Bolsonarismo popular. *The Sociological Review*, 2018.

ROCHA, Camila. “Passando o bastão : a nova geração de liberais brasileiros”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colloques, outubro, 2017.

ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 47-52, 2018.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 21-34, 2021.

ROCHA, Lia de Mattos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018

ROCHÉ, S. (2004). *Sociologie politique de l’insécurité: Violences urbaines, inégalités et globalisation*. Paris cedex 14, France: Presses Universitaires de France.

ROLNIK, Suely (Org.). *Subjetividade e história*. In: *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da criatividade – NUDECRI*, N1. Campinas: unicamp, 1995.

SÁ, Celso Pereira; OLIVEIRA, Denize Cristina de; CASTRO, Ricardo Vieiralves de; VETERE, Renata; CARVALHO, Rafael Vera Cruz de (2009). A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Revista; Estudos de Psicologia*. Campinas, 26(2), pp.159-171. abril - junho. Acesso em 3 de agosto de 2020  
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/stw5xHLnNFqfrPp8txYVyfN/?format=pdf&lang=pt>

SAFATLE, Vladimir (2016) *Circuito de afetos*. São Paulo: CosacNaif

SAFATLE, Vladimir (2014) *O Brasil sofre de transtorno bipolar*. Disponível em:  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Vladimir-Safatle-O-Brasil-sofre-de-transtorno-bipolar-4520206.html>

SAFATLE, Vladimir (2011). Paranoia como catástrofe social: sobre o problema da gênese de categorias clínicas. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 2, p. 215-236. Acesso em 3 de

fevereiro de 2022:

<https://www.scielo.br/j/trans/a/hyhLpmbJXQnSzdCyMcmsf5d/?format=pdf&lang=pt>

SAFFIOTI, Heleieth (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: Revista Lutas Sociais, p.59-79.

SANAHUJA, José Antonio; COMINI, Nicolás. (2018). “Las nuevas derechas latinoamericanas frente a una globalización en crisis”. Nueva Sociedad, n. 254, maio-junho, pp. 32-46.

SANTOS, Matheus Rodrigues dos. “ Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”: uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. 2021.

SARTORIO Gonçalves, Lara. Afetos, corpos e territórios: medo e violência na Maré e na Palestina. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado do Iesp/UERJ, 2018.

SARTORIO Gonçalves, Lara. Lei Antiterrorismo no Brasil e a centralidade do medo nas transformações dos Estados contemporâneos. Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 6, n. 2, p. 72-90, 1 ago. 2020.

SARTORIO Gonçalves, Lara. (2014), Entre telas e espectros: uma análise da relação entre anarquistas e comunistas nas Jornadas de Junho de 2013. Monografia (Graduação em Ciência Política)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

SCHMITT, Carl. (2014) “Die vollendete Reformation. Bemerkungen und Hinweise zu neuen Leviathan-Interpretationen”. Der Staat, IV, 1965, pp. 51-69” citado por Ginzburg.

SCHMITT, Carl. The Constitutional Theory of Federation (1928). Telos, v. 1992, n. 91, p. 26-56, 1992.

SÉMELIN, Jacques (2009) Purificar e Destruir - Usos Políticos dos Massacres e dos Genocídios.

SEWPAUL, V. (2009). On national identity, national-ism and Soccer 2010: Should social work be concerned? International Social Work, 52(2), 143-153.

SHARP, Joanne. Guerra contra el terror y geopolítica feminista. Tabula Rasa, Bogotá, n. 3, p. 29-46, 2005.

SHAW, M. (2003). War and Genocide: Organized Killing in Modern Society, Cambridge: PolityPress.

SHAW, M. (2004). “New Wars of the City: ‘Urbicide’ and ‘Genocide’” in Graham, S. (ed.), Cities, War, and Terrorism, Oxford: Blackwell, pp. 141–153.

SILVERSTONE, R. (eds.) Communication by Design: The Politics of Information and Communication Technologies. Oxford University Press, Oxford, UK, pp. 44-74, 1996.



- SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, n. 97, CEBRAP, p. 23-40, nov. 2013.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*, volume I, Nova Cultural, Coleção “Os economistas”. (1776) 1988.
- SODRÉ, M. *A ciência do comum - Notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 323pp.
- SOLANO, Esther (2018). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. Geração editorial: São Paulo, 2014
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993
- SONTAG, Susan. Traducción de Juan Utrilla Trejo, revisada por Aurelio Major. —Publicado en *Bajo el signo de Saturno* (Under the Sign of Saturn, 1980) por Susan Sontag. Editorial Sudamericana. Sello DeBols!llo. Buenos. Aires, 2007. Pp. 81-107.
- SOREL, Georges (1976) *Reflexiones sobre la violencia*. Madrid: Alianza Editorial.
- SPINOZA, Baruch de (1973) *Ética*. Os Pensadores. Abril Cultural
- STANLEY, Jason. 2018. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Trad. Bruno Alexander. Rio de Janeiro: L&PM Editores
- TATAGIBA, Luciana (2014), 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracias no Brasil. *Revista Política e Sociedade*, UFSC, vol. 13, n. 28.
- TATAGIBA, Luciana F.; TEIXEIRA, A. C. C.; TRINDADE, Thiago Aparecido; *Quando a direita saiu às ruas: atores, dinâmicas e discursos nas recentes mobilizações à direita no Brasil (2007-2014)*, 04/2015, Científico Internacional, II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Vol., pp.1-10, Campinas, SP, BRASIL, 2015
- TELES, Edson. (2015), *Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp.
- TELES, Edson (2021) *Os militares apresentam suas armas*. Acesso em 2 de janeiro de 2023: <https://jornalgggn.com.br/editoria/politica/os-militares-apresentam-suas-armas-por-edson-teles/>
- TELES, Edson e QUINALHA, Renan (orgs.). *Espectros da Ditadura. Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- TELES, Edson. “Os dispositivos de controle e a democracia de segurança nacional”. In: *Revista Pensata*, Guarulhos/SP, v. 5, n. 2, p. 83-92, novembro de 2016.

TELES, Edson. Memória, ditadura e desaparecimento: o congelamento dos processos de subjetivação. *Revista Limiar*, v. 7, n. 14, p. 278-294, 2020.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European states, A.D. 990–1990*. Oxford: Blackwell, 1990.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e os Estados Europeus*. São Paulo: EdUSP, 1996.

TILLY, Charles. War making and state making as organized crime. 1985. In: P.Evans, D. Rueschemeyer e T. Skocpol (Orgs.) *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, p.169-191.

TILLY, Charles. *Terror, Terrorism, Terrorists*. New York: Sociological Theory, 2004.

TOURAINÉ, Alan. *Production de la société*. Paris: Seuil, Collections Sociologie, 1973.

TOURAINÉ, Alan. “The waning sociological image of social life”. *International Journal of Comparative Sociology*, 25, 1- 2: 33-44, 1984

TOURAINÉ, Alan. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Ed Universidade Estadual de Campinas, 1989

VALLADARES, Lícia do Prado. Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metro do Rio de Janeiro. In *Ciências Sociais Hoje: Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*, n. 2, p. 113-43, 1983.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito da origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Cem anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil*. Ed. IUPERJ: Rio de Janeiro. 1990.

VELHO, Gilberto. Favelas cariocas: o problema da marginalidade. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n 76, p. 231-324, 1977.

VIANNA, Adriana, FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu* (37), pp. 79-116, julho/dezembro, 2011.

VIROLI, M. (1997). *For Love of Country: An essay on patriotism and nationalism*. Oxford, UK: Oxford University. doi: 10.1093/0198293585.001.0001

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. RJ: Zahar, 1999.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. RJ: Revan, 2001.

WACQUANT, Loïc. Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WACQUANT, Loïc. As duas faces do Gueto. SP: Boitempo Editorial, 2008.

WARDLAW, Grant. Political Terrorism: Theory, Tactics And Counter-Measures. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. 218pp.

WEEKS, Jeffrey (2012) Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800. New York, Routledg.

WEIZMAN, Eyal. <https://www.select.art.br/entrevista-com-eyal-weizman/> Acessado em 28 de dezembro de 2021.

WEIZMAN, Eyal. (2003a). Lethal Theory. Acessado 4 de agosto de 2022: [https://www-jstor-org.bucm.idm.oclc.org/stable/pdf/41765087.pdf?ab\\_segments=0%2F5YC-6168%2Ftest&refreqid=fastly-default%3A1b2ab8bf72dd30997a18d9051f7dd59c](https://www-jstor-org.bucm.idm.oclc.org/stable/pdf/41765087.pdf?ab_segments=0%2F5YC-6168%2Ftest&refreqid=fastly-default%3A1b2ab8bf72dd30997a18d9051f7dd59c)

WEIZMAN, Eyal. (2003b). “Politics of Verticality” in Weizman, E. and Segal, R. (eds) Territories, Islands, Camps and Other States of Utopia, Cologne: Verlag der Buchhandlung WaltherKönig, pp. 65–112.

WEIZMAN, Eyal. (2004a). “Builders and Warriors: Military Operations as Urban Planning,” Site, 2 November, [www.wooloo.org/Terror/weizman.html](http://www.wooloo.org/Terror/weizman.html)

WEIZMAN, Eyal. (2004b). “Strategic Points, Flexible Lines, Tense Surfaces and Political Volumes: Ariel Sharon and the Geometry of Occupation” in Cities, War, and Terrorism: Towards an Urban Geopolitics, Malden, MA: Blackwell, pp. 172–191.

WOOD, David Murakami, COAFFEE, Jonathan. 'Security Is Coming Home: Rethinking Scale and Constructing Resilience in the Global Urban Response to Terrorist Risk: International Relations 20:4, 2006, 503.

ZAFFARONI, Raúl (2006) El enemigo en el derecho penal. Editorial Ediar, Buenos Aires.

ZALUAR, Alba (1999) Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, 13(3).

ZANETIC, André. A Disseminação da Segurança Privada no Brasil: pressupostos e motivações. Setembro de 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/st-6/st01-5/3527-azanetic-a-disseminacao/file>

ZARAGOCIN, Sofía. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial em espacios de muerte lenta. In: HERNÁNDEZ, Delmy Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. (Coord.). Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Ciudad de México: Bajo Tierra, 2020. p. 81-97.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZIZEK, Slavoj (2014) Violência. São Paulo: Editora Boitempo.

ZUCATTO, Giovana (2019) A ASCENSÃO DA DIREITA NA AMÉRICA DO SUL.  
<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/05/A-ASCENS%C3%83O-DA-DIREITA-NA-AM%C3%89RICA-DO-SUL>

## **ANEXO A - Roteiro de Entrevista - Manifestação dia da Bandeira 19/11**

### **Parte 1. Perfil**

Nome:

Idade:

Cor/Raça:

Gênero:

Escolaridade:

Religião:

Bairro:

Há quanto tempo mora neste bairro? Morava em outro lugar antes? Onde?

### **Parte 2. Medos e sonhos**

1. Ao longo da sua vida, o que te despertava mais medo na cidade?

2. Você considera onde mora um lugar seguro? Mora em prédio, condomínio ou casa?  
Tem sistema de segurança?
3. Quais são os seus medos hoje?
4. Qual a pauta política mais importante para você?
5. Você acha que a esquerda está com medo? Eles deveriam ter medo?
6. Qual a sua esperança/sonho para o país e o que precisa ser feito agora para que isso se realize?

### **Parte 3. Orientação e atuação política**

1. Como você se identifica politicamente? Você se considera bolsonarista? Se considera de direita ou extrema direita?
2. O que significa ser bolsonarista/de direita (a depender do que responder)?
3. Como começou seu ativismo/militância política? Demarcar o “quando”. *Se fizer sentido*: Foi às ruas em 2013?
4. Quem são seus adversários políticos?
5. O que é comunismo? O que é ser de esquerda?
6. Qual o papel que tem o WhatsApp no seu ativismo? E outras redes? Quais?